

Carlos Américo Pacheco

*Arquitetura e urbanismo
com o auxílio da
biblioteca de São Carlos
e do curso de arquitetura
do Instituto de Arquitetura
e Urbanismo de São Carlos.*

CAFÉ e CIDADES em SÃO PAULO:

Um Estudo de Caso da Urbanização
na Região de Araraquara e São Carlos
1880/1930

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Economia da UNICAMP sob
a orientação do Prof. Dr. Wilson Cano

Campinas

1.988

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

MP

Para Rose e Marcelo
Aos amigos do ILCSE

Agradecimentos

Este trabalho, infelizmente, acabou absorvendo um bom período de minha vida acadêmica recente. Algumas vezes suspenso e retomado, estendeu-se mais que o esperado. Contraditoriamente, estes momentos não deixaram de ser produtivos, no jargão da moda. Nestes anos, minhas atividades profissionais estiveram divididas entre a UNESP e UNICAMP. Nestas instituições foram muitas as oportunidades para entender melhor as chamadas 'ciências econômicas' e o país. E mais, foram muitos os amigos, de tal sorte que os agradecimentos quase se inviabilizam pela sua extensão.

Na UNICAMP, entre tantas pessoas, devo uma menção especial aos colegas que compartilharam as pesquisas sobre urbanização em São Paulo. Mesmo com toda a ansiedade de vermos concretizado um grupo de Economia Urbana, não faltaram demonstrações de estímulo e solidariedade. Acumulei, nestes anos, uma dívida impagável com Wilson Cano, Orientador deste trabalho, coordenador destas pesquisas e amigo, o professor ensinou-me mais do que a profissão exige. Aprendi, também, a seriedade e as exigências que se fazem a um economista comprometido com esta nossa sociedade.

Na UNESP, deixo muitos amigos e um ambiente de trabalho que me é muito caro. Seria impossível relacionar todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para viabilizar esta tese. No Departamento de Economia ou em outros Departamentos, entre os colegas recém contratados ou que me antecederam, seriam muitos os agradecimentos, com o risco adicional de cometer algum esquecimento. Faço duas exceções. Uma primeira a Rodolpho Telarolli, demonstração viva de que a sabedoria não é obrigatoriamente circunspecta. A ele devo a leitura e o comentário a partes deste texto. Uma segunda ao Prof. Jorge Nagle, pelos estímulos que este período de renascimento da Universidade trouxeram a todos nós. Sintetizo, nos dois, os agradecimentos aos amigos do ILCSE e à Reitoria da UNESP.

Muitas outras pessoas e instituições foram fundamentais para a elaboração deste estudo. Destaco as bibliotecárias do SEADE e do próprio ILCSE, os funcionários das Prefeituras Municipais, do Jornal O Imparcial e do Museu Voluntários da Pátria. Agradeço a Júlia, pela dedicação na secretaria do Departamento em Araraquara; a Francis, Pedro e Amélia, pelo acompanhamento e datilografia deste trabalho na UNICAMP; e ao Victor pelos levantamentos que realizou em tantos locais diferentes.

Rose e Marcelo acompanharam de perto todas suas etapas e as alterações do meu estado de espírito. Por certo, tornaram menos árdua a tarefa de concluí-lo. Para os dois dedico este trabalho.

INDICE

Introdução.....	p. 1
Cap. I - Dinâmica Cafeeira e Urbanização em São Paulo.....	p. 5
Cap. II - A chegada do café à Região: Araraquara e São Carlos antes de 1886.....	p. 20
2.1. Os Antecedentes: A Região antes do café.....	p. 21
2.2. A chegada do café à Região.....	p. 29
2.3. O Urbano Embrionário.....	p. 50
Cap. III - As cidades na Frente Pioneira.....	p. 59
3.1. Café, Frente Pioneira e Urbanização.....	p. 61
3.2. A Dinâmica Cafeeira na Região: 1886-1910.....	p. 72
3.3. As Economias Urbanas na Passagem do Século.....	p. 91
Cap. IV - Do Auge à Crise Cafeeira: As Economias Urbanas entre 1910 e 1930.....	p. 105
4.1. Dinâmica Cafeeira e Urbanização: 1910 a 1930.....	p. 108
4.2. As transformações do Mundo Rural: Decadência Cafeeira e Diversificação Agrícola.....	p. 118
4.3. As Economias Urbanas entre 1910 e a crise Cafeeira.....	p. 142
4.4. Crise e Alternativas: As Economias Urbanas após 1930.....	p. 203
Conclusões.....	p. 212
Bibliografia Referida.....	p. 214

Relação de Quadros

Quadro 1	- Cafeeiros e Produção de Café na Região de Araraquara e São Carlos: 1878.....	p. 23
Quadro 2	- População dos Principais Municípios da Baixa Paulista: 1836-1874.....	p. 27
Quadro 3	- Cafeeiros e Produção na Região de Araraquara e São Carlos: 1878-1901.....	p. 35
Quadro 4	- Evolução do Plantio de café na Região de Araraquara e São Carlos: 1865-1897.....	p. 36
Quadro 5	- População Escrava - Araraquara e São Carlos: 1874-1887.....	p. 39
Quadro 6	- População Total - Região de Araraquara e São Carlos: 1874-1900.....	p. 51
Quadro 7	- Imigrantes Saídos da Hospedaria com Destino à Região de Araraquara e São Carlos.....	p. 52 e 53
Quadro 8	- Cafeeiros Produzindo - Região de Araraquara e São Carlos: 1900-1938.....	p. 73
Quadro 9	- Produtividade Média dos Cafeeiros - Região de Araraquara e São Carlos: 1900-1938.....	p. 74
Quadro 10	- População de Origem Estrangeira - Região de Araraquara e São Carlos: 1886-1940.....	p. 79
Quadro 11	- Pessoal Empregado na Agricultura segundo a Nacionalidade - Região de Araraquara e São Carlos: 1905/1906.....	p. 80
Quadro 12	- Evolução da Produção de Cereais - Região de Araraquara e São Carlos: 1900-1926.....	p. 86

Quadro 13 - População Total e Urbana - Região de Araraquara e São Carlos: 1900-1940.....	p. 93
Quadro 14 - Evolução do Número de Estabelecimentos da Indústria de transformação - Araraquara e São Carlos: 1910-1940.....	p. 99
Quadro 15 - Atividades Industriais - Data de Fundação e Origem dos Proprietários - Araraquara e São Carlos: 1901-1940.....	p. 100
Quadro 16 - Número de Cafeeiros, Propriedades e Tamanho Médio - Araraquara: 1920-1935.....	p. 120 e 121
Quadro 17 - Participação dos Estrangeiros na Posse da Terra - Araraquara e São Carlos: 1905-1938.....	p. 126
Quadro 18 - Estrutura Fundiária - Região de Araraquara e São Carlos: 1905-1938.....	p. 128
Quadro 19 - Evolução da Área Cultivada - Região de Araraquara e São Carlos: 1905-1938.....	p. 135
Quadro 20 - Produção de Açúcar de Usina em Araraquara: 1920-1940.....	p. 137
Quadro 21 - Evolução do Número de Edificações - Araraquara e São Carlos: 1900-1940.....	p. 143
Quadro 22 - Número de Estabelecimentos Industriais segundo a atividade principal - Araraquara e São Carlos: 1915.....	p. 149
Quadro 23 - Estatística Industrial - Araraquara: 1919.....	p. 150
Quadro 24 - Estatística Industrial - São Carlos: 1919.....	p. 151
Quadro 25 - Número de Estabelecimentos Industriais segundo a atividade principal - Araraquara e São Carlos: 1920.....	p. 154

Quadro 26 - Indústrias Rurais - Araraquara e São Carlos:
1930-1938..... p. 157

Quadro 27 - Distribuição Setorial das Ocupações - Araraquara e São Carlos: 1920..... p. 182

Quadro 28 - Estatística Industrial - Araraquara e São Carlos: 1928-1937..... p. 205

Quadro 29 - Erradicação Cafeeira - Araraquara e São Carlos: 1933-1942..... p. 206

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado, sobretudo, da compreensão da importância da economia cafeeira sobre o mundo urbano do interior paulista. Ao longo dos últimos anos, essa foi uma questão sempre presente nos estudos sobre o desenvolvimento econômico e o processo de urbanização em São Paulo, realizados no Departamento de Economia da UNESP/Araraquara e junto ao grupo de economia urbana do Instituto de Economia da UNICAMP.

A análise das transformações recentes da economia e das cidades do interior de São Paulo recorrentemente colocava problemas relacionados à constituição da rede urbana do estado, à especificidade de um processo de urbanização sem paralelos no restante do país, e ao papel reservado à economia cafeeira neste processo, em particular no 'oeste' paulista a partir da transição ao trabalho assalariado. A investigação acerca da interiorização do desenvolvimento e da estruturação deste sistema de cidades salientava, sempre, dois pontos fundamentais.

O primeiro relacionado com o fato de que o processo de transformação do interior paulista - modernização agrícola, interiorização da indústria, diferenciação do terciário das cidades, 'arrebentação urbana' - se estrutura sobre uma base econômica anterior bastante significativa. O crescimento industrial dos últimos anos, por exemplo, em que pese ser qualitativamente diferente do crescimento dos anos anteriores, encontra um implante interiorizado de proporções acentuadas, e que havia crescido, desde o período cafeeiro, a um ritmo muito próximo da média estadual. De forma análoga, o conjunto das mudanças que reordenam o interior do estado se assentam sobre uma herança que remete ao período cafeeiro.

O segundo ponto está ligado à natureza da urbanização que ocorre em São Paulo nos marcos do café. Nesses anos define-se o formato básico da rede urbana paulista. A centralidade da Capital, a característica radial deste sistema de cidades e uma hierarquia preliminar são resultados desta ocupação do território patrocinada pelo avanço da economia cafeeira capitalista em São Paulo. Por certo a industrialização e a metropolização redefiniriam papéis, mas a ossatura da rede urbana paulista remonta, também, a este período.



Estas questões levaram a organizar um estudo particular de cidades que tiveram sua história intimamente relacionada à marcha cafeeira. A análise recaiu, por inúmeras razões, nas cidades de Araraquara e São Carlos. Aqui, a vida urbana anterior ao café é insignificante. A região é definitivamente incorporada à economia do estado no primeiro grande surto cafeeiro, entre 1876 e 1883, em pleno período de transição ao trabalho assalariado. Com o café, como veremos, desenvolvem-se economias urbanas de dimensões relevantes. Economias que não registrariam, como em outras regiões, um mero retrocesso com a decadência cafeeira. A diversificação da base econômica regional seria garantia de sua inserção no desenvolvimento posterior do estado, em que pese o formato específico que assume em cada cidade.

Sobressai, neste estudo, a natureza progressiva do desenvolvimento capitalista em São Paulo. A redefinição de papéis entre campo e cidade, que resulta da intensificação da divisão social do trabalho, está na origem da constituição do urbano. É este processo, mediado pela forma específica que assume a ocupação do território na economia cafeeira, que dá margem ao surgimento das economias urbanas do interior do estado. A marcha do café, em particular no 'oeste' porque estruturada já nos marcos do capitalismo, desenhará, deste modo, um mundo urbano sem precedentes e que se contrapõe à natureza da sociedade escravista.

Mas esse processo não se restringe exclusivamente aos estímulos e exigências do urbano na frente pioneira. Se as funções urbanas que se associam com papéis específicos da ocupação primeira do território são capazes de marcar os caminhos futuros de uma cidade, a economia cafeeira requer das antigas cidades do leste um papel essencial na sua reprodução. Para a Capital e o Porto, desde logo, mas também para o conjunto de centros que ao longo do avanço cafeeiro assumem alguma dimensão regional. Passado o auge econômico, o urbano se reestruturaria com base na diferenciação que atinge no momento anterior. A decadência do café não é sinônimo imediato do retrocesso das cidades, mesmo que os novos padrões de divisão do trabalho redefinam a natureza de seus desenvolvimentos.

Nesta trajetória cada cidade assume um contorno próprio, reflexo das determinações particulares de cada história concreta. Ainda que circunscritas a um mesmo eixo ferroviário, condicionadas aos determinantes de um único processo de ocupação do território, cada economia urbana

incorpora uma trajetória própria. A natureza da base econômica regional, o momento particular em que se estrutura a economia cafeeira, os inúmeros acontecimentos que marcam a vida das cidades acabam por derivar estruturas diferenciadas. Em comum estão os determinantes gerais deste processo.

Na análise específica de Araraquara e São Carlos estas são questões que se ressaltam. As cidades, sujeitas a um processo similar e situadas sobre um mesmo eixo ferroviário, acabam por dar origem a urbanos diferentes. A crise dos anos trinta, com o deslocamento da dominância da acumulação para a indústria, distinguiria ainda mais os caminhos de cada um destes centros. As alternativas colocadas nesse momento apontam, como veremos, as especificidades de cada desenvolvimento particular.

O pressuposto deste trabalho está no entendimento da urbanização como um processo de reestruturação das relações entre o campo e a cidade, como resultado da diferenciação do trabalho social, que não encontra seus determinantes apenas no desenvolvimento exclusivo do mundo intra-urbano. Procura-se a partir dos determinantes gerais do processo de divisão social do trabalho, construir, com as mediações que concretizam a forma específica que esse processo assume no espaço, uma análise do processo de urbanização. Não se trata, neste sentido, de elaborar uma história econômica, mas de buscar respostas que orientem o entendimento geral da constituição do urbano em São Paulo.

Assim, a análise impõe uma periodização que organize este conjunto de determinações. O ponto de partida são os padrões que assume a divisão do trabalho: a economia escravista e a economia cafeeira capitalista. Os grandes ciclos cafeeiros posteriores à 1886 orientam, por outro lado, as dinâmicas específicas do avanço do café no estado. O resultado final incorpora uma particularidade. A pequena recuperação do plantio e o avanço das ferrovias que marcam o final da primeira década do século caracterizam, também, o deslocamento definitivo da frente pioneira para além da região de Araraquara e São Carlos. As funções urbanas que estavam condicionadas por este papel particular assumem outro contorno.

O trabalho está organizado de forma a seguir esta periodização. O capítulo segundo trata da inserção regional e da incipiente vida urbana que acompanha a chegada do café. O capítulo seguinte procura analisar a natureza do processo de urbanização no momento em que a região se constitui como parte da frente pioneira: 1886-1910. O quarto capítulo estuda



UNICAMP

este desenvolvimento já no contexto de uma região cafeeira madura, ao longo do segundo grande ciclo cafeeiro, e apresenta, de forma breve, uma avaliação das consequências da crise sobre os urbanos. O capítulo primeiro sintetiza os traços mais gerais das relações entre o café e a urbanização no Estado de São Paulo, e se constitui numa tentativa preliminar de demarcar a natureza destas relações.

CAPÍTULO I

DINÂMICA CAFEIEIRA E URBANIZAÇÃO EM SÃO PAULO

A importância do café sobre a estruturação do urbano paulista é razoavelmente bem conhecida, particularmente no que diz respeito às origens da indústria e dos segmentos sociais urbanos na Capital. Também no que se refere ao restante do Estado esse papel tem sido recorrentemente enfatizado. Na realidade, são tantas e tão abrangentes as transformações que "sacodem" o território paulista que Monbeig sugeriu que se considere todo o espaço como uma vasta fronteira. "Por toda a parte, na cidade e no campo, sente-se que nada se estabiliza, nada é definitivo, e que economia e povoamento se solidarizam com a marcha pioneira, que inexoravelmente arranca rumo ao Oeste, a centenas de quilômetros". Em qualquer relato ou ensaio desse período são evidentes os nexos entre as transformações do mundo rural e as cidades. Discutindo a imigração ou as ferrovias, o avanço da marcha pioneira, ou as transformações da indústria, as cidades estão sempre presentes, numa dimensão que não encontra precedentes. Isso é particularmente verdade na Região de Araraquara e São Carlos, em que a ocupação cafeeira se acelera no último quartel do século passado, já no contexto da transição ao trabalho assalariado, e em que a vida urbana pretérita é irrisória. Aqui, como em quase todo o território paulista, a economia cafeeira desenharia um panorama muito distinto. Mas, antes de nos determos nesse espaço particular, convém reter, mesmo que rapidamente, a natureza mais geral do processo de urbanização em curso e de seus nexos com a economia cafeeira (1).

O que diferencia largamente a urbanização ensejada pela acumulação cafeeira em bases capitalistas, é que a própria dinâmica de reprodução do capital cafeeiro induz crescentemente um segmento urbano nessa economia. "O capital cafeeiro, como realidade complexa, revela-se predominantemente mercantil-financeiro e subsidiariamente agrário" (2).

(1) Monbeig, 1984, pg. 21.

(2) Draibe, 1985, pg. 29.

Nas palavras de Cardoso de Mello, ... "o capital cafeeiro é, ao mesmo tempo, agrário, industrial e mercantil, e ... convém pensar num complexo exportador cafeeiro, integrado por um núcleo produtivo, que inclui as atividades de beneficiamento, e por um segmento urbano, que acolhe os serviços de transporte (estradas de ferro, portos, etc.), as atividades comerciais (casas importadoras e exportadoras) e financeiras (bancos). Deste ponto de vista, a acumulação cafeeira é, em grande medida, acumulação urbana, que absorveu boa parte da força de trabalho imigrante e exigiu a importação de meios de produção (trilhos, materiais de construção, equipamento ferroviário e portuário, etc.)" (3). A cidade aparece aqui, em contraposição à economia mercantil-escravista, como expressão do avanço da divisão social do trabalho, como exigência do prosseguimento da acumulação. Sonia Draibe sintetiza dessa forma esse processo:

"A economia mercantil-exportadora, ao ter desenvolvido uma determinada divisão social do trabalho, constituiu uma estrutura social particular, dominada pela burguesia mercantil-cafeeira, por sua vez nucleada pelas frações comercial e financeira. Ao nível da produção cafeeira estruturou-se um numeroso conjunto de empresários e um amplo colonato rural, responsável também pela produção mercantil de alimentos. O crescimento da indústria deu origem a uma burguesia industrial e ao proletariado urbano. As demais atividades de suporte da economia exportadora, como o comércio, transportes, bancos, etc., por sua vez, permitiram o aparecimento de uma pequena burguesia e de um estamento de classes médias de altas rendas; e, de outro lado, de um setor de

(3) Cardoso de Mello, 1982, pg. 129. Sobre a natureza do capital cafeeiro ver, também, Silva, 1981, pg. 60/62 e Cano, 1981, pg. 85 e 86. Aqui pretendemos chamar a atenção para esse segmento urbano que deriva da natureza da acumulação levada à cabo pelo grande capital cafeeiro. Não se trata, é claro, de afirmar que o caráter meramente mercantil dessa economia assegurasse o avanço da divisão social do trabalho e a emergência de uma vida urbana tal como ocorreu em São Paulo. Até porque, como mostra Granziere (1979, pgs. 114, 115, 133 em diante) é justamente na economia cafeeira fluminense em que essa dominância mercantil tem sua expressão maior. Enfatizamos pois duas questões: 1) É a partir da natureza mercantil dessa economia que se encontram as razões da crise da economia mercantil-escravista; 2) A natureza da acumulação que é levada à cabo, no contexto da transição ao trabalho assalariado, pelo grande capital cafeeiro determina a emergência de um segmento urbano imprescindível à reprodução da acumulação. Daí por que, esse grande capital, que nos aparece sob tantas faces, possa ser caracterizado como subsidiariamente agrário, e a acumulação, em grande medida, como acumulação urbana.



assalariados urbanos não diretamente proletários. Estes últimos, ao lado do proletariado industrial e da plebe, formavam uma massa cujas condições de vida, nas grandes cidades, começavam a tomar contornos de uma questão urbana" (4).

Se a feição definitiva do sistema urbano deveria esperar o deslocamento do eixo da acumulação para a indústria, é certo, também, que a dinâmica do processo de urbanização no período da economia cafeeira capitalista é radicalmente distinta da que prevalece na economia escravista. "A cidade ... expressa uma forma de divisão social do trabalho. O escravismo agrário, na medida que recria nos latifúndios a tendência à auto-satisfação das necessidades econômicas (posto que a disponibilidade permanente do escravo, mesmo em épocas de diminuição sazonal do trabalho agrícola, leva o senhor a utilizá-la na produção de outros bens de consumo) constitui um entrave fundamental à urbanização" (5). E aqui é preciso superar dois equívocos.

Um primeiro que identifica a natureza desse processo com a ampliação do mercado interno derivada do poder aquisitivo do trabalhador rural migrante. Se é certo que a generalização do trabalho assalariado imporia, para essa economia cafeeira que emerge no Oeste, uma circulação monetária radicalmente diferente do que ocorria no Rio de Janeiro. E como nos mostra Granziera, o movimento do dinheiro dentro daquela economia seria determinado pelas trocas de mercadorias, com a universalização dos salários constituindo sua maior expressão. É certo, também, que o impulso inicial à urbanização não encontra sua expressão maior no mercado de consumo de massas. Até porque a reprodução da força de trabalho empregada quer no núcleo produtivo, quer no segmento urbano foi, em boa parte, dependente das importações de alimentos e bens manufaturados de consumo. Não há dúvidas, de que no movimento de internalização das condições de reprodução dessa força de trabalho, com o desenvolvimento da indústria de bens saláris e de uma agricultura de alimentos, essa urbanização incipiente ganharia outra dimensão. Mas o que se deseja por em evidência, aqui, é o segmento urbano ligado à reprodução do capital cafeeiro. Trata-se de questionar o que diferencia esse processo da vida urbana sob o escravismo. Se não quisermos recorrer à problemática idéia da 'autarquia' da grande

(4) Draibe, 1985, pg. 31 e 32.

(5) Cardoso, 1975, pg. 149. Ver também o ensaio de Emília Viotti sobre a urbanização no século XIX: Viotti da Costa, 1979, pg. 185 e ss.



propriedade escravista, poderíamos dizer que a diferença fundamental reside no caráter progressivo do capitalismo e na natureza antiprogressiva da economia mercantil-escravista. Ou como insiste Fernando Henrique Cardoso: "O crescimento da vida urbana é um indicador muito mais seguro da expansão do mercado que o discutível incremento do consumo do trabalhador rural" (6).

Um segundo equívoco associa, diretamente o expressivo aumento da imigração e o crescimento populacional com a urbanização. A questão não reside, também, tão somente na existência de uma população livre ou urbana, mas está relacionada, sobretudo, com o grau de divisão do trabalho que está associado à reprodução da acumulação (7).

O que não representa, é bom afirmar, que os ciclos econômicos anteriores não tenham marcado significativamente os rumos da urbanização que se segue. É certo que os caminhos coloniais influíram sobre os destinos

(6) Cardoso, op. cit., pg. 150. É importante, de qualquer forma, reter o significado dessa circulação monetária que representa o assalariamento. Para as economias urbanas, mesmo antecedendo a internalização da produção de bens de consumo, essa circulação representa a possibilidade da diferenciação do terciário das cidades. Acerca da importância do terciário neste período ver: Faria U., 1976, pgs 111 a 115 e pgs 144 e seguintes. Uma interessante análise da urbanização no período cafeeiro e que discute o significado da monetização dessa economia é encontrado em Oliveira, M.C.F.A; 1988.

(7) São inúmeros os depoimentos sobre o significativo aumento populacional ainda no contexto da economia escravista. Mas esses trabalhadores livres nacionais apenas esporadicamente encontrariam nas cidades as condições para sua reprodução enquanto tal. Nesse sentido poderíamos utilizar a idéia de que "Há homens, mas o mercado de trabalho está vazio...", (Cardoso de Mello, op. cit., pg. 77), em referência à problemática da mão-de-obra para o café. E esse aspecto é particularmente importante, quando pensamos a cidade de São Paulo como "marché du travail", muito antes de ser um mercado de produtos agrícolas ou industriais, na expressão de Mombeig, citada por Graziera (op. cit., pg. 115). Ver também o trabalho de M. Silvia de C. Franco, sobretudo quando se refere à essa "formação sui generis de homens livres e expropriados que não foram integrados à produção mercantil", e onde se encontra a paisagem utilizada por Cardoso de Mello acerca dessa 'ralé', que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: "homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade". (Franco, 1974, pg. 14). Além desses, podemos indicar Viotti da Costa, 1966, pgs. 126 a 129; e Albuquerque, 1982, pgs. 80 e ss.



de muitas vilas, que a pecuária acabou por determinar formas de incorporação de parcelas do território paulista, que o algodão e particularmente o açúcar, acabariam por legar uma estrutura urbana mínima para a economia cafeeira, da mesma forma que o café escravista concorreu para uma certa organização territorial da economia e das cidades. É sintomático que Vilmar Faria proponha periodizar esse processo de urbanização definindo três momentos principais até 1930: um anterior à 1840, outro de 1840 a 1885, e um último cobrindo o restante desse período (8). O que cumpre ressaltar é a natureza restrita desse processo e que se evidencia com clareza quando acompanhamos a cidade de São Paulo no século XIX. Mesmo com todos os melhoramentos derivados da condição de Capital da Província, a partir de 1822, a cidade de São Paulo ainda era, em 1860, "uma cidade relativamente insignificante. Doze anos depois, em 1872, ela ocupava apenas o décimo lugar entre as cidades brasileiras, superada, entre outras, por Niterói, Fortaleza, Cuiabá e São Luiz" (9). Nesse ano, "os estrangeiros compunham 12% da população de Porto Alegre, 11% da população de Curitiba, 8% em São Paulo" (10). Era então o Burgo dos Estudantes, na expressão de Ernani Silva Bruno, e somente a partir dessa data é que assiste um crescimento acelerado, que iria levar E. Simões de Paula a cunhar outra expressão significativa, agora referindo-se à Presidência de João Teodoro entre 1872 e 1875: a segunda fundação de São Paulo (11).

É neste contexto, de um capital cafeeiro predominantemente mercantil-financeiro, cuja reprodução amplia progressivamente a divisão social do trabalho e impõe o crescimento do seu segmento urbano, que a

(8) O primeiro período marcaria "um processo de urbanização incipiente", com funções subsidiárias para as cidades de São Paulo; o segundo corresponde à implantação das bases da economia cafeeira, com o impacto urbanizador centrado, sobretudo no Vale do Paraíba, nas regiões mais próximas de São Paulo e na região São Paulo-Santos. O último caracteriza o apogeu da economia cafeeira, quando a urbanização não se restringe apenas ao porto e à capital. Ver Faria, U, 1978, pg. 104 e 105.

(9) Singer, 1977, pg. 20.

(10) Viotti da Costa, 1979, pg. 195.

(11) Mattos, Odilon N. - "A cidade de São Paulo no século XIX". In. Azevedo, 1958, vol. 2, pg. 67 e ss. Ernani Silva Bruno, na sua periodização sobre São Paulo, se referiria à cidade, depois de 1872, como a "Metrópole do café", e Monbeig a intitularia de "A capital dos Fazendeiros".



imigração com destino às cidades ganha sentido. "A imigração em massa sobrepôs as necessidades do complexo exportador cafeeiro, quer dizer, permitiu a reprodução do capital cafeeiro no núcleo produtivo e no segmento urbano e, ainda, 'depositou' nas cidades um 'excedente' de força de trabalho, de modo que o capital cafeeiro cria, ele próprio, as condições de reprodução do capital dinheiro excedente" (12).

Ao nível dos determinantes mais gerais desse processo, a urbanização - entendida como expressão da divisão social do trabalho entre o campo e a cidade - está intimamente relacionada com a diversificação do próprio complexo cafeeiro, com o crescimento da indústria (beneficiamento, sacarias, bens salários, etc.), com as ferrovias, com a diversificação agrícola, etc. Wilson Cano sintetiza esse processo e localiza suas origens da seguinte forma:

"A medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, a bancária, escritórios, armazéns e oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista, comércio de exportação e importação e outros, requerendo e facultando, ainda, a expansão do aparelho do Estado. No momento em que estas crescessem, uma série de outras, mais vinculadas ao processo de urbanização, também se desenvolveriam: o comércio varejista, os transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos, etc. Quanto mais avançava esse processo mais interdependentes se tornavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços. Esse processo tem seu momento decisivo de aceleração, a partir de 1886 e, mais especificamente, entre 1890-1900, quando a produção cafeeira paulista perfaz 57% do total nacional" (13).

Mas, a relevância desse período não reside apenas no fato de que nas grandes cidades começa a tomar forma uma questão urbana. É particularmente importante que nesse momento se estruture um embrião da rede urbana paulista, se incorpore, quase em sua totalidade, o território paulista ao cenário econômico do estado.

(12) Cardoso de Mello, op. cit., pg. 145.

(13) Cano, 1981, pg. 69.



"A urbanização não se restringe à ... (Grande São Paulo e Baixada Santista). O café e as atividades comerciais, financeiras, imobiliárias e mesmo industriais, que compunham o complexo econômico cafeeiro, ocuparam a área e foram disseminando núcleos urbanos de porte variável e que irão constituir a base 'paulista' do núcleo central do sistema urbano brasileiro"⁽¹⁴⁾. Na expressão de Flora Gonçalves: "Dada a organização do espaço típica em que se desenrolou a expansão cafeeira paulista, o sistema urbano existente, assim como o processo de urbanização que o expandia, continham e veiculavam os fluxos de relações que interligavam tanto os setores da economia como os setores (ou zonas) do território. O sistema urbano e o processo de urbanização são a forma física concreta como se organizou a divisão social do trabalho em que se assentou a estruturação e o desenvolvimento do complexo cafeeiro"⁽¹⁵⁾.

A ocupação do território responde à própria dinâmica da acumulação cafeeira. A marcha para o Oeste, com a expansão da malha ferroviária e a incorporação crescente de novos espaços à economia paulista acelera o surgimento de cidades. Multiplicam-se as "bocas de sertão" e as "pontas de trilho", ao mesmo tempo em que se consolidam os papéis de outros centros urbanos. Se em 1879 haviam 100 municípios no estado, dos quais 22 no Vale do Paraíba, nas duas décadas seguintes seriam criados mais 61, e entre 1910 e 1929 mais 84. A expansão da fronteira agrícola se faz através de intenso deslocamento para o Oeste, à procura de terras de maior produtividade, num movimento articulado com a expansão da ferrovia. Nas palavras de Milliet: "O Oeste é o ponto cardinal do agricultor, o horizonte que recua sempre e sempre até perder-se no norte do Paraná"⁽¹⁶⁾.

A dinâmica de ocupação do território, como nos mostra Castro, vai continuamente redefinindo três regiões: as zonas velhas, onde é baixa a produtividade dos cafeeiros; as zonas intermediárias, com produtividade também intermediária; e as zonas novas, onde o café está sendo plantado ou é muito recente, com níveis de produtividade bem elevados⁽¹⁷⁾. A

(14) Faria, op. cit., pg. 105. Ver, também, Oliveira, M.C.F.A, 1988.

(15) Gonçalves Ohtake 1982, pg. 36.

(16) Milliet, 1938, pg. 23.

(17) Castro, 1971, pg. 61.



incorporação de terras, dados os diferenciais de preços e de produtividade física, acabam por se transformar, nas palavras de Cano, em excelente alternativa de inversão para o fazendeiro, na medida em que aumentasse a exaustão dos solos nas zonas velhas e intermediária. "Atrás do café e por vezes à frente penetram as ferrovias" (18). A malha ferroviária se multiplica várias vezes, a partir da conclusão em 1867 da Santos-Jundiá (São Paulo Railway). Em 1886 já haviam 1852 km de estradas, em 1990 eram 3.468 Km, em 1920 cerca de 6.600 Km, atingindo 7.540 em 1940. E essa expansão não se constitui apenas como redutora de custos de transportes, mas representa, em si mesma, "uma nova e rentável oportunidade de inversão a parcelas do excedente gerado pelo complexo cafeeiro" (19).

Nesse movimento, o café vai plantando cidades, transformando os antigos patrimônios, redefinindo as funções urbanas e estruturando uma hierarquia dentro do sistema urbano. Sob os efeitos do crescimento da Capital, onde iriam centralizando-se alguns serviços fundamentais ligados à produção e ao próprio crescimento industrial, e também sob os efeitos desse deslocamento para o Oeste, a rede urbana vai tomando características mais estáveis: definem-se as capitais regionais, inicia-se um processo de diferenciação regional que deixaria marcas significativas no desenvolvimento futuro do 'hinterland' paulista. A forma específica de avanço dessa marcha, à procura de manchas de terra roxa em áreas altas, vai definindo o caminho preferencial dos espigões e orientando o avanço das estradas de ferro, num primeiro esboço de uma diferenciação regional. "Os fundos de vale, que ficavam reservados às pastagens, assinalavam-se como corredores de separação entre grupamentos em bloco das culturas de café, favorecendo dessa forma a formação de regiões econômicas distintas" (20). As ferrovias se insinuariam, a partir da capital, de forma radial - coincidentemente, não sem propósito, do que viria a ocorrer com as auto-estradas - na semelhança de uma rede hidrográfica invertida. São, as regiões ferroviárias, marco dessa primitiva manifestação de diferenciação regional: Paulista, Mogiana, Sorocabana, Alta Paulista, Alta Sorocabana, Noroeste, Araraquarense.

(18) Milliet, op. cit., pg. 23.

(19) Cano, pg. 53. Sobre as ferrovias e sua rentabilidade, ver. também, Saes, 1981, pg. 127 e ss.

(20) Monbeig, op. cit. pg. 172.



Monbeig, ao analisar a ocupação do Oeste paulista, chamaria particular atenção para esse papel da ferrovia e dessas denominações das antigas regiões do estado: "São reveladoras essas próprias denominações, pois provém diretamente dos nomes das companhias de estrada de ferro. Cresceram as capitais regionais em virtude de uma excepcional posição sobre a ferrovia. E revela esse fato o laço que une os pioneiros de um espigão. Terra sem passado, não viu ainda a franja pioneira desabrocharem regiões, mas está dividida em redes de comunicação e essa divisão, que se apoia na topografia, será talvez o germe das regiões vindouras". As paradas da estrada de ferro e a forma descontínua de avanço da fronteira vão realizando "uma verdadeira seleção entre os patrimônios, para transformá-los em cidades". São evidentemente privilegiadas as situações das cidades que se situam na orla das zonas em que começa a penetrar o povoamento - as 'bocas de sertão' - ou daquelas que se tornam terminais provisórios das ferrovias - as 'ponta de trilho' (21).

"Essa marcha para o Oeste e as sucessivas gerações de estações terminais não acarretam necessariamente a decadência das cidades mais antigas. Se é verdade que se presencia uma 'profusão de cidades novas', 'efêmera e aleatória', ... (é também verdade que)... evolue a função, mas a antiga cidade pioneira, em uma zona de povoamento estabilizado, continua necessária à vida regional. Organiza-se uma hierarquia urbana: as aglomerações mais jovens e as menos povoadas situam-se no Oeste, mas as do Leste, a despeito da idade, são as mais importantes... Continuam sendo as comunicações a melhor garantia da vida urbana. São antes de mais nada nós de comunicação os velhos centros, nascidos no século passado, Ribeirão Preto, Araraquara, Jaboticabal, Jaú, Botucatu, Bauru" (22).

Apesar da semelhança na evolução das funções urbanas e mesmo das paisagens, particularmente no planalto ocidental, convém deixar de lado a idéia de um desenvolvimento comum à todas as cidades. O alargamento das funções urbanas, a ampliação das relações interregionais vai recorrentemente reorganizando esse sistema de cidades. E Monbeig iria chamar a atenção, sobretudo para o Oeste, da manifestação mais clara

(21) Idem, pg. 385 e 342/348.

(22) Idem, 352. Aqui Monbeig contesta uma idéia de Deffontaines, acerca do caráter efêmero desse processo.



dessa processo: o surgimento das capitais regionais. Essas são as cidades que através da estrada estendem seu raio de ação sobre cada um dos planaltos da franja pioneira. Como pontos de articulação regional, esses centros vão se diferenciar muito mais pelas suas relações externas que pela natureza de suas primitivas funções urbanas. O comércio e as vias de comunicação estão nas origens do alargamento das demais funções que lhes assegurariam um papel particular. Esses centros regionais, que no Oeste paulista ainda hoje coincidem com os principais polos da região, são a manifestação de uma precoce diferenciação espacial (23).

E aqui reside um outro aspecto da urbanização ensejada nesse período: ela está no contexto de uma certa organização espacial da economia do estado, da mesma forma que as cidades já se constituem como partes de uma rede urbana. Se a mudança no padrão de acumulação, nos marcos da passagem da economia cafeeira para a industrialização restringida, iria representar uma alteração significativa nos padrões de divisão social do trabalho, e nesse sentido reorganizariam essas relações entre cidades e regiões, é preciso ressaltar que isso ocorreria nos marcos da divisão do trabalho previamente existente. A industrialização por certo iria redefinir papéis. Cidades anteriormente muito dinâmicas, como Jaboticabal ou Botucatu, perderiam importância, outras, como as da região da Grande São Paulo, assumiriam papéis expressivos. Mas esse processo levaria em conta a herança urbana do período cafeeiro. A própria forma em leque desse sistema de cidades, a partir da capital, ratificada pela malha rodoviária, repete o traçado das ferrovias. Mais que isso, se a industrialização foi capaz de reverter a situação dos núcleos urbanos do Alto Vale do Paraíba, não reabilitou por completo a paisagem das 'cidades mortas', herança do café escravista. O mesmo sucede com a região de Sorocaba, e é particularmente interessante no caso da Paulista. Passados os efeitos mais imediatos da crise do final dos anos vinte, e superados os impactos da concentração industrial na Capital e Grande São Paulo, seria no eixo primitivo da Paulista - expresso pelas rodovias Anhanguera/Washington Luiz - que se localizariam os núcleos mais dinâmicos do interior do estado. Seria sobre essa 'herança regional' que a industrialização e a modernização da agricultura redefiniriam

(23) Idem, pp. 358 e ss. Monbeig prefere, dadas as características da ocupação recente dessas regiões do planalto ocidental, se referir à redes de comunicações do que propriamente à regiões econômicas. Mas aponta, com extraordinária precisão, que essas seriam o germe das futuras regiões. Veja nesse sentido suas passagens sobre São José do Rio Preto, Marília, Presidente Prudente e Araçatuba.



os espaços econômicos em São Paulo.

Em que pese os limites deste trabalho, que se propõe a investigar o urbano no período cafeeiro, convém sintetizar os traços mais gerais do processo de urbanização em São Paulo após a crise de trinta. O exame das transformações recentes da economia e da sociedade paulista reforça, aliás, a convicção da importância dos processos que ocorrem nos marcos da economia cafeeira. Definida a estrutura básica do sistema de cidades do estado, conformado um mundo urbano de proporções significativas, as mudanças derivadas da industrialização e da metropolização que se seguem teriam que levar em conta esse herança. E esse legado é fundamental para a compreensão das diferenças entre este sistema de cidades e o conjunto do urbano no país. Neste espaço particular, o café não se materializaria apenas pela consolidação de equipamentos e infra-estrutura urbanas ao longo do território, viabilizados por uma geração de excedentes sem paralelo. Esse período marcaria as possibilidades futuras porque essa economia engendrou uma diferenciação do trabalho social que abria alternativas novas para o urbano paulista. Em termos gerais, é a natureza progressiva da economia cafeeira que se encontra na raiz de sua crise. Mas, é também essa característica que determina os caminhos da economia após os anos trinta.

O deslocamento da dominância da acumulação para a indústria acabaria por impor novos rumos a este sistema urbano. A marca do processo de urbanização que se estrutura neste período é a metropolização. Esse é o momento particular de formação da Grande São Paulo, com a ocupação definitiva das últimas fronteiras internas ao estado. Agora, a população concentra-se, crescentemente, nas áreas urbanas da região leste do território paulista. A industrialização, a modernização da agricultura, a diversificação crescente do terciário das cidades derivada da intensificação da demanda por serviços pessoais e de apoio à produção, acabam por dar feições modernas ao urbano herdado do café. Nos anos setenta este processo assume proporções ainda maiores. Generaliza-se, para o conjunto das cidades médias do estado, um padrão de vida até então exclusivo da metrópole. Na sua origem estão tanto as transformações mais recentes do mundo produtivo do interior do estado, quanto as possibilidades abertas pelo passado cafeeiro. Neste último momento o urbano assume novas dimensões. Assiste-se a difusão de uma forma de reprodução da vida urbana que

caracteriza as sociedades de massa (24).

Mas este não seria um processo que atingiria igualmente todo o interior paulista. De forma análoga ao restante do país, a concentração industrial não representa a estagnação do interior. Passados os efeitos inibidores da crise, quando o extremo oeste do Estado ainda se constitui em frente de expansão, seriam as áreas cafeeiras mais antigas, da Paulista e Mogiana particularmente, que apresentariam um crescimento industrial mais acentuado que o restante do país. Nas regiões onde o café havia organizado uma vida urbana anterior significativa, onde o crescimento industrial tinha se acelerado e a diversificação da agricultura abria novas possibilidades, em resumo, onde houvesse avançado a divisão do trabalho social, seriam maiores as repercussões das transformações da economia paulista após trinta. Com a exceção das regiões mais próximas da Capital, cujo crescimento industrial e urbanização derivam sobretudo desta condição, seriam sobre os eixos rodoviários e ferroviários, nas regiões de ocupação cafeeira mais antiga que acompanharíamos o desenvolvimento dos núcleos urbanos mais importantes.

AR. FOU.

A crise do início dos anos trinta representa, para este quadro, um momento particularmente relevante. É consagrada a tese que identifica, em termos mais abstratos, sua real importância no fato de sintetizar a ruptura do padrão de acumulação mercantil exportador e a emergência de um novo padrão que se assenta na acumulação industrial. As respostas à crise e os novos padrões de acumulação que têm como centro um mundo urbano-industrial - industrialização restringida e pesada - dariam um impulso derradeiro a este processo de urbanização. Vejamos um pouco mais, e sinteticamente, o significado das alternativas à crise que se colocam para o interior paulista e o urbano em São Paulo.

Os anos vinte representaram para São Paulo um período de extraordinário crescimento econômico. Nesses anos, a acumulação cafeeira aponta, com especial clareza, tanto as potencialidades da economia cafeeira quanto a iminência da crise. Ao longo da fase expansiva do último grande ciclo cafeeiro, veio à tona uma diversificação crescente tanto da economia urbano-industrial, como do mundo agrário. A ocupação do território avança e

(24) A análise do processo de desenvolvimento do interior paulista, com ênfase no estudo da diferenciação regional e do processo de urbanização, pode ser encontrado nos relatórios de pesquisa do grupo de economia urbana do Instituto de Economia da UNICAMP. Ver, em particular: SEADE, "A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980", série Economia Paulista, v.1, nº 1, 1988.



mais de seiscentos milhões de cafeeiros são incorporados à capacidade produtiva do estado. A acumulação industrial definiu a primazia paulista, não apenas pelo seu maior crescimento, mas sobretudo pela significativa transformação qualitativa da estrutura produtiva. A agricultura do estado, já diversificada nesta data, assistia o início do processo que viabilizaria sua rápida reestruturação após a crise. Com o desenvolvimento da vida urbana avançou a agricultura de alimentos, da mesma forma que desenvolveram-se as condições que permitiriam a extraordinária expansão do algodão e do açúcar nos anos seguintes.

A crise representaria uma ruptura no padrão de crescimento dessa economia. O impacto sobre o urbano e a diferenciação regional do estado são imediatos. Na Capital, que já concentrava mais da metade da transformação industrial, a retomada do crescimento após 1933, asseguraria um papel cada vez mais significativo para a cidade no contexto da rede urbana paulista. No interior, as regiões cafeeiras maduras são as que se ressentem mais dos efeitos imediatos do colapso cafeeiro. O 'oeste novo' que se constitui ainda em frente de expansão da agricultura, assiste quase que imediatamente os efeitos positivos do grande crescimento da cultura algodoeira. Entre 1920 e 1934, um exame da distribuição da população no estado aponta que as áreas que concentram o expressivo crescimento do período estão restritas ao extremo oeste do estado e à Capital e suas proximidades, essas cobrindo uma região significativamente menor que a atual área metropolitana. Todas as demais regiões, que envolvem as áreas de ocupação mais antiga do café, têm sua população reduzida ou um crescimento irrisório.

Passados os efeitos mais imediatos da crise, um exame das informações disponíveis da agricultura e indústria do Estado apontaria uma tendência diferente. A diversificação da economia das áreas cafeeiras maduras asseguraria a estas um crescimento que se não pode rivalizar com a frente pioneira ou a Capital, garantiria, mais à frente, sua inserção no movimento de industrialização do estado. Seus núcleos urbanos, em que pesem crescerem menos que a região da Capital, passam a concentrar, também, parcelas cada vez maiores das populações de suas regiões. A diferenciação da agricultura que vinha ocorrendo se acentua ainda mais, estimulada, também, pelo crescimento da urbanização. Completada a ocupação do oeste, seriam nestas áreas de ocupação mais antiga que o crescimento da economia do interior do estado ocorreria de forma mais intensa. A partir desse momento a modernização acelerada da agricultura paulista encontraria nestas áreas seu locus privilegiado. Ao oeste seria



reservado um papel diferente, com o crescimento da pecuária, e um paulatino esvaziamento populacional. Ao longo dos antigos eixos de penetração do café, retratados agora pelas rodovias, é que se encontrariam os núcleos urbanos mais importantes do interior.

É neste contexto que se encaixa a urbanização na região de Araraquara e São Carlos. Aqui o café se expandiu já nos marcos da transição ao trabalho assalariado. Por sobre uma precária base econômica e urbana, fundada no açúcar e na pecuária, o café avançou lentamente a partir do final da década de 1860, sob a égide do escravismo. Mas a real relevância desse plantio teria que esperar o avanço da ferrovia e a correspondente redução dos custos de transportes. O primeiro grande surto cafeeiro, entre 1876 e 1883, incorporaria definitivamente a região ao espaço dessa economia. Agora a estrada de ferro já alcançava Campinas e Rio Claro, e se ensaiava a construção do trecho Rio Claro-São Carlos-Araraquara. O grande avanço cafeeiro do período seguinte, de 1886 a 1897, se daria depois da chegada dos trilhos. Durante quase vinte anos, com a redução drástica do plantio depois de 1897, a região fez parte da 'franja pioneira'. A urbanização que se assiste não tem precedentes em termos locais, dada a própria fragilidade da vida "urbana" anterior. Com o avanço da ocupação para outras regiões, as cidades viram redefinidos seus papéis, muito embora o crescimento urbano assegurasse papel de destaque para os dois municípios, no conjunto das cidades do estado.

Os anos vinte é que marcariam as dificuldades inerentes a uma zona cafeeira madura e que concorre com uma grande expansão no 'Oeste novo'. A crise precipitaria esses problemas e aceleraria o processo de reestruturação da economia regional.

Os acontecimentos do final da década de vinte, atingem intensamente a região. A natureza dessa ruptura pode ser dimensionada com clareza em Araraquara e São Carlos, onde a vida urbana é tributária do café. O desalento retratado nos periódicos locais desses anos, a redução do número de estabelecimentos industriais e o esvaziamento populacional, derivado sobretudo do decréscimo da população rural, podem ser alguns indicadores do impacto inicial da crise.

Mas, tal como em outras regiões cafeeiras maduras, este processo não representa a estagnação pura e simples da economia regional. As indicações sobre a produção agrícola e industrial dos municípios, com a



diferenciação da base agrícola e o incremento paulatino da transformação industrial são expressões deste rearranjo. Em Araraquara o algodão e a cana-de-açúcar assegurariam duas formas de arrefecer os efeitos da crise e reorganizar a agricultura local. Passados menos de seis anos, estas culturas disputariam com o café a condição de primeiro produto agrícola do município. Mais que isso, permitiriam uma rearticulação das atividades urbanas, não apenas pelos seus efeitos indiretos, mas pela organização da agroindústria de óleos vegetais e pelo incremento da atividade das usinas. Em São Carlos, embora a cultura cafeeira transite mais lentamente em direção a uma pequena diversificação agrícola centrada na pecuária leiteira, o crescimento industrial anterior, mais significativo que em Araraquara, abria outras alternativas.

A enorme importância do período cafeeiro fica evidente na constatação das mudanças que acompanham a vida urbana da região, ao longo desses anos. Em 1874 a população de Araraquara é de pouco mais de 9.700 pessoas (incluindo vários municípios desmembrados no fim do século) e a de São Carlos é de 6.897. Em 1920 e 1940, Araraquara tem, respectivamente, 48.119 e 67.724 habitantes, e São Carlos, por sua vez, 51.690 e 48.600. Ambos, nessas últimas datas, estão entre os quinze municípios mais populosos do estado. O processo que vivenciam está circunscrito às transformações mais gerais da economia cafeeira em São Paulo, o que, desde logo, não responde pelas formas particulares que assume nas duas cidades. As pequenas diferenças que marcam os dois municípios, quanto à efetiva expansão do café, quanto à qualidade do solo, à natureza da estrutura fundiária, etc., viriam somar-se toda sorte de acidentes que marcam a vida concreta das cidades. A partir de condições muito próximas, cada uma delas ganharia contornos próprios, e isso acabaria por resultar trajetórias significativamente diferentes, sobretudo a partir das respostas que se engendram à crise da economia cafeeira. A similitude das condições naturais - o que praticamente prevalece para muitas cidades do Oeste paulista, em virtude da fundação das cidades ao longo de estradas de ferro que seguem os espigões do planalto ocidental - não é garantia de um mesmo futuro. Nas palavras de Monbeig: "As condições geográficas não geram paisagens urbanas diferentes ... são os homens, os únicos responsáveis pelos desiguais de suas obras urbanas" (25).

(25) Monbeig, op. cit. pg. 346



CAPÍTULO II

A CHEGADA DO CAFÉ A REGIÃO: ARARAQUARA E SÃO CARLOS ANTES DE 1886

A incorporação da região de Araraquara e São Carlos ao panorama econômico do estado só viria a ocorrer, de forma efetiva, no primeiro grande surto cafeeiro, entre 1876 e 1883. Antes dessa data os custos de transporte inviabilizavam a continuidade da marcha cafeeira para além de Rio Claro. Como resultado, as economias regionais se articulavam de forma precária com a então nascente economia cafeeira das porções leste do Estado. As dimensões restritas que assumiam o cultivo da cana-de-açúcar e a atividade pecuária são demonstrações desse fato.

Com a solução do problema dos custos de transporte, a partir da ferrovia, o cultivo do café se aceleraria rapidamente. Entre 1876 e 1886, com a ampliação da capacidade produtiva do Estado em mais de cem milhões de pés e a chegada da ferrovia em Rio Claro, o plantio atingiria a região. Organizada em plena crise da economia cafeeira escravista, no momento particular de transição ao trabalho assalariado, essa economia traduziria com perfeição os problemas da passagem ao trabalho assalariado, da inviabilidade crescente da continuidade do escravismo.

O urbano desse período refletiria a precariedade da economia regional. Com a introdução do café é que avançaria a diferenciação do trabalho e o urbano adquiriria maior importância. Apenas em 1881 São Carlos foi elevada a condição de cidade, enquanto em Araraquara isto ocorreria em 1889. Estes são anos que caracterizariam o início da estruturação da vida urbana da região.

2.1. OS ANTECEDENTES: A REGIÃO ANTES DO CAFÉ

O café avançou em São Paulo pelo Vale do Paraíba, depois pela região 'central', atingindo a 'Depressão Periférica' (26) por volta da década de 1840. Desde os anos de 1850 essa já era a principal cultura na região de Rio Claro. Seu avanço estaria, a partir desse ponto, condicionado à redução do custos de transporte, que inviabilizavam a ocupação de novas terras. O Barão de Tschudi comenta esse fato dessa forma: "No ano de 1860 existiam no município de São João e Rio Claro 35 fazendas de café, 6 engenhos de açúcar e diversas fazendas de gado. Era então o mais afastado município em que se cultivava café com relativo lucro, devido às facilidades de transporte. Nos demais municípios somente os engenhos de açúcar conseguiam ser rendosos, trabalhando para o consumo interno" (27). Tais 'facilidades', obviamente, devem ser entendidas em comparação à alternativa de se cultivar café nas áreas do planalto ocidental. As dificuldades do transporte por mar e as precárias condições das estradas oneravam significativamente a produção cafeeira. Pelas avaliações dos custos dessa produção e dos transportes, com base em descrições da Assembléia Provincial, Leal Diniz corrobora esse argumento (28). E Warren Dean estima, com base em alguns contratos entre fazendeiros e arrieiros, que esses valores corresponderiam,

(26) A Depressão Periférica compreende a região entre o maciço Atlântico e a Mantiqueira até as escarpas ou cuestas da serra de Botucatu e serra Geral, que formam os limites, mais ao leste, do planalto ocidental. Ver Monbeig, pg. 35 e 36; e também Casalecchi, 1973, pg. 18.

(27) Tschudi, 1976, pg. 188.

(28) Leal Diniz reproduz uma estimativa do custo de produção do café transcrita nos Anais da Assembléia Legislativa, em que se argumenta que o lucro líquido não excederia a 4 ou 5%, enquanto poderia alcançar 10% na Indústria e no Comércio. Como aponta a autora, é evidente o exagero, que se inicia por imaginar uma produtividade média de 30 arrobas por mil pés. Se a partir dos dados fornecidos calculássemos uma produtividade de 45 arrobas por mil pés, chegaríamos facilmente a lucros de 15% sobre o capital investido. De qualquer forma o que nos interessa é salientar que essas estimativas apontam para custos de transporte da ordem de 30% da receita da venda do café. Leal Diniz, 1973, pgs. 137 a 139.



em Rio Claro, no fim dos anos cinquenta, a um terço do preço de venda do café (29).

é nesse sentido que o avanço do café para as regiões do planalto ocidental somente tomaria grande impulso a partir da construção da São Paulo Railway, que atinge Jundiaí em 1868. O primeiro grande salto da expansão cafeeira, entre 1876 e 1883, incorporaria definitivamente a região à paisagem da economia cafeeira. A Cia Paulista de Estrada de Ferro já havia, nesse momento, estendido seus trilhos até Rio Claro (1876), viabilizando a extensão do cultivo no reverso das 'cuestas'. Ao apresentarem, em 1878, um projeto concedendo privilégio e garantia de juros para a construção de uma estrada de ferro ligando Rio Claro à São Carlos e Araraquara, os Deputados Abreu Sampaio e Leite Moraes estimavam que o número de cafeeiros formados atingia cerca de 2 milhões e 440 mil em São Carlos e 670 mil em Araraquara enquanto os de menos de três anos seriam cerca de 3 milhões e quatrocentos mil em São Carlos e 1 milhão e duzentos e setenta mil em Araraquara (Quadro 1) (30).

Na realidade, as primeiras notícias sobre cafeeiros na região datam da década de 1840, ainda no contexto da expansão canavieira. Mas esse é um plantio esporádico, com reduzido sentido comercial. Durante muitos anos a região esteve inserida no conjunto da economia paulista através da pecuária, e mais tarde com o açúcar. No que diz respeito à pecuária, Flora Gonçalves já chamou a atenção do papel dessa precária forma de articulação regional. "... Enquanto na porção Leste da província se expandia o café - o que implicava no desenvolvimento de uma rede viária e de uma rede urbana - na porção Oeste desenvolvia-se uma ocupação rarefeita, com uma urbanização incipiente, mas que se articulava à divisão do trabalho da província ao

(29) Dean, 1977, pg. 53. Taunay, por sua vez, apontaria custos ainda mais elevados, da ordem da metade do preço de venda do café. (Taunay, 1939/43, vol. sétimo, tomo V, pgs. 363 e ss), enquanto Ellis já indica que o preço médio do transporte de Rio Claro a Santos regulava entre 2\$500 a 2\$700 réis por arroba, o que representaria, na década de sessenta, um percentual entre 40 e 45% do preço de exportação. Ellis Jr, 1951, pg. 345. Wilson Cano estima custos crescentes, da ordem de 33%, 40% e 50%, para os trajetos de Santos a Jundiaí, Campinas e Rio Claro, nesse mesmo período, op. cit. pg. 34.

(30) Sampaio Vidal, 1915, in Album de Araraquara de 1915, pg. XLIX

QUADRO 1

CAFEIROS E PRODUÇÃO DE CAFÉ NA REGIÃO DE
ARARAQUARA E SÃO CARLOS: 1878

Produção (em arrobas)	NÚMERO DE CAFEIROS				
	Formados	de 3 anos	de 2 anos	de 1 anos	
São Carlos	236.338	2.441.500	1.238.200	1.005.600	1.153.130
Araraquara	67.550	671.500	244.000	353.000	677.000
Dois Córregos	26.100	298.000	293.000	709.000	211.000
Jaú	44.450	504.000	293.200	667.000	783.000
Brotas	100.000	1.263.500	80.000	184.000	626.560
Total	474.438	5.178.500	2.148.400	2.918.600	3.450.690

FONTE: Sampaio Vidal, B.A. - Estudo Histórico e Geográfico da Cidade e do Município de Araraquara. In Album da Araraquara, Org. Antonio França, 1915, pg. XLIX.

desempenhar um papel no abastecimento da área mais densamente ocupada do Leste: ou pela criação de porcos, ou, com a proximidade das áreas de criação dos estados vizinhos, pela pecuária de engorda ou de criação (para o que a existência de campos naturais nessa região favoreceu)" (31).

Com o açúcar, que passa a enfrentar a concorrência crescente do café, nas terras do antigo 'quadrilátero' (32), a situação é similar. A cultura canavieira passa a ser componente da integração da região ao restante do estado, como atesta o depoimento de Tschudi, e como é possível inferir do fato de que mesmo em Rio Claro - que pertencendo à área do quadrilátero açucareiro, tinha alcançado o auge de sua produção por volta de 1850 - a produção de açúcar já tinha se tornado insuficiente para o

(31) Gonçalves Ohtake, op. cit., pg. 43.

(32) Nos referimos, aqui, à área compreendida entre os municípios de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiá.



consumo próprio na década de 1870 (33). Essa inserção prévia, a par da incipiente urbanização, tem sua importância pelo fato de que o café não iria se expandir por terras desocupadas.

As primeiras referências à ocupação da região estão relacionadas aos caminhos coloniais das expedições mineiras com destino à Cuiabá. As dificuldades da travessia pelo Tietê abriam perspectivas para um caminho que atravessasse os 'campos de Araraquara' (34). Esse povoamento prévio se viu reforçado, ainda, pelas notícias de descoberta de ouro, e de certa forma esteve sempre relacionado ao próprio isolamento da região, sendo frequente as referências a uma certa função de 'refúgio'. A posse mais concreta da área se iniciaria com as atividades criatórias e de subsistência, já no contexto da expansão da economia açucareira no estado. E o final do século XVIII e o início dos oitocentos marcaria intenso movimento de apropriação de terras através da disputa pela concessão de cartas de sesmarias, em particular, pelos grandes fazendeiros de açúcar da região de Itú, Piracicaba e Campinas, tanto com o objetivo de estabelecer 'fazendas de criar', como de assegurar a retenção das terras, até mesmo para uma futura expansão do cultivo da cana, ou ainda, de mero ganho patrimonial (35).

A pecuária, e depois o açúcar, representariam uma forma de incorporação da região - mesmo que marginal - ao restante do estado. Ao longo da primeira metade do século passado, a lenta ocupação das terras pelos sesmeiros, ou por fazendeiros que deles as houvessem adquirido, estaria relacionada a estas atividades - ocupação, aliás, que não seria desprovida de conflitos com os antigos ocupantes. A disputa crescente de

(33) Dean, op. cit., pg. 41 e Leal Diniz, op. cit., pg. 107.

(34) Ver: Alberto Lemos, s/data, pg. 13 a 20, 75 e ss.; Casalecchi, 1973, pg. 24 e 25; Marques, 1978, pg. 48 e 50.

(35) Sobre o papel de isolamento e dessa função 'refúgio' ver Martinez Correa; 1967, pg. 25; e Truzzi, 1985, pg. 6 e ss. Sobre a concessão de sesmarias ver: Alberto Lemos, op. cit., sobretudo, cap. U, XII e XIU; bem como Casalecchi, op. cit., 36 e 38; e Truzzi, pg. 8 e ss.

terras pelo café, nas antigas regiões canavieiras, vai deslocando esse cultivo, ainda que de forma incipiente. A forma típica que apresenta a exploração agrícola nesse período é a fazenda mista: a cana convivendo com a pecuária. A grande e contínua redução do valor representado pela pecuária em relação aos bens inventariados é o sintoma dessas transformações: os animais, que chegaram a responder por mais de um terço dos bens durante a década de 1830, têm sua participação reduzida na de 1840 à 11,7% e à 8,5% na de 1850, na região de Araraquara.

O avanço da ocupação e as próprias condições de isolamento acabariam por conduzir à criação da freguesia de Araraquara em 1817, época das primeiras notícias de plantações de cana-de-açúcar. Em 1836, como resultado dessas transformações, Araraquara, que já havia sido elevada a vila em 1832, aparece, no levantamento do Marechal Muller com uma população de 2.764 habitantes, abrangendo vasto território, onde se incluem desde São Carlos até Jaboticabal, e outros municípios da 'Araraquarense'. Em 1854 essa população atinge 4.965 habitantes, com um número significativo de fazendas de cana-de-açúcar convivendo com a atividade criatória, num contexto de uma vida urbana insignificante. "Um pouco antes de 1856, data de fundação de São Carlos, nada mais havia na região além de fazendas localizadas numa zona pioneira, tocadas por braço escravo, que lidavam com a criação de alguns bovinos e suínos, bem como um incipiente cultivo de cana-de-açúcar. O núcleo mais próximo era Araraquara, onde as primeiras casas já haviam surgido quatro décadas antes, mas que muito pouco progredira. Em São Carlos, o primeiro agregado de ranchos de madeira cobertos de palha se distribuiu em torno da capela erigida pelos proprietários da sesmaria do Pinhal, em sua maior parte irmãos herdeiros da família Arruda Botelho" (36).

Na realidade, as condições de isolamento da região eram tais, que parecem ter pesado de forma mais significativa nas alterações administrativas do que o próprio avanço da lavoura canavieira. São frequentes, nesse sentido, as referências às dificuldades criadas pela enorme distância entre Araraquara e Piracicaba cuja Câmara respondia, até 1832, pelos destinos de toda a região. Esse fato, aliás, pode ser acompanhado pela evolução do povoamento da região comparativamente ao

(36) Truzzi, op. cit., pg. 11.



restante da chamada 'Baixa Paulista', apresentada no Quadro 2 (37). Araraquara, desmembrada de Piracicaba em 1832, aparece no levantamento de 1836 com 2764 habitantes. Porém, Limeira e Rio Claro, cujos desmembramentos datam de 1842 e 1845, já apresentariam em 1854 populações mais elevadas, o que é particularmente significativo, pois a população referida para Araraquara corresponde ao povoamento de vasta região, que envolve, como já fizemos referência, tanto São Carlos, como vários outros municípios das atuais Regiões Administrativas de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto (38).

O avanço da ocupação das regiões do 'Oeste antigo', incluindo a Depressão Periférica, reflete com precisão o sentido da ocupação pela economia canavieira e depois pelo café. A topografia particular dessa região acabaria por estabelecer, para aquele momento, barreira natural à extensão comercial dessas culturas. Assim é que o limite do 'quadrilátero açucareiro' e da expansão cafeeira prévia à ferrovia é a própria Depressão Periférica, 'primeiro degrau' do planalto paulista.

De qualquer forma, a expansão da cultura canavieira na região de Araraquara e São Carlos jamais teria a dimensão que houvera obtido no quadrilátero. Aqui, ela desempenhou papel muito mais significativo do que a mera ocupação prévia das terras. "A cana-de-açúcar - assim como o café o faria, com muito maior intensidade, mais tarde - foi se espraiando conforme encontrava solo adequado, aproveitando a rede urbana existente, fazendo crescer os núcleos urbanos antigos e criando novos a partir de povoados incipientes que até então eram apenas pousos de beira de estrada para os viajantes que demandavam o sertão do planalto ocidental. Dessa geração de novos núcleos urbanos, surgidos na Depressão Periférica nesse

(37) A Baixa Paulista, em contraposição aos últimos trechos da Estrada de Ferro da Cia. Paulista que na região de Marília receberam o nome de Alta Paulista, compreende as regiões mais antigas da estrada, a ligação Campinas-Rio Claro-Araraquara.

(38) Segundo o Quadro Demonstrativo do desmembramento dos municípios, publicado pelo SEADE, no informe Demográfico nº 1, seriam desmembrados de Araraquara, nesse período: Jaboticabal (1967), que inclui Barretos, Taquaritinga, Bebedouro, São José do Rio Preto, etc...; e São Carlos em 1865. Em 1890 o município de Araraquara ocuparia, ainda, uma área equivalente a cerca de 17 municípios da atual divisão administrativa. Informe Demográfico nº 1, 2ª edição, 1981, pg. 5 e 6.

QUADRO 2

POPULAÇÃO DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA
BAIXA PAULISTA: 1836-1874

	1836	1854	1874
Araras	-	-	5.495
Araraquara	2.764	4.965	9.767
Descalvado	-	2.430	5.709
Jaboticabal	-	2.885	5.259
Limeira	-	5.045	14.283
Pirassununga	-	-	7.169
Rio Claro	-	6.564	15.035
São Carlos	-	-	6.897

FONTE: Camargo, J.F. - "Crescimento..." op. cit., tab. 6, vol. III.

período, faz parte Rio Claro..." (39). Em Araraquara e São Carlos esse componente urbano foi absolutamente marginal, dada as próprias dimensões que assume a cultura da região. E, se é possível afirmar que "a lavoura de cana, ... animou a vida urbana, ... permitiu um aumento dos bens de consumo", é preciso, também, como lembra Martinez Correa, ter em vista que "apesar de ter a região iniciado uma lavoura comercial, os rendimentos deveriam ainda ser muito baixos e a vida econômica medíocre" (40).

A importância maior da experiência canavieira para o café estaria, de certa forma, restrita à ocupação prévia das terras. Embora as primeiras manifestações do plantio cafeeiro tenham ocorrido ainda sob a égide do escravismo, a economia canavieira não desempenhou aqui - como faria em outras regiões do estado - o papel de legar uma ampla base servil para a expansão cafeeira, dada a própria precariedade dessa economia. De forma similar ao que ocorrera com a cana-de-açúcar e a pecuária, esse momento se caracterizaria pela fazenda mista de cana e café. Tal como em outras regiões essa seria a manifestação da transição à economia cafeeira. Em 1852 são registradas duas fazendas nestas condições; em 1854 se apontam quatro; em 1862, quando os cafeeiros começam a ser registrados - ainda de forma restrita - nos inventários das fazendas próximas à Araraquara, aparecem indicações de cerca de 30 pequenos engenhos de

(39) Gonçalves Dhtake, op. cit., pg. 32.

(40) Martinez Correa, op. cit., pg. 84.



açúcar (41).

Se é certo que essa cultura tenha desempenhado papel mais significativo nas proximidades do município de Araraquara, do que na região de São Carlos - o que se associa não apenas com a diferenciação da qualidade do solo, que na primeira dessas regiões apresenta extensões maiores de terra roxa, mas com a própria precariedade das bases comerciais da economia açucareira da região, restringida, de um lado pelas distâncias à vencer, e de outro pela própria dimensão do cartel escravista num momento de elevação do preço da mão-de-obra servil - é certo, também, que em toda a região ela esteve associada com o movimento de apropriação de terras anteriores à chegada do café (42), é da região do antigo 'quadrilátero' que se originam a grande maioria dos sesmeiros, da mesma forma que os grandes fazendeiros de café também tiveram seus nomes associados ao cultivo da cana-de-açúcar.

Assim, se os desmembramentos de São Carlos, em 1865, e de Jaboticabal, em 1867, são reflexos de algum crescimento regional e de um incremento da vida urbana, como atesta o depoimento de Taunay para 1867(43), é perfeitamente constatável a fragilidade dessa 'urbanização' prévia à economia cafeeira. As funções urbanas estariam muito mais ligadas ao papel que os núcleos desempenham na articulação com o 'sertão' - como atestaria a Guerra do Paraguai (44), ou relacionadas com o próprio isolamento. O sítio urbano primitivo era uma extensão dessas funções: a Igreja, a Cadeia, o Cemitério, etc., estão sempre entre as obras principais. A dimensão restrita e a natureza escravista do açúcar limitariam, sobremodo, as possibilidades que a urbanização tomasse outro sentido.

(41) Sobre as fazendas mistas na Região ver: Martinez Correa, op. cit., pg. 60, 76 e 77; Casalecchi, op. cit., pgs. 20, 29 e 30, onde se inclui um relato de Taunay para Campinas em 1836, sobre essa forma de transição do açúcar ao café.

(42) Sobre o papel mais restrito do açúcar em São Carlos ver, sobretudo, Damiano, 1975, pg. 8, e Devescovi, 1985, pg. 24. Sobre a cana-de-açúcar em Araraquara, ver Martinez Correa, op. cit., pg. 65 e ss.

(43) "A vila é bonita, pelo menos tal nos parece, bem provida de gêneros e com tal ou qual animação da sociedade", apud Martinez Correa, op. cit., pg. 109.

(44) Sobre a guerra e suas repercussões na Região ver o trabalho de Martinez Correa, pgs. 110 e ss.



2.2. A CHEGADA DO CAFÉ À REGIÃO

As primeiras plantações de café, em 1840, foram levadas a cabo por Carlos José Botelho nas terras da fazenda do Pinhal. Em 1852 são registradas duas fazendas de café na região do município de Araraquara - incluindo São Carlos, cujo desmembramento data de 1865. Em 1854, o levantamento estatístico do brigadeiro Machado de Oliveira registra quatro fazendas nestas condições e uma produção de 2.000 arrobas no município. A Câmara de Vereadores, por sua vez, faz menção à uma produção de 2.000 arrobas no ano de 1862, e de 2.880 em 1864. Martinez Correa, comentando o depoimento de Taunay, de 1866, confirma esse avanço da cultura cafeeira na região. (45)

Mas essa seria uma lenta evolução, premida que estava pelas restrições impostas pela distância. O efetivo início de um cultivo comercial remonta ao fim dos anos sessenta e o começo da década de 1870, já no contexto da expansão ferroviária em São Paulo. A presença esporádica, anterior a esta data, está inserida no processo de avanço do café escravista pelo 'oeste' do estado, a partir da década de 1840. Em 1854 a produção de Campinas já se elevava à 335.550 arrobas e a de Rio Claro à cerca de 100 mil arrobas. Aqui, o café avançou aproveitando a infra-estrutura criada com a expansão canavieira, incorporando terras em condições de produtividade muito melhores que no Vale do Paraíba. O aumento do consumo mundial assegurava a ampliação das exportações brasileiras, particularmente favorecidas a partir da metade da década de 1850, com a recuperação dos preços internacionais (46).

Como afirmamos, na metade do século o café já era a principal cultura em quase todos os municípios do 'quadrilátero açucareiro'. Seu

(45) Idem, pg. 78.

(46) Os preços médios da década de 1840 haviam sido de 0,33 libras; e sobem para 0,47 na década seguinte e alcançam cerca de 0,59 por arroba nos anos sessenta. Ver Anuário Estatístico do Brasil, separata 1939/40, pg. 87, 88 e 91.

avanço para além dessa região estaria na dependência da ferrovia, mas seria condicionado, também, à solução do problema da mão-de-obra. A partir desse momento, a generalização do consumo de café nos mercados centrais, que segue a queda dos preços entre 1820 e 1850, asseguraria um mercado em ampliação. E a elevação dos preços, a partir de 1857, acabaria por viabilizar sua expansão, mesmo a custos crescentes, derivados tanto das condições de transportes, quanto do encarecimento do preço do escravo. Mas os limites à sua expansão são claros. Na realidade, estão em jogo as condições de reprodução da economia escravista. Como aponta Cardoso de Mello, os últimos anos a década de sessenta marcam a crise da economia escravista cafeeira.

Na região, inserida ainda marginalmente nesse processo, essa problemática se reproduz. Trazidos por seus donos, que possuíam propriedades rurais em outros municípios, ou importados de outras regiões, os escravos haviam se constituído no suporte da precária economia açucareira local, e seriam também a base desse incipiente início da cultura cafeeira na região. Como em todo estado, como aponta Emília Viotti, o preço da mão-de-obra escrava se eleva rapidamente, sobretudo após 1850, com as restrições ao tráfico, no que a autora caracterizaria como revalorização do braço escravo (47).

Martinez Correa aponta esse processo para Araraquara: o preço médio que nas décadas de 1830 e 1840 era respectivamente de 306 e 349 mil réis, salta na de 1850 para 689 mil réis, atingindo nos anos sessenta a média de 833 mil réis (48). Mesmo assim, o 'plantel' escravista apresentaria crescimento contínuo, como veremos, até praticamente os anos que antecedem a abolição. A carência de braços para a lavoura induz à importação de outras regiões, garantidas de início, mesmo a preços crescentes, pela maior produtividade dos cafeeiros. Se em 1852, num rol de 438 inventários, são apontados 1176 escravos no conjunto do município de Araraquara - o que inclui, repetimos, São Carlos e Jaboticabal - em 1874

(47) Viotti da Costa, 1966, pg. 129 e seqts. ver, também Spindel, 1979, pg. 36 e 37.

(48) Martinez Correa, op. cit., pg. 70



esse número seria de 1568 em São Carlos e de 1626 em Araraquara (49). Essa carência de mão-de-obra, que na realidade repete em dimensão menor os processos que se desdobram nas regiões de Campinas e Rio Claro, reflete-se na queixa permanente dos fazendeiros. Assim, em 1865 a Câmara de Vereadores de Araraquara faz uma tentativa junto ao consul americano para atrair imigrantes. Da mesma forma, alguns anos depois, o Conde de Pinhal, repetindo o que acontecera décadas antes na região de Rio Claro, financiaria a vinda de 100 famílias de colonos alemães.

Mas é no contexto da expansão cafeeira das décadas de setenta e oitenta que a região efetivamente se incorpora ao cenário econômico de São Paulo. Esses são os anos da "reviravolta decisiva". Estimulados pela alta de preços internacionais, que em 1873 são mais de duas vezes superiores à média de 1868/1872 e que se manteriam altos praticamente durante quase vinte anos, a economia cafeeira avança rumo ao 'oeste' (50). Entre 1876 e 1883, Cano estima que o novo plantio duplique o estoque de cafeeiros produtivos do estado, que era de 106 milhões, em 1880 (51). Mas esses são anos de reviravolta sobretudo pelas condições gerais em que se dá essa expansão do cultivo. Agora, ferrovia e beneficiamento iriam desenhar um panorama decisivamente diferente para o café. Se de um lado, reforçavam a economia escravista, ao remover alguns dos obstáculos que entravavam seu desenvolvimento, incrementando tanto a rentabilidade corrente quanto as perspectivas de lucro do investimento, de outro ao incorporar novas terras e ao estender o plantio, reporião o recorrente problema da falta de braços. A estrada de ferro e a maquinização do beneficiamento não somente reforçariam a economia mercantil-escravista cafeeira nacional. Ao mesmo tempo, se oporiam a ela, criando condições para emergência do trabalho assalariado. Não seria preciso, ainda nas palavras de Cardoso de Mello, que a

(49) Para 1852, Martinez Correa, op. cit., pg. 76. Para 1874 ver Camargo, op. cit., vol. II. As informações de 1854, do Brigadeiro Machado Oliveira, indicam apenas 4 fazendas de café e 61 escravos, o que evidentemente não se compatibiliza com as demais informações.

(50) O preço médio entre 1868/72 seria de 0,46 libras por arroba, enquanto atinge, entre 1872/1881, o valor médio de 0,86, caindo entre 1881/1887 para 0,52 e voltando a crescer para 0,88 libras por arroba entre 1887 e 1895. E, embora a política cambial absorva parte dessas variações, esses movimentos também são seguidos pelos preços em moeda nacional, ver Anuário Est. Brasil, 1939/40, pg. 88.

(51) Cano, op. cit., pg. 22 e tabela 2, pg. 41.

economia escravista se desintegrasse, por não oferecer rentabilidade, para que fosse colocada em xeque, bastaria que obstasse a acumulação (52).

Esses são anos decisivos para os destinos da economia escravista. Em síntese, era iminente o fim do escravismo, mas, por outro lado, este se via reforçado no oeste paulista. "Máquinas de beneficiamento e ferrovias, as primeiras aumentando a produtividade e as últimas reduzindo custos, resultavam, assim, em forte ampliação das margens de lucro. Dada a disponibilidade de terras e o comportamento da demanda externa, isso implica na necessidade de ampliar a acumulação cafeeira. É exatamente neste momento, que compreende os últimos anos da década de 1870 e os primeiros da década seguinte, que esse alto poder de acumulação explica a impossibilidade da permanência do escravismo no café..." (53).

Abre-se, assim, para o oeste paulista, um período de extraordinário crescimento. Sob mão-de-obra escrava, e depois, com a imigração em massa, sob o regime do colonato, esses anos revolucionariam a vida dos pequenos núcleos urbanos dessa parte do planalto ocidental. A incorporação de novas terras para fazer frente a esse poder de acumulação estaria resolvida com a ferrovia, em si mesma outra fonte de lucros. A São Paulo Railway atinge Jundiá em 1867. A Paulista, organizada a partir de capitais ligados diretamente ao café, alcança Campinas, em 1872, e Rio Claro, em 1876. Mogiana, Sorocabana, Ituana compoem o restante desse quadro. A marcha cafeeira caminha rumo ao oeste à procura de novas terras, de preferência manchas de terra roxa. O avanço do povoamento segue à frente da própria ferrovia, e se nas décadas anteriores estivera restrito primeiro a alguns aventureiros e depois a alguns cafeeicultores pioneiros, a partir de 1875 se acelera rapidamente.

Em 1872, Martinez Correa aponta, para Araraquara, o registro de 72 fazendeiros dos quais 52 são cafeeicultores, 9 são senhores de engenho e 11 cultivam café e cana (54). O Almanaque de São Paulo do ano seguinte registra também esse avanço do cultivo. Se referindo a São Carlos diz: "Nele se cultiva café em quantidade e cana-de-açúcar". E, em relação a Araraquara, indica, talvez superestimando seu número, a existência de

(52) Cardoso de Mello, op. cit., pp. 81 e 83.

(53) Cano, op. cit., pgs. 34 e 35.

(54) Martinez Correa, op. cit., pg. 140.



10 máquinas de beneficiar café (55). No mesmo sentido segue o depoimento de Alfredo Ellis Jr. ao comentar, na biografia de seu pai, a organização da fazenda Santa Eudóxia em terras do município de São Carlos, no ano de 1874 (56).

A partir do Quadro I é possível estimar que o plantio entre 1865 e 1875 tenha sido de 2,4 milhões de pés em São Carlos e de um pouco mais de 500 mil pés em Araraquara, enquanto entre 1875 e 1878 tenham sido plantados cerca de 3,4 milhões de pés em São Carlos e mais de 1,2 milhões de pés em Araraquara. O que está sintetizado no Quadro 4, construído a partir das informações disponíveis sobre a produção e o estoque de cafeeiros, com base no fato de que um cafeeiro novo só se torna plenamente produtor depois do quinto ano (57).

Nos valem, mais uma vez, das palavras de Martinez Correa para comentar o incremento do plantio no município de Araraquara: "De modo geral os cafezais tinham começado a aparecer por volta de 1868 a 1870. De 1870 a 1899 notamos diversos momentos de expansão dos cafeeiros. Um dos fatores que devem ter contribuído para o início dessa lavoura, nessa época, foi a construção da E.F. Paulista que no ano de 1872 atingia Campinas. Diante das possibilidades das melhores condições de transportes o que significava uma redução nas despesas de frete e economia de tempo, os fazendeiros teriam sido induzidos a plantar café em Araraquara. Os cafeeiros plantados nessa ocasião começaram a produzir a partir de 1875. Nessa época, os trilhos da E.F. Paulista, já se aproximavam de Rio Claro, tendo atingido essa região em 1876. As perspectivas eram animadoras. O sucesso dessa primeira etapa serviu de incentivo à novos investimentos" (58).

(55) Almanaque para São Paulo - 1873, pg. 535 e segts.

(56) Ellis Jr., 1950, pg. 59.

(57) Esse quadro retrata o 'plantio líquido', ou seja, os novos pés plantados, já descontadas as eventuais erradicações. No que diz respeito aos números descritos é bom lembrar que estão sujeitos a certas reticências, tanto pela inexistência de maiores informações, quanto pela sua origem. Um exemplo particular refere-se aos dados de 1878, que poderiam superestimar o plantio, na medida em que foram organizados com objetivo de justificar a extensão da estrada de ferro.

(58) Martinez Correa, op. cit., pg. 172 e 173.

Para esse período, a autora comenta que os anos de 1867, 1869, 1874 e 1877 são particularmente favoráveis ao plantio que se intensifica em Araraquara a partir de 1880. O Relatório de 1886, preparado pela Comissão Central de Estatística poderia desenhar um bom perfil dessa situação. Infelizmente ele subestima a produção cafeeira de São Carlos, atribuindo uma produção de um milhão de kilogramas (66.667 arrobas), enquanto indica para Araraquara uma produção de 140.000 arrobas. As indicações de Leal Diniz, com base nos dados do volume de café embarcado por estações da E.F. Rio Claro, que a partir de 1885 já tinha atingido Araraquara, auxiliam a refazer estas estimativas. Em 1884, antes portanto de atingir Araraquara, a quantia de café embarcado na estação de São Carlos é de 227 mil arrobas enquanto em 1886, com os trilhos parados em Araraquara, o café embarcado em São Carlos atinge 343 mil arrobas e o embarque na estação de Araraquara é de 104 mil arrobas. Na realidade, como aponta Leal Diniz, a produção das zonas novas já é superior a de Rio Claro em 1886, e a estação de São Carlos embarca no primeiro semestre de 1886, cerca de 40% do total transportado pela E.F. Rio Claro, elevando esta participação para 47% no segundo semestre desse ano, quando o município já não é mais ponta de trilho e estão concluídas as ligações com Brotas, Dois Córregos e Araraquara (59).

Assim, nesta década de 1870, a região se incorpora definitivamente ao panorama cafeeiro do estado. Quando a reativação do plantio de café mais que triplica, entre 1886 e 1897, o estoque de cafeeiros do estado, com a plantação de cerca de 465 milhões de pés de café, a região estaria encravada na 'franja pioneira'. Em 1905, quando os cafeeiros plantados nesses períodos já estão em plena produção, em Araraquara são apontados cerca de 18 milhões de pés, em São Carlos mais 25 milhões de pés, e somando-se o número de cafeeiros dos sete municípios que compõe a área de influência mais diretas dessas cidades, temos cerca de 66 milhões de pés, uma cifra particularmente importante frente aos 689 milhões de pés do estado de São Paulo. Desse plantio é possível estimar que Araraquara já

(59) Leal Diniz se refere, é claro, à região de Rio Claro servida pelos trilhos da E.F. Rio Claro, e não ao total do município, que pelas estatísticas de 1886, produziria, neste ano, 600 mil arrobas. Ver Diniz, op. cit., pg. 151 e Relatório de Comissão Central de Estatística, 1888, pg. 293, 468 e 485.

Ver Monbeig, op. cit., pg. 170, sobre os reparos que podem ser feitos a essa estatística; bem como Taunay, op. cit., no vol. sexto, tomo IV, pgs. 333 e segts.

CAFEIROS E PRODUCAO NA REGIAO DE ARARAQUARA E SAO CARLOS
1878 - 1901

a) Producao (em mil arrobas)

	1887	1881	1886 (2)	1892	1895	1897 (3)	1899	1900 (4)	1901 (5)
Araraquara	67,6	-	140,0	-	700	2.250	-	900	1.038
Boa Esperanca (1)	-	-	-	-	-	-	300	200	300
Ibitinga (1)	-	-	-	-	14	40	72	46	62
Itapolis (1)	-	-	-	-	1	45	310	57	267
Natao (1)	-	-	-	-	-	-	-	320	472
Soma	67,6	-	140,0	-	715	2.335	-	1.523	2.139
Sao Carlos	236,3	250	66,7	1.030	-	-	1.200	1.356	-
Total da Regiao	303,9	-	206,7	-	-	-	-	2.879	-

b) Cafeeiros em producao (em mil pes)

	1878	1895	1897 (6)	1899	1900 (7)	1901 (7)
Araraquara	671	7.000	-	7.000	11.428	14.980
Boa Esperanca	-	-	-	4.000	4.500	4.000
Ibitinga	-	250	800	1.178	2.448	1.763
Itapolis	-	132	642	784	-	1.050
Natao	-	-	-	-	3.250	7.250
Soma	671	7.382	-	-	-	29.043
Sao Carlos	2.442	-	-	21.450	-	-
Total da regioao	3.113	-	-	-	-	-

(1) Os municipios citados foram desmembrados de Araraquara, nas seguintes datas: Boa Esperanca - 1898, Ibitinga - 1890, Itapolis - 1891 e Natao em 1893.

(2) A producao de 1886 para Sao Carlos esta, evidentemente, subestimada.

(3) A producao de 1897 para Araraquara esta, evidentemente, superestimada, da mesma forma que a producao de Sao Carlos de 87.000 arrobas esta subestimada e nao foi incluída no quadro.

(4) A producao de Itapolis foi estimada a partir do numero de cafeeiros, com base na produtividade media da regioao.

(5) A producao indicada para Sao Carlos, em 1901, e de 6 milhões de arrobas, mas devido ao erro de superestimacao, nao foi incluída no quadro.

(6) O numero de cafeeiros indicados para Araraquara em 1897 e de 15 milhões de pes, mas devido aos erros de superestimacao nao incluímos esse valor no quadro.

(7) E possivel estimar o numero de cafeeiros nesse ano para Sao Carlos pela media entre 1899 e 1902. Assim encontraríamos 22.394 mil cafeeiros. O Club da Lavourea por outro lado indica a presenca de 27,2 milhões de pes em 1899.

FONTES: 1878: Sampaio Vidal, B.A., in Album de Araraquara, 1915.

1881 e 1892: Damiano, O., op. cit.

1886: Camargo, J.F., op. cit.

1895-1901: Relatorios, APESP.

QUADRO 4
 EVOLUCAO DO PLANTIO DE CAFE NA REGIAO DE ARARAQUARA E SAO CARLOS
 1865 - 1897

(em mil pes)

	1865/1875	1875/1878	1879/1881	1879/1887	1882/1890	1891/1894	1895/1897
ARARAQUARA	670	1.270	1.000	-	2.500	1.500	8.000
						1888/1894	
SAO CARLOS	2.440	3.400	-	4.900	-	10.000	2.000

OBS.: Este Quadro, foi constituído a partir do Quadro 3, levando em consideração que um pe se torna produtor no seu 5o. ano.
 O plantio aqui considerado é líquido, ou seja, plantio menos eventuais erradicações (veja Cano, W., op. cit., pg. 41).

FONTE: Quadro 3.

contasse em 1881 com 3 milhões de pés, atingindo cerca de 5,5 milhões de cafeeiros em 1890. São Carlos, por sua vez, havia iniciado antes a expansão do cultivo e já contaria em 1887 com cerca de 10,5 milhões de pés, quase a metade, portanto, dos cafeeiros que conservaria durante o início do século XX.

Na região, essa expansão do cultivo traduz 'in nuce' a problemática da transição. A incorporação crescente de terras, sobretudo após a chegada da ferrovia, repõe recorrentemente a questão da falta de braços, particularmente quando os cafeeiros novos começam dar seus primeiros frutos. Mas a excepcional produtividade física das terras recém incorporadas, aliada ao beneficiamento e à ferrovia, impõe a continuidade desse movimento, numa conjuntura de demanda externa crescente e preços elevados. Mesmo enfrentando a elevação do custo da mão-de-obra escrava, amplia-se o 'cartel' escravista da região, num contexto em que o número estadual de escravos se mantém praticamente constante, repondo, mais à frente e em maior intensidade, a falta de braços. A certeza da inviabilidade crescente desse processo estimula as experiências com mão-de-obra livre, reforçando ainda mais a luta contra a escravidão. Mas com exceção de poucos casos particulares, a consciência do término iminente do escravismo não representa a adesão do fazendeiro aos ideais de libertação, não apenas pelo juízo que faz do negro, mas, sobretudo, pela perspectiva de desvalorização do capital imobilizado em um número crescente, e cada vez mais caro, de escravos (60).

Assim, entre 1874 e o início dos anos oitenta, o número de escravos aumenta em Araraquara e mais do que dobra em São Carlos, como podemos acompanhar no Quadro 5. Seus preços, por outro lado, continuam se elevando, vindo a cair, rapidamente, apenas às vésperas da abolição. Martinez Correa aponta, como havíamos dito, preços médios crescentes para as décadas de 1840, 1850 e 1860, com valores de 349, 689 e 833 mil réis, respectivamente. Na primeira metade da década dos anos setenta esse preço seria de 847 mil réis, para atingir o maior valor médio entre 1875 e 1879, quando alcança a cifra de 1.132 mil réis, caindo ao aproximar-se o fim do

(60) Sobre a resistência ao movimento abolicionista, ver Viotti da Costa, 1979, pg. 224 e 226. Em Araraquara esse processo é descrito por Martinez Correa, op. cit., pgs. 165 e seguintes. Truzzi, por seu lado, retrata muitíssimo bem esse movimento e as condições de vida dos escravos em São Carlos, na obra já citada, pgs. 49 e seguintes.

QUADRO 5

POPULAÇÃO ESCRAVA: ARARAQUARA E SÃO CARLOS
1874:1887

	1874	1883	1884	1885	1886	1887
SÃO CARLOS	1.568	3.465	3.774	3.773	2.982	3.726
ARARAQUARA	1.626	2.247	1.828	1.811	1.300	1.627

FONTE: 1874 e 1886 - Camargo; 1883, 1884, 1885 e 1886, APESP, Relatórios, apud. Truzzi, O., op. cit.,
pg. 40.



escravismo, para um valor médio de 742 mil réis (61). Esses preços e a deficiência crônica da oferta de escravos, ao longo de todo esse período, levaria a que a sua quase totalidade fosse empregada exclusivamente no trabalho agrícola, em todos os estágios do cultivo.

Mas, o momento particularmente crítico em que ocorre o desenvolvimento da economia cafeeira acabaria incentivando, dadas as próprias condições excepcionais que assume o avanço do café, outras tentativas de contornar o problema da mão-de-obra. Já se tornaram célebres, nesse sentido, as tentativas de parceria levadas a cabo na região de Campinas e Rio Claro, particularmente a de Ibicaba pelo senador Vergueiro. Sobre esse empreendimento não é sequer necessário se estender. Cardoso de Mello apontou a natureza do fracasso dessas iniciativas. Trata-se de 'colonizar para o capital' e não colonizar para povoar; do ponto de vista dos fazendeiros a imigração sintetiza-se no lema: 'Braços para a lavoura'. Necessário aqui é chamar a atenção de que essas iniciativas, mesmo as fracassadas, encontrariam espaço apenas no 'oeste' paulista, onde a acumulação exige respostas para sua continuidade. Nas palavras de Wilson Cano: "Há que se lembrar, de início, que uma região plenamente estruturada pelo regime escravocrata, e em situação econômica decadente, contaria com imensas dificuldades para ingressar num sistema assalariado, ao contrário de outra, como a de Campinas, por exemplo, onde o trabalho livre já viesse penetrando paulatinamente, ou das zonas pioneiras, em franca expansão" (62).

É neste contexto que se enquadram as iniciativas de atrair imigrantes americanos, levadas a cabo pela Câmara de Vereadores de Araraquara em 1865, e o patrocínio da vinda de 100 famílias de imigrantes alemães pelo Conde do Pinhal em 1876 (63). Dessa forma, muito embora a imigração em massa só viesse a se resolver a partir da segunda metade da década de 1880, com o subsídio governamental às despesas de transporte, a imigração anterior à essa data é significativa, em particular nas regiões novas do 'oeste' paulista. Dean aponta que em 1872, cerca de 20% da

(61) Martinez Correa, op. cit., pg. 70 e 163. ver comparação de Truzzi com os valores indicados para W. Dean para Rio Claro, no texto já referido, pg. 37.

(62) Cano, op. cit., pg. 35.

(63) Martinez Correa, op. cit., pg. 70 e Damiano, op. cit., pg. 9.



população de Rio Claro era constituída por alemães e suíços. Truzzi comenta que na Fazenda Palmital, em São Carlos, cerca de 80% da colheita de 23.739 alqueires de café foi realizada, no ano seguinte à abolição, por colonos italianos. Da mesma forma que uma série de atividades 'urbanas' desse período começam a estar relacionadas com nomes alemães ou suíços. Em 1886, o levantamento da Comissão Central de Estatística aponta 2.051 estrangeiros em São Carlos, 12,7% da população e quase 70% do número de escravos nesse mesmo ano, enquanto em Araraquara o número de estrangeiros é de 617, o que equivale à cerca de 6,5% da população e 48% do número de escravos⁽⁶⁴⁾.

Movidos pela necessidade de fazer avançar a acumulação, os fazendeiros tanto recorrem à mão-de-obra escrava como multiplicam as experiências com mão-de-obra livre. Como afirma Wilson Cano: "O primeiro grande salto da expansão cafeeira de São Paulo, entre 1876 e 1883, quando dobra a capacidade produtiva do café, já seria feito parcialmente, dentro de relações capitalistas de produção..."⁽⁶⁵⁾. E aqui se enquadra, também, a utilização crescente de mão-de-obra livre nacional. Martinez Correa, nesse sentido, analisando o crescimento da população de Araraquara, estima que sua maior parte tivesse procedência nacional, durante esse período. Da mesma forma, Truzzi deduz essa presença pelo envio de donativos às vítimas da seca no nordeste, efetuada pela Câmara Municipal de São Carlos, em 1877, à pedido de nordestinos radicados no município⁽⁶⁶⁾.

É certo que a utilização de mão-de-obra nacional estaria, em linhas gerais, restrita a tarefas especializadas. Nas palavras de Beiguelman: "A época em que o Oeste novo inicia a incorporação do imigrante europeu, a lavoura operava com três tipos de braços: o livre nacional, para as tarefas de derrubada de matas; o escravo para a formação das lavouras novas e o imigrante para o trato do cafezal"⁽⁶⁷⁾. Mas, em que pese as 'restrições'

(64) Para Rio Claro, ver Dean, op. cit., pg. 122. Para São Carlos Truzzi, op. cit., pg. 55. Quanto os nomes alemães e suíços em Araraquara, ver Martinez Correa, op. cit., pg. 171.

(65) Cano, op. cit., pg. 35.

(66) Martinez Correa, op. cit., pg. 170 e Truzzi, op. cit., pg. 63. A seca referida, diz respeito ao período 1877/1880.



dos fazendeiros à utilização da mão-de-obra livre nacional, esses migrantes desempenharam um papel fundamental como jornaleiros, camaradas, ou eventualmente como colonos. Até porque, esse é um momento de formação dos cafeeiros, e os requisitos de mão-de-obra se colocariam de forma muito mais significativa apenas quando essa nova capacidade produtiva desse seus primeiros frutos, o que ocorreria, em escala ampliada, após o início da imigração em massa.

Cano discute esse problema para o conjunto do Estado, no momento particularmente crítico da expansão de 1876/1883. Os mais de 100 milhões de pés acrescidos à capacidade produtiva do estado, iriam requerer, à uma média de 2.000 pés de café por trabalhador - incluindo as tarefas complementares - um número adicional de 100 mil escravos. Mas isso se manifestaria ao longo do tempo, à medida em que esses cafeeiros se tornassem produtivos, tornando-se grave quando da colheita e do trato do cafeeiro. Com um plantio distribuído homogêneo ao longo desses anos, Cano calcula a necessidade de 12.500 imigrantes em cada ano, a partir de 1881, sendo que, em qualquer caso, esse seria um problema resolvido a partir de 1886, quando se intensifica a entrada de colonos estrangeiros (68).

Na região, é possível tentar aferir de forma análoga as necessidades de mão-de-obra. Para o desmatamento e a formação das culturas, tanto com mão-de-obra livre nacional ou com trabalho servil, não se evidenciam grandes problemas como atestam alguns depoimentos (69). A questão central, como no restante do estado, coincidiria com o início das primeiras colheitas, quando duplica a necessidade de mão-de-obra. Martinez Correa aponta uma média de 2000 a 3000 pés de café por trabalhador no início do plantio e uma relação de 1000 à 1200 pés quando esses se tornassem plenamente produtivos. Mesmo levando-se em conta essas estimativas, que envolvem um número maior de trabalhadores, é possível afirmar que os períodos mais problemáticos se restringiram aos anos iniciais da década de 1880, particularmente entre 1883 e 1886, para São Carlos. Assim, as estimativas de plantio indicariam para Araraquara - entre a mão-de-obra para o plantio, trato e colheita - a necessidade de menos de mil trabalhadores antes de 1878 e de cerca de 1,6 mil em 1883, um número

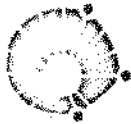
(68) Cano, op. cit., pgs. 37 e 38.

(69) Ver a narração de Ellis Jr. sobre a Santa Eudóxia, op. cit., pg. 59 e seguintes. Ver também, Martinez Correa, op. cit., pg. 165 e Monbeig, op. cit., pg. 102.

menor, até mesmo, do que o cartel escravista do município nesses anos — o que está relacionado a uma eventual subestimação da evolução desse plantio, mas que mesmo assim qualifica qualquer argumento que relacione o problema da mão-de-obra à dificuldade para a extensão dos cafeeiros novos. Para São Carlos, as necessidades de mão-de-obra seriam em 1878 de um pouco mais de 2 mil trabalhadores, enquanto atingiriam em 1883 um número superior à 4 mil, valores um pouco superiores ao número de escravos apontados para esse período, mas compatíveis com uma certa participação de mão-de-obra livre, que pode ser inferida pela significativa presença de estrangeiros no levantamento de 1886. A efetiva necessidade de mão-de-obra, agora para a colheita da capacidade produtiva acrescida depois de 1886, atingiria números verdadeiramente expressivos depois de iniciada a imigração subsidiada, quando os dois municípios estariam entre os maiores receptores de imigrantes em todo o estado (70).

Esta é a situação da lavoura cafeeira na região quando da chegada, em 1884 e 1885, da E.F. Rio Claro em São Carlos e Araraquara. O avanço da cultura tinha sido tal, que o volume embarcado em São Carlos correspondia a pouco menos da metade de todo o café transportado pela ferrovia, incluindo as estações do município de Rio Claro, onde o café já era cultura consolidada. A chegada dos trilhos da Paulista à Rio Claro, em 1876, havia propiciado uma primeira revolução na economia daqueles municípios. A extensão dos trilhos de forma coincidente com o grande avanço do plantio que ocorre depois de 1886 transformaria, definitivamente, a paisagem local. A ferrovia, rebaixando custos de transporte, ampliando a produtividade física pelas alterações que representa na qualidade e velocidade do transporte, impulsionando a vida urbana pelos inúmeros desdobramentos que acarreta, constituindo, em si mesma, um empreendimento altamente rentável, representaria um marco definitivo na vida dessas cidades. Como mostra Cano, a ferrovia pelos seus inúmeros papéis se constituiria numa das mais importantes atividades do complexo cafeeiro. Nesse momento particularmente crítico da vida econômica da província, a ferrovia, na palavras de Emilia Viotti, operava uma verdadeira revolução na economia cafeeira, abrindo, portanto, novas perspectivas para o trabalho assalariado.

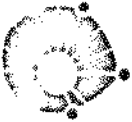
(70) Essas estimativas foram efetuadas com base no plantio estimado pelo quadro 4, pg. 26. Ver também, Spindel, op. cit., pg. 32, onde a autora discute a tese de que não houveram grandes bloqueios ao avanço cafeeiro no oeste.



Ferrovia e café têm seus destinos entrelaçados, como já foi tantas vezes enfatizado, particularmente nessas terras do 'oeste' paulista. Seria preciso esperar muitos anos depois da crise cafeeira, para que as antigas identificações regionais com as ferrovias perdessem parte do seu significado. Baixa Paulista, Alta Paulista, Mogiana, etc., seriam o sintoma maior desse papel crucial, que determinaria uma primeira diferenciação regional do estado. Não que seu avanço houvesse precedido o café e, desta forma, concorrido para estruturar os caminhos de seu desenvolvimento. "Na realidade, a maior parte só foi construída depois das derrubadas já terem avançado suficientemente, de o povoamento já ser numeroso e de as culturas estenderem-se o bastante para assegurar fretes" (71). Seu desenvolvimento não obedeceria, ainda nas palavras de Monbeig, um plano sistemático, pelo contrário, estaria sujeita aos interesses de administradores, produtores e comerciantes. E isso seria particularmente verdadeiro no caso da Paulista, cujo avanço esteve sempre condicionado à evolução prévia do café. Essa identidade estaria definida pelo próprio papel da ferrovia, ao organizar zonas de influência, estabelecer uma rede de comunicações no estado, ao condicionar, de longe, o prosseguimento da marcha pioneira e estabelecer as condições para uma incorporação crescente de terras à economia do estado.

Assim, se os caminhos da ferrovia estiveram concidicionados a esse avanço anterior - do que deve ser excluída, desde logo, a Noroeste - isso não reduz sua importância na estruturação do espaço paulista e viabilização da incorporação das terras. À frente da ferrovia, na dependência de seu prosseguimento, segue uma ocupação prévia, cujos caminhos se orientam, muitas vezes, pelos próprios planos da estrada, como é possível se acompanhar, de forma exemplar, no caso da Alta Paulista. Mas esse papel não se restringe a orientar de longe o avanço da marcha pioneira. A chegada dos trilhos incorpora novas terras à lavoura e faz multiplicar o número de cafeeiros. O avanço da Paulista e Mogiana, a partir de Campinas, é um exemplo particular dessa articulação entre o plantio e o papel da ferrovia. Aqui, as alternativas de prosseguimento dos trilhos, como nos mostra Flávio Saes, se estruturam a partir de toda sorte de interesses que movem a economia cafeeira, reafirmando essa dependência entre estrada e café, e, ao mesmo tempo, condicionando mais à frente, a marcha da economia.

(71) Monbeig, op. cit., pg. 174.



ICAMP

é sintomático, nesse sentido, que a solução às disputas em jogo, com a construção de duas ferrovias, acabassem por privilegiar o eixo entre o Tietê e o rio Mogi-Guaçu, por onde seguia o eixo da Paulista com a mesma bitola de 1,60 metros que ligava Campinas à Jundiá, nesta ocasião, a estação terminal da São Paulo Railway. A Mogiana, que alguns anos depois se beneficiaria pela extensão de seus trilhos pelas áreas de terra roxa de Ribeirão Preto - onde se assistiria uma disputa crescente entre as duas companhias - selaria nesse momento os destinos das encostas da Mantiqueira, com a construção de uma estrada de bitola estreita, sugere, portanto, suas cargas a uma tarefa de baldeação em Campinas. Essa solução, não há dúvida, estava condicionada aos progressos que o café realizava no 'oeste', "a direção mais natural, mais útil aos principais municípios agrícolas desta parte da província e conseqüentemente mais vantajosa aos interesses e créditos da linha", nas palavras de Campos Sales citadas por Saes (72). Mas, se a extensão dos trilhos estaria na dependência da progressão anterior do café, acabaria por determinar, por outro lado, a continuidade desse processo. Multiplicam-se, a partir desse momento, os cafezais da Depressão Periférica, da mesma forma, como vimos, que a chegada dos trilhos em Rio Claro, no ano de 1876, coincide com uma significativa ampliação do plantio bem mais à frente, nas terras dos municípios de São Carlos e Araraquara.

A ligação entre Rio Claro, São Carlos e Araraquara é outra demonstração desses laços entre café e estrada, e, além de ilustrar a forma em que se articulam o avanço da ferrovia e da lavoura, traz à tona as inúmeras influências que cercam sua estruturação, ratificando aquele desenvolvimento não sistemático a que se refere Monbeig. Adolpho Pinto, cuja vida esteve tão relacionada à esse avanço da ferrovia, particularmente da Paulista, relata de seu ponto de vista esses momentos (73).

Os primeiros estudos para a extensão dos trilhos além de Rio Claro já estavam prontos no momento em que a Paulista alcança essa

(72) Saes, 1981, pg. 58. A narrativa da opção desse caminho pela Paulista se encontra nas páginas 56 a 62.

(73) Pinto, 1977, pgs. 62 a 65, a cerca das restrições que podem ser feitas a seu depoimento nessa obra e na sua biografia, ver Célio Debes na introdução a esse mesmo livro, pg. VII e VIII, bem como Saes, 1981, pg. 63, nota 35.



cidade. Sob o patrocínio do governo da província, o Engenheiro Pimenta Bueno havia estabelecido um traçado que objetivava alcançar o Mato Grosso, seguindo pelo espigão entre o Tieté e o Mogi-Guaçu. Em 1879, quando já existem diversas petições para a continuidade dos trilhos - uma das quais, como já fizemos referência, encabeçada pelos deputados provinciais ligados à região - o governo manda ouvir a Paulista sobre seu interesse no trecho até Araraquara. Estabelecido o contrato, em que se determina a preferência do traçado do Engenheiro Pimenta Bueno, e concluídos os estudos da Companhia, o governo acabaria por recusar as plantas apresentadas. A Paulista, por sua vez, se desobriga de seguir a construção segundo o traçado determinado. Na origem dos conflitos estão os interesses do Conde de Pinhal e de outros proprietários da região de S. Carlos e Rio Claro em preservar o traçado original, pelo serrote do 'Cuscuseiro' (hoje Analândia), em benefício das suas terras, enquanto a Companhia tinha o interesse em desviar esse percurso, passando pelo chamado 'Morro Pelado' (hoje Itirapina), facilitando a construção de um ramal para Jaú, Dois Córregos e Brotas. A prevalência dos interesses encabeçados pelo Conde acabaria por conduzir a um novo edital para a construção de uma estrada de bitola estreita seguindo o traçado original. A proposta vencedora, encabeçada pelo próprio Adolpho Pinto, acabaria por ser transferida para as mãos do Conde do Pinhal, que organizaria com Benedito Antonio da Silva a Companhia Rio Claro de Estrada de Ferro.

No período em que os trilhos ficam parados em Rio Claro, o café já havia avançado por São Carlos, Araraquara, Jaú e Brotas. E a organização da Companhia mostra, tal como ocorrera com a Paulista, cujo primeiro empréstimo se efetivaria apenas em 1877, a capacidade financeira do grande capital cafeeiro (74). Estruturada em 1882, com um capital autorizado de 1.600 contos, a Companhia contaria já em 1885 com um capital realizado de 3.000 contos distribuídos por 137 acionistas, número que eleva à 254 no ano seguinte, com uma nova emissão de ações para financiar um ramal até Jaú. Ligada que estava aos interesses dos grandes produtores de café da região,

(74) O surto ferroviário em São Paulo atesta, não apenas pelo volume do capital imobilizado, essas condições. Estruturado inicialmente sob o sistema de garantia de juros, acabaria por abrir mão desse sistema, a partir de 1877, devido à alta rentabilidade das empresas. Ver Saes, op. cit., p. 199 e ss.



o controle da Companhia se concentrava nas mãos dos Arruda Botelho e Mello Oliveira. Seus quatro maiores acionistas, em 1885, o então Visconde do Pinhal, o Barão de Araraquara, o Barão de Mello Oliveira e a Viscondessa de Rio Claro, detinham mais de 50% dessas ações (75). Por ocasião das extensões dos trilhos à Araraquara essa relação viria à tona outra vez. Como descreve Bento de Abreu Sampaio Vidal, o Conde, então presidente da Companhia, convoca a participação em ações da ferrovia no valor de seiscentos contos de pessoas 'gradas' da região de Araraquara, com o objetivo de financiar esse trecho da estrada, o que se concretiza rapidamente, e... "prova que Araraquara é uma terra rica e de patriotas" (76).

Os trilhos da ferrovia alcançam São Carlos em 1884, Araraquara em 1885, enquanto o ramal para Jaú, passando por Brotas e Dois Córregos, estaria concluído em 1887. Nesse momento, como frisamos, o avanço do café já assegurava frete à estrada, muito embora, a maior parte dos cafeeiros da região datem do ciclo expansivo que se inicia em 1886. A chegada dos trilhos - como lembra Odilon N. Mattos, se referindo genericamente para todo o 'oeste' - é um marco na vida das cidades. Mas, principalmente aqui, se levarmos em conta as condições particulares que cercam a instalação da estrada, esse é um fato excepcionalmente marcante. Em primeiro lugar, os anos imediatamente posteriores caracterizariam uma expansão cafeeira que só encontraria paralelo nos anos vinte desse século. Nesses onze anos, que cobrem o período de 1886 à 1897, sob condições de preços e demanda externa extremamente favoráveis, com os problemas de mão-de-obra resolvidos a partir do início da imigração em massa, a produção cafeeira do estado cresce continuamente com a incorporação de mais de 460 milhões de cafeeiros. Em segundo lugar, a solução específica que envolveu o avanço da ferrovia, com a constituição da E.F. Rio Claro a partir da desistência da Paulista, acabaria por determinar que Araraquara se constituísse durante muitos anos como ponta de trilho, até a chegada da ferrovia em Jaboticabal, já em 1893. Durante esses anos, a região fez parte da vasta 'franja pioneira' que envolvia o reverso da 'cuesta' e o início do planalto ocidental. Com a ferrovia resolvendo os problemas de transporte do café,

(75) Leal Diniz, op. cit., pp. 147 a 151.

(76) Sampaio Vidal, Album de Araraquara, 1915, pg. L.



com a incorporação crescente de terras e com a imigração estrangeira, os núcleos urbanos assistiriam um desenvolvimento sem precedentes.

Antes de comentar esses aspectos, convém pela importância que assume a ferrovia nesse processo, e em particular, pelo papel que desempenhara a Paulista, levantar, mesmo que rapidamente, alguns pontos extremamente controvertidos que envolvem a estruturação a malha ferroviária nessa região. A Companhia Paulista abria mão, em função do traçado determinado pelo governo provincial, da construção da estrada, que acabaria por ficar a cargo da empresa organizada pelo Conde do Pinhal. Os interesses da oligarquia regional são muito claros ao estabelecer um percurso que beneficie os fazendeiros na região do 'Cuscuzeiro'. Os da Companhia ficam a cargo da intenção de estabelecer uma zona de privilégio que abarcasse também a promissora região de Jaú. "A Cia Paulista no intuito de chamar a si toda a produção compreendida entre os rios Mogi-Guaçu e Tietê, procurou tornar o Morro Pelado ponto obrigatório de seu traçado, e daí aproximar-se a Brotas para excluir a Companhia Ituana da concorrência a esse objetivo" (77). A solução encontrada, entretanto, também não favoreceria a Ituana, e, em 1887, um ramal da E.F. Rio Claro atingiria Jaú. Ficam evidentes as dificuldades crescentes da Paulista, cuja expansão estaria bloqueada pela nova estrada, num momento de extraordinário avanço do café, em que a própria Mogiana já alcança as terras de Ribeirão Preto.

A primeira proposta de incorporação da E.F. Rio Claro, foi efetivada pela Paulista ainda em 1888, sob a forma de uma fusão das duas empresas. A pretensão da E.F. Rio Claro em efetivar essa transação na base de uma ação da Companhia para cada ação da Paulista, acabaria se chocando com o ponto de vista da diretoria dessa última, que insistiria numa proporção de dois para três, apesar do parecer favorável encaminhado por Hamnord e Adolpho Pinto. Menos de um ano depois o Conde venderia sua empresa a um grupo de capitalistas ingleses, no contexto da 'febre dos negócios', pela quantia de 1.356.460 libras. Três anos depois, a Rio Claro Railway - que nesse período apenas houvera iniciado a construção dos ramais de Santa Eudóxia, de Ribeirão Bonito e a ligação com Jaboticabal - seria adquirida pela Paulista pelo valor de 2.775.000 libras, "várias dezenas de contos de réis pelo que

(77) Correio Paulistano, 318/1970, apud Saes, op. cit., pg. 64.



antes lhe fora oferecido praticamente de graça" (78). Uma transação, sem dúvida, 'rumorosa', para ficar com a expressão que Célio Debes aplicaria mais tarde, se referindo à venda da Araraquarense para capitais ingleses, em condições também nada lisongeiras.

Assim, nesses anos, estruturam-se as condições para um crescimento econômico que marcaria a vida dessas cidades de forma irreversível. A partir da chegada da ferrovia, mais 12 milhões de cafeeiros são plantados em São Carlos, outros 15 milhões em Araraquara e cerca de 50 milhões no conjunto dos municípios da região. Essa significativa incorporação de terras promovida pela ferrovia se efetivaria, por outro lado, num contexto de preços crescentes, ampliando seus efeitos sobre a acumulação cafeeira (79). Martinez Correa, nesse sentido, aponta que o preço médio do alqueire, que nas décadas de 1840 e 1850 oscilava por volta de 1\$000, alcançaria as médias de 18\$000, 27\$000 e 33\$000 nas décadas de 1860, 1870 e 1880, chegando, no contexto da elevação de preços da década de 1890, a valores médios de 101\$000. Na realidade, em terras altas e de melhor qualidade, onde seria maior a concentração da propriedade, com o estabelecimento das grandes fazendas, esses preços são marcadamente maiores. Alcançam, na década de 1880, valores de 100 à 250 mil réis por alqueire, para no início dos anos noventa serem fixados em até 400\$000 (80).

Essas alterações aparecem, por outro lado, refletidas com clareza na relação dos bens inventariados. Se no período escravista esses valores estiveram concentrados nas terras e na mão-de-obra escrava, agora, sob

(78) Pinto, "Minha vida", pg. 34 e 35, apud Truzzi, op. cit., pg. 112.

(79) Como aponta Wilson Cano, os limites desses valores estão relacionados ao preço da terra nas zonas maduras e, longe de representar um entrave ao avanço, esse é um dos mecanismos que assegura a conversão dessa riqueza em capital, centralizando recursos nas mãos do grande capital cafeeiro. Ver Cano, op. cit., pg. 57. Ver, também, Silva, op. cit., pg. 70 e seguintes, onde o autor discute o sentido da conversão da propriedade em capital.

(80) Martinez Correa, op. cit., pg. 67, 148 e 150. Sobre a política econômica dos anos iniciais da República e sobre o Encilhamento, ver Vilela e Suzigan, 1973, pgs. 99 e ss., e Granziere, 1979, pg. 138 e ss.



novas condições, se observa uma diversificação crescente dos bens. Lavouras, dinheiro, títulos, máquinas de beneficiamento, propriedades urbanas compõe formas novas da riqueza, que se ainda são reduzidas, sobretudo frente os valores dos imóveis rurais, não deixam de ser expressivas, na medida que eram praticamente inexistentes nas décadas anteriores (81).

(81) Martinez Correa realiza na sua História Social de Araraquara, um levantamento de inventuários ao longo de várias décadas. Os resultados mais interessantes, como não poderia deixar de ser, são obtidos quando comparamos os anos de 1870 com a década de 1880. Assim os valores em moeda que representam 0,2% dos bens inventariados na primeira década saltam para 4,1% dos anos oitenta. O mesmo ocorre com os títulos de Sociedades Anônimas, sobretudo ferrovias, que são inexpressivos e alcançam 5,1% nos últimos dez anos. As residências urbanas que representavam 0,5% passam para 1,5%, no mesmo período. As máquinas de beneficiamento que sequer representavam 0,1% na primeira década, se elevam para 0,4% (na década seguinte seriam de 1,4%). Em conjunto essas quatro formas novas da riqueza representavam 0,7% do valor dos bens inventariados e passam a representar cerca de 11,1% nos anos oitenta. Martinez Correa, op. cit., pgs. 182 à 187.

2.3. O URBANO EMBRIONÁRIO

As cidades atestariam as transformações da economia regional. E somente a partir desse momento, com o alargamento das funções urbanas, é que viriam a assumir verdadeiramente uma dimensão mais significativa. São Carlos é elevada à condição de cidade em 1881, Araraquara em 1889. A privilegiada situação de fronteira, com a chegada dos trilhos e o início da imigração em massa, iria redefinir os sítios urbanos. A população dos municípios multiplica-se, num ritmo que só encontra paralelo em outras partes do planalto ocidental, como em Ribeirão Preto, que fora alcançada pela ferrovia em 1883. Pelo Quadro 6 podemos acompanhar esse processo. A população de São Carlos, que já havia crescido a um ritmo intenso entre 1874 e 1886, iria totalizar mais de 55 mil habitantes na virada do século. Se levarmos em conta os municípios desmembrados de Araraquara entre 1886 e 1900, essa vasta área teria sua população multiplicada mais de seis vezes e meia nesses quatorze anos. Se para o conjunto do estado, a imigração assumiria um papel significativo, elevando sua população a quase 2,3 milhões no final do século, com taxas médias anuais da ordem de 4,6%, nessas regiões de fronteira ela desempenharia um papel ainda mais relevante. Como vimos, o levantamento de 1886 já atesta uma presença importante de estrangeiros na região, sobretudo em São Carlos, onde totalizam cerca de 13% da população. E a partir desse momento, quando se organiza a Sociedade Promotora de Imigração e a Hospedaria do Imigrante, esse fluxo se eleva rapidamente. Entre 1886 e 1887, as primeiras estatísticas de imigração apontam a chegada em São Carlos de 1.427 imigrantes saídos da Hospedaria, enquanto para Araraquara partiriam 408. (Quadro 7).

A dimensão desse movimento demográfico para uma região relativamente despovoada, pode ser avaliada pelas taxas de crescimento da população entre 1886 e 1890, que atingem valores médios de 9,2% ao ano para São Carlos e de 14,4% ao ano para os municípios que compunham, em 1886, a área desmembrada de Araraquara. Para o conjunto desses municípios, se imaginarmos taxas de crescimento vegetativo da população similares àquelas apontadas por Dean para Rio Claro, ou seja, da ordem de 1 a 1,5% ao ano poderíamos estimar a chegada de cerca de 85 à 90 mil imigrantes, ao longo desses quatorze anos. E esse número corresponderia a mais de 10% de toda migração para o estado, se essa fosse calculada de forma análoga, o que, independentemente das dificuldades de se estimar o crescimento vegetativo, ratifica a importância que assumem as áreas de fronteira na absorção desse movimento migratório. Na realidade, a precariedade das



QUADRO 6
POPULACAO TOTAL - REGIAO DE ARARAQUARA E SAO CARLOS
1874 - 1900

	1874	1886	1900
ARARAQUARA	9.767	9.559	28.900
IBITINGA	-	-	8.053
MATAO	-	-	8.805
BOA ESPERANCA	-	-	7.179
ITAPOLIS	-	-	9.940
SOMA	9.767	9.559	62.877
SAO CARLOS	6.897	16.104	55.279
REGIAO	16.664	25.663	118.156
TOTAL DO ESTADO	837.854	1.221.380	2.279.608

FONTE: Camargo, J.F. - "Crescimento ...", op. cit.

QUADRO 7

A) IMIGRANTES SAÍDOS DA HOSPEDARIA COM DESTINO A REGIÃO ARARAQUARA E SÃO CARLOS: 1886-1900

CIDADES	1886	1887	1893	1894	1895	1897	1898	1899	1900
ARARAQUARA	166	242	1.417	1.155	2.059	2.278	1.237	879	244
NATAO (1)	-	-	-	-	-	-	-	111	138
SÃO CARLOS	501	926	3.788	2.195	4.444	4.742	1.342	896	869
TOTAL DA REGIÃO (2)	667	1.168	5.205	3.350	6.503	7.020	2.579	1.886	1.251
TOTAL DO ESTADO	9.127	28.296	74.918	23.970	65.837	63.679	27.155	16.674	13.410

(1) Desmembrado de Araraquara em 1898.

(2) Não há informações para os demais municípios, a exceção do ano de 1897, quando se registra a partida de 26 imigrantes para Ibitinga. Os municípios desmembrados de Araraquara, nesse período, são aqueles referidos no Quadro 6. Para o período de 1900-1938, utilizamos outra região, uma vez que não mais existia problemas de compatibilização de áreas. Ver parte B desse Quadro.

FONTE: APESP, Relatórios, vários anos.

QUADRO 7 (cont.)

B) INIGRANTES SAÍDOS DA HOSPEDARIA COM DESTINO A REGIÃO DE ARARAQUARA E SÃO CARLOS: 1900-1940

ANOS	ARARAQUARA	SÃO CARLOS	REGIÃO (1)	TOTAL DO ESTADO
1900	244	869	1.658	13.320
1901	3.859	3.532	8.724	52.781
1902	1.370	1.487	3.482	25.834
1903	-	308	425	6.460
1904	290	323	1.143	15.938
1905	1.231	1.194	4.175	38.449
1906	1.155	891	4.648	37.400
1907	408	679	2.559	20.323
1908	1.478	844	3.617	30.667
1909	1.228	957	4.307	31.013
1910	1.108	682	2.981	30.683
1911	1.275	1.173	4.244	42.729
1912	1.742	1.325	5.333	65.351
1913	2.356	2.185	8.061	82.123
1914	934	1.583	4.425	20.557
1915	288	660	2.006	22.620
1916	716	490	2.328	22.240
1917	717	397	2.828	29.819
1918	413	283	1.492	18.272
1919	256	169	1.645	18.416
1920	475	782	3.083	31.646
1921-1934	4.914	4.408	17.746	59.228
1935-1940	1.559	1.028	6.870	33.744

(1) Inclui: Araraquara, São Carlos, Matao, Boa Esperança, Ibitinga, Ourado, Ribeirão Bonito e Tabatinga.

FONTES: 1900-1920: Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo, vários anos.

1921-1940: Camargo, J.F., op. cit.



condições sanitárias dessas regiões, como atestam os surtos de varíola em São Carlos e de febre amarela em Araraquara (82), indicam cifras ainda mais expressivas, na medida em que o crescimento vegetativo deva ter se situado a níveis mais baixos que a média do estado. Sem dúvida, a imigração estrangeira alcançou proporções muito elevadas nesses anos, como veremos mais à frente, mas não se deve desprezar a importância que assume a chegada de brasileiros na região. Infelizmente, as indicações sobre o número de imigrantes saídos da Hospedaria somente são disponíveis para 1886, 1887 e 1893 em diante, da mesma forma que apenas o recenseamento de 1920 indicaria, como em 1886, o número de estrangeiros residentes na região. Numa estimativa grosseira baseada nessas informações é possível considerar que cerca de quinta parte desse contingente migratório tenha se constituído por migrantes de origem nacional (83). As transformações da base agrícola, a chegada da ferrovia e desse expressivo número de imigrantes acabariam por imprimir um ritmo sem precedentes, como já frizamos, ao processo de urbanização.

Qualquer dos indicadores que se venha a escolher apenas ratificam esse ritmo acelerado das mudanças. Martinez Correa indica que o ano de 1886 apresenta uma ruptura na intensidade do crescimento populacional, que ela analisa a partir dos dados de batismos referentes ao município de Araraquara. Da mesma forma, também em Araraquara, esse é o marco a partir do qual as transações com imóveis urbanos ganham novo

(82) Sobre a Febre Amarela em Araraquara, ver Martinez Correa, op. cit., pg. 199 e seguintes, sobre a varíola em São Carlos, ver Truzzi, op. cit., pg. 27 e 28.

(83) Essas estimativas tem por base o número de imigrantes saídos da Hospedaria (Quadro 7), cuja média no período de 1893 à 1900, é de 4.424 por ano, e de 918 no biênio 1886-1887. Se é certo que esses números não incluem todos os imigrantes que chegam à região, ou porque não tenham passado pela Hospedaria, ou porque tenham se deslocado anteriormente para outro município, também é certo que nem todos os estrangeiros chegados à São Carlos e Araraquara se fixam nos municípios, deslocando-se para regiões ainda mais novas. Além do mais, teríamos crescentemente imigrações de regresso. Mesmo considerando-se que seja elevado o contingente de imigrantes nacionais esse é um número plausível, se tivermos em conta as informações descritas sobre a presença de nordestinos, uma eventual migração de brasileiros de áreas cafeeiras maduras, etc. Números compatíveis, também, com os resultados apontados mais à frente, que indicam, ao final do século, para o campo, uma população de origem nacional da ordem de 20% do total dos trabalhadores rurais, e para as cidades cifras um pouco superiores à metade da população.

significado ⁽⁸⁴⁾. Para São Carlos, Mayema recompõe uma estimativa, a partir de informações dos Almacéns da cidade, para a evolução da população urbana do município. Assim, de conformidade com o que adiantamos, entre 1886 ou 1890 e o final do século, essa população deve ter se multiplicado algo entre quatro e cinco vezes ⁽⁸⁵⁾. Mas os melhores indícios desse movimento ainda podem ser encontrados na evolução dos melhoramentos urbanos. Aqui se refletiriam com precisão, tanto as transformações da vida urbana em curso nesses anos, como a dimensão do excedente gerado pela acumulação cafeeira.

Em Araraquara esse é o período em que a Câmara de Vereadores começa a se preocupar em disciplinar o crescimento urbano, organizando as primeiras 'posturas' nesse sentido. Debate-se, também, a necessidade de montar um serviço de água canalizada, de se organizar um serviço de iluminação pública, outro de limpeza, de se estruturar o serviço de telefonia. Se reformam os prédios públicos e se organiza um serviço fúnebre. "Novas ruas, iluminação, reformas da igreja, cadeia, deslocamento do cemitério, do matadouro, construção do mercado, instalação do serviço telefônico, etc...", são demonstração incontestante do que representariam esses anos para a cidade ⁽⁸⁶⁾. Em São Carlos, com antecedência de alguns anos, a evolução seria similar. Cincinato Braga descreveria a cidade, em 1894, dessa forma: "Suas largas ruas, traçadas na direção de sul a norte e leste a oeste, cruzam-se em ângulos retos formando quarteirões iguais. É iluminada a luz elétrica e, em parte, servida por encanamento de água potável. Conta com muitas construções elegantes; e, como edifícios de uso coletivo, possui a igreja matriz, a casa da Câmara, o prédio do Club Concórdia Familiar, lazareto de variolosos, hospital italiano de socorro mútuo, matadouro, templo presbiteriano, Teatro São Carlos e as capelas de Santa Cruz e São Sebastião" ⁽⁸⁷⁾. Truzzi lembra, ainda, que o serviço telefônico de São Carlos seria inaugurado em 1889.

(84) Para o número de batismos, ver Martínez Correa, op. cit., pg. 209; e para os imóveis urbanos, ver pg. 281 e 282.

(85) Mayema, 1975, pg. 36. Aqui é indicada uma população de cerca de 5.100 habitantes para a cidade em 1886 à 1890, de aproximadamente 8 mil em 1893 e entre 20 à 25 mil no fim do século. Números, evidentemente problemáticos, em termos de seus valores absolutos.

(86) Martínez Correa, op. cit., pg. 193 à 199.

(87) Cincinato Braga, 1894, pg. XLVIII, apud Truzzi, op. cit., pg. 130.



As descrições das cidades efetuadas pela Comissão Central de Estatísticas, em 1886, e os Almanaques organizados para o conjunto do estado permitem uma visão inicial da vida urbana no início da década de 1880. Ao lado de dezenas de lojas ligadas ao pequeno comércio (fazendas, armário, ferragens, secos e molhados, etc.), surgem uma série de pequenos serviços. São alfaiates, sapateiros, barbeiros, que iriam estruturando esse ambiente urbano original. A quase totalidade dos estabelecimentos registrados se prende a atividades dessa natureza, ou estão relacionadas a oficinas, em geral, de reparos. Aqui se enumeram as oficinas de carpintaria, os ferreiros, funileiros, seleiros, etc. Além destas merecem destaque uma ou outra serraria, as olarias e diversas pequenas 'oficinas' industriais. A presença do café é marcada pelas casas comissárias e pelas máquinas de beneficiamento. Em Araraquara são registradas, em 1886, três casas de 'comissões' e uma máquina de beneficiar café, em São Carlos seriam quatro casas e três máquinas para café. Ainda não se registram casas bancárias e, sintomático da transição em curso, é o registro de quatro engenhos de cana do município de Araraquara, enquanto em São Carlos a única atividade complementar ao café seria atestada por um máquina de beneficiar arroz (88).

Sob o comando das transformações em curso na economia cafeeira, as cidades acabariam por tomar uma configuração radicalmente diferente. A imigração, as novas relações de trabalho e as suas consequências sobre o mundo urbano, o comércio de exportação e as casas comissárias, as novas funções do aparato estatal, a crescente presença do beneficiamento no mundo urbano, etc., tudo enfim que se liga de uma ou outra forma ao complexo cafeeiro contribui para essas mudanças. Mas, entre esses componentes do complexo cafeeiro um assume um papel diferenciado no contexto da urbanização em curso. É a ferrovia que imprime uma feição particular a esse processo. Se é certo que a estrada de ferro não se explica por si mesma, e que sua dimensão está tão intimamente relacionada com toda economia cafeeira, também é certo que seu significado para as cidades por onde passa não estaria restrito ao mero fato de incorporá-las à marcha do café. Junto com a ferrovia viriam os escritórios, as oficinas de reparação, etc. E, mais importante ainda, se desenharia pela primeira vez, para essas cidades que acabam de nascer, uma paisagem urbana onde o espaço começa a se diferenciar. Para dimensionar sua importância não seria

(88) Relatório da Comissão Central de Estatística, 1888, pgs. 293 e 485. Ver, também, os Almanaques de São Paulo de 1886 e 1891, editados por J. Seckler que trazem descrições sobre Araraquara e São Carlos.

sequer preciso retomar a problemática da regionalização econômica do estado e o papel da estrada de ferro. Basta que se olhe para dentro das cidades, para a crescente diferenciação do espaço urbano, para o papel da estação, para a localização dos primeiros bairros populares, das primeiras oficinas industriais, e das 'ruas' de comércio. Odilon Nogueira de Mattos aponta esse processo com muita precisão:

"A chegada dos trilhos é quase sempre um marco na história de uma cidade. Com a estrada de ferro, vem todo aparelhamento que ela exige, especialmente quando a cidade, por alguma razão, é escolhida para sede de qualquer atividade especial da estrada: armazéns, oficinas, escritórios, pontos de cruzamento de trens ou local de baldeação. Tudo isso reflete sobre a vida da cidade, pois constitui mercado de trabalho de certa atração e estimula numerosas atividades correlatas, dando ao local mais animação do que às demais cidades". "A estação, situada quase sempre num largo (chamado mesmo muitas vezes simplesmente de 'Largo da Estação'), atrai para as suas proximidades numerosos hotéis quase sempre modestos, mas que preenchem a finalidade de atender de maneira prática aos usuários da ferrovia, especialmente viajantes e representantes comerciais... Com o tempo, as áreas vizinhas à estação vão perdendo suas características iniciais: tornam-se apenas local de armazéns, bares, hotéis baratos... Enfim, as 'zonas deterioradas' tão bem caracterizadas pelos sociólogos" (89).

Monbeig também não deixaria de salientar esse papel da ferrovia. Depois de discutir a importância da estrada na estruturação das capitais regionais, ele acrescenta, se referindo à paisagem urbana dessas cidades: "... a capital pioneira possui bairros diversos em seus aspectos e, ao mesmo tempo, especializados em suas funções". O comércio exportador teria localização própria, tal como as residências de alto padrão, sobretudo nas cidades do Oeste novo, quando então, já no contexto da convivência entre transporte rodoviário e ferroviário, o Largo da Estação já não se configura tão nobre e... "nas proximidades ..., os loteamentos operários, uma faixa de pequeno comércio e de pensões de aspecto miserável formam um conjunto nitidamente proletário" (90).

(89) Mattos, 1974, pg. 120 e 121. O autor lembra ainda da contribuição da estrada à paisagem industrial, ao determinar a localização dos estabelecimentos fabris.

(90) Monbeig, op. cit., pg. 368.



Muitos outros autores já apontaram o papel da ferrovia como estímulo à diferenciação regional e à urbanização. Assim Alfredo Ellis Jr. diria que a ferrovia vai destruindo a autarquia da grande fazenda e contribuindo desse modo ao avanço das cidades. Flora Gonçalves diz explicitamente que "a ferrovia foi o primeiro passo importante para atribuir às cidades uma função específica de serviço à produção". Ao substituir o transporte do tropeiro pela estrada, "atribuiu à função transporte o caráter urbano" (91). É mais interessante, portanto, enfatizar esse outro aspecto da estrada: a diferenciação inicial do próprio espaço urbano.

Em Araraquara, a topografia da cidade haveria de deixar claro essas funções da estrada. O prédio da estação seria construído do lado oposto ao córrego Servidão, numa área não urbanizada. A partir dessa localização se efetuam contínuos melhoramentos para permitir uma comunicação melhor com a estação. "Pela importância de sua localização, em função da estrada de ferro, a rua Luís Pinto foi a primeira a adquirir uma feição caracteristicamente urbana" (92). Com as multiplicações das comunicações entre a estrada e a área urbanizada iriam surgindo as primeiras moradias na outra margem do córrego. Aqui se localizariam os bairros operários e um número expressivo de oficinas industriais. Para São Carlos a situação é, novamente, similar, como nos mostra Devescovi.

"Sob a égide da economia cafeeira, São Carlos transformava-se em uma cidade bastante diversificada socialmente."... "O espaço social urbano portanto, não era mais um só, mas se tornava heterogêneo, se diversificava e se ampliava" (93). Em 1891, com cerca de 1.100 prédios, a cidade comportava três bairros: Santa Cruz, Estação e Matriz. No último estava a zona residencial rica e, também, o comércio de luxo. No primeiro, próximo à estação ferroviária, começava a se instalar o pequeno contingente da força de trabalho, com a predominância dos empregados da Paulista. Por sobre essa inicial diferenciação é que os movimentos futuros da economia cafeeira e a urbanização crescente iriam desenhar a nova paisagem urbana. Agora, já no contexto da nova expansão do plantio, depois da chegada da ferrovia.

(91) Ver Ellis Jr., 1950, pg. 166 e 167; Gonçalves Ohtake, 19, pg. 76. Ver ainda, Truzzi, op. cit., pg. 172 à 176, sobre o papel da ferrovia na região de Araraquara.

(92) Martinez Correa, op. cit., pg. 192.

(93) Devescovi, 1985, pg. 64 e 65.



CAPITULO III

AS CIDADES NA FRENTE PIONEIRA: 1886 - 1910

Entre 1886 e 1910, no contexto do primeiro dos dois grandes ciclos que caracterizariam a economia cafeeira capitalista em São Paulo, o desenvolvimento urbano de Araraquara e São Carlos apresentaria um impulso sem precedentes. Se a diversificação da base produtiva de suas economias ainda não tinha alcançado a dimensão que teria ao longo dos anos seguintes, estavam dadas as condições para a estruturação de um conjunto importante de funções urbanas. É nítido, neste processo, a particularidade do papel que desempenhariam como parte da frente pioneira.

A chegada da ferrovia às duas cidades no início da fase expansiva deste ciclo cafeeiro abria a possibilidade de um extraordinário aumento do plantio. A imigração em massa multiplicaria a população dos municípios e reforçaria, pela circulação monetária que implica o assalariamento, suas economias urbanas. A parada momentânea da ferrovia, que permaneceria com sua estação terminal em Araraquara de 1885 a 1893, ampliaria ainda mais os estímulos à urbanização. As cidades cresceriam, como nos mostra a evolução de seus melhoramentos, amparadas no excedente gerado pelo café.

Com a crise do fim do século refreiar-se-ia a continuidade do povoamento para outras regiões, ao mesmo tempo em que os diferenciais de produtividade assegurariam melhores condições para a economia cafeeira da fronteira. Seguiria uma urbanização acentuada, em que pese as restrições causadas pela redução da rentabilidade na atividade cafeeira. A marca destas urbes continuaria sendo o de ponto terminal da cultura cafeeira. A partir do final da primeira década deste século, com o avanço da ferrovia e a pequena retomada do plantio, é que a marcha do café acabaria por determinar o deslocamento do mundo pioneiro.

Nestes anos em que as cidades retratavam esta situação particular de centros cafeeiros diferenciados, suas economias experimentariam um crescimento significativo. Em São Carlos, na medida em que este período coincide com seu auge cafeeiro, o café atesta a capacidade de geração de excedentes e aponta para uma diferenciação do trabalho que asseguraria,



U. CAMP

mais à frente, uma vida urbana bem mais relevante. Em Araraquara, a condição de um centro de articulação regional já se evidencia pela articulação de duas ferrovias. A diferenciação da base agrícola avança mais que no município vizinho e permite adiantar algumas das características que a distinguiria nos anos seguintes. Mas, seu mundo urbano ainda espelha o pouco tempo da economia cafeeira. Prevaleceria a intensificação do comércio, os pequenos serviços e oficinas de reparação, as funções de transporte e apoio ao café, e ao nível da transformação apenas o beneficiamento começaria a se transformar em atividade urbana. A diferenciação maior do urbano teria de esperar os anos vinte.



3.1. CAFÉ, FRENTE PIONEIRA E URBANIZAÇÃO

O período que inicia a partir da segunda metade da década de 1880 caracterizaria o primeiro dos dois ciclos que marcam a economia cafeeira após a transição ao trabalho assalariado. Entre 1886 e 1918, entremeados de particularidades, assistiríamos a estruturação de uma capacidade produtiva que passaria a enfrentar problemas crescentes de realização. A lógica da acumulação cafeeira induziria incesante incorporação de terras, uma vez resolvido o problema da mão-de-obra via imigração em massa. Mas a natureza do ciclo cafeeiro, submetida ao fato das novas plantações só tornarem-se plenamente produtivas após o quinto ano, acabaria por problematizar a capacidade incorporada nos anos excepcionalmente favoráveis do final do século passado. Quando os cafeeiros plantados ao longo do período de 1886 à 1897 entrassem em produção, as condições do mercado externo já seriam tais que estancariam, por longo tempo, o avanço do plantio. Essa é a questão central que iria conduzir às políticas de valorização, como já descreveram vários autores ⁽⁹⁴⁾. Vamos apenas sintetizar os traços mais importantes da dinâmica da economia cafeeira nesse período.

Como dissemos, os doze anos que se seguem à 1886 caracterizariam a fase expansiva desse primeiro ciclo. Nesses anos, mais de 460 milhões de cafeeiros são agregados à capacidade produtiva estadual, com a incorporação adicional de cerca de 600 mil hectares à área cultivada. Mas, às extraordinárias condições de preço e demanda seguiu-se uma deterioração acentuada do mercado externo, agravada com a entrada em produção dos novos cafezais. Em 1896 os preços internacionais representariam apenas 70% do valor máximo alcançado em 1893; no ano seguinte sequer alcançam 45% desse valor. A acumulação cafeeira, que havia sido estimulada por uma

(94) A exposição que segue está fundada, sobretudo, nos trabalhos de Cardoso de Mello e Wilson Cano já mencionados. Ver também: Uilela e Suzigan, op. cit., pgs. 110 e segts; Silva S., op. cit., pg. 62 e segts e Furtado, C., 1977, pgs. 177 e segts.

política abertamente expansiva desde o final dos anos oitenta (95), teria que enfrentar, ainda, as restrições impostas pela política deflacionista do governo Campos Sales, que assume em fins de 1898. A deterioração das condições financeiras do Estado, agravadas pelas políticas cambiais de sustentação dos preços internos do café, inviabilizariam, nesse momento, a prática da valorização. A crise e a política econômica encontram uma expressão evidente na articulação dos Clubs da Lavoura, em defesa dos interesses dos cafeicultores. Estes só se reencontrariam com o Estado, em 1906, com o Convênio de Taubaté e o 'Congratamento' dos paulistas (96).

O pressuposto dessa política seria a retenção temporária de parcela da produção sujeita a condições de rentabilidade desfavoráveis. As séries estatísticas de cafeeiros atestam a paralisa do plantio, embora as reduções dos salários monetários - em condições de deflação, com a redução de preços de bens de consumo importados - tenham atenuado seus efeitos sobre as margens dos cafeicultores. O início da recuperação já aparece em 1903, com o abandono progressivo das políticas contencionistas. A política de valorização se encarregaria de reordenar a economia cafeeira, sujeitando-a aos limites da capacidade produtiva já em operação. Seu sucesso se apresenta na manutenção dos preços internos e externos até 1909, quando passam a se elevar. A partir desse momento, em condições de preços favoráveis, o próprio plantio é retomado. Entre 1910 e 1912, os preços internos atingiriam valores superiores, em até 80%, daqueles vigentes em 1909. Nesse período, eleva-se o número de cafeeiros do estado em mais de 100 milhões de pés, com o que, em 1918, se atinge cerca de 830 milhões de cafeeiros em produção, já no início de um outro ciclo da economia cafeeira.

Mas essa economia não se restringe, como já foi tantas vezes enfatizado, ao mero avanço da cultura. A dinâmica do capital cafeeiro impõe

(95) Quando os novos cafeeiros começam a entrar em produção, a prosperidade da economia norte-americana concorre para frear a queda dos preços internacionais. A política econômica, por sua vez, permite a elevação dos preços internos, possibilitando a elevação das margens de lucro e prolongando a expansão cafeeira. Os anos que seguem a reforma bancária de 1890, e que viabiliza uma grande expansão do meio circulante, acabariam por caracterizar o "Encilhamento". Sobre o papel positivo dessa política na economia paulista. Ver Cano, W., op. cit., pg. 72 e 73; e Granziera, R., op. cit., pg. 133. Sobre a dinâmica da economia cafeeira no período ver: Cardoso de Mello, op. cit., pg. 123 e ss.

(96) Sobre os embates políticos em torno da política econômica desse período, ver Casalecchi, J.E., 1987, pgs. 88, segts.



a internalização das condições de reprodução da força de trabalho. Esse próprio movimento concorreria para que os excedentes monetários encontrassem possibilidades de valorização na indústria de bens saláris. De um lado, sua reprodução requer bens de consumo, de outro, cria um mercado de trabalho urbano a partir da imigração em massa assalariada. Da mesma forma, multiplicam-se os incentivos à emergência de uma agricultura de alimentos, pessionada por esse mundo urbano em constante crescimento. A economia cafeeira dá mostras de sua diferenciação crescente, um pressuposto aliás, da intensidade cada vez mais relevante da vida das cidades. Se evidencia, com clareza ainda maior, a natureza do 'complexo cafeeiro'.

As condições da acumulação acabariam por criar as oportunidades do crescimento industrial. Num primeiro momento, não de qualquer indústria, como mostrou Cardoso de Mello, mas particularmente da têxtil. Na medida que a capacidade de acumulação financeira sobrepassava as possibilidades de acumulação produtiva, os excedentes monetários encontrariam na indústria uma alternativa de valorização. Daí os 'vazamentos', a que se referem Cano e Cardoso de Mello. A dinâmica cafeeira gera as condições para a acumulação industrial. No auge exportar como alternativa à valorização do capital cafeeiro. Nas crises, e na dependência da capacidade para importar, amplia-se o investimento industrial ou absorve-se a capacidade produtiva previamente instalada.

A indústria têxtil, até pelo acesso à tecnologia, acabaria por concentrar, nesse momento, a maior parte dessas inversões. Mas esse não seria um movimento restrito ao setor de bens de consumo. Nas palavras de Cano, quando descreve o segmento de máquinas e implementos para a agricultura e para o beneficiamento, bem como a indústria de sacaria de juta: "... os estímulos que o café proporcionou à indústria, não se limitaram à 'efeitos para a frente', entendidos pela constituição de um amplo mercado para bens industriais de consumo corrente. Seus 'efeitos para trás' foram também significativos para o início da formação industrial de São Paulo" (97).

(97) Cano, op. cit., pg. 81. Ver também o capítulo II desse mesmo trabalho, pgs. 121 e segts. Outro importante estudo sobre o crescimento industrial desse período é o trabalho de W. Suzigan. Ver particularmente o capítulo 3, a análise do crescimento industrial anterior à primeira guerra. Suzigan, 1985, pg. 116-245.



Agregavam-se a isso um vasto conjunto de pequenas empresas, de caráter quase artesanal, que, na Capital e sobretudo nos núcleos urbanos do interior, começam a fazer parte dessa paisagem urbana. São pequenas oficinas impulsionadas pelo crescimento da vida urbana e da própria indústria, ou por alguma ligação particular com o café. Aqui se encontram tanto aquelas que tem sua origem no suporte ao beneficiamento e à ferrovia; retratadas por pequenos estabelecimentos de reparação, quanto um sem número de atividades de suporte urbano, sobretudo no segmento alimentar. Estimulados pelo incremento da vida urbana, esses pequenos empreendimentos não estiveram associados diretamente ao capital cafeeiro. Suas origens estariam, em grande parte, muito mais afeitas ao imigrante europeu; e suas condições de sobrevivência ligadas à inexistência de um mercado de consumo de massas unificado (98).

Essa diversificação não atingiu exclusivamente o mundo urbano. As restrições à capacidade de importar, o incremento da vida urbana, as próprias necessidades da mão-de-obra assalariada do café geravam um mercado crescente para uma agricultura de alimentos. Suas origens são bem conhecidas. O colonato abria a possibilidade de uma certa oferta alimentar adicional ao café, seja pelo cultivo intercalar, sobretudo nos anos iniciais do plantio, seja em terras destinadas exclusivamente a esse fim. A ampliação dos mercados urbanos, por outro lado, oferecia possibilidades crescentes para uma agricultura mercantil fora da propriedade cafeeira. E a própria dinâmica de incorporação de terras, com o parcelamento em zonas de baixa produtividade, garantia espaço para seu avanço. Recorremos, novamente, ao estudo de Wilson Cano para atestar esse fato. As importações de alimentos, apontadas em seu trabalho, iriam concentrar-se apenas nos gêneros de difícil substituição. Artigos de consumo das camadas de alta renda, bacalhau, vinho, farinha de trigo (substituído paulatinamente pelo trigo em grão) perfaziam em média 70% dessas importações paulistas na década inicial do século, atingindo cerca de 90% durante os anos da década de 1910. De forma análoga, o comércio de cabotagem atesta o avanço da agricultura de alimentos em São Paulo. Avanço que não representa apenas diversificação da base agrária, mas que daria suporte à constituição de um amplo mercado de

(98) Não nos referimos, é claro, à atividade em si do beneficiamento, ou às grandes oficinas da estrada de ferro. Ver Suzigan, op. cit., pg. 118, sobre os efeitos diretos e indiretos da economia exportadora sobre o crescimento industrial.

trabalho urbano (99).

Esses são os traços centrais que nos interessam destacar da dinâmica cafeeira desse ciclo, que vai de 1886 à 1918. Apenas a partir dessa data, com a recuperação de preços que segue a grande geada de 1918, e com a política de valorização que sustenta preços internos e externos elevados, é que assistiríamos uma recuperação mais significativa do plantio. Mesmo assim, dentro de nosso objetivo, é importante destacar a retomada que ocorre entre 1910 e 1912, logo em seguida interrompida pela guerra. Essa importância deriva da natureza da ocupação territorial do estado com café. Já havíamos, nesse sentido, feito referência à estagnação da frente pioneira durante os anos iniciais deste século, quando o plantio se restringe. Mas, sucede que as ferrovias continuaram em muitos pontos avançando possibilitando a incorporação de novas terras. A recuperação do plantio nesses anos anteriores à primeira guerra encontraria, desse modo, condições particulares para fazer avançar a ocupação de regiões mais a oeste do território. Desloca-se a frente pioneira, agora com a ferrovia à frente e crescentemente, como veremos, num processo de colonização de corte muito diferente do que ocorrera na expansão cafeeira do século passado. De qualquer modo, a região da Baixa Paulista abandonaria a condição de parte da 'franja pioneira'. Como ensina Monbeig, o estudo da ocupação do estado e a caracterização do espaço pioneiro é facilitado pela crise. Nesse momento a interrupção do movimento para o oeste define uma região do território onde o café acaba de chegar. Essa é a 'franja pioneira', "expressão um tanto vaga, mas que convém melhor a essa região instável e incerta, onde manchas de floresta subsistem às vezes por muito tempo, envolvidas por culturas ou pastagens, mesmo quando já bem mais distante o solo abriga os primeiros cultivos" (100).

Esse deslocamento da fronteira é particularmente importante para as cidades. Num momento de avanço da cultura, as funções urbanas dependeriam muito dos papéis reservados à esses agrupamentos nesse processo. Na realidade esse é o sentido do privilégio de ponta de trilha, boca de sertão, etc. E o que ocorre, no caso da Baixa Paulista, é que c

(99) Ver Cano, W., 1981, pgs. 59 e ss.

(100) Monbeig, op. cit., pg. 165. Ver, também, o ensaio de José de Souza Martins, "Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica", in Martins, J.S., 1975, pgs. 43 à 50, onde a frente pioneira aparece como "expressão limite do capitalismo no campo".

trilhos já haviam avançado significativamente antes dessa data. Em 1893 a Paulista alcança Jaboticabal, na década seguinte já está em Bebedouro e Barretos. Em 1901 a E.F. Araraquarense já atingia Taquaritinga, alcançando Rio Preto em 1912. A Noroeste alcança as barrancas do Paraná em 1910, deixando atrás de si núcleos como Lins, Cafelândia, Promissão, Penápolis e Araçatuba. Em Bauru se cruzariam a Noroeste, que parte da cidade em direção oeste em 1904, a Sorocabana, que alcança o município em 1905 partindo de Botucatu, e a Paulista. A própria Sorocabana já atinge Avaré e prepara o avanço para a região de Presidente Prudente. E mais ainda, a Douradense recorta as regiões próximas a Araraquara, atravessando os municípios de Ibitinga, Boa Esperança e os próprios núcleos coloniais situados dentro das terras do município, articulando essas localidades com a Paulista, tanto em Jaú, como em Ribeirão Bonito. Se em 1890 a malha ferroviária do estado tem 2.425 Km, dez anos depois seriam 3.373 km. Em 1910, quando o plantio ainda não havia sido retomado, teríamos cerca de 4.825 km de estradas (101).

Para Araraquara e São Carlos, que não experimentariam, nesse período, nenhum incremento do número de cafeeiros, o final da primeira década do século marca um momento muito importante. A definição de suas vocações regionais dependeria do desenvolvimento urbano prévio, sobretudo em São Carlos, cujos cafeeiros, plantados com certa antecedência frente a Araraquara, já dariam sinais de esgotamento nos anos finais da década de 1910. Embora as condições gerais da economia cafeeira não se diferenciem de acordo com a região do estado, como atesta a reação similar dos cafeeicultores à crise do início do século, é preciso levar em conta as consequências dos diferenciais de produtividade entre zonas maduras e novas, e sobretudo, a enorme diferença da dinâmica urbana das cidades das zonas pioneiras e das regiões mais a leste, prasas que estão, estas últimas, às possibilidades abertas pelo seu desenvolvimento anterior e às características de seu 'hinterland'.

Nesse sentido, é mais significativo avaliar o desenvolvimento urbano dessa região periodizando-o de forma um pouco diferente, frente aos grandes ciclos cafeeiros. Primeiro demarcando o período em que fizeram parte da fronteira. Esse é o auge da economia cafeeira da região: 1886 à 1910. Em segundo lugar, caracterizando uma outra etapa que abrange desde a retomada do plantio em 1911 até a década de 1920, quando já se evidenciam os problemas que enfrenta uma região madura, frente a expressiva expansão da fronteira no restante do estado.

(101) Mattos, op. cit., pg. 91 à 99 e 105.



A evolução do número de municípios paulistas dá uma indicação do ritmo do povoamento. Na última década do século XIX são criados 41 novos municípios. Nos dez primeiros anos deste século não se registra nenhuma criação. A marcha para o Oeste desacelera, mas como salienta Monbeig, não sofre uma interrupção absoluta, até pelo próprio avanço das ferrovias.

Multiplicam-se as povoações e os pequenos patrimônios que iriam configurar, mais tarde, os municípios dessas regiões. Mas esse é um processo restrito, como se depreende também, pela redução do ritmo da entrada de imigrantes estrangeiros no estado ao mesmo tempo em que se elevam as saídas. Seriam anos que se caracterizariam pelos menores índices de permanência desses imigrantes. As estatísticas da Hospedaria, embora não reflitam o conjunto da imigração, indicam as oscilações desse movimento. Assim, o número de imigrantes chegados passa de uma média anual de 57,2 mil entre 1893 e 1897 para pouco mais de 20 mil entre 1898 e 1910, e cerca de 54 mil entre 1911 e 1913. Essas médias indicam a retomada da imigração depois de 1910, mas são até mesmo pouco expressivas quando comparadas com outras informações. É certo que a saída de migrantes foi maior que a entrada entre 1903 e 1904. Da mesma forma, os anos de crise apontam uma retração no percentual de imigrantes chegados que se destinam à lavoura, além de reforçar o abandono do campo pela vida urbana (102).

Mas, se os anos de crise repercutem de forma negativa sobre a vida urbana, não representam um entrave absoluto ao processo de urbanização. Em primeiro lugar, pelo referido movimento migratório com destino urbano. Em segundo lugar, pelo fato da crise não assumir o mesmo impacto nas cidades. Na frente pioneira, os diferenciais de produtividade assegurariam margens mais elevadas aos cafeicultores, atenuando seus efeitos. A queda da rentabilidade corrente da atividade cafeeira e a redução do investimento em novos cafezais não correspondem, evidentemente, à eliminação dos lucros. Nas cidades mais ao leste, o desenvolvimento urbano prévio assegurava alguma possibilidade de se defender das consequências da crise cafeeira. É o caso da Capital, que já no início do século concentrava metade da produção industrial do estado. Nesse particular, as inversões industriais, que haviam sido elevadas entre 1887 e 1894, voltariam a encontrar condições favoráveis

(102) Para os dados da Hospedaria ver Holloway, T., 1984, pg. 90 e 91. Ver também: Cano, op. cit., pg. 48 e Monbeig, op. cit., pg. 148.



a partir de 1905, e mais particularmente entre 1907 e 1913 (103). De qualquer forma, passados os primeiros anos do século, a política de valorização expressa pelo convênio de 1906 asseguraria possibilidades melhores, inclusive para as economias urbanas. É o que se pode depreender das estatísticas prediais de São Paulo, que indicam um número aproximadamente constante para as edificações térreas entre 1889 e 1904, mas cujo ritmo posterior a essa data assegura a duplicação do número de construções já em 1914 (104).

A avaliação desse processo de urbanização, entre 1886 e 1910, já apontaria a primazia da Capital sobre os demais centros. Aqui se concentrariam os principais serviços de apoio à produção e o crescimento industrial. As particularidades da ligação com o porto, sobretudo após a ferrovia, assegurariam para a cidade uma situação privilegiada. Com o crescimento da malha ferroviária ampliariam-se suas áreas de influência. A condição de principal centro administrativo, de opção de residência para um número crescente de fazendeiros e a concentração das atividades bancárias e financeiras ligadas ao café definiriam essa situação. Morse relata esse momento, recorrendo às palavras de um homem de negócios português que, em 1881, recomenda ao seu governo a instalação de um consulado na cidade, uma vez que São Paulo era "... a capital da província, a duas horas e meia do porto de Santos, e centro para onde convergem todas as estradas de ferro da província e da Corte. A sua posição está indicando que é aqui onde há maior soma de interesses a tratar, e onde facilmente se podem solver todas as questões" (105).

Mas os demais centros urbanos do leste também experimentaríamos desenvolvimento expressivo nesse período. Mesmo sob o impacto do crescimento da Capital, que 'concorre' sobretudo com Santos e Campinas, esses núcleos assistiriam o alargamento de suas funções urbanas. Essa é a situação particular dos 'eixos' da Paulista e Mogiana. Se acompanharmos os dados demográficos dos municípios paulistas podemos visualizar com clareza

(103) Para a concentração da indústria na Capital ver Singer, 1977 e Lino de Mattos, 1958. Para o crescimento industrial. Cano, op. cit., cap. II, pg. 121 e segts e Suzigan, op. cit., cap. 3, pg. 116 e segts.

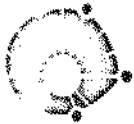
(104) Conforme Saes, F. e Mello, Z.C., 1985, pg. 321. Ver também, sobre a Capital, o trabalho de Caldeira, N.M., 1939.

esse deslocamento crescente para oeste, que é simultâneo à consolidação das cidades, justamente nos principais municípios produtores de café. Perdem importância relativa as antigas localidades do Vale do Paraíba, da mesma forma como perderiam aquelas ligadas à Mogiana. A dimensão da rede urbana começa a se definir nesse processo. Como veremos, os principais centros urbanos do estado eram importantes produtores de café, com a exceção, evidente, de Santos (porto). Na Paulista ganham expressão Campinas, Rio Claro, São Carlos, Araraquara e Jaboticabal. Na Mogiana emerge outro conjunto importante de cidades, onde já se destaca Ribeirão Preto. Fora desses eixos, teríamos apenas Sorocaba e Piracicaba, cujas especificidades assegurariam papéis relevantes nesse sistema urbano.

Flávio Saes e Zélia Cardoso de Mello apontam, com base na descrição dos Almanques de São Paulo, a marcha desse processo. O alargamento das funções urbanas desses municípios pode ser acompanhado pelo desenvolvimento do comércio e dessa incipiente atividade industrial do começo do século. Fica evidente que a urbanização não se restringe à Capital, muito embora sua evolução imponha certos limites ao desenvolvimento dos demais núcleos, particularmente para Santos e Campinas, dada a própria proximidade com a cidade de São Paulo. Mesmo assim, no que diz respeito à cidade de Campinas, talvez seja necessário qualificar melhor essa argumentação, dadas as próprias características de um centro que além de exercer influência sobre áreas da Paulista, polarizaria crescentemente toda a região da Mogiana (106).

O importante, de qualquer forma, é reter a diferença fundamental desse processo com a urbanização que teria curso após o "colapso" da economia cafeeira em 1929. Se nesse momento o crescimento da Capital impunha limites aos outros núcleos do interior do estado, com a industrialização os limites seriam muito maiores. Fundamentalmente, porque essa economia, embora marcadamente urbana, requeria o prosseguimento da fronteira. Sua base última, nesse sentido, era agrária. E o crescimento da Capital não acarretava, como faria mais tarde, em algumas situações, a regressão da vida urbana que apenas se iniciava nos municípios do interior.

(106) Saes, F. e Mello, Z.C., 1985, pgs. 310/320. Sobre Campinas, baseio-me nas conclusões iniciais do trabalho, em elaboração, de Ulisses Semeghini, que discute alguns dos problemas do levantamento feito por Saes e Zélia C. de Mello. Nesse mesmo sentido, é curioso avaliar o impacto de fatores outros que essa polarização pelos transportes, como sugere Morse, ao relatar os efeitos da febre amarela em Santos e Campinas, e que não atinge a Capital. Ver Morse, op. cit., pg. 247 e 248.



Nas palavras de Flora Gonçalves: "... O processo de urbanização se expandia no oeste porque as funções urbanas de apoio à produção eram necessárias para o desenvolvimento da atividade agrária, a qual por sua vez dependia da atividade urbana que se desenvolvia no centro-leste; e o contínuo avançar da fronteira agrária, por necessitar do apoio da rede urbana, estimulava a sua expansão, o que ao mesmo tempo alimentava o permanente desenvolvimento ... (da cidade de São Paulo) ... e da região centro-leste" (107).

A evolução da economia cafeeira nessa região da Baixada Paulista ratifica essa argumentação. Como vimos, esse é o momento particular da estruturação de praticamente quase toda capacidade produtiva cafeeira da região. As estatísticas agrícolas de 1905 apontavam cerca de 18 milhões de pés em Araraquara e mais 25 milhões em São Carlos. O Quadro 8, que retrata a evolução da produção e do número de cafeeiros depois de 1900, deixa evidente que após essa data os acréscimos a essa capacidade produtiva estariam limitados aos seus municípios vizinhos, no movimento de incorporação de terras promovido pela expansão da Araraquarense e da Douradense. Não que se tenha incorporado todas as terras disponíveis ao cultivo, como se depreende das próprias estatísticas de 1905, ou do levantamento agrícola efetuado pelo Club da Lavoura de São Carlos, em 1899. Na realidade, o café cobriria preliminarmente as terras altas de melhor qualidade. Assim, em 1899, as áreas cultivadas ocupam cerca de 28% do município de São Carlos, enquanto persistem 24% em matas. Em Araraquara, Monbeig aponta que 23% da área do município se conservavam em matas, ainda em 1905, enquanto outros 46% correspondiam a campos. Nada melhor poderia caracterizar o estado de frente pioneira que essa convivência, sem que isso, por outro lado, diminuísse a importância do processo de urbanização em curso (108).

Pelo contrário, nesse período, o crescimento da vida urbana estaria associado diretamente a avanço da cultura cafeeira, sob a forma particular de cidades da frente pioneira. Para essa região se destinaria expressivo contingente de migrantes. A ferrovia, de outro lado, reforçaria esse papel:

(107) Gonçalves Ohtake, op. cit., pg. 79.

(108) Para São Carlos ver a interessante estatística promovida pelo Club da Lavoura em 1899, republicada na Revista do Instituto do Café do Estado de São Paulo, julho de 1940. Para Araraquara, ver Monbeig, op. cit., pg. 176 e 177.



U CAMP

para São Carlos convergiram os ramais da Paulista; Araraquara desempenharia o papel de ponta de trilho entre 1885 e 1892, quando se inicia a inauguração das estações intermediárias da ligação até Jaboticabal; depois de 1898, Araraquara se tornaria estação terminal da Araraquarense. Essa situação peculiar teria prosseguimento, também, durante o período da crise. Primeiro, porque se arrefece o avanço da ocupação. Segundo, porque a qualidade das terras e a idade dos cafezais assegurariam produtividades muito acima das médias do estado, como podemos acompanhar no Quadro 9, atenuando em muito os efeitos da crise. Tudo giraria em torno do café. Imigração, ferrovia, o pequeno comércio, casas comissárias, os bancos locais, a incipiente atividade de transformação, até mesmo os melhoramentos urbanos. Vejamos os traços principais da expansão cafeeira na região.



3.2. A DINÂMICA CAFEEIRA NA REGIÃO: 1886-1910

Ao longo da fase expansiva desse ciclo cafeeiro é possível estimar que cerca de 14,5 milhões de pés tenham sido incorporados à capacidade produtiva de São Carlos, além de 13,5 milhões em Araraquara e de praticamente todos os 23,5 milhões de pés que os demais municípios da região apresentariam em 1905, como se depreende dos Quadros 3 e 8 (109). Seriam mais de cinquenta milhões de cafeeiros, com uma produtividade média muito superior aos valores encontrados para o conjunto do estado.

Esta produtividade justificaria, aliás, a continuidade de algum plantio adicional, mesmo após 1897, como se observa pela análise do número de cafeeiros da região. Fato que pode ser inferido, também, pelo relato de Casalecchi sobre a evolução do café nas terras do Cambuí, o imenso latifúndio que pertenceria à Gavião Peixoto até 1911, em áreas do município de Araraquara, Matão e Ibitinga (110).

As condições gerais extremamente favoráveis, seriam somadas a qualidade das terras e a expansão ferroviária. Assim, ainda no período que a Rio Claro Railway está sob controle dos ingleses, inicia-se a ligação com Jaboticabal. A Paulista se encarregaria de completar esse trecho construindo o ramal para Guataporã, em terras de Ribeirão Preto, onde travaria disputa crescente com a Mogiana. O trajeto dessas ligações evidencia, outra vez, a ligação da ferrovia com o café. Atravessando Araraquara pela região que atualmente compreende os municípios de Américo Brasiliense, Santa Lúcia e Rincão, a estrada procuraria as terras de melhor qualidade, onde, evidentemente, seria maior a presença da grande propriedade

(109) A região, tal como definida no Quadro 7, inclui Araraquara, São Carlos, Matão, Boa Esperança, Ibitinga, Dourado, Ribeirão Bonito e Tabatinga. Em termos da divisão administrativa atual, estes municípios originariam outras, como Américo Brasiliense, Rincão e Santa Lúcia (desmembrados de Araraquara); Ibaté (São Carlos), Dobrada (Matão) e Nova Europa (Tabatinga).

(110) Entre 1894 e 1911, quando Gavião Peixoto vende as terras do Cambuí para Carlos Leôncio Magalhães, a propriedade perderia parte desses trinta mil alqueires; cinco mil, dos quais, dariam origem aos núcleos coloniais de Nova Europa, Nova Paulicéia e Gavião Peixoto. Nesse período, transformam-se, também, as condições da lavoura cafeeira, que é muito incipiente na primeira data e que apresentaria, embora em condições precárias, cerca de 870 mil pés, em 1911. Ver Casalecchi, 1973, pgs. 39 à 42.



QUADRO 8

CAFEZEIROS PRODUZINDO - REGIAO DE ARARAQUARA E SAO CARLOS: 1900-1938

(em mil pes)

	ARARAQUARA	SAO CARLOS	REGIAO (1)
1900	11.428	22.394 (4)	44.169
1901	14.980	22.394 (4)	55.710
1902	-	23.337	56.296
1905	18.212 (2)	25.050 (5)	65.489
1906	"	"	66.530
1910	"	"	69.702
1914	"	"	72.304
1915	"	"	72.984
1917	"	"	76.605
1920	"	"	77.694
1926	18.000	"	78.180
1927	19.600	"	81.611
1928	19.600	19.019	82.184
1929	20.799	19.268	86.196
1930	20.279	19.268	85.676
1931	19.482	18.230	85.966
1932	20.354	18.377	85.561
1933	20.576	17.379	87.452
1935	(3)	15.207	(3)
1936	17.120	14.650	81.235
1937	14.637	13.597	72.925
1938	14.521	11.472	66.980

(1) Vide Quadro 7. Tal como nas obs. 4, foram realizadas estimativas para alguns municipios, em certos anos, em certos anos.

(2) As estatisticas utilizadas apontam o mesmo numero de cafeeiros para o periodo de 1905 a 1922.

(3) As informacoes disponiveis indicam 27.954 mil pes em Araraquara, nesse ano. Um valor, evidentemente superestimado.

(4) Esse valor foi estimado com base na media do numero de cafeeiros em 1899 e 1902.

(5) Esse valor repete-se, nas estatisticas disponiveis, entre 1905 e 1927.

FORTE: 1900, 1901, 1902 e 1906: Anuario Estatistico do Estado de Sao Paulo.

1905: Estatistica agricola e zootecnica do Estado de Sao Paulo.

1910 a 1938: o cafe, Estatistica de Producao e Exportacao, sec. de Agricultura, varios anos.

QUADRO 9
 PRODUTIVIDADE MEDIA DOS CAFEZEIROS
 REGIAO DE ARARAQUARA E SAO CARLOS - 1900-1939

(em arrobas por mil pes)

PERIODOS	ARARAQUARA	SAO CARLOS	REGIAO (1)
1900-1902	70,0	57,0 (2)	58,5 (2)
1905-1906	52,0	51,9	65,2
1910-1917	54,2	54,1	57,6
1918-1919	49,0	41,5	42,0
1920	17,5	17,0	17,7
1921	45,2	48,5	49,9
1922-1924	32,1	29,4	35,7
1925-1927	42,7	35,0	42,7
1928	58,4	46,2	58,8
1930	57,2	60,2	64,2
1931-1933	42,7	43,1	45,5
1936-1937	31,1	30,5	35,2

(1) Vide Quadro 7.

(2) Numeros de cafezeiros de Sao Carlos estimado pela media entre 1902 e 1899.

FONTE: Ver Quadro 8.



cafeeira (III). O destino final não poderia deixar de apontar para Jaboticabal e Ribeirão, em que a terra roxa em qualidade inigualável asseguraria qualquer empreendimento. Mas a expansão ferroviária não incorporaria apenas essas áreas. Através da Araraquarense se iniciaria a extensão dos trilhos para o 'sertão' de Rio Preto, enquanto a Paulista prosseguiria sua expansão pelos ramais de Santa Eudáxia e de Ribeirão Bonito, inaugurados ainda em 1893 e 1894. A empreitada da E.F. Araraquarense é, nesse sentido, uma demonstração interessante desse processo. Até mesmo, porque a extensão de seus trilhos coincidiria com a crise cafeeira do fim do século.

A estruturação da companhia data de 1895, quando a Paulista abre mão do privilégio de exploração da região, interessada que estava nas ligações com Ribeirão Preto e Jaboticabal de um lado, e com Jaú de outro. Um decreto governamental abria a possibilidade da construção do que se imaginava, na descrição de Jacob Martins, ser uma limitada ferrovia vicinal, muito embora seguisse o antigo traçado de Pimenta Bueno para a ligação do estado com Mato Grosso. "Fundaram-na lavradores locais, espíritos progressistas, animados pelo desejo de imprimir maior rapidez ao escoamento de suas safras", ainda nas palavras desse articulista. Em novembro de 1896 - quando já são evidentes os sinais de desaceleração, se olharmos pelo lado dos preços internacionais - são iniciadas as obras. Em 1898, dois anos depois, inauguram-se os seus primeiros trechos, incluindo as estações de Cruzes (atualmente Cesário Bastos) e Itaquerê (Bueno de Andrade). Matão é alcançada no ano seguinte e, apenas em 1901, conclue-se o traçado até Ribeirãozinho (Taquaritinga). As dificuldades acarretadas pela crise são evidentes. Do capital inicial de dois mil contos, subscrito por 182 acionistas, apenas 1,6 mil contos são integralizados. Segue-se um primeiro empréstimo de 600 contos com a Cia. Edificadora do Rio de Janeiro, e logo outro no valor de 360 contos com o governo do estado, além de uma subvenção aprovada em 1900 para permitir a continuidade das construções. Durante os anos seguintes, a estrada amargaria, ainda mais, a precariedade da situação da lavoura, e apenas em 1906 retomaria a marcha das construções, mesmo

(III) As manchas de terra roxa se distribuem, na antiga divisão do município de Araraquara, pelas regiões que compreendiam o distrito sede, Motuca, Bueno de Andrade e Gavião Peixoto, além dos três já citados. Os terrenos mais pobres cobriam as terras de Cesário Bastos, Fortaleza, Itaquerê, Ouro e Tutóia. De qualquer forma, essa seria, como teremos oportunidade de examinar, uma distribuição muito mais favorável que a que prevalece nas terras de São Carlos. Ver Azzoni, 1975, pg. 371.



assim, amparada pelo sistema de garantia de juros **(112)**.

O exemplo da Companhia é de transparência impar. Não apenas por periodizar a crise cafeeira com singular precisão. Mas, também, por deixar evidente, outra vez, essa ligação estreita entre ferrovia, café e cidade. Assim é que a primeira diretoria está absolutamente identificada com a oligarquia cafeeira local, como não poderia deixar de ser: Carlos Batista de Magalhães, várias vezes vereador, alguns anos depois presidente do diretório local do P.R.P., proprietário rural e fundador do Banco de Araraquara, pai de Carlos Leôncio Magalhães, que adquiriria as terras do Cambuí em 1911; Antonio Lourenço de Corrêa, filho do comendador Joaquim Lourenço Corrêa, grande proprietário rural, originário de Porto Feliz, dono da sesmaria do Lageado; Antonio Joaquim de Carvalho, 'coronel', principal chefe político local do P.R.P., formado em direito pela Faculdade de São Paulo, na mesma turma de Campos Sales e Prudente de Moraes, proprietário rural assassinado no ano seguinte à fundação da Cia., no episódio que daria origem ao 'crimes de Araraquara' **(113)**. A subscrição das ações, nesse sentido, é a demonstração dessa ligação impressindível entre ferrovia e café. O que se apresenta, também, na determinação dos caminhos que orientavam o avanço da cultura em direção à Matão, um dos municípios do estado, que ao lado de Araraquara e São Carlos, detinha mais de 20 milhões de cafeeiros às vésperas da crise de 'trinta'.

Mas, também de outra forma, a ferrovia marcaria a vida da cidade. Sua oficina se constituiria, na década de trinta, como a maior empregadora de mão-de-obra do município. Antes disso, acabaria por organizar vasta área de influência, ao estender seus trilhos pela região que segue desde Araraquara até Catanduva e Rio Preto, sem outra razão, nomeada como 'Araraquarense'. Seus ramais iriam, por outro lado, estruturando as feições finais dos municípios mais próximos. Partindo de Silvânia (no município de Matão) a estrada atingiria Ibitinga e depois Tabatinga, passando por

(112) Martins, J., Estrada de Ferro de Araraquara, in Almeida, N.A., Album de Araraquara, 1948, pgs. 114 a 118. Ver também o Album de Araraquara de 1915, pgs. 27 e 28. As descrições que se seguem, sobre a Araraquarense, Paulista e Bouradense, se baseiam, além desses, nos seguintes trabalhos: Pinto, op. cit., pgs. 194 e seqts.; Mattos, op. cit., pgs. 98 e 99; e no Censo de 1907, volume 2, tomo 3, pg. 45.

(113) Sobre essas personagens ver os albums de Araraquara de 1915 e 1948. Sobre o "crime de Araraquara" e o Cel. Carvalho ver o trabalho de Rodolfo Telarolli, Poder Local na República Velha, 1977.



dentro das terras do Cambuí. Em Ibitinga se articulava com a E.F. do Dourado, a Douradense, que partindo de Ribeirão Bonito já teria, em 1907, alcançado a estação de Ponte Alta, próximo ao município de Araraquara, passando por Dourado e Boa Esperança do Sul. Nesse caminho, a Douradense incorporaria à malha ferroviária do estado os núcleos coloniais de Gavilão Peixoto, Nova Paulicéia e Nova Europa, outra parcela privilegiada das terras dessa região. Ao desenhar o traçado das ferrovias se acompanha com precisão os caminhos do café e se distingue a qualidade das terras. Com a ferrovia, viriam os imigrantes.

A imigração subsidiada, a partir de 1884, asseguraria os braços para o avanço da lavoura. Na situação particular em que se encontravam os municípios, parte integrante da frente pioneira onde os trilhos acabam de chegar, o impacto desse processo não poderia ser maior. Juntamente com Campinas, seriam as cidades pioneiras o destino principal dessa primeira leva de imigrantes. Pelas informações disponíveis da Hospedaria, a cada ano uma média de 5,5 mil imigrantes se dirigiriam aos dois municípios entre 1893 e 1897 (ver o Quadro 7). Frequentemente, nesse período e mesmo depois, essas cidades encabeçariam a relação dos centros mais 'procurados' pelos colonos. A intensa migração deixaria evidências em todos os aspectos da vida municipal, muito embora a imensa maioria se destinasse ao trabalho nas fazendas. Assim, em São Carlos, que já em 1882 acolhia uma pequena associação de italianos, seria fundada, em 1893, a Società Beneficenza Italiana, da mesma forma que se noticia uma sociedade espanhola em 1896, e duas outras que reúnem imigrantes italianos em 1900 e 1902. Araraquara assiste a montagem de uma escola mista brasileira-italiana ainda em 1891, bem como de uma sociedade espanhola em 1898. Um sintoma de que essa seria uma presença marcante também no mundo urbano (114).

O levantamento do Club da Lavoura de São Carlos nos dá uma indicação, em 1899, da relevância do imigrante no mundo rural. De uma população recenseada de 15,7 mil trabalhadores menos de 2,3 mil seriam nacionais (entre libertos e brancos), sobressaindo os italianos com dois terços daquela total. Em Araraquara, Talarolli indica, com base na Repartição de Estatística do Estado, que em 1895, dos 7500 empregados na lavoura de café cerca de 6500 eram estrangeiros, e que, em 1897, de um total de 21.140 trabalhadores agrícolas, os estrangeiros seriam em número

(114) Sobre a presença dos imigrantes na Região ver: Damiano, op. cit., Mello, U.G., 1975; Martinez Correa, op. cit.; e o trabalho de Truzzi já referido.



de 19 mil. Mesmo superestimadas, essas informações mais que confirmam o papel do estrangeiro na lavoura. Objeções maiores a esses números só poderiam partir de uma eventual subestimação da participação dos trabalhadores livres nacionais, particularmente no momento de constituição das lavouras, um argumento que já desenvolvemos. A única indicação mais precisa dataria, infelizmente, apenas do censo de 1920, quando os estrangeiros representam, como pode ser acompanhado no Quadro 10, cerca de um quarto da população desses municípios, um número muito abaixo, porém, de duas outras informações disponíveis para esse período: uma primeira com base num livro de recenseamento de Araraquara, que indica, em 1902, uma população urbana de 4.046 habitantes, dos quais 2.187 estrangeiros e filhos de estrangeiros; uma segunda derivada da estatística agrícola de 1905, que indica um percentual de cerca de 80% da mão-de-obra agrícola como tendo origem estrangeira (115).

O contínuo deslocamento da lavoura iria se refletir sobre os destinos desses imigrantes. Internamente à região, além das injunções impostas pelas oscilações do fluxo migratório, assistir-se-ia a uma reorientação permanente dos centros que receberiam esses estrangeiros. Entre 1893 e 1897, São Carlos rivaliza com as regiões de Ribeirão Preto e São Simão como principal núcleo da migração no estado, e mais de dois terços dos imigrantes que se destinam para a parte em questão da Baixada Paulista se dirigem para o município. Desse período em diante, já com um número significativamente reduzido, tanto pelo efeito da crise, como pelas restrições européias à imigração, Araraquara e São Carlos dividiriam esse fluxo de forma relativamente equitativa, absorvendo a quase totalidade dos estrangeiros que tem acesso à região. A partir de 1905, quando o número de imigrantes chegados volta a crescer, a situação já é outra e Araraquara seria então o principal centro da imigração. Os demais municípios, que até então não absorviam 15% dos imigrantes, passam a receber mais de 40% dos estrangeiros, percentual que se elevaria ainda mais, para algo entre 50 a 60%, entre 1915 e 1935, mas agora, já num contexto de uma migração sensivelmente menor em termos absolutos. (Ver Quadro 7).

A esses imigrantes estaria reservada, essencialmente, a condição de colono. Nesta região a organização do trabalho não se diferenciaria da situação reinante no restante do oeste. Prevaleceriam as divisões entre

(115) Essas informações baseiam-se nas seguintes fontes: Estatísticas do Club da Lavoura, 1899; Talarolli, 1977, pgs. 23 e 24; Censo de 1920 e as Estatísticas de 1905, reproduzidas nos Quadros 10 e 11.

QUADRO 10

POPULACAO DE ORIGEM ESTRANGEIRA-REGIAO DE ARARAQUARA E SAO CARLOS
VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAL SOBRE A POPULACAO TOTAL: 1886-1940

MUNICIPIOS/REGIAO	1886		1920		1940	
	POPULACAO ESTRANGEIRA	% SOBRE POP. TOTAL	POPULACAO ESTRANGEIRA	% SOBRE POP. TOTAL	POPULACAO ESTRANGEIRA	% SOBRE POP. TOTAL
ARARAQUARA	617	6,5	12.469	25,9	7.002	10,3
SAO CARLOS	2.051	12,7	13.287	24,5	4.415	9,1
TOTAL DA REGIAO (1)	2.668	10,4	46.815	25,3	19.714	9,4
TOTAL DO ESTADO	36.825	3,0	829.851	18,1	761.991	10,6

(1) Em 1920 e 1940, a regio e a mesma definida no Quadro 7.

FONTE: Camargo, J.F., op. cit.

QUADRO 11

PESSOAL EMPREGADO NA AGRICULTURA SEGUNDO A NACIONALIDADE - 1905/1906
REGIAO DE ARARAQUARA E SAO CARLOS

	NACIONAIS		ESTRANGEIROS		TOTAL	
	No. ABSOLUTO	%	No. ABSOLUTO	%	No. ABSOLUTO	%
ARARAQUARA	1.859	19,0	7.918	81,0	9.777	100,0
SAO CARLOS	1.926	20,0	7.726	80,0	9.652	100,0
REGIAO (1)	6.727	20,6	25.992	79,4	32.719	100,0

(1) Araraquara, Sao Carlos, Boa Esperanca do Sul, Dourado, Ibitinga, Mattao e Ribeirao Bonito.

FONTE: Anuario Est. do Estado de Sao Paulo, 1905 e 1906, apud. De Lorenzo, H. op. cit., pg. 144.



colonos, jornaleiros, camaradas e 'formadores de café' ou empreiteiros. Estas últimas, a cargo da mão-de-obra nacional, como atesta o depoimento de Ferrari sobre os núcleos coloniais do Cambuí, onde os estrangeiros recém chegados firmavam contratos com trabalhadores brasileiros para a derrubada de matas. Assim, ainda no início do século, cerca de noventa e cinco por cento dos italianos que trabalhavam nas lavouras de São Carlos se encontravam na situação de colonos. Alguns anos depois, embora em proporções mais reduzidas, essa condição prevaleceria nas terras do Cambuí, como nos mostra Casalecchi (116).

A remuneração dos colonos, derivada dos contratos anuais de trabalho, estaria dividida entre o pagamento do trato, variável com o número de cafeeiros, e a parcela proporcional à colheita, a que se agregariam os eventuais pagamentos por dias de serviço prestados à fazenda. Além destas, uma parcela importante dos seus ganhos derivaria das possibilidades de culturas adicionais ao café, sobretudo milho e feijão. Quando os cafeeiros fossem novos prevaleceria o cultivo 'intercalar' nas 'ruas' do cafezal; à medida em que a sua idade fosse maior, essa seria uma alternativa que se restringiria à terras não ocupadas pelo café. E ainda que a situação do colono fosse a mais favorecida, diante das demais categorias de trabalhadores, não seriam tão abrangentes as possibilidades que a lavoura abriria para o imigrante, a julgar pelos relatos de Truzzi sobre a Fazenda Palmital em São Carlos e de Casalecchi sobre o Cambuí. É certo que a imigração esteve associada ao sonho da propriedade, mas essa, nas dimensões em que ocorreria, se apresenta inicialmente como muito limitada. Osvaldo Truzzi descreve assim, essa argumentação: "Era muito mais provável que os caminhos que levassem o colono à condição de proprietário fossem muito mais tortuosos, que envolvessem um período de tempo equivalente a uma ou duas gerações, a migração para a cidade e ainda outras condições que tornavam esse degrau de ascensão social inacessível para a maior parte dos colonos" (117).

(116) Ver, Ferrari, M; 1976, pg. 88; Casalecchi, op. cit., pg. 73 e segts; Truzzi, op. cit., pgs. 58 e segts.

(117) Truzzi, op. cit., pg. 88. Ver a crítica de Casalecchi à tese de Holloway sobre as condições de acesso à terra pelo imigrante: Casalecchi, op. cit., pg. 169. A análise da participação dos estrangeiros como proprietários mostra, como veremos, um acentuado crescimento no município de Araraquara, enquanto em São Carlos mantém valores baixos. Infelizmente não dispomos de informações sobre arrendamento, que como se sabe, foi uma forma importante de inserção de migrante na agricultura de São Paulo.



As estatísticas disponíveis parecem confirmar as dificuldades iniciais no acesso à terra por parte do imigrante, muito embora o número de pequenas propriedades pertencentes à estrangeiros aumente durante o período e acabe por caracterizar uma diferença importante entre as estruturas agrárias dos dois municípios. O levantamento de 1905 reflete esses dois fatos. Em São Carlos de 313 propriedades apenas 61 pertenceriam à estrangeiros, e mesmo assim, estas não totalizariam 3,5% do valor das propriedades agrícolas do município. Em Araraquara, seriam 158 propriedades de estrangeiros num total de 452, com um valor que já atinge 14,6% do valor total das propriedades. As informações disponíveis para São Carlos em 1914 parecem corroborar a idéia de uma estrutura agrária muito mais inflexível. As 75 propriedades de estrangeiros totalizariam apenas seis por cento dos cafeeiros nos 312 estabelecimentos registrados no Almanaque do município. O censo de vinte, em que pese não assinalar todas as pequenas propriedades, traduziria com clareza essas diferenças. Das 315 propriedades registradas em São Carlos, 115 são atribuídas à estrangeiros, correspondendo a 8,5% da área e 7,1% do valor total dos imóveis recenseados. Em Araraquara dos 748 estabelecimentos anotados, 510 pertenceriam a imigrantes estrangeiros, no total de 26% da área e 25% do valor dessas propriedades⁽¹¹⁸⁾.

Essa diferença marcante entre a estrutura agrária dos dois municípios se acentuaria ainda mais pela organização dos núcleos coloniais do Cambuí. Com o avanço da lavoura cafeeira coincidindo com a imigração, em Araraquara se assistiria, diferentemente de São Carlos, uma participação maior dos estrangeiros como proprietários. É certo que esta participação estaria restrita à pequena propriedade, em terras de pior qualidade, pelo menos neste momento inicial e até a ocupação dos núcleos coloniais. Mas ela seria responsável por uma diversificação agrícola prévia, que pode ser atestada, inclusive, pela produção de cereais ainda em 1905. Neste momento, Araraquara, com uma área cultivada de café que beira 75% da área corresponde em São Carlos, apresentaria produções maiores de milho e feijão. E este não é um fato que se explica exclusivamente pela menor idade dos cafeeiros e pela possibilidade de um maior cultivo intercalar. Em 1920, quando esses argumentos já não teriam nenhum poder explicativo,

⁽¹¹⁸⁾ As informações referentes a São Carlos em 1914 podem ser encontradas em Mello, op. cit., pg. 59. Com relação ao Censo de 1920, é conveniente notar que o levantamento não inclui as informações de imóveis rurais cuja produção anual não atingia 500\$000.

essas diferenças teriam se ampliado. Agora, ainda com uma área de café menor, todas as demais culturas ocupariam áreas bem superiores ao que se poderia encontrar em São Carlos (119).

Não que essa estrutura agrária se caracterizasse por uma presença significativa da pequena propriedade cafeeira, da mesma forma como também não estaria assentada no latifúndio, mas teria como suporte a 'grande' propriedade (120). Em 1920, mesmo em Araraquara, os livros de impostos sobre cafeeiros registram que aproximadamente metade dos 16,5 milhões de pés pertenceriam a propriedades com mais de 50 mil e menos de 250 mil pés de café, enquanto menos de 17% desses cafeeiros pertenciam a propriedades pequenas, caracterizados como possuindo menos de 20 mil pés. (Ver Quadro 17.A e B).

O importante a ressaltar, é que diferença entre os municípios passa a desempenhar um papel cada vez mais relevante para as possibilidades do próprio desenvolvimento urbano, sobretudo, como veremos, após a crise cafeeira. Mas que seria significativa ainda antes dessa data, na medida em que se abrem novas áreas de fronteira no Oeste novo. Vejamos as razões que poderiam explicá-la.

Em primeiro lugar estaria, como já afirmamos, a própria ocasião da incorporação das terras nos dois municípios. Com a estruturação da lavoura cafeeira antecedendo a imigração em massa, não se poderia esperar outra participação do imigrante em São Carlos. Em Araraquara, em que pesem todas as restrições, esse não seria um obstáculo das mesmas dimensões. O depoimento sobre o Cambuí auxilia, novamente, a colocar alguma luz sobre essa questão. Em 1894, quando da demarcação definitiva das terras de Gavião Peixoto e depois de Nova Europa, é que efetivamente se abrem as possibilidades maiores da ocupação da região. O mesmo sentido se deriva do retardamento da expansão da Araraquarense, como já discutimos. Assim, muito embora as maiores extensões de terra roxa, ao longo do eixo da Paulista na direção de Jaboticabal, já estivessem ocupadas previamente, as fronteiras internas assumiriam dimensões significativas, sobretudo

(119) Ver item 4.2 do capítulo seguinte e o Quadro 13.

(120) A grande propriedade, em contraposição à pequena, média e latifúndio, aparece caracterizada, neste trabalho, como possuindo entre 50 mil e 250 mil, com aproximadamente de 100 à 500 alqueires, seguindo a sugestão de Azzoni, op. cit., pg. 373. (ver Quadro 16).



comparadas com as possibilidades do município vizinho. É sintomático, aliás, que justamente nessas regiões de ocupação anterior, fosse maior a concentração da propriedade. Em 1920, nove das dez fazendas com mais de 250 mil cafeeiros se encontram nesses distritos. Quatro na sede do município, uma em Américo Brasiliense, três em Santa Lúcia e uma em Rincão, todos, por sinal, com estações da Paulista (121).

Uma segunda razão que deve ter contribuído para essas diferenças reside nas próprias condições naturais das terras incorporadas, o que ganha uma dimensão relevante quando analisada no contexto anterior. Como dissemos, as extensões de terra roxa em Araraquara são muito maiores que no município vizinho. Cerca de dois terços dessas terras são de Latosol Roxo, solos particularmente bons para a agricultura, uma proporção que não alcança um terço em São Carlos. Se observarmos a distribuição de todos os tipos de solo de boa qualidade, encontraremos para todos os demais municípios da região parcelas expressivamente superiores àquelas encontradas para São Carlos, percentuais que atingem mais de 80% em áreas como Rincão ou Matão. É certo que isso não basta para favorecer ao café, dadas as condições de declividade, de altitude e a importância que assume a vegetação natural. Terras altas e que não sejam cobertas com campos e cerrados naturais é que caracterizariam os solos mais procurados. Mesmo com as grandes extensões de campos em Araraquara, as terras agriculturáveis assegurariam grandes oportunidades tanto para o café, como para outras culturas. Ferrari reproduz um trecho dos Autos de Demarcação da Sesmaria do Cambuí que corrobora essa idéia: "... cerca de sete mil alqueires são de campos cerrados, próprios para a criação de gado; cerca de dez mil alqueires são de terras boas para a cultura, porém baixas e os restantes três mil e quinhentos alqueires são de terras altas, próprias para a cultura do café e cana" (122).

(121) As estatísticas de 1905 auxiliam, também a avaliar o avanço da ocupação. Em 1905, a área total dos 452 estabelecimentos recenseados em Araraquara é de 62,9 mil alqueires, enquanto em São Carlos atinge 51,7 mil alqueires, números que correspondem aproximadamente à percentuais de 73% e 87% das áreas totais dos municípios, respectivamente. Nesta mesma data as áreas cultivadas correspondem, na mesma sequência, à 15,7% e 26,9% das áreas recenseadas dos municípios.

(122) Ferrari, op. cit., pg. 41

Por fim, dadas essas condições, as descrições sobre o início do século parecem apontar que a crise cafeeira desse período abria maiores condições para alguma transformação da estrutura agrária em Araraquara do que em São Carlos. Martinez Correa indica o precoce processo de transferência de terras desse período: "As dificuldades de preço para o café levaram muitos fazendeiros a se desfazer de suas terras ou parte delas passando para os antigos colonos estrangeiros que esperavam uma oportunidade para formar um patrimônio" (123). Em São Carlos, Melo também aponta essas transformações quando trata do imigrante italiano, mas indica as suas inúmeras restrições. Estes fatos sugerem que a não incorporação de todas as terras ao plantio e a existência de terras não tão apropriadas ao café, mas de boa qualidade, tenham favorecido esse processo em Araraquara. Outra vez o exemplo vem das terras do Cambuí, onde Gavião Peixoto venderia, nesse período, perto de 3 mil alqueires, parte devido a débitos bancários acumulados (124).

Esse crescimento da pequena propriedade, no contexto de crise da lavoura cafeeira e emergência dos núcleos urbanos, estaria intimamente relacionado à diversificação da agricultura regional, com o incremento da produção de cereais, de frutas, ou mesmo do algodão e da cana-de-açúcar. Mesmo na fronteira agrícola, a crise estimula tanto um reordenamento da estrutura fundiária como uma diversificação dos cultivos, deixando antever um processo que ganharia dimensões ainda maiores nas décadas seguintes, como veremos. Neste momento a particularidade desse processo é que ao lado do incremento da pequena produção, sobressai ainda o cultivo nas 'ruas' do cafezal. O Quadro 12, construído com as informações disponíveis sobre a produção de 'cereais', atesta esse processo. A cultura mais identificada com o plantio intercalar, no caso o feijão, acompanha o ritmo dos novos cafeeiros. Reduz-se nos municípios em que não ocorre novas plantações e cresce nas zonas novas. Em Araraquara, onde mais avançaria a diversificação da base agrícola, a produção nos anos vinte se situaria em níveis quase duas vezes menores dos prevalecentes na década anterior. A produção média de 1925 e 1926 situar-se-ia em quase um terço da registrada em 1905, quando mais de dois terços de toda produção regional era de responsabilidade do município. Em 1920 a produção de feijão estaria concentrada nos municípios vizinhos, onde avança o café. Agora, seriam estes que responderiam por quase dois terços da oferta e onde a produção não

(123) Martinez Correa, op. cit., pg. 290

(124) Ver Ferrari, op. cit., pgs. 41 e 42 e Casalecchi, op. cit., pgs. 39 e 40.



UNICAMP

QUADRO 12
EVOLUCAO DA PRODUCAO DE CEREAIS
REGIAO DE ARARAQUARA E SAO CARLOS: 1900 - 1926

(1920/1921 = 100)

	1900/1901 (media)	1905	1911	1917	1920/1921 (media)	1925/1926	1920/1921 (valores absolutos) em ton.
ARARAQUARA							
arroz	-	3	9	9	100	101	6.346
milho	-	64	53	53	100	79	16.306
feijao	-	270	151	151	100	82	2.275
SAO CARLOS							
arroz	3	15	32 (2)	30	100	90	1.427
milho	-	67	55	78	100	80	12.951
feijao	33	124	120	240	100	91	1.431
REGIAO (1)							
arroz	-	28	-	38	100	90	21.768
milho	-	42	-	60	100	87	75.141
feijao	-	95	-	162	100	112	10.007

(1) Vide Quadro 7

(2) Media 1910 e 1911

FONTE: 1900 e 1901 - Anuario estatistico do Estado de Sao Paulo
1905 - Estatistica Agricola e Zootecnica
1910 e 1911 - Questionario sobre as condicoes da Agricultura, Minist. da Agricultura
1917, 1920, 1921, 1925, e 1926 - Boletim de Industria e Comercio, Sec. de Agricultura



sofrendo redução entre 1920/21 e 1925/26. Mas esse é o único produto, ao lado do café, em que não há crescimento da área cultivada. Mesmo o milho, que também aparece associado ao cultivo intercalar, apresentaria aumento em todo o período, da mesma forma que o arroz, cuja produção total é multiplicada por três na região e por mais de dez em Araraquara.

Mas essa diversificação da produção agrícola não se reflete apenas na oferta de cereais. Durante a crise voltaria a ganhar relevância a cultura da cana-de-açúcar, da mesma forma que se estabelecem incentivos ao algodão, à fruticultura, à atividade criatória, etc. Martínez Correa chama a atenção para uma presença significativa dos bens ligados ao processamento da cana, mesmo nos inventários do final do século: "Apesar do domínio que o café impôs à região, nem por isso as outras lavouras deixaram de prosperar. A lavoura açucareira, que já havia se estabelecido nessa região, continuava a existir, sendo um atestado disso o grande número de engenhos, alambiques, caldeiras, resfriadores, depósitos de pinga, caixões, que aparecem nos inventários, registrados nas relações dos bens" (125). Com a depressão do preço do café, essa voltaria a ser uma alternativa, sobretudo nas terras do município de Araraquara. Em 1905, o levantamento da Secretaria de Agricultura acabaria por apontar uma pequena produção de açúcar no município, cerca de dez por cento do que estaria sendo produzido em Piracicaba. Mas nesse mesmo ano, a produção de aguardente do município é menor, apenas, que a produção de Capivari. A existência de terras apropriadas para o cultivo da cana-de-açúcar e não utilizadas pelo café, acabaria por possibilitar a manutenção desse plantio durante todo o período cafeeiro, muito embora, sua efetiva reativação só viesse a ocorrer mais à frente (126).

As mesmas idéias que circundam o discurso do governo provincial sobre a necessária diversificação da produção agrícola, refletem-se também ao nível dos poderes municipais. Em Araraquara, no contexto da crise cafeeira e mesmo depois, é frequente a referência ao incentivo à atividade algodoeira, base de uma eventual indústria têxtil. De Lorenzo aponta, entre 1908 e 1923, seis leis de apoio ao plantio de algodão e à instalação de uma fábrica de tecidos, embora nenhuma das iniciativas tenha se concluído com sucesso. Da mesma forma, esses incentivos incluiriam a produção de seda a

(125) Martínez Correa, op. cit., pg. 181.

(126) Ver item 4.2, onde se descreve o incremento da produção canavieira ao longo dos anos vinte.



partir de 1902, e podem ser exemplificados com outras iniciativas, como estímulos à produção de frutas, prêmios para plantadores de no mínimo 10 alqueires de trigo, de forma similar ao que ocorreria mais tarde com a cana-de-açúcar, às vésperas da crise de 1929 (127).

É possível apreender essa diversificação por outros caminhos. O Album de Araraquara de 1915 destaca a produção frutífera de laranja, mangas, uvas e realça as exportações de abacaxi. Se refere aos prêmios ganhos por produtores locais em exposições na Capital, bem como a experiência de um 'wagon' especial da Cia Paulista para as exportações de frutas. O mesmo sucede quando acompanhamos a produção dos núcleos coloniais, parte dos quais em terras do município de Araraquara, e também pode ser averiguado pelos relatos a cerca dos municípios paulistas referentes a esse período (128).

É nesse contexto que se inserem os núcleos do Cambuí, e para compreendê-los é necessário retomar alguns tópicos da crise cafeeira do início do século. A idéia dos núcleos coloniais é relativamente antiga, e de certa forma acompanha os percalços do início da imigração e o dilema da colonização versus povoamento. Sobre isso não é preciso se estender. Importante é reter a diferença singular que marcaria os núcleos organizados no início desse século. O contexto da crise cafeeira, com o recrudescimento da migração de retorno, acabaria por recolocar o problema da mão-de-obra, agravado com a imigração de destino urbano. Voltariam a ganhar espaço as idéias dos núcleos, entendidos como 'viveiros de trabalhadores', capazes de um lado de fixar o colono, de outro de garantir mão-de-obra para a colheita. Mas a frustração com as experiências anteriores indicaria a impossibilidade daquela opção e, os novos núcleos se diferenciariam dos que haviam sido organizados ainda no Império. Agora estariam situados em áreas de fronteira, servidos por ferrovias, e pelo menos momentaneamente, até passarem os efeitos mais imediatos da crise cafeeira, sujeitos a um tratamento melhor por parte do Estado.

(127) De Lorenzo, op. cit., pg. 62 e 64. Ver também Martínez Correa, op. cit., pg. 292.

(128) Ver Almaque de Araraquara de 1915, op. cit., pg. LIII e LIV; ver também Martínez Correa, op. cit., pg. 291, onde se noticia isenção de impostos para exportação de frutos sobre os relatos dos municípios ver Piza, M.; 1924 e Egas, E.; 1925.



A crise é contorno maior dessa alternativa. Em Araraquara os estudos disponíveis atestam que mesmo áreas de fronteira, com produtividades muito elevadas, não passariam incólumes. A dificuldade de Gavião Peixoto com a Cambuí seria uma dessas demonstrações. Mas Martinez Correa nos permite um acompanhamento mais interessante. Já em 1896, sob os primeiros sintomas, os produtores locais se organizam para participar das reuniões em São Paulo. Em 1898 fundam o Club da Lavoura local, cujos objetivos refletem suas inquietações: 1) Obter do governo, à custo do Estado, os imigrantes necessários aos trabalhos agrícolas; 2) Facilitar as Exportações; 3) Organizar com o estado e o município um esquema de juros garantidos para letras; 4) Reduzir o imposto sobre exportações. Com o agravamento da crise as reivindicações aumentam: os vereadores passam a solicitar reduções de tarifas das ferrovias, seguem-se reduções de impostos municipais, se organiza em 1904 um abaixo assinado para a execução do mesmo orçamento municipal do ano anterior. Mesmo assim fechariam algumas casas comerciais, oficinas e pequenas indústrias, e o impacto da crise sobre a lavoura estimularia, como já fizemos referência, o parcelamento da terra. Nesse sentido, a Cooperativa Agrícola de Araraquara além de solicitar da Câmara a abolição dos impostos sobre café, reivindica também a taxaço de terras incultas e incentivos para os lavradores que dividissem suas terras.

Os novos núcleos emergem, portanto, sujeitos a esse quadro maior. De um lado pretendem soluções diferentes para o problema da colonização, de outro devem auxiliar as dificuldades de mão-de-obra da lavoura. Seu efetivo encaminhamento sugere esse conflito latente. Organizados em terras de stima qualidade, junto à fronteira da marcha cafeeira, esses núcleos se diferenciariam das antigas experiências. Mas estariam reservados, pelas inúmeras dificuldades que se colocavam aos residentes no país, para imigrantes recém chegados. A intenção de que os novos núcleos fossem atrativos para uma retomada da imigração se veria frustrada, e crescentemente seriam relaxadas as condições de acesso aos imigrantes com alguma experiência prévia no país, ou mesmo para brasileiros. A administração do estado garantiria inicialmente algumas condições mínimas para o funcionamento dos núcleos, mas passados os piores momentos da crise, suas ações tendem a se reduzir rapidamente, acompanhando o que ocorre no restante do território, em que a colonização se transforma num empreendimento privado. Em 1920 é emancipado o núcleo de Nova Europa, em 1923 o de Gavião Peixoto, o primeiro compondo um distrito de Ibitinga e depois transformado em município, o segundo como distrito de Araraquara.



Em que pese o relativo fracasso dos núcleos, tanto como solução para a mão-de-obra da colheita, como proposta de colonização, sua presença marcaria a estrutura agrária da região. Acompanhando as estatísticas de cafeeiros de Araraquara podemos observar, durante toda a década de vinte, que Gavião Peixoto representaria o único distrito em que se associam uma estrutura fundiária não concentrada com boa qualidade das terras. Mais que isso, as informações sobre suas atividades agrícolas indicam, para o ano de 1917, que a produção conjunta de Gavião Peixoto e Nova Europa é extremamente significativa comparada com Araraquara. O feijão colhido nesse ano corresponde a um quarto da produção de todo o município; o milho se apresenta numa quantidade um pouco maior nos núcleos e o arroz produzido equivale a quase seis vezes toda a safra do mesmo ano de Araraquara. Além disso, cerca de vinte por cento do valor da produção vegetal dos núcleos se distribuiria por outras culturas, como algodão, frutas, mamona, etc., ao que se somaria uma produção animal também importante, na medida em que seriam os dois maiores rebanhos de suínos e aves de todos os núcleos coloniais (129).

Mas a importância dos núcleos não se esgota na diversificação agrícola em si. Junto com ela emerge um conjunto de atividades complementares, que se visualizam inicialmente na área urbana de Gavião Peixoto e Nova Europa, e que com o avanço dessa agricultura, com as melhorias de comunicação e a ampliação excedente agrícola comercializado passariam a demandar centros regionais maiores. Um aspecto interessante desse fenômeno, e que novamente traz à tona o papel das ferrovias, é a polarização não de Araraquara, mas de São Carlos com os dois núcleos. A ligação ferroviária pela Douradense permitiria o contato com Araraquara via Ibitinga e com São Carlos via Ribeirão Bonito. Prevalceria, até a superação dos problemas de transporte, um fluxo comercial mais intenso, justamente, com São Carlos, e também com São Paulo, pela própria Paulista (130). As ligações rodoviárias redefiniriam esse quadro, da mesma forma que o desenvolvimento das economias urbanas definiria papéis crescentemente diferenciados para esses centros. Vejamos o que ocorre com as cidades.

(129) Ver Ferrari, op. cit., Tabelas 27, 28 e 29, pgs. 153 e segts.

(130) Idem, pg. 123. A população dos núcleos alcançaria mais de 5.000 habitantes em 1917, e atingiria 7.334 em 1927.



3.3. AS ECONOMIAS URBANAS NA PASSAGEM DO SÉCULO

Já tivemos a oportunidade de comentar a vida urbana do final do século. Em todos seus aspectos ela traz a marca da velocidade com que se altera a economia regional, e é sinônimo das transformações que passa o café. A população urbana cresce impulsionada pela migração, multiplica-se o pequeno comércio, as oficinas industriais, o beneficiamento paulatinamente assume características de atividades urbana, aparecem os bancos, os escritórios da ferrovia, etc. As próprias necessidades da economia cafeeira passam a exigir a ampliação das funções urbanas, e estas estimulam o desenvolvimento das cidades. A diversificação do complexo repercute diretamente sobre seu segmento urbano. E, nesse trecho da Baixa Paulista, submetido à condição de parte da fronteira agrícola, esse é um processo particularmente exemplar. Enfatizamos isso pela idéia de cidade da franja pioneira. Situação específica, não apenas pela mera ocupação do espaço, mas pela intensidade com que se desencadeia um processo de diferenciação social, de diversificação da economia, de organização das cidades. José de Souza Martins chamaria a atenção para essa natureza da expansão pioneira. Essa é a forma como se exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado, é a expressão limite do capitalismo no campo (131).

Para as economias urbanas isso adquire um significado especial, na medida em que seu desenvolvimento está condicionado às possibilidades da diferenciação do trabalho social, e estas, por sua vez, são impulsionadas pelo próprio avanço da economia cafeeira. De certa forma, como tantos autores já chamaram a atenção, a cidade não emerge desse processo em contraposição ao campo, como em outras formações sociais. É o avanço do café que exige o desenvolvimento das funções urbanas. E a forma particular desse avanço, com aquela economia em tres tempos e com a incessante incorporação de novas terras, acabaria por determinar mais uma particularidade: a instabilidade, a contínua mudança, a redefinição constante dos papéis reservados aos centros urbanos. Uma manifestação, aliás, que pode ser acompanhada com nitidez, também nesta parte do território paulista, onde ressalta a diferença constante entre os ritmos de crescimento de seus núcleos urbanos, muito embora estes sejam tão próximos uns dos outros.

(131) Martins, J.S., op. cit., 1975.



O crescimento da população é um sintoma desse descompasso. São Carlos veria a população de seu município reduzir-se a partir do final do século, e muito embora a cidade ainda continuasse a crescer, os anos áureos do café teriam terminado ainda no final da década de 1910. Em Araraquara, a continuidade da expansão cafeeira e as novas áreas da 'Araraquarense' garantiriam um ritmo diferente. Essa evolução está sintetizada no Quadro 13. Ao fim do período cafeeiro, a população urbana de Araraquara já ultrapassaria a de seu município vizinho. O café, como vimos, que havia assegurado o desenvolvimento mais rápido de São Carlos, emancipado de Araraquara em 1865, acabaria por determinar o crescimento mais acelerado em terras mais à frente, e a paulatina estagnação das lavouras nas áreas maduras. O desenvolvimento urbano posterior, ainda dependente da economia cafeeira, seria agora cada vez mais tributário das possibilidades abertas pelo seu próprio crescimento no período de auge da economia cafeeira. O que garantiria as possibilidades de desenvolvimento seria a diferenciação anterior das economias urbanas: a indústria nascente, o comércio regional e os serviços de maneira geral. É dessa forma que seriam selecionados os núcleos que acabariam por compor essa parte do sistema urbano paulista. A dinâmica da economia cafeeira no espaço continuaria fundada na incorporação crescente de terras, como forma de ampliar a capacidade produtiva, mas não deixaria atrás de si uma paisagem morta, como no Vale do Paraíba, porque agora abre novas alternativas com uma progressiva diferenciação do trabalho social. É o que pode ser acompanhado, tanto em São Carlos, como em Araraquara.

A paisagem inicial estaria muito ligada à evolução dessas funções urbanas. A avaliação dos Almanques das cidades nos dá uma dimensão desse processo. Além das atividades mais diretamente relacionadas ao café, como o beneficiamento, as estradas de ferro, as casas comissárias e os bancos, desenvolve-se outro conjunto de atividades centradas no comércio, numa pequena indústria e em serviços propriamente urbanos. O Almanque de São Carlos de 1894 é um exemplo dessas transformações. Ao lado de um grande número de lojas de secos e molhados, seguem-se lojas de armarinhos, de ferragens, açougues, botequins, alfaiatarias, hotéis, joalheiros e relojoeiros, depósitos de materiais de construção, etc. O beneficiamento já apareceria como atividade urbana, da mesma forma que o número de empresas empreiteiras atesta o ritmo de crescimento da cidade. Seriam mais de 110 pequenos estabelecimentos industriais, incluindo um grande número de



QUADRO 13
REGIAO DE ARARAQUARA E SAO CARLO CARLOS
POPULACAO TOTAL E URBANA: VALORES ABSOLUTOS, TAXAS DE CRESCIMENTO E
TAXAS DE URBANIZACAO - 1900 - 1940

93

	ARARAQUARA	SAO CARLOS	REGIAO (1)	EST. S. PAULO
A) POPULACAO				
1900				
Pop. total	28.900	55.279	123.500	2.279.600
Pop.urbana	4.000 (2)	9.250 (3)	-	-
1920				
pop. total	48.119	54.225	183.739	4.592.180
pop.urbana	11.300 (4)	15.404 (5)	-	-
1934				
pop. total	66.916	51.620	221.344	6.433.957
pop.urbana	23.517	20.791	59.570	2.364.157
1940				
pop. total	67.724	48.600	210.202	7.100.316
pop.urbana	33.172	25.746	70.000	3.168.111
B) TAXAS DE CRESCIMENTO (% ao ano)				
1900/1920				
pop. total	2,6	(0,1)	2,0	3,6
pop.urbana	5,3	2,6	-	-
1920/1934				
pop. total	2,4	(0,4)	1,3	2,4
pop.urbana	5,4	2,2	-	-
1934/1940				
pop. total	0,2	(1,0)	(0,9)	1,8
pop.urbana	5,9	3,6	4,6	5,0
C) TAXAS DE URBANIZACAO (%)				
1900				
	13,8	16,7	-	-
1920				
	23,5	28,4	-	-
1934				
	35,1	40,3	26,9	36,7
1940				
	49,0	53,0	37,1	44,1

(1) vide Quadro 7

(2) O Livro de Recenseamento da cidade aponta, em 1902, 4046 habitantes na zona urbana. Telarolli, 1977, pg. 24.

(3) Essa e uma estimativa baseada na populacao urbana indicada pelo almanaque de 1894 (cerca de 8.000 habitantes) e os numeros relativos ao almanaque de 1914 (populacao urbana de 13 mil pessoas). As indicacoes de Mayema, com base nas estatisticas do Club da Lavoura, e que apontam uma populacao urbana entre 20 a 25 mil, sao evidentemente improcedentes. Ver Devescovi, 1985, pg. 50; Mayema, 1975, pg. 36.

(4) Estimativa com base nas demais informacoes desse quadro.

(5) Censo de 1920, apud. Devescovi, 1985, pg. 50

FONTES: Camargo, J.F., 1952; Devescovi, 1985 e Telarolli, 1977.



oficinas de reparação (132)

A atividade comercial e de serviços iria garantir, em parte através da ferrovia, o crescimento das áreas de influência das cidades. O comércio de café começaria a registrar as mudanças que atestariam a perda de influência do comissário, e que se registraria, pouco depois, pela ampliação da Cia Paulista dos Armazens Gerais em Campinas, Ribeirão Preto, São Manuel, Bragança, Jaú e, também, em São Carlos. Mas grande parte desse comércio cresceria em função dos gastos com bens salários, sobretudo com o comércio de importação. São inúmeros os estabelecimentos em que se registra essa especialização, da mesma forma em que a comercialização dos excedentes agrícolas, complementada nesse momento pela importação de alimentos, está na origem de outra parte significativa desse setor. A circulação das receitas monetárias dos colonos abriria espaço para a multiplicação dessas atividades, como se associaria, também, ao próprio crescimento dos bancos nascentes. No contexto da Reforma Bancária de 1890 se organizaria a Casa Bancária do Conde do Pinhal, um ano depois o Banco de São Carlos e o Banco União de São Carlos. Fundados com capitais originários no café, suas possibilidades se ampliariam pelo aumento das rendas urbanas, como se depreende dos processos movidos por imigrantes contra os administradores do Banco União de São Carlos, quando do seu fechamento em 1903. Bancos, é claro, que teriam sua razão de ser na atividade cafeeira, seu interesse primeiro, como mostra a trajetória do Conde do Pinhal, que além das participações em São Carlos, fundaria o Banco de Piracicaba e organizaria, com os capitais da venda da Cia. Rio Claro de Estradas de Ferro, o Banco de São Paulo na Capital, em conjunto com outros grandes fazendeiros de café. Aliás, suas atividades não se restringiriam a essas iniciativas, e seu nome apareceria ligado a duas casas comissárias em Santos, bem como à Cia. Agrícola de Ribeirão Preto, proprietária de nove fazendas na região da Mogiana, afora as de São Carlos e cerca de oito fazendas em Jaú (133).

(132) Ver Devescovi, op. cit., pgs. 61 e 62.

(133) Sobre a Cia. Paulista de Armazens Gerais ver, entre outros, Casalecchi, pgs. 137 e 139. Sobre a atividade bancária em São Carlos, nesse período, ver Devescovi, op. cit., pg. 53. Truzzi trata da questão do fechamento do Banco União de São Carlos em 1903, nas páginas 96 e 97 de seu trabalho, e comenta as atividades do Conde nas páginas 113 e segts.



Mas essa polarização inicial da região em torno dos centros urbanos, não se restringiria à organização dessas atividades. Uma série cada vez mais abrangente de serviços iriam assumindo natureza regional. Além dos profissionais liberais com domicílio nessas centros, aqui se insere a administração pública, o ensino público e particular, o serviço hospitalar. A dimensão dessas funções assegurariam, também, a extensão das áreas de influência das cidades. Assim, em 1894 seriam celebrados os contratos para a construção da Santa Casa de Misericórdia e da Casa de Caridade em São Carlos e em 1902 é fundada a Santa Casa de Araraquara. As atividades escolares, por outro lado, estenderiam o domínio sobre outros municípios. Oswaldo Truzzi comentando a criação de uma Escola Normal, em 1908, acrescenta: "Não se pode menosprezar a influência desse empreendimento para o desenvolvimento da cidade, porque a Escola Normal congregou em suas salas de aula jovens saídos das classes médias e das elites de uma vasta região cujo núcleo polarizador passou a ser São Carlos" (134). Em Araraquara esse fenômeno se repetiria anos depois. Além das escolas mistas, com filhos de estrangeiros e brasileiros, e da escola pública do final do século, novas escolas corroborariam para esse papel regional. Em 1908 se organiza o 'Culto à Ciência', em 1913 o 'Araraquara College' ligado ao Mackensie, em 1916 e 1924, dois novos colégios femininos, o Santo André e o Progresso (135).

Ao final do século o desenvolvimento urbano asseguraria um papel destacado para São Carlos no conjunto das cidades da frente pioneira do estado. "São Carlos já comportava dois bancos, várias casas de comercialização de café e meios de consumo coletivo urbanos em pleno funcionamento, promovidos diretamente pelo capital cafeeiro; além de numerosos estabelecimentos comerciais e manufatureiros, atividades essas integradas e impulsionadas pelo movimento gerado no interior do complexo". Era então a 'Princesa do Oeste', o primeiro epíteto da cidade. Ao lado, Araraquara, muito embora também houvesse crescido rapidamente, já ostentando em 1897, duas casas bancárias, três jornais, várias pequenas fábricas, um comércio ativo, ainda se ressentia dos problemas que haviam

(134) Truzzi, op. cit., pg. 131.

(135) Conforme Martinez Correa, op. cit., pg. 218 e 315. Ver Também o Album de Araraquara de 1915, onde são registrados 10 estabelecimentos de ensino particular, todos na sede do município, 1 grupo escolar, também na sede, e mais 8 escolas municipais e 7 estaduais, com apenas uma no distrito de Araraquara. Album de 1915, pg. 26.



U.NICAMP

marcado a vida da cidade na década de 1890. Uma epidemia de varíola, a febre amarela e o "crime de 1897" (136).

A febre amarela, tal como o linchamento dos Britos, marcaria em muito a cidade. A violência da epidemia levaria à transferência da sede da comarca para Américo Brasiliense. Seriam deslocados a Câmara, os cartórios, a empresa telefônica, bancos, escritórios de advocacia, etc. Entre 1895 e o ano seguinte, se assistiria o abandono da sede do município pela população amedrontada, seriam fechadas casas comerciais, e apenas pela metade de 1896 se inicia um lento retorno à normalidade. O crime, logo em seguida, traumatizaria novamente seus habitantes. Nele, Rosendo Brito e seu tio seriam brutalmente assassinados, após terem sido presos como responsáveis da morte do 'Cel' Carvalho. Em torno desse fato se organizaria toda uma mística de santidade acerca dos dois sergipanos mortos, e um estigma para a cidade: 'Linchaquara'. As relações de poder, o coronelismo, suas implicações para a cidade já foram tão bem reveladas por Rodolpho Telarolli.

Mas esses não seriam impedimentos ao progresso. Entre 1886 e 1910, em que pese os anos de crise, as cidades experimentariam crescimento sem precedentes. Na realidade, a vida urbana propriamente dita se estrutura nesse momento. Já acompanhamos as transformações do início desse período. Na primeira década do século, passado o momento mais crítico da crise, as economias urbanas retomam sua marcha. Em São Carlos se notificam cerca de 1350 edificações no ano de 1900, e quase 1800 treze anos depois. A partir de 1901, a cidade passa a ser servida por energia elétrica, logo em seguida por serviço de esgoto, rede de água, iluminação pública. Em Araraquara, no conjunto de outros melhoramentos, se assiste a chegada da energia elétrica em 1907. Nesses anos ganha impulso a pequena indústria nascente, um componente cada vez mais importante na estruturação dessa paisagem urbana.

Já fizemos referência a essas pequenas oficinas de reparos e estabelecimentos fabris que compoñiam a vida das cidades no fim do século. Elas estariam centradas, sobretudo, no mercado de bens de consumo que deriva do incremento das rendas urbanas. Assim o Almanaque de São Carlos de 1894 registraria 16 alfaiatarias, 47 oficinas de fabricação e consertos de sapatos, 2 fábricas de móveis, 5 de macarrão, 1 de charuto, 2 de sabão,

(136) Devescovi, op. cit., pg. 52. Para Araraquara ver Martinez Correa, op. cit., pg. 268 e Telarolli, R., op. cit., pg. 21 a 37.



8 de cerveja. Martinez Correa aponta para Araraquara, em 1897, a existência de 3 fábricas de macarrão, 10 de cerveja, além de 72 'homens de ofícios'. Mas essas, embora majoritárias, não compoem a totalidade dessa incipiente atividade 'industrial'. Ao seu lado, o beneficiamento de café e em menor escala de cereais passam a assumir uma dimensão urbana, que o transformaria no principal segmento de transformação ainda na década de 1910. E o seu próprio desenvolvimento, em conjunto com a ferrovia, também acabaria dando margem ao surgimento de oficinas de reparos, fundições, serralherias, etc. Esta seria a feição da indústria local no final da primeira década do século. A ela se adiciona uma ou outra atividade diversa e um importante segmento de artigos para construção. Apenas a partir dessa data é que a diferenciação dessa estrutura produtiva abriria espaço para iniciativas diferentes (137).

O beneficiamento, como adiantamos, apenas a partir da metade da década de 1910, assumiria dimensão nitidamente urbana. Os levantamentos anteriores a esta data atestam esse processo. O almanaque de São Carlos de 1894 indica, por exemplo, apenas duas máquinas de beneficiamento na cidade. Para 1905, De Lorenzo aponta a existência de 3 máquinas em São Carlos e 2 em Araraquara. Antes dessa data, são vários os exemplos de equipamentos movidos à vapor em fazendas da região. Em Araraquara, o primeiro deles em 1880 na fazenda São Luis. Em 1886 é indicado outro na Fazenda Chibarro, e seis anos depois se tem notícia de mais quatro na Fazenda Santa Isabel. Com a organização dos serviços de energia elétrica em São Carlos e Araraquara, respectivamente em 1901 e 1907, o beneficiamento de café e arroz teriam assegurado as condições para transformarem-se em atividades urbanas. É provável que para isso tenha contribuído uma participação maior da pequena propriedade na produção cafeeira, a partir da crise, da mesma forma que as próprias transformações que passam a tomar fôlego na estrutura de comercialização do café (138).

(137) Sobre São Carlos ver Truzzi, op. cit., pg. 167; para Araraquara ver Martinez Correa, op. cit., pg. 228. O Almanaque de São Carlos de 1894 registra, também, 15 ferreiros e serralheiros, 1 fundição, 21 oficinas de carpintaria e marcenaria, 6 olarias e 2 serrarias.

(138) Pensamos nas restrições crescentes ao papel do comissário, e na interiorização dos armazéns ligados diretamente aos interesses dos exportadores. Quanto às informações ver Devescovi, op. cit., pg. 61 e De Lorenzo, op. cit., pg. 51.



De qualquer forma, essa seria uma ampliação significativa. Em 1910 seriam 16 as máquinas de beneficiamento em Araraquara, e outras 9 em São Carlos. Na década seguinte, mais três máquinas são instaladas nesta última cidade, como pode ser visualizado no Quadro 14. Desses equipamentos, o interessante é avaliar que grande parte pertenceriam a fazendeiros de café, alguns dos quais conservariam outras máquinas em suas propriedades. Assim, das 16 instalações que se registram em Araraquara, no ano de 1910, quatorze seriam atribuídas a fazendeiros de café, e apenas duas a imigrantes, em São Carlos todas as nove máquinas indicadas também pertenceriam a cafeicultores, e apenas as três instaladas na década seguinte não estariam em suas mãos. Mesmo assim, o mais importante estabelecimento do gênero em São Carlos, no ano de 1915, o Engenho Victoria, que beneficiaria café, arroz e milho, com depósitos próprios e ligação com os trilhos da Paulista, pertenceria a um imigrante italiano (139).

Na realidade, as poucas atividades de transformação cujos capitais tiveram suas origens identificadas com a lavoura cafeeira foram aquelas ligadas ao beneficiamento de café, e mais tarde ao processamento das matérias-primas derivadas da diversificação agrícola. Isso é nítido quando se examina o Quadro 15, elaborado a partir do trabalho de De Lorenzo, com base no Imposto de Indústria e Profissões. Em Araraquara, na primeira década, dos 15 registros identificados com fazendeiros, quatorze são as máquinas já referidas e o outro, um engenho de açúcar. Nos dez anos que se seguem, essas iniciativas estariam restritas aos engenhos, a um estabelecimento de beneficiamento e pasteurização de leite, e a única exclusão seria uma olaria. Em São Carlos o fenômeno se repete, com raras exceções, como a de Leonardo Botelho, que ainda em 1894 se apresentaria como proprietário de uma loja de ferragens e de uma oficina de fundição. O beneficiamento, tal como a ferrovia, se apresentava como uma extensão obrigatória para a atividade do cafeicultor. Melhorar a qualidade do produto e reduzir custos seria a forma de assegurar margens mais atraentes para a lavoura. Quanto às demais atividades, as restritas dimensões que assumem nesse momento parecem confiná-las a uma pequena

(139) Sobre o Engenho ver Truzzi, op. cit., pg. 164. As demais informações se baseiam no estudo citado De Lorenzo, de onde se originam, com pequenas modificações, os Quadros 14 e 15. Nesse trabalho se noticia, também, que dos 14 cafeicultores que possuem equipamentos de beneficiamento em Araraquara, no ano de 1910, cinco manteriam máquinas em suas fazendas.



UNICAMP

QUADRO 14

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIAMENTOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
ARARAQUARA E SÃO CARLOS
1910-1940

ATIVIDADES	ARARAQUARA				SÃO CARLOS			
	1910	1920	1930	1940	1910	1920	1930	1940
Olaria e Fabrica de ladrilhos	3	6	4	8	2	4	5	7
Oficina Mecanica e Fundicao	6	16	20	22	1	8	11	7
Fabrica de peneiras		2	2	2			1	
Fabrica de carrocas		2	1	1			2	1
Marcenarias e carpintarias						9	27	27
Fabrica de moveis e dorantes	2	13	25	14	2	2	3	3
Cortuse		4	2	2	1	19	18	13
Fabrica de velas	1					1	1	
Fabrica de adubos			1	1				
Fabrica de cola			1					
Fabrica de sabao		5	8	11		7	6	3
Fabrica de tecidos de algodao			1	1	1	1	1	1
Fabrica de tecidos de seda			1	1				
Fabrica de roupas			1	2			16	22
Fabrica de chapaus			1				1	
Fabrica de camisas			1				1	
Fabrica de meias		1	1	1			1	
Fabrica de calçados							1	
Fabrica de tanancos		1	2	1				
Fabrica de doces			2	4			3	3
Benef.de cafe e cereais	16	16	11	11	9	12	8	6
Fabrica de paes e macarrao	4	12	9	12	12	18	16	7
Fabrica de salsicha			1					
Fabrica de gelo		2	1	1		1		
Benef. e past. de leite		1	1	1				1
Fabrica de cerveja e gasosa	4	9	12	6	2	14	16	12
Fabrica de acucar e alcool	1	6	1	1				1
Fabrica de aguardente	3	21	11	11	1	5		
Tipografia		4	4	6		5	6	6
Fabrica de caixas de papelao		1	1					
Fabrica de brinquedos		1	1					
Fabrica de pilhas eletricas			1					
Fabrica de instrum. musicais		1	1			1		
Fabrica de vassouras		1	1					
Fabrica de espelhos		1	1			1	1	1
TOTAL	40	126	141	121	31	111	143	121

FONTE: Livro de Registro de Impostos sobre atividade: Industria e Profissoes, apud. De Lorenzo, op. cit., pg. 147 e 148.

QUADRO 15
 MUNICIPIOS DE ARARAQUARA E SAO CARLOS
 ATIVIDADES INDUSTRIAIS - DATA DE FUNDACAO E ORIGEM DOS
 PROPRIETARIOS: 1901 - 1940

	FAZENDEIROS DE CAFE	IMIGRANTES ESTRANGEIROS	NACIONAIS E NAO IDENTIFICADOS	TOTAL
ARARAQUARA				
1901-1910	15	21	10	46
1911-1920	12	62	37	111
1921-1930	2	56	15	73
1931-1940	-	16	18	34
SAO CARLOS				
1901-1910	12	15	6	33
1911-1920	4	63	17	84
1921-1930	-	51	6	57
1931-1940	2	6	2	10

FONTE: De Lorenzo, Helena - "Origem e Crescimento da Industria na Regiao "Araraquara e Sao Carlos"
 (1900-1970), pgs. 149 e 150.



burguesia ascendente, formada por imigrantes e nacionais que não se vincularam às atividades rurais. Martinez Correa comentaria esse fato: "... Os investimentos industriais não receberam o incentivo do grosso dos capitais locais. Os capitais vultuosos, resultantes do café, não tiveram na região uma aplicação direta. Destinavam-se indiretamente a esse tipo de investimento através de ações de companhias de naturezas variadas principalmente no setor de transporte e operações bancárias... Na região, o capital que movimentou a pequena indústria era diminuto, em pequenas proporções e não proveniente de grandes cafeicultores ..." (140)

Mesmo quando estimulava a diversificação das economias regionais, como vimos na atuação das Câmaras Municipais, que aprovariam inúmeras leis de incentivo - sobretudo em Araraquara no que se refere à indústria têxtil - essa era uma ação limitada. Não que faltasse clareza às elites locais sobre a necessária diversificação da base econômica regional. Esses limites parecem cingir-se pelas reduzidas possibilidades das economias urbanas locais. Quanto maior a dimensão desses capitais, mais abrangentes tornam-se seus interesses e menos presos às restrições que assumem as inversões na própria região, como exemplifica a ação do Conde do Pinhal. De qualquer forma, a lucidez quanto à necessidade de não se ater exclusivamente ao café, encontraria seus limites na prevalência do mundo rural. Diversificar é sinônimo, quase exclusivo, de novas culturas, de alterações na base agrícola, etc. Bento de Abreu Sampaio Vidal, uma das figuras mais influentes desse mundo agrícola é um exemplo marcante. Proprietário da Fazenda Alpes, com mais de 350 mil pés de café, teve seu nome ligado a vários outros empreendimentos. A família administrava o Banco União de São Carlos, quando do seu fechamento em 1903; foi um dos fundadores da Cia. Luz Elétrica de São Carlos, mais tarde seria diretor do Banco de Araraquara. É sua a iniciativa da indústria de beneficiamento de leite em Araraquara, da mesma forma que se preocuparia em ampliar o cultivo de cana-de-açúcar nas terras do município, enquanto participava da expansão cafeeira no oeste novo, onde fundaria o patrimônio de Marília. Como vereador e presidente da Câmara de Araraquara associaria seu nome a vários dos estímulos concedidos à diversificação agrícola e ao crescimento industrial da cidade. Mesmo assim, no Album de Araraquara de 1915, na condição de presidente da Câmara, deixa claro parte das diferenças entre os

(140) Martinez Correa, op. cit., pg. 295 e 296. Note-se, também, que são indicados apenas um engenho de açúcar em Araraquara, e um de aguardente em São Carlos. Sobre Leonardo Botelho ver Damiano, op. cit., pg. 20 e 21.



interesses fundados nesse mundo rural e o da indústria nascente. Diz, após ressaltar os pagamentos da lavoura local para os cofres do Estado: "Além disso, contribui com alguns mil contos para proteger as indústrias nacionais, comprando produtos mais caros, o que tudo prova a riqueza do município" (141).

Mas voltemos ao problema do beneficiamento. Sua importância não se reduz apenas à organização, em si mesma, de uma atividade urbana de transformação. A partir de sua existência abre-se a possibilidade de pequenas oficinas de reparo, de fundições, de serralherias, etc. Em 1911, um imigrante italiano organizaria uma fábrica de cilindros que funcionaria até 1928 em Araraquara. Da mesma forma, outro imigrante italiano inventaria um descascador de café, cuja patente acabaria vendendo à MacHardy. De maneira análoga, a ferrovia se constituiria em estímulo a outros empreendimentos. A partir de 1910 a oficina da Estrada de Ferro de Araraquara iniciaria a construção de vagões de passageiros e de carga. Em São Carlos, depois de 1911, a serraria Santa Rosa se transformaria num dos principais empregadores do município, fabricando dormentes para as estradas de ferro. A produção de bancos para os vagões da ferrovia viabilizaria as marcenarias. Em conjunto com a atividade agrícola, que exigiria reparo para uma série de implementos, a ferrovia daria novo suporte às fundições, ferrarias e serralherias. E essa própria atividade agrícola se constituiria em mercado para duas fábricas de peneiras, rastelos, pregos, arames, etc., que se organizam uma em 1894 e a segunda em 1914, ano em que se inicia a operação da fábrica de adubos Facchina, todas em São Carlos (142).

A estes últimos exemplos se agrega em 1911 a Fiação e Tecelagem Santa Madalena - reestruturada em 1916, após falir e ser adquirida por um proprietário de lanifícios em Porto Alegre, sob o nome de Cia. de Fiação e Tecidos São Carlos - fundada, também, por imigrantes sem vínculos diretos com a lavoura cafeeira. Mas todos estes últimos empreendimentos, que conformariam a parte mais importante dessa indústria regional no período que se abre, já estariam inseridos num contexto diferente. Até 1910, seriam demasiadamente restritas as possibilidades dessas iniciativas no mundo urbano. Seu peso maior estaria limitado ao beneficiamento e a essa pequena

(141) Ver Album de Araraquara, 1915, pg. LIII.

(142) Ver Truzzi, op. cit., pg. 159 e segts; De Lorenzo, op. cit., pg. 68 e segts; e Damiano, op. cit., pg. 18 e segts. Ver item 4.3 do capítulo seguinte.



produção derivada da demanda por bens de consumo nas cidades. O Album de Araraquara de 1915 é um retrato dessa situação. Nele aparecem listados 13 fábricas de cerveja, 12 padarias e confeitarias, 44 sapatarias e selarias, 4 tipografias, 17 ferreiros, 21 alfaiatas, 9 carpintarias, 1 fábrica de cadeiras, 1 fábrica de sabão. Além dessas são registrados 6 construtores, 22 olarias, 9 serrarias, bem como, 1 fábrica de troles, 1 de sanfonas e as máquinas de beneficiamento (143).

Mas se esse desenvolvimento da transformação industrial é insuportável até 1910, o incremento da vida urbana desse período e as funções regionais assumidas pelas cidades é que garantiriam, no momento seguinte, quando desloca-se a frente pioneira, a continuidade desse processo. A pequena indústria nascente vai se consolidar em torno de um mercado mais amplo, definido a partir dos papéis reservados aos núcleos urbanos pelo comércio regional e pelos serviços que as cidades passam a oferecer. Essa própria incipiente atividade de transformação asseguraria aos municípios a organização de suas áreas de influência, estabelecendo, a partir da ferrovia, uma hierarquia inicial desse sistema urbano. Quando a expansão cafeeira deslocasse a frente pioneira e todos seus efeitos dinâmicos sobre a vida urbana para as regiões mais à oeste, esses núcleos não assistiriam uma simples decadência. A diversificação da base econômica regional garantiria suas inserções no conjunto das principais cidades do interior do estado. No que diz respeito à indústria esse é um fenômeno visível.

Oswaldo Truzzi, também chamaria atenção para essa dimensão do início da atividade industrial em São Carlos. Cita a formação da Companhia Paulista de Eletricidade que forneceria energia para a cidade em 1901, e que se organizaria a partir dos capitais de um médico da capital e dois farmacêuticos de Limeira, um dos quais ligaria seu nome com a Fiação e Tecelagem Madalena criada dez anos mais tarde. Essa própria tecelagem seria outro exemplo, quando em 1916 é assumida por um empresário de Porto Alegre. A medida em que esse processo avançasse, poderíamos contar os inúmeros imigrantes que organizariam seus empreendimentos na cidade, e outras iniciativas que são transferidas de municípios próximos para São Carlos, a exemplo de uma metalúrgica de Analândia e um curtume de Ribeirão Bonito. De Lorenzo, por outro lado, chama a atenção que a expansão cafeeira mais à frente, acabaria também por estimular esse desenvolvimento

(143) Truzzi, op. cit., pg. 171/2; Devescovi, op. cit., pgs. 62 e 87; Album de 1915, op. cit., pgs. 118 e 119. Em 1917 a Fiação deveria empregar cerca de 200 trabalhadores.

inicial. Referindo-se a essa progressão do café, diz: "... ao dar origem a novos núcleos urbanos, faz crescer a área de mercado em decorrência do afluxo de população para as novas frentes cafeeiras. A proximidade geográfica entre os núcleos surgidos da expansão cafeeira e os outros núcleos de origem mais antiga ... facilitava a comercialização e, em consequência, estimulava o desenvolvimento de atividades industriais nos núcleos mais antigos da região" (144).

São Carlos inicialmente, mais tarde Araraquara, são demonstrações que o mero avanço da marcha cafeeira não deixaria atrás de si uma paisagem morta. Em São Carlos, cujo auge cafeeiro coincide com os anos finais do século passado e a primeira década do atual, as possibilidades abertas por esse avanço da indústria marcariam os vinte anos que antecedem a crise da economia cafeeira. Estas, cada vez mais, seriam o suporte da economia urbana, que passaria a enfrentar os problemas da decadência de seus cafeeiros e das dificuldades crescentes de uma agricultura que, quer pela concentração da propriedade quer pelas próprias limitações do solo, só encontraria alternativa mais significativa na pecuária. Araraquara, por outro lado, ainda contaria com as opções de uma área não totalmente ocupada, com uma ferrovia que organizaria toda uma vasta área de influência, com a própria diversificação agrícola e uma participação mais acentuada da pequena propriedade. Sobre essas circunstâncias a cidade assistiria, também, a emergência de um pequeno segmento fabril, muito embora menos diversificado e mais restrito à transformação agroindustrial. De qualquer forma, o papel que passaria a representar, sobretudo através da ferrovia, garantiria um crescimento urbano capaz de rivalizar com o município vizinho. As cidades, mesmo muito próximas, já iniciam as trajetórias que marcariam a diferenciação crescente de suas vidas futuras, particularmente após a crise cafeeira dos anos trinta.

(144) De Lorenzo, op. cit., pg. 67.

CAPÍTULO IV

DO AUGÉ À CRISE CAFEIEIRA: AS ECONOMIAS URBANAS ENTRE 1910 E 1930

Os momentos que antecederam a crise da economia cafeeira, em particular a década de 1920, representam período muito particular da história econômica de São Paulo. Nesses anos, a acumulação cafeeira apontava tanto as potencialidades da economia paulista e sua diversificação crescente, como a iminência da crise. As condições da acumulação industrial definiriam a prevalência do secundário do estado em termos nacionais, enquanto gestavam-se formas que viabilizariam a rearticulação da agricultura após o colapso cafeeiro.

Entre 1907 e 1913, o crescimento industrial permitia antecipar a liderança da indústria paulista que se consolidaria na década de vinte. Passados os anos da primeira guerra, a segunda valorização e a própria geada de 1918 repuseram as condições da acumulação cafeeira, que se reforçou com a política de defesa permanente em 1922 e, ainda mais, a partir de 1924, com o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café. Estes anos marcam um ciclo de expansão da economia cafeeira que trouxe à tona uma diversificação crescente tanto do mundo agrário, quanto de seu segmento urbano-industrial. Mais de 610 milhões de cafeeiros são incorporados à capacidade produtiva do estado. A acumulação industrial implicaria não apenas maior crescimento do secundário, mas sobretudo uma significativa transformação qualitativa da estrutura produtiva. Avançaria a agricultura de alimentos, estimulada pela urbanização em curso, da mesma forma que se estruturam as condições que permitiriam a extraordinária expansão do algodão e da cana-de-açúcar no estado.

É neste contexto que se delinearam os traços básicos do sistema urbano paulista. Avançou o processo de urbanização, entendido como reestruturação das relações entre campo e cidade. E avançou tanto em função do incremento das economias urbanas como pela própria transformação do mundo agrário. A diversificação da economia cafeeira determinava este processo. Em primeiro lugar na Capital, que em 1920 já alcançava uma população de 580 mil habitantes, passando de um milhão em 1934. Mas também no conjunto dos centros urbanos do interior situados ao

longo da ferrovia, tanto em regiões de ocupação mais antiga como nas áreas de fronteira. Nestes anos a marcha do café incorporaria à economia do estado quase um terço de seu território, redefinindo as funções de inúmeros patrimônios na fronteira de expansão. Nas áreas mais antigas, os grandes centros cafeeiros acompanhavam o incremento de suas vidas urbanas, em que pese a decadência e a queda de produtividade de seus cafezais. A diversificação agrícola, a base urbana anterior e o crescimento industrial estimulado pelos anos de expansão da economia paulista assegurariam, a esses centros, um destino significativamente diferente da paisagem urbana do café escravista. Em conjunto com a ferrovia, a hierarquia preliminar dessa rede de cidades acabaria por configurar uma primeira diferenciação do território, um esboço de regiões econômicas. (145)

O início dos anos trinta representaria uma inflexão neste processo. Aqui, articulam-se a crise da acumulação cafeeira e a crise internacional. Este momento sintetiza a ruptura do padrão de acumulação mercantil exportador e a emergência de um novo padrão assentado sob a acumulação industrial. A nova dinâmica econômica imporia a reestruturação da rede urbana herdada do café. Concluída a ocupação das últimas fronteiras do oeste, o crescimento industrial da Capital e de seu entorno alterariam a paisagem urbana do estado. Iniciava-se a estruturação da Grande São Paulo e o processo de urbanização assumiria a forma particular de metropolização. Mas a economia do interior paulista não refletiria um mero retrocesso. Avançaria a diferenciação do território, e nas áreas onde a diversificação prévia da economia havia mais progredido, maiores seriam as possibilidades posteriores à crise. Os centros urbanos mais importantes do período cafeeiro seguiam crescendo, embora em ritmo menor que o apresentado pela metrópole. A industrialização restringida e a metropolização redefiniram este sistema de cidades em função, também, das alternativas que se abriam para as economias urbanas após a crise cafeeira.

A região de Araraquara e São Carlos sintetiza, nestes anos, a problemática de centros urbanos relativamente importantes que se deparavam com a decadência de seu estoque cafeeiro. A diferenciação de suas economias urbanas teria sequência, mais em Araraquara onde a ocupação mais recente e o papel regional assegurado pela ferrovia criariam

(145) Ver, sobre o significado destes anos, o relatório de pesquisa acerca da urbanização de São Paulo resultado do Convênio UNICAMP/Secretaria de Planejamento: SERDE, 1988, pp. 5 a 29.

maiores possibilidades, mas também em São Carlos, onde o crescimento industrial abria alternativas. De forma exemplar ficariam claros os nexos que estimulavam o incremento da vida urbana no período cafeeiro. Mesmo não fazendo mais parte da franja pioneira, a dinâmica econômica implicava no avanço da urbanização. Ambas as cidades estariam entre os dez maiores agrupamentos urbanos do estado em 1934. A crise do final da década de vinte marcaria de forma intensa as condições que regiam o crescimento de suas economias urbanas. Suas possibilidades estariam delimitadas pela diversificação e pelo progresso prévio das regiões. As trajetórias das cidades seriam manifestação das alternativas distintas que se colocariam a partir deste momento, em que pese a proximidade geográfica e o passado cafeeiro comum.

4.1. DINÂMICA CAFEEIRA E URBANIZAÇÃO: 1910 A 1930.

A dinâmica da economia cafeeira capitalista em São Paulo pode ser apreendida pelos dois grandes ciclos que marcam a expansão e a retração do plantio entre 1886 e 1930. Um primeiro ciclo caracterizaria a expansão entre 1886 e 1897, bem como a crise que se estende até 1918, apesar da pequena recuperação do início da década de 1910. O segundo desses ciclos está circunscrito de um lado pela recuperação que daria sequência à segunda valorização, em 1918, de outro pela grande depressão, que anteciparia uma crise cujas dimensões eram previsíveis, dadas as próprias condições de reprodução desta economia.

A natureza da dinâmica cíclica da economia cafeeira já foi nosso objeto páginas atrás. Sintetizemos seus traços gerais, mais uma vez. A capacidade produtiva acrescida ao longo dos anos de preços elevados é posta à prova apenas cinco anos mais tarde, com os cafeeiros plenamente produtivos. Nesse momento, a elevação da produção compromete os preços, e a política de defesa do café se vê à frente de um problema crescente. Ao reafirmar preços compensatórios, ao ser eficaz nesse sentido, estimula a continuidade do plantio, dada a rentabilidade mais elevada das novas áreas de fronteira onde se expande o cultivo. Mas essa ampliação da capacidade recoloca de forma ainda mais problemática a possibilidade de êxito da política de sustentação, tornando iminente a crise.

Ao longo destes ciclos essa dinâmica induz a diferenciação da economia e incorpora parcelas crescentes do território. Ao concretizar-se implica no avanço da urbanização, na reorganização da atividade econômica ao longo do espaço. Desloca-se a frente pioneira e alteram-se as funções dos núcleos urbanos. Para os centros que se localizam na fronteira em expansão a urbanização resulta da consequência direta deste processo, as cidades crescem impulsionadas pelo movimento fabril de ocupação do território e incorporação de terras. Para os agrupamentos urbanos do leste a diferenciação prévia do trabalho social vai reservar um papel específico na reprodução do complexo cafeeiro. Suas economias urbanas passam a espelhar a nova condição: de um lado seguem crescendo como resultado da ampliação de suas áreas de influência e da urbanização anterior; de outro enfrentam a concorrência de novas áreas de expansão, onde a produtividade dos cafeeiros assegura maiores possibilidades, mesmo em conjunturas de crise. A dinâmica cafeeira aparece no território mediatizada pelo avanço concreto da frente pioneira. Uma condição particular é fazer parte da fronteira agrícola,

outra é se estabelecer em regiões de ocupação mais antiga.

Para a região de Araraquara e São Carlos este é um problema exemplar. A pequena retomada da expansão cafeeira entre 1910 e o início da primeira guerra representaria o deslocamento definitivo da frente pioneira, dado inclusive o avanço prévio da ferrovia e as condições particulares que regem a incorporação de terras e a criação de novas cidades. A partir deste momento e de forma crescente, a dinâmica regional seria redefinida. Trata-se agora de discutir as possibilidades de uma região cujo estoque cafeeiro passaria a enfrentar problemas de decadência, frente a um 'oeste' em expansão. Um fenômeno que seria ainda mais reforçado, a partir de 1918, com a retomada do plantio em decorrência da valorização e com os efeitos da geada sobre a produtividade dos cafeeiros mais antigos. Desta forma, e como fizemos referência, a periodização do processo de desenvolvimento regional incorpora, a partir das dinâmicas dos ciclos cafeeiros, uma determinação adicional. Entre 1910 e 1930 é outra a problemática regional. Vejamos, sinteticamente, os traços gerais destes vinte anos.

A recuperação dos preços internacionais e dos valores internos do café, que em 1911 e 1912 seriam quase duas vezes maiores que a média alcançada nos anos finais da primeira década, haveriam de estimular o plantio. Entre 1910 e 1913 seriam incorporados cerca de 110 milhões de cafeeiros à capacidade produtiva do estado. A partir deste momento, sujeita às restrições impostas pela conjuntura da primeira guerra, o novo plantio se reduziria. Em 1917-1918 as condições dos cafezais indicavam uma safra excepcionalmente boa, forçando a segunda valorização. Contudo, a geada de 1918 duplicaria os preços em dois anos, induzindo a renovação parcial e a ampliação da capacidade produtiva, com mais 50 milhões de cafeeiros em 1919. A nova queda das cotações do café refreia o plantio nos anos seguintes, mas com a Defesa Permanente, este voltaria a apresentar valores elevados já em 1922. Assim, ao longo da década cerca de 610 milhões de cafeeiros são acrescentados aos 950 milhões plantados antes de 1920. Parte desta nova capacidade só entraria em produção já deflagrada a crise, na medida em que quase 300 milhões de pés são plantados depois de 1926. Outra parte seria erradicada a partir de 1933.

Mas essa dinâmica não se restringe à expansão dos cafeeiros. As possibilidades abertas pela acumulação de capitais no segmento urbano desta economia e a diversificação da agricultura comporiam, também, as condições excepcionais tanto da pequena expansão do início da década de dez, quanto

do crescimento dos anos vinte. A reprodução da economia cafeeira ao requerer a ampliação da oferta de bens de consumo acabaria criando novas alternativas de valorização. É aqui que se encontram as raízes do crescimento industrial em São Paulo, que se concretizariam, neste período, na ampliação dos investimentos industriais entre 1907 e 1913, bem como na década de vinte. A acumulação industrial garantiria a primazia de São Paulo no contexto nacional, em particular quando analisamos as transformações da estrutura produtiva. Cresceram os segmentos de bem de consumo, entre eles o têxtil. Mais significativo, ainda, é o surgimento de um incipiente segmento de bens de produção. Nos períodos da primeira guerra e após a retomada do crescimento em 1933, a presença paulista no mercado nacional possibilitaria a ocupação da capacidade produtiva ociosa, instalada ao longo dos anos de expansão dos investimentos. O crescimento da indústria, amparado na capacidade para importar derivada da economia cafeeira, abria novas possibilidades para as economias urbanas, sobretudo na Capital, onde concentrava-se metade do secundário paulista. (146)

A agricultura mercantil experimentaria, também, uma notável diversificação. Já nos referimos à redução das importações paulistas de alimentos e às significativas alterações do comércio interregional. Entre 1907 e 1930 o café mais que duplicaria sua área plantada, enquanto os demais cultivos incorporariam mais de 2 milhões de hectares. A comparação da produção média dos anos de 1925 a 1930 com a média do período 1901-1906, elaborada por Wilson Cano, apresenta crescimentos superiores à população para diversas culturas: a produção de arroz multiplicou-se por 6,9; a de algodão por 5,1; o açúcar por 3,4; feijão por 3,3 e milho por 2,2. O avanço da fruticultura e de inúmeros outros cultivos, mesmo que isoladamente marginais, reforçariam esse quadro. A pecuária paulista, estimulada pelo crescimento das exportações e pelo aumento do consumo interno, ampliaria sua produção a partir do final da primeira guerra. A crescente independência da agricultura praticada fora da propriedade cafeeira explica por que essa diversificação não ocorreu, apenas, em função das crises cafeeiras. A expansão das economias urbanas induzia, e era assegurada, por um volume crescente de alimentos e matérias primas. (147)

(146) Sobre o crescimento industrial de São Paulo neste período ver: Cano, W., op.cit., pp. 152 e ss; e Suzigan, W., op.cit., pp. 83 a 87.

(147) Ver Cano, W., op.cit., pp. 64, 68 e 69. Saes aponta, em paralelo, a diversificação dos fluxos de transporte das ferrovias neste período: Saes, F. A. M., op. cit., pp. 95 e ss.

Nesse processo, a existência de uma fronteira em movimento abria novas possibilidades para a agricultura praticada no leste do estado, onde a urbanização fazia-se mais presente. A decadência dos cafeeiros das regiões maduras, sobretudo após a geada de 1918, e os diferenciais de produtividade e de preços das terras orientavam a expansão da capacidade produtiva no oeste. O mecanismo de incorporação de terras estimulava o fracionamento, a simples venda ou o arrendamento para ex-colonos das antigas propriedades cafeeiras. Ao lado do café, que obviamente permaneceria como atividade principal, desenvolve-se uma agricultura diversificada, com base tanto na reestruturação da antiga propriedade, como pelo incremento dos pequenos e médios estabelecimentos.

Potencialmente ampliada com a progressão prévia da ferrovia, a fronteira agrícola refletia com intensidade os ciclos cafeeiros. Ao lado da incorporação de solos nem sempre favoráveis ao café, as oscilações induziam a diferenciação. Seriam exemplos, sobretudo, a pecuária e o algodão. As estradas de ferro e a atividade frigorífica asseguravam a extensão dos pastos, diferenciando no espaço criação e engorda. O algodão, estimulado pela retração dos preços do café durante os anos da primeira guerra e pelo crescimento das necessidades de matéria-prima da indústria têxtil paulista, comporia a nova paisagem do oeste, mesmo antes de 1918. Entre 1916 e 1926, a cultura algodoeira se apresentaria como um componente importante dessa agricultura, transformando, talvez, o estado no maior produtor nacional e implicando na estruturação das bases de comércio e pesquisa que garantiriam o sucesso da cultura depois da crise cafeeira. A marcha para o oeste deixava de ser exclusivamente a marcha do café, nas palavras de Monbeig. (148)

Mas a diversificação dos cultivos não seria a única característica nova deste processo de reestruturação das regiões de ocupação anterior e de avanço da frente pioneira. A expansão cafeeira no início da década de dez e, sobretudo, nos anos vinte revelaria o extraordinário potencial de acumulação desta economia, atraindo e organizando interesses financeiros dos mais diversos. Ainda nas palavras de Pierre Monbeig, "o movimento pioneiro paulista era cada vez mais um negócio mundial". Expressão incontestada dessas alterações seria a participação crescente de Companhias de Colonização na frente pioneira, ou mesmo em regiões maduras,

(148) Monbeig, P., op. cit., p. 112. Sobre o algodão em São Paulo ver Albuquerque, R.H.P.L., op. cit., pp. 114 e ss.

incorporando terras, realizando loteamentos, criando cidades, comprando antigas propriedades, reestruturando suas atividades ou mesmo fracionando-as. Associadas, por vezes, aos empreendimentos ferroviários, ou retratando a participação de capitais estrangeiros, essas companhias constituiriam a base das transformações que sofre a forma de ocupação das novas fronteiras do extremo oeste paulista. Agora não mais a imigração patrocinada pelo Estado, como na transição ao trabalho assalariado algumas décadas antes, mas um processo de colonização privado que potencializa ainda mais a capacidade de acumulação do complexo cafeeiro. Em áreas maduras, a participação crescente desses empreendimentos representaria um esforço à diversificação, um fenômeno que se evidenciaria, ainda mais, após a crise cafeeira⁽¹⁴⁹⁾.

Ao longo destes anos tem sequência a estruturação da rede urbana paulista. Entre 1910 e 1929 seriam criados oitenta e quatro municípios no estado, mais da metade do número existente no início do período. E, se os estímulos maiores que derivavam diretamente da atividade cafeeira estariam concentrados na Capital, no porto ou no oeste pioneiro, isto não representaria a deterioração do quadro urbano das regiões centrais do estado. Não apenas porque nessas havia se estruturado um grande estoque cafeeiro, em terras por vezes de qualidade inigualável, mas sobretudo em decorrência de que aqui se encontravam a agricultura mais diversificada do estado, o maior número de centros urbanos do interior e uma parcela significativa da indústria que se desenvolvia no interior paulista.⁽¹⁵⁰⁾

A consolidação dessa rede de cidades, em paralelo à ocupação do extremo oeste aceleraria o processo de regionalização do estado. A influência das economias urbanas sobre o mundo rural, com a delimitação das áreas de influência das cidades, bem como a estruturação definitiva do traçado das ferrovias se somariam às determinações que derivam da diferenciação das dinâmicas agrícolas ao longo do espaço, sobretudo numa economia com a fronteira em expansão. Com a exceção mais evidente das

(149) Monbeig, P., op. cit., p. 111. A terceira parte desse livro revela com particular clareza a ocupação do oeste pioneiro. Sobre as Cias. ver, também, Cassalchi, 1972, pp. 15 e 15, bem como o estudo sobre a CAIC de Honório de Souza Carneiro: Carneiro, H., 1985.

(150) Um quadro da urbanização e da diferenciação regional do estado pode ser encontrado nos relatórios de pesquisa do convênio UNICAMP/Secretaria do Planejamento, já mencionado. SEADE, 1988, pgs. 5 a 28.

regiões ainda despovoadas do território paulista, assistir-se-ia um processo de seleção e hierarquização dos núcleos urbanos mais importantes. A Capital é expressão maior deste fenômeno: seria beneficiária do crescimento industrial do período, além de centro comercial e financeiro do café. Nas regiões de ocupação inicial da Paulista e Mogiana este também seria um fato marcante, antecipando, não sem razão, a importância que adquiririam na economia do interior paulista ao longo da industrialização.

De forma incipiente, ao longo dos anos vinte, a introdução do transporte rodoviário corrobora esse processo de estruturação da rede de cidades. Na frente pioneira acirrar-se-ia a concorrência das estradas de ferro, com ligações rodoviárias que ganham importância crescente, antecipando a introdução de um novo padrão de transportes. Nos núcleos urbanos mais antigos o automóvel, o caminhão, a Jardineira delimitam melhor o 'hinterland' de cada centro, da mesma forma que passariam a compor nova paisagem urbana, pelas suas diversas implicações. (151)

A crise do início dos anos trinta representaria uma interrupção neste processo. Não apenas porque significava uma pausa nas condições extremamente favoráveis que vigoraram na década de vinte, mas porque expressava a impossibilidade da reprodução da economia cafeeira, colocava em questão a dominância do mundo agrário e marcava a estruturação de um novo padrão de acumulação. Seu sentido maior não se resume ao reflexo da crise externa, que potencializa seus efeitos. A questão reside em que a dinâmica cafeeira implicava numa diferenciação crescente do trabalho social. Ao abrir possibilidades à acumulação industrial, colocava em cheque suas próprias condições de reprodução. Esses anos marcam, portanto, uma ruptura que não se aprende apenas pela ótica econômica. Eles indicam o fim da hegemonia cafeeira, um momento muito particular da constituição de uma sociedade urbano-industrial. (152).

(151) O primeiro plano rodoviário de São Paulo data de 1921, embora nesses momentos iniciais fossem muito limitados os impactos do automóvel. Ver Marques, M., 1978, pgs. 55 a 59. Sobre as disputas entre ferrovias e o papel das rodovias na organização da rede urbana ver: Mattos, O. N., op.cit., pgs. 118/9; e Monbeig, P., op. cit., 197/201.

(152) Ver Aureliano, 1981, pgs. 63 e ss.

Os últimos anos da década de vinte assistiriam uma expansão da capacidade produtiva da economia cafeeira sem paralelos anteriores. As condições favoráveis dos mercados externos e a política de defesa permanente do café garantiriam preços internacionais extremamente elevados entre 1924 e 1929. As cotações internas, embora não acompanhassem esse desempenho, asseguravam alta rentabilidade para a lavoura. O plantio, que já tinha sido intenso após a geada de 1918 e nos anos iniciais da década, ampliar-se-ia ainda mais a partir de 1926, permitindo antecipar crescentes superproduções à medida que esses cafeeiros se tornassem produtivos. As excepcionais condições naturais para as safras de 1928 e 1930 problematizariam ainda mais este panorama, ampliando estoques e dificultando a absorção dos excedentes no mercado mundial. O deflagrar da crise internacional antecipa um acontecimento inevitável: a impossibilidade de dar sequência a essa dinâmica cafeeira. Mesmo assim, a crise se revelaria menos intensa, dada sua importância, do que poderia se imaginar a primeira vista.

Os impactos imediatos da crise fazem-se sentir em todos os segmentos do complexo cafeeiro. A queda dos preços internacionais, que entre 1930 e 1933 ficariam abaixo da metade da média do período 1924/29, caindo para trinta por cento deste valor entre 1933 e 1937, precipitava a crise da lavoura. O plantio interrompe-se a partir de 1930, antecipando a erradicação e o abandono dos cafeeiros, que se intensificariam depois de 1933. No núcleo urbano os efeitos da crise se sobrepõe à redução do ritmo de crescimento industrial que se fazia presente desde 1927, em virtude, sobretudo, das condições de operação do setor têxtil algodoeiro. A produção

industrial paulista caiu em mais de vinte por cento entre 1928 e 1930, o emprego industrial reduz-se ainda mais no período. Mesmo assim, a elevação do gasto público atenuaria seus efeitos depressivos, e em 1932 a produção industrial do estado já supera os valores de 1928 e, na fronteira agrícola, o algodão já se apresentaria como alternativa ao café. (153)

Seria rápido e intenso o processo de ajustamento da economia paulista após a crise. O valor real da produção industrial cresceria, entre 1932 e 1937, à uma taxa média de 9,8% a.a., bem superior, portanto, à média

(153) Idem, pgs. 108 e ss. As indicações sobre emprego industrial e produção em São Paulo estão de acordo com as Estatísticas Industriais do Estado, publicadas entre 1928 e 1937, que talvez subestimem os valores de 1928, atenuando a queda verificada em 1930.

histórica do período 1919-1939, que é de 7,0% a.a. O emprego na indústria cresceria à taxas similares, ultrapassando em 1932 os valores encontrados antes da crise. Entre 1930 e 1937, a área dos estabelecimentos rurais seria acrescida de 2,7 milhões de hectares e a área cultivada em aproximadamente um milhão, em que pese a redução da lavoura cafeeira em mais de 440 mil hectares. O algodão e a pecuária comporiam este quadro de diversificação da agricultura do estado, para o que concorreriam, também, embora em escala menor, a cana-de-açúcar, a agricultura de alimentos e a fruticultura. Na Capital e nas regiões de fronteira, a recuperação apagara, num curto espaço de tempo, as lembranças da crise. Nas áreas cafeeiras maduras, sobretudo na região central do estado, os efeitos imediatos da 'débacle' cafeeira se fariam sentir de maneira mais acentuada. A erradicação cafeeira implicaria num expressivo êxodo rural, o crescimento das economias urbanas não seria capaz de absorver esses excedentes populacionais e a região central do estado passaria a apresentar saldos migratórios negativos. A dependência manifesta das rendas urbanas com relação à atividade cafeeira comprometeria de forma mais intensa a recuperação destas regiões (154).

Talvez, por isso mesmo, sejam as regiões cafeeiras de ocupação anterior, o maior exemplo da capacidade de recuperação da economia do estado. Passados os efeitos imediatos da crise, a diversificação da agricultura e a retomada do crescimento industrial reabilitariam suas economias urbanas, em particular nos eixos da Mogiana e Paulista, onde se localizavam (... e se localizam) a parcela mais importante da rede de cidades do interior. A erradicação cafeeira correspondeu, nesta parte do território paulista, a um intenso processo de substituição de culturas. Entre 1930 e 1937, a incorporação de novas terras à agropecuária do estado somou apenas 100 mil hectares nesta região, enquanto no oeste pioneiro seriam mais

(154) Para o crescimento industrial do período, ver as estatísticas referidas na nota anterior. O crescimento real foi obtido a partir do deflator construído por C. Haddad, o crescimento médio do período é apontado por Cano. Ver Cano, W., 1985, pgs. 321 a 323. Para uma comparação entre a estrutura industrial de São Paulo no período ver: Negri, B., 1987. Os dados acerca da agricultura paulista nestes anos podem ser encontrados no trabalho de Rui Albuquerque (Albuquerque, R.H.P.L., op. cit.) nas páginas 147 e 148; e em Kageyama, A., páginas 71 e 72. Destes trabalhos, e das estatísticas agrícolas do período, é possível perceber que o algodão incorporaria cerca de 920 mil hectares entre 1930 e 1937, a pecuária (pastos e campos) um valor aproximado de 1,5 milhão de hectares, enquanto as demais culturas cerca de 500 mil hectares.

de 2,2 milhões de hectares. Mesmo assim, levando-se em conta a ampliação de áreas de lavoura e a redução do espaço ocupado pelo café, teríamos cerca de 400 mil hectares destinados ao algodão e a outras culturas na região central, contra 730 mil no oeste. Ao fim dos anos trinta, esta é a região com a maior percentual de terras destinadas à lavoura. Aqui estariam localizados mais de dois terços dos cafeeiros erradicados e se instalaria a mais avançada agricultura capitalista do país (155).

Algo similar ocorreria com a indústria do interior. Entre 1928 e 1937, o crescimento acentuado da urbanização no extremo oeste, com todas as suas implicações sobre a transformação industrial, se faria sentir pela maior participação do interior no conjunto do emprego industrial do estado. As regiões de ocupação anterior, influenciadas pela redução da participação de Sorocaba, manteriam taxas de crescimento próximas da média estadual. Nos eixos da Mogiana e Paulista (retratados pelas regiões de Campinas e Ribeirão Preto) o ritmo seria mais elevado que a média estadual. Novamente, em que pese as restrições que a concentração industrial na Capital colocaria para o interior nos anos seguintes, antecipa-se aqui um fenômeno que se visualizaria mais tarde na chamada industrialização do interior (156).

A rede urbana paulista, manifestação deste processo peculiar de urbanização, ganha, assim, novas dimensões. No oeste a marcha pioneira desenha as futuras capitais regionais. Nas regiões cafeeiras maduras, a crise e a industrialização realizariam verdadeira seleção, redefinindo a hierarquia deste sistema de cidades. Na Capital e seus entornos assumiria a forma da metropolização. O período que se abre após

(155) Estes números baseiam-se nos trabalhos citados na nota anterior. As pequenas diferenças entre os autores são atribuídas ao problema do cultivo consorciado. Sobre o volume total da erradicação cafeeira os números encontrados são controversos: Cano indica uma redução líquida do estoque cafeeiro de 384 milhões de pés entre 1935 e 1942; Monbeig fala de 548 milhões entre 1935 e 1944; a Secretaria da Fazenda estimaria, em 1943, a redução dos cafeeiros em 217 milhões, que correspondem a uma erradicação de 410 milhões de pés, subtraindo o novo plantio. Ver Cano, op. cit., pg. 41; Monbeig, op. cit., pg. 258; Anuário Est. Café, Secretaria da Fazenda, 1943.

(156) Sobre a indústria no período 1928/1937, ver: SEADE, pg. 47 e Nedri, B., op.cit., anexos estatísticos. A região de Campinas, nestes anos, participa com 8,5% e 10,5% dos totais do emprego industrial do Estado. Para Ribeirão Preto estes percentuais são de 2,7%, em 1928, e 3,8%, em 1937. Números subestimados por excluírem as chamadas indústrias rurais: beneficiamento, frigoríficos, usinas de açúcar e álcool, etc.

trinta reestrutura o mundo urbano paulista, ganham novos sentidos as relações com o rural, avança a diferenciação do trabalho social e a conformação de uma sociedade urbano-industrial. Mesmo assim seria inegável, sobretudo onde mais intensa havia sido a penetração do complexo cafeeiro capitalista, a influência do período anterior sobre a base urbana do Estado. Nesse espaço, em particular, o café seria responsável pela estruturação da ossatura básica do sistema de cidades de São Paulo. Vejamos, portanto, a evolução da economia cafeeira em São Carlos e Araraquara.

4.2. As Transformações do Mundo Rural: Decadência Cafeeira e Diversificação Agrícola

A evolução do café em Araraquara e São Carlos reflete a progressão da marcha pioneira. Como afirmamos, a quase totalidade de seus cafeeiros data do período anterior a 1910. Para São Carlos, que nesse último ano contava com 25 milhões de pés, este é um fato exemplar. As vésperas da crise o município não conteria mais que 19 milhões de cafeeiros. Em Araraquara, a existência de fronteiras internas permitiria uma extensão adicional dessa capacidade produtiva, mesmo nos anos vinte, embora num processo de pequenas proporções. Para os municípios que compoariam as áreas de influência destas cidades, este acréscimo seria bem mais significativo, sobretudo nas proximidades de Araraquara, onde seriam incorporados mais vinte milhões de cafeeiros (Quadro 8).

Para as cidades, neste momento expressões diretas da dinâmica cafeeira, essas pequenas diferenças na idade média da cultura marcariam ritmos de crescimento distintos. A evolução da produtividade, condicionada também pela qualidade das terras e pelas condições gerais da lavoura, seria sua manifestação imediata. Auge e decadência cafeeira estariam, em cada região, determinados sobretudo pela data em que avançou o plantio, muito embora sejam comuns a todos os municípios uma redução geral da produção após a seada de 1918, bem como safras excepcionais em 1928 e 1930. Entre os últimos anos do século passado e o início deste, São Carlos assiste o apogeu de sua agricultura cafeeira. Para Araraquara, não apenas pela menor idade média dessa capacidade produtiva, mas também pela influência dos municípios de seu entorno, esse dinamismo se estenderia ainda por algumas décadas. As possibilidades abertas às economias urbanas estariam diretamente ligadas à progressão do café.

A produtividade média dos cafeeiros, que havia alcançado valores superiores a 60 arrobas por mil pés nos anos iniciais do século, cairia à metade durante os anos trinta. Em São Carlos esses últimos números já se expressariam no início dos anos vinte, antecedendo em mais de uma década um processo que se generalizaria pela região. Assim mesmo, as produções que antecedem à crise de trinta refletem as extraordinárias condições naturais responsáveis pelas 'super' safras de 1928 e 1930. Para Araraquara e restante da região, as reduções paulatinas dos rendimentos da lavoura igualariam-na à de São Carlos apenas depois de trinta, muito embora sejam

visíveis as consequências da geada de 1918. Em Araraquara o rendimento médio dos cafeeiros, que situava-se em 57,5 arrobas por mil pés entre 1900 e 1917, caíra para 38,5 entre 1921 e 1927, na região como um todo, de 59,0 para 40,7 (Quadro 9).

A chegada da ferrovia, a incorporação de terras ao cultivo e a constituição das primeiras lavouras de café acabariam por determinar diferenças importantes entre os municípios. O quadro 3 retrata a expansão cafeeira na região durante o século passado. Mais da metade do estoque produtivo de São Carlos é anterior a 1887. É sintomático que antes mesmo da geada de 1918, as estatísticas do café elaboradas pela Secretaria de Agricultura do Estado façam menção à 12 milhões de cafeeiros decadentes no município. Em Araraquara e nos municípios vizinhos a incorporação de terras em períodos posteriores a estes asseguraria maiores rendimentos. A expansão dos cafeeiros no latifúndio do Cambuí é exemplar: a permanente ampliação de seu número nas décadas iniciais do século, entremeada pelas crises de retração do plantio e por dificuldades próprias dessa empresa agrícola, seriam seguidas por extraordinária retomada nos anos vinte. Entre 1925 e 1928, já de propriedade de capitais ingleses, a Cambuí Coffee and Cotton Estates plantaria mais de 1,8 milhões de pés de café, em terras dos municípios de Araraquara, Matão e Ibitinga. O número de cafeeiros apontados para Araraquara pelos livros de impostos municipais é outro indicador deste processo, muito embora contraste em certos aspectos com as estatísticas da Secretaria de Agricultura. De acordo com estes livros, mais seis milhões de cafeeiros seriam incorporados à capacidade produtiva do município, durante a década de 1920, como retratam os quadros 16 A e B (157).

De qualquer forma é inegável a decadência crescente dos cafeeiros da região. Relatos de cronistas do período apontam a deterioração das condições da lavoura, sobretudo após 1918. A 'broca' atacava parte dos cafezais e a geada comprometia definitivamente as plantações mais antigas. Em que pese a recuperação do plantio que se segue à recuperação dos preços internacionais ter atingido a região, dando sobrevida à economia cafeeira, seus efeitos maiores estariam concentrados no oeste pioneiro, onde

(157) As informações sobre o estado da lavoura em 1916 são encontradas em O Café - Estatísticas de Produção e Comércio, 1917. A evolução do plantio na Cambuí tem por base o trabalho de Casalecchi, 1973, pp. 52 a 148. As Estatísticas da Secretaria de Agricultura indicam um acréscimo de apenas 2,6 milhões de cafeeiros no mesmo período (ver quadro 8).



UNICAMP

QUADRO 16 A
MUNICÍPIO DE ARRAGUARA - NÚMERO DE CAFEEIROS SEGUNDO O TAMANHO DA PROPRIEDADE: 1920-1935 (EM MIL PES DE CAFÉ)

	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935
a) Nos. Absolutos																
Pequena	2.756	2.888	2.866	2.695	3.954	4.651	4.184	4.149	4.133	4.163	5.640	4.661	4.678	5.973	4.827	4.633
Média	2.841	1.799	1.928	1.736	2.468	2.289	2.160	2.400	2.211	2.582	2.767	2.767	2.921	3.195	3.048	3.099
Grande	7.684	8.165	8.209	8.219	8.615	8.511	9.951	11.384	8.997	9.117	10.207	9.093	9.653	8.763	8.129	9.136
Latifundio	4.945	3.295	3.420	3.420	3.754	4.749	5.373	5.891	5.867	4.934	3.791	3.701	3.684	3.420	2.599	2.832
TOTAL	14.827	16.067	16.364	15.980	18.791	19.600	21.668	23.804	20.408	20.716	22.315	20.422	20.356	20.671	18.603	18.900
b) Percentuais																
Pequena	16,7	17,5	17,1	16,3	21,0	20,7	19,3	17,4	20,3	20,1	25,3	22,0	23,1	24,6	25,9	24,5
Média	12,3	11,2	11,8	10,9	13,1	11,7	10,0	10,3	10,8	12,1	12,4	14,5	14,3	15,5	16,4	16,4
Grande	46,5	50,8	50,2	51,4	45,8	43,4	45,9	47,5	44,1	44,0	45,7	44,5	44,5	43,4	43,7	48,3
Latifundio	24,5	20,5	20,9	21,4	20,0	24,2	24,8	24,7	24,8	23,8	16,6	18,1	18,1	16,5	14,0	10,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs: pequena - Até 20.000 pes de café
 Média - de 20.000 a 50.000 pes
 Grande - de 50.000 a 250.000 pes
 Latifundio - mais de 250.000 cafeeiros

FONTE: Livro de impostos sobre cafeeiros, apud, Azzoni, A. et alii, op. cit., pp. 362 a 401.

QUADRO 16 B

MUNICÍPIO DE ARMAZONA

NÚMERO E TAMANHO MÉDIO DAS PROPRIEDADES RURAIS SEGUNDO GRUPOS DEFINIDOS PELA QUANTIDADE DE CAFEEIROS: 1920 - 1935

	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935
a) No. de propriedades																
Pessoa	345	371	364	346	491	513	526	537	522	536	570	695	581	587	661	578
Medio	55	54	53	51	69	66	63	70	63	71	78	65	84	84	89	89
Frango	70	76	71	73	76	76	86	93	76	76	80	78	82	80	75	80
Latifundio	10	8	8	9	9	11	14	17	14	15	11	11	11	10	8	6
TOTL.	580	569	496	479	645	666	689	717	675	698	739	849	758	763	778	773
b) Tamanho medio (No. de cafeeiros)																
Pessoa	7.551	7.569	7.740	7.527	8.653	7.896	7.959	7.725	7.916	7.822	9.894	6.784	8.685	8.675	7.965	7.747
Medio	37.189	33.545	33.336	34.829	35.768	34.681	34.285	35.142	35.182	35.239	35.475	35.812	34.769	37.145	34.247	34.828
Frango	149.777	144.434	145.619	142.589	143.305	144.966	145.749	121.546	148.381	149.944	127.587	116.574	116.396	142.043	140.266	144.197
Latifundio	484.380	411.075	427.360	388.640	417.111	431.727	383.751	346.581	361.894	368.375	336.425	336.425	324.883	341.972	324.875	326.666

Linha: Idem ao quadro 16.A

Fonte: Idem ao quadro 16.A

qualidade e quantidade de terras asseguravam melhores perspectivas aos cafeicultores. Em plena crise, o testemunho de Bento de Abreu Sampaio Vidal auxilia o entendimento destas questões. Fundador de Marília, onde plantaria mais de 3 milhões de cafeeiros, havia de redirecionar as atividades de sua propriedade em Araraquara. Diz que a geada de 1918 havia comprometido metade da capacidade produtiva das regiões centrais do estado⁽¹⁵⁸⁾.

A disponibilidade de terras e as condições da lavoura não seriam os únicos problemas da cafeicultura local. É permanente, neste sentido, a queixa de proprietários rurais com a falta de braços para o trato e a colheita. A existência de uma fronteira em expansão, com produtividade mais elevada e cafeeiros em formação, possibilitando melhores remunerações e plantio intercalar, não redirecionava apenas o capital aplicado ao café, mas implicava um movimento reiterado da população rumo ao oeste. Não apenas os imigrantes recém chegados ao estado - nordestinos e japoneses - comporiam este fluxo, também colonos das áreas maduras, atraídos pelas possibilidades do mundo pioneiro ou pelas perspectivas de constituir propriedades através dos programas de colonização.

A distribuição regional da população do estado em 1920, 1934 e 1940 é uma ilustração deste fato, embora incorpore também os efeitos da reestruturação da economia após a crise do início dos anos trinta. A população das regiões de Campinas e de Ribeirão Preto, agregadas de forma similar às atuais Regiões Administrativas, praticamente mantém os mesmos números absolutos no período, em que pese o crescimento vegetativo da população. O pequeno aumento que apresentam deriva exclusivamente do incremento demográfico de áreas limítrofes: a região de Franca ou municípios da Estrada de Ferro Araraquarense. Em 1920, as duas regiões centrais reuniam 37,3% da população estadual; em 1934, poucos anos após ter início a erradicação, este percentual reduz-se para 29,2%; em 1940 cairia ainda mais para 25,5%. O Oeste Pioneiro, com uma área equivalente à 31,7% do território paulista e retratado pelas regiões que envolvem São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente evoluiria de forma contrária: em

(158) Ver relato acerca dos municípios Jo estado em 1922: Capri, R. - O Estado de São Paulo e o Centenário da Independência, 1922. O depoimento de Sampaio Vidal está em O Imparcial, 29/06/1930. Monbeig descreve as consequências da broca e da geada sobre as regiões centrais do estado, às páginas 190 e 191 de seu livro.

1920 contava com apenas 6,1% da população estadual; em 1934 com 16,5%, chegando a 20,2% em 1940. Similar é a trajetória da Capital e seu entorno: a área da atual Região Metropolitana passaria de 15,7% para 19,4% e 21,8% no mesmo período ⁽¹⁵⁹⁾.

Já enfatizamos como a carência de mão-de-obra se manifestaria na organização dos núcleos coloniais de Bavião Peixoto e Nova Europa, a partir de uma iniciativa governamental. Na própria Cambuí, em 1915, seria constituído um novo, agora sobre patrocínio privado: o núcleo colonial de Meia-Légua, com 700 alqueires. A trajetória cíclica da economia cafeeira sancionava este processo. As crises, ao implicarem na redução da rentabilidade corrente da atividade cafeeira, acabavam por induzir uma migração com destino urbano ou mesmo para o oeste. A recuperação dos preços do café estimulava melhores tratamentos à lavoura, a substituição de cafeeiros decadentes ou o plantio adicional. Tornava-se premente a necessidade de mão-de-obra. A mobilidade dos colonos se vê reforçada pela estrutura da economia cafeeira, incentivando a transferência para as cidades, para a frente pioneira, a multiplicação de pequenos empreendimentos nas regiões maduras, ou simplesmente ampliando a rotatividade nas fazendas de café ⁽¹⁶⁰⁾.

Este movimento cíclico impunha, por outro lado, a reestruturação da propriedade cafeeira. Nos momentos de crise, como no início do século, após 1914 e sobretudo depois de 1929, acabava por ratificar tanto a diversificação da base agrícola, como a transformação da estrutura fundiária, para o que concorria, também, a existência de uma fronteira em expansão. Martínez Correa, analisando inventários e transações de imóveis rurais no município de Araraquara, faz uma referência a este movimento no início do século, como tivemos oportunidade de mencionar. Mesmo assim,

(159) Ver Relatório Parcial da Pesquisa "Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo: Análise Demográfica do Estado de São Paulo", elaborado pelo autor, onde foram ordenadas as populações das regiões do Estado de acordo com áreas comparáveis.

(160) Sobre o núcleo de Meia-Légua, ver o trabalho mencionado de Casalecchi, p. 80. Acerca dos problemas de mão-de-obra para o café, Holloway menciona uma intervenção do proprietário da Cambuí, Carlos Leôncio Magalhães, numa reunião da Sociedade Paulista de Agricultura, que aparece reproduzida, também, no trabalho de Carneiro sobre a CAIC: "Perdoem-me, meus caros colegas, a verdade é esta: quem provoca a anarquia entre os colonos somos nós mesmos e, custa-me dizer, devido ao medo". Ver Holloway, op. cit., 154 e Carneiro, H., op. cit., pp. 60 e 61, nota 10.

aponta que a intensificação das vendas dessas propriedades - como seria de esperar - ocorria a partir da recuperação dos preços do café: "A alta do café animou também a venda de propriedades que na época imediatamente anterior encontravam dificuldades na sua administração". Expansão e crise, cada uma a seu modo, implicariam numa reordenação permanente da atividade cafeeira, que tornava mais complexa a estrutura da propriedade rural e trazia consigo uma diversificação crescente da agricultura⁽¹⁶¹⁾.

Uma manifestação deste processo nos é dada pela organização da Cambuhy em 1924. O latifúndio de Gavião Peixoto fôra adquirido por Carlos Leôncio Magalhães em 1911, que administraria a propriedade através da Cia. Industrial, Agrícola e Pastorial d'Oeste de São Paulo. Depois de algumas tentativas de venda, suas terras seriam repassadas para uma subsidiária da Braziliam Warrant Co, que se associa na nova empresa com a Sudam Syndicated Plantation. No mesmo ano da venda, Carlos Leôncio Magalhães adquire 80 mil alqueires no norte do Paraná. A Cambuhy, sob a direção dos ingleses, é demonstração inequívoca da reestruturação das antigas propriedades: em 1931 teria 4,5 milhões de cafeeiros, 10 mil alqueires de pastagens, suas terras atravessavam três municípios diferentes e eram servidas por nove estações de estrada de ferro além de 300 km de estradas de rodagem. Em 1931, o algodão (que desde 1925 estava nos planos da empresa) já ocupava 2,2 mil alqueires. Colonos, camaradas, empreiteiros, meeiros e arrendatários formavam uma intrincada rede de relações, que retrata as transformações do campo paulista⁽¹⁶²⁾.

Mais interessante, seguindo ainda as informações de Casalecchi, é que a própria Warrant, através da mesma subsidiária que adquire as terras de Carlos Leôncio Magalhães e dá origem à Cambuhy Estates, era proprietária da fazenda Santa Eudóxia, um dos principais latifúndios de São Carlos, com 3.348 alqueires. A antiga propriedade de Alfredo Ellis, que já foi nosso objeto de consideração, assumiria débitos crescentes com a companhia inglesa, sendo vendida definitivamente em 1919, depois da fracassada

(161) Martinez Correa, p. 290. As transações com imóveis rurais constam da tabela da p. 374. Pelo número de vendas, os quinquênios mais importantes são 1920-24 com 1924, 1925-1929 com 1575; e 1910-14 com 1252 operações.

(162) Seguimos o estudo da Cambuhy elaborado por Casalecchi (já citado); ver sobretudo, p. 127 e ss. As informações de 1931 constam do Álbum de Araraquara de 1948, pp. 53 e 54.

tentativa de cultivo em escala de arroz. A Warrant, como é de conhecimento, havia absorvido a Cia. Paulista de Armazéns Gerais e é expressão das transformações que atingem a comercialização e o financiamento do café, a partir do declínio dos comissários, no movimento que fizemos referência transforma o café paulista num negócio mundial⁽¹⁶³⁾.

Mas as transformações da propriedade cafeeira iriam além da reestruturação destes latifúndios. Multiplicam-se, sobretudo em Araraquara, pequenos empreendimentos de ex-colonos do café. Transformados em proprietários ou na condição de arrendatários, dariam uma amplitude maior à pequena produção cafeeira, da mesma forma que estariam associados à diversificação agrícola do período. Tanto pelos núcleos coloniais, como em resultado da fragmentação de antigas fazendas, a presença crescente desta pequena propriedade repercutiria intensamente sobre o próprio urbano. O beneficiamento de cereais e café concentra-se nas cidades, para o que concorre à implantação dos serviços de energia elétrica, como fizemos referência. Ampliam-se, por outro lado, os demais serviços de apoio à atividade agrária e comercialização do excedente gerado nestes estabelecimentos. Os esquemas de circulação de renda relacionados a estas transformações reforçam, ainda mais, o comércio e a incipiente transformação industrial de base local, tributárias da massa de salários do colonato. A diferenciação da estrutura social do mundo rural concorre assim para o incremento do mundo urbano, por vezes mesmo de forma direta, com a intersecção de empreendimentos urbanos e rurais sob mesma direção.

Já tivemos oportunidade de comentar o sentido das diferenças que se estabelecem entre as estruturas agrárias dos dois municípios, mesmo no período em que tomam parte do movimento pioneiro, quando muito pouco havia avançado a diversificação agrícola. A participação dos estrangeiros como proprietários, retratada no quadro 17, sintetiza parcela deste processo ao longo das três primeiras décadas do século. São evidentes a ampliação da participação do imigrante na posse da terra, bem como a permanente inflexibilidade maior da estrutura fundiária de São Carlos. Em que pese as diferenças metodológicas do Censo de 1920 e das Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas do Estado, a tendência é clara: o número de propriedades de estrangeiros, em Araraquara evolue de um terço do início do século para dois terços já nos anos vinte; em valor ou em área o crescimento é ainda

(163) Ver Casalecchi, op. cit., pp. 133 a 135. Ver também, o relato sobre o qual se apoia este trabalho: Ellis Jr., A., 1950, p. 316 e ss.

QUADRO 17

PARTICIPACAO DOS ESTRANGEIROS NA POSSE DA TERRA
 ARARAQUARA E SAO CARLOS - 1905 a 1938
 PERCENTUAIS DO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS, DA AREA E DO VALOR DAS
 PROPRIEDADES AGRICOLAS PERCENTUAIS A ESTRANGEIROS

	Araraquara	S. Carlos
1905	%	%
No.estab.	35.0	19.5
valor	14.6	3.3
1920		
No.estab.	60.2	36.5
area	26.0	8.5
valor	25.0	7.1
1930/31		
No.estab.	64.5	53.5
area	39.4	20.9
valor	30.6	25.1
1937/38		
No.estab.	64.9	51.2
area	41.7	25.0
valor	42.1	20.4

FONTE: Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas do Estado de S. Paulo; 1905; 1930/31 e 1937/38; Recenseamento Agrícola de 1920.

mais nítido, embora os percentuais sejam inferiores em função do menor tamanho médio destas propriedades. Em São Carlos o número de estabelecimentos de estrangeiros passa de um quinto para a metade do total, nestes vinte e cinco anos. Em valor, as transformações são ainda mais contundente embora sempre permaneçam abaixo do município vizinho (164).

Uma segunda demonstração destas diferenças nos é dada pelo acompanhamento da estrutura fundiária ao longo destes anos. O percentual do número de pequenos estabelecimentos é significativamente maior em Araraquara que em São Carlos, mas é crescente nos dois municípios. Os estabelecimentos com menos de 25 alqueires respondiam, em 1905, por metade do número total de propriedades de Araraquara, e cerca de um terço em São Carlos. No início dos anos trinta esses percentuais se elevam para três quartos em Araraquara enquanto em São Carlos atingem a metade do número total (quadro 18). Em que pese não dispormos de uma série mais abrangente, com informações de área dividida por estratos, é possível compor um quadro das tendências desse processo.

O recenseamento Agrícola de 1920 e as Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas de 1939/1940 auxiliam o entendimento dessas questões, embora persistam os problemas metodológicos. Em 1920, os estabelecimentos com menos de 200 ha respondem, em Araraquara, por cerca de 83,3% do número total e 16,6% da área, em São Carlos, respectivamente, por 62,8% e 10,4%. Mesmo não incluindo as propriedades cujo valor da produção é inferior à 500:000, deixando de lado uma série de pequenos estabelecimentos, o Censo evidencia a diferença entre essas estruturas fundiárias. As estatísticas de 1939/1940 são úteis porque chamam atenção para outro problema de reestruturação agrária destes anos: o crescimento do número de arrendamentos. As estatísticas anteriores, ao não diferenciarem a condição

(164) Acerca dos problemas metodológicos destas estatísticas ver Kagayama, A, op. cit., p. 46 e ss. Realizamos, mais à frente, uma síntese desses problemas. Quanto à participação de estrangeiros como proprietários é conveniente lembrar que embora o tamanho médio desses estabelecimentos se situe sempre abaixo do correspondente nacional, também é evidente a concentração da terra entre os próprios estrangeiros. O levantamento estatístico 1939/40 aponta para Araraquara duas grandes propriedades de estrangeiros que totalizam metade da área que lhes é atribuída nesta data. Como veremos, a Usina Tamoio, da Refinaria Paulista é um empreendimento de uma família de imigrantes italianos que, em 1932, teria mais de 4 mil alqueires.

ESTRUTURA FUNDIARIA: REGIAO DE ARARAQUARA-SAO CARLOS
DISTRIBUICAO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS POR GRUPO DE AREA
1905, 1931, 1932, 1933, 1935, 1936 e 1938

(area em alqueires)

	Araraquara (%)	S. Carlos (%)	Regiao (1) (%)	Estado (%)
1905				
-25	48.9	34.2	43.6	58.4
25 a 100	25.7	34.8	33.2	27.1
100 a 500	20.1	24.9	18.6	11.9
+ 500	5.3	4.1	4.5	2.6
1931				
-25	75.0	49.1	68.4	75.8
25 a 100	16.7	30.4	21.4	18.3
100 a 500	6.9	15.0	8.4	5.0
+ 500	1.4	5.5	1.7	0.8
1932				
-25	76.2	43.4	68.7	78.3
25 a 100	16.9	35.1	21.6	16.4
100 a 500	6.1	15.0	7.9	4.5
+ 500	0.8	6.5	1.8	0.8
1933				
-25	73.6	52.2	69.9	79.3
25 a 100	14.5	27.8	20.9	15.7
100 a 500	6.2	15.6	7.9	4.3
+ 500	0.7	4.4	1.3	0.7
1935				
-25	75.0	47.0	70.6	79.8
25 a 100	18.4	29.7	20.3	15.6
100 a 500	51.7	17.7	7.6	3.9
+ 500	0.9	5.6	1.4	0.7
1936				
-25	78.0	50.6	72.6	81.6
25 a 100	14.0	26.8	17.7	14.0
100 a 500	6.6	18.4	8.2	3.7
+ 500	1.4	4.2	1.5	0.6
1938				
-25	74.9	50.1	69.0	80.9
25 a 100	15.0	27.0	20.3	14.6
100 a 500	8.1	18.8	9.2	3.9
+ 500	1.1	4.1	1.4	0.6

(1) Vide Quadro 7

085: 1 alqueire = 2,42 hectares

FONTE: Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas de 1905, 1931, 1932, 1933, 1935, 1936, 1938.

do produtor, são mais precisamente levantamentos sobre estabelecimentos do que sobre propriedades, como alerta Angela Kageyama. As informações de 1939/1940, bem como o próprio Censo de 1940, embora incorporem os efeitos da crise cafeeira, são úteis para alertar sobre a diversidade de situações que as transformações em curso impõem a essa agricultura. Em 1939/40 seriam cerca de 479 arrendatários em Araraquara, 289 dos quais em dinheiro. Para São Carlos de um total de 230 arrendatários, apenas 94 firmariam contratos em dinheiro. O Censo de 1940, na descrição da condição do produtor, estabelece que 30,3% das propriedades rurais de Araraquara estariam arrendadas, perfazendo 9,0% da área dos estabelecimentos. Em São Carlos esses percentuais atingem 18,6% e 2,9%, caracterizando, novamente as diferenças mencionadas, bem como a estrutura típica de pequena propriedade do arrendamento ⁽¹⁶⁵⁾.

Vejamos como um conjunto de outras informações pode auxiliar a clarear essa questão. O levantamento efetuado por Martinez Correa sobre as transações com imóveis rurais em Araraquara, no período de 1900 a 1929, aponta, como já enfatizamos, que essas operações crescem à medida que as perspectivas da agricultura são melhores. Independentemente do valor da venda, os quinquênios mais favoráveis seriam os de 1910/14, 1920/24 e 1925/29. Mesmo assim é possível perceber que estas oscilações são mais acentuadas para operações com valor mais elevado. Nas crises, não apenas pela redução do preço da terra, amplia-se a participação relativa das vendas de menor valor. São destes períodos por sinal, que se reúnem maiores informações sobre o fracionamento, como atestam os anos do início do século, muito embora possam ser recolhidos outros depoimentos, como este de 1928:

"ao sair da cidade (em direção à Ribeirão Bonito), atravesso cafezais velhos quase abandonados. Não é ali, aliás, o núcleo das boas terras de cultura. Uma antiga propriedade agrícola, à esquerda, foi retalhada em lotes, hoje colonizados geralmente por portugueses. Ao café substituíram a cana-de-açúcar, os cereais e a pequena criação. O que parecia terreno esgotado são hoje lindos trechos de cultura, pomares verdejantes, casas pitorescas, onde vivem contentes, em paz e prosperidade, dezenas de

(165) As informações baseiam-se no Recenseamento de 1920, nas Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas de 1939/40 da Secretaria de Agricultura do Estado, e no Censo Agrícola de 1940. Para estas últimas datas é certo que o avanço do algodão serviu de estímulo ao arrendamento, mas infelizmente é o primeiro levantamento organizado sobre esta questão.

famílias⁽¹⁶⁶⁾.

A evolução do número de cafeeiros de Araraquara, retratada no quadro 16 A e B, é outra fonte de informações. É nítido, que antes mesmo do deflagrar da crise de 'trinta', amplia-se a participação da pequena propriedade. Os estabelecimentos com menos de vinte mil pés respondiam por cerca de 16 a 17% do número de cafeeiros do município nos anos iniciais da década de 1920. Às vésperas da crise esse percentual atinge 20%, sobre um número absoluto crescente. Com menos de 8 mil pés em média, essas pequenas propriedades multiplicam-se ao longo desses anos, passando de menos de 370 no início da década para um pouco mais de 530 em 1929. Mas essa maior participação não exclui que amplie-se o percentual correspondente aos estabelecimentos com mais de 250 mil pés de café. Estes só apresentariam uma redução após a crise, quando cai acentuadamente o percentual de cafeeiros dos maiores estabelecimentos.

A presença de um número expressivo de pequenas propriedades na estrutura agrária de Araraquara é menção constante para analistas do período. Marcelo Piza e Eugênio Egas, provavelmente baseados nas mesmas informações, atestam que além dos estabelecimentos registrados no Censo de 1920, haveriam 1.200 pequenos proprietários agrícolas, predominando os nacionais, seguindo-lhes os italianos e portugueses. Número sem dúvida acentuado, para qualquer fonte estatística do período, muito embora possa ser justificado pela presença de dois núcleos coloniais do Estado, Gavião Peixoto e Nova Europa, além do núcleo particular do Cambuí⁽¹⁶⁷⁾.

Desta forma, por mais precárias e incompatíveis que sejam as fontes de informações e as séries estatísticas acerca da propriedade

(166) Depoimento de Couto de Magalhães, extraído da publicação Araraquara (o município, a cidade e o povo), 1928, p. 81. Quanto ao levantamento de Martinez Correa, esse pode ser encontrado à p. 374 da História Social de Araraquara, já referida. É interessante salientar que esses mecanismos assumiam formas diferenciadas ao longo do ciclo cafeeiro: nas crises estimula o fracionamento em decorrência das dificuldades da lavoura, nos períodos de expansão cria a possibilidade de venda das antigas propriedades para inversão nas zonas pioneiras, ou em melhores terras.

(167) Piza, M., 1924, p. 20 e Egas, E., 1925, p. 105.

da terra no período, dois fatos são inegáveis: a diferença substancial entre as estruturas fundiárias dos municípios, com uma participação muito mais acentuada da pequena propriedade em Araraquara; e uma tendência, anterior à própria crise cafeeira, de constituição de estruturas agrárias crescentemente mais complexas, tanto pela participação maior de pequenos estabelecimentos, como através do arrendamento e reestruturação da antiga propriedade cafeeira. Assiste-se, nestes anos, um profundo rearranjo da agricultura regional, que tem como matriz o avanço no oeste da lavoura e a decadência crescente da cafeicultura local. Seus resultados apontam na direção da diversificação da produção agrícola, bem como na diferenciação das formas de avanço do capitalismo no campo. A cafeicultura e o colonato continuariam sendo a manifestação dominante dessa agricultura, mas crescentemente convivem, de forma distinta nos dois municípios, com um conjunto mais complexo de relações. Estas mesmas resultado e causa da diversificação da produção agrícola⁽¹⁶⁸⁾.

Já mencionamos como a crise da economia cafeeira, nos anos iniciais do século, serviu de estímulo a um primeiro movimento de diversificação da agricultura local, que aparece retratado sobretudo na ampliação da produção de 'cereais'. Em realidade, na região, parecem reproduzir-se as maiores facilidades ao cultivo intercalar que acompanham a redução dos salários monetários dos colonos ao longo das crises cafeeiras, como relata Stolcke⁽¹⁶⁹⁾. Fazendo parte da frente pioneira, com um percentual elevado de cafeeiros jovens e diante da queda das receitas geradas pelo café, seriam maiores as possibilidades do colono para o plantio de feijão e milho. Esta produção, aliás, acompanha no espaço a própria marcha cafeeira e, como vimos, desloca-se ao longo do tempo em direção aos municípios de ocupação mais recente, numa demonstração evidente do predomínio do cultivo consorciado.

Mas essa não seria uma manifestação isolada deste processo. Ainda deste período, estimuladas pelas condições conjunturais do café, datam

(168) Sobre a questão do colonato e da transição das relações de trabalho na agricultura paulista, ver Stolcke, U., 1986, p. 179 e ss. e a Resenha/Polêmica sobre este trabalho, de autoria de Graziano da Silva, J. F., publicada na Revista Análise e Conjuntura v. 2, no. 1, 1987, pp. 122 a 127.

(169) Stolcke, U.; op. cit., p. 56 e ss. O crescimento da produção dos chamados cereais está retratado no quadro 12, comentado parcialmente no capítulo 3.

outras iniciativas. Os periódicos de Araraquara dariam publicidade às técnicas da sericicultura, da mesma forma que noticiam uma exposição de gado em São Carlos, para o que concorrem diversos produtores da região. Martinez Correa menciona o ressurgimento dos bens ligados ao processamento da cana-de-açúcar nos inventários, da mesma forma que a Câmara de Araraquara estabelece prêmios para plantadores de algodão e debate, por sugestão da Cooperativa dos Agricultores locais, formas de tributação das terras ociosas e de incentivo à subdivisão das propriedades (170).

Mesmo assim, a diversificação da produção agrícola só assumiria uma dimensão mais significativa a partir da segunda década deste século, ganhando um conteúdo definitivo depois de 1918. Algodão, cana-de-açúcar, sericicultura, fruticultura, agricultura de alimentos e pecuária comporiam este novo quadro. Novamente são evidentes as diferenças entre Araraquara e São Carlos, com implicações cada vez maiores para as possibilidades regionais que se abrem após a crise cafeeira. Já enfatizamos as razões destas distinções. Elas podem ser encontradas tanto na estrutura agrária, como na maior disponibilidade de terras adequadas em Araraquara. Mas chama atenção o esforço permanente do poder público municipal com a diversificação de sua agricultura. Prêmios, subsídios, a ação direta da própria Câmara na montagem de postos de standimento e de canteiros de mudas são traços específicos desta localidade, que auxiliem o entendimento destas diferenças. Vejamos, sinteticamente, as características deste processo ao longo destes anos (171).

A evolução da produção de alimentos pode ser apreendida pelo quadro 12. O crescimento da produção de arroz e milho durante as duas

(170) Ver "O Popular", de 17/06/1906; Martinez Correa, op. cit., p. 181; Atas da Câmara de Araraquara de 15/12/1909 e 21/08/1910, segundo levantamento realizado por Rodolpho Talaroli e cedido ao autor. Outras iniciativas similares estão retratadas no capítulo 3, comentando a diversificação da agricultura ao longo da crise cafeeira destes anos.

(171) Um jornalista local chegaria a afirmar que "Araraquara é a única municipalidade que tem se dedicado seriamente ao desenvolvimento da sericultura, citricultura e reflorestamento". Diz, ainda: "... não sabemos de outra municipalidade que tenha encarado de frente o problema da policultura". Kiehl, J. P., O Imparcial, 16/06/1930. Ver, também, a descrição de Bento de Abreu Sampaio Vidal sobre as iniciativas da Câmara, em "O Popular", 16/01/1930, onde fala de incentivos para o vinho, bicho da seda, laranjas, abacaxis, batatas e criação de porcos e galinhas.

primeiras décadas do século é comum aos municípios, com valores absolutos bem superiores em Araraquara. As informações disponíveis para a década de 1920 caracterizam uma pequena retração da produção, fato que se explica pela estiagem de 1925 e 1926, que prejudicou a lavoura. A produção de feijão, já comentamos, reduz-se nos municípios, ampliando-se no restante da região provavelmente de forma consorciada ao café mais novo. A evolução da área plantada nestes anos agrega outras informações e este panorama. Pelo quadro 19, que descreve esta evolução entre 1905 e a década de 1930, podemos ratificar a importância da diversificação da base agrícola de Araraquara.

Entre 1905 e 1920, em São Carlos, restringe-se a área destinada ao milho, feijão, cana-de-açúcar e café. O pequeno aumento da área plantada com arroz não compensaria a queda das áreas destinadas, em 1905, à produção de 'cereais'. No restante da região a situação é radicalmente diferente. Em parte porque persiste o cultivo no interior do cafezal, mas também porque amplia-se a agricultura fora da própria propriedade cafeeira. Assim, em 1920, a área destinada a outras culturas é praticamente equivalente, em Araraquara, àquela coberta com café e nos demais municípios atinge aproximadamente dois terços. Mais significativo ainda seria o fato de que a área dos estabelecimentos recenseados atinge, em São Carlos, valores tão elevados, comparativamente à área total do município, que indica que com excesso das áreas internas às próprias propriedades, não haveriam mais possibilidades para o avanço das culturas. Novamente este é um quadro diferente nos demais municípios. A lavoura cafeeira, qualquer que seja o indicador, ocuparia nestes municípios uma parcela menor de terras, que como enfatizamos se apresentam proporcionalmente mais apropriadas para a agricultura que em São Carlos (172).

A evolução deste processo ao longo da década de vinte ocorre com um pequeno prejuízo da produção de alimentos em Araraquara, e com o

(172) O Censo de 1920 indica que a área ocupada pelo café em Araraquara corresponde a 85% da área ocupada em São Carlos, enquanto a área de arroz é 30 vezes maior, a de algodão mais de dez vezes, a de feijão cerca de 4,5 vezes, a de milho quase três vezes. A área de cana-de-açúcar em Araraquara é oito vezes maior que a correspondente em São Carlos. No total, incluindo a mamona, essas culturas ocupam em Araraquara cerca de 9,2 mil alqueires e em São Carlos aproximadamente 1,7 mil, enquanto o café se distribue por 9,3 mil e 10,9 mil alqueires, respectivamente.

crescimento das áreas correspondentes em São Carlos, tal como revela o mesmo quadro 19. A redução do estoque cafeeiro de São Carlos e o aumento em Araraquara auxiliam o entendimento desta aparente inversão no ritmo da diversificação agrícola dos municípios. A decadência cafeeira, que se manifestaria em São Carlos antes de 1918, acabaria por impor a erradicação de 6 milhões de pés no período que precede a crise de 1929. Em Araraquara, diversamente, o plantio líquido (novos cafeeiros menos erradicações) é positivo e implica na incorporação de pelo menos 2,6 milhões de cafeeiros. Esse movimento contraditório encontra explicação na acentuada deterioração da lavoura em São Carlos: a redução da área destinada ao café daria suporte a uma pequena ampliação da agricultura de alimentos, muito embora essas terras, dadas suas condições, tenham sido destinadas majoritariamente à pastagem. Em Araraquara, as excepcionais circunstâncias que envolvem a acumulação cafeeira na década de vinte acabariam por redundar na redução do cultivo intercalar, como forma de melhorar o trato do cafezal e garantir maiores rendimentos. Ainda assim, às vésperas da crise a área destinada à produção de alimentos seria maior que em São Carlos⁽¹⁷³⁾.

O algodão também comporia o quadro de diversificação da agricultura local. Já fizemos referência às leis de incentivo aprovadas pela Câmara de Araraquara, entre 1908 e 1923. O quadro 19 apresenta o acentuado crescimento da área cultivada no período anterior a 1920, e sua posterior redução, às vésperas da crise. Esta evolução confirma a natureza da expansão algodoeira do estado entre 1916 e 1926. Na Cambuí, o algodão ganharia impulso antes da geada de 1918, enfrentando problemas no início dos anos vinte devido à praga do curuquerê e só retomando maior importância, passada a crise cafeeira. As Atas da Câmara Municipal de Araraquara revelam auxílios à produção anteriores à 1918 e confirmam a ampliação do cultivo depois desta data. A presença de vários estabelecimentos voltados para o beneficiamento do algodão, como veremos, reforça a hipótese de que seu cultivo tenha assumido um papel relevante para a agricultura local. Novamente, como em praticamente todas as culturas, fazem-se presentes as diferenças entre os municípios: tanto em 1920, como no início dos anos trinta, a área dessa lavoura em Araraquara é mais de dez vezes superior à

(173) Ver as restrições ao cultivo intercalar em Casalecchi, J.E., op. cit., pg. 171 e ss. Embora sujeitas a inúmeros problemas, as informações do quadro 19 sugerem a redução em mais de 6 mil alqueires da área destinada ao café em São Carlos, entre 1905 e 1930.

QUADRO 19
REGIÃO DE ARARAQUARA E SÃO CARLOS
EVOLUÇÃO DA ÁREA CULTIVADA POR CULTURA: 1905-1938
(em alqueires)

	1905	1920	1931	1932	1933	1935	1936	1938
ARARAQUARA								
café	9.357,00	9.275,21	10.729,00	15.077,50	11.777,50	14.044,75	8.567,50	7.708,75
algodão	-	858,68	240,62	1.100,00	2.116,50	6.089,75	2.898,50	2.578,25
milho	2.689,50	3.139,67	2.346,00	2.907,25	3.976,00	1.665,75	1.011,50	2.198,25
arroz	44,25	3.758,68	656,25	1.507,25	910,75	798,25	369,75	687,25
feijão	1.475,50	1.204,41	1.118,20	1.930,00	2.368,50	3.570,25	2.923,25	4.685,50
cana-de-açúcar (2)	205,00	201,65	1.600,00	-	-	2.284,00	2.033,00	2.534,00
SÃO CARLOS								
café	15.521,00	10.889,12	9.204,50	9.923,50	8.331,00	7.717,00	7.146,50	5.928,75
algodão	-	83,89	10,50	121,00	178,50	1.178,25	1.957,50	3.031,25
milho	9.249,00	1.096,69	1.838,75	1.549,25	1.109,25	751,50	625,50	2.300,25
arroz	56,75	120,25	238,00	153,00	154,50	105,50	79,75	319,25
feijão	4.061,25	266,94	436,25	338,75	261,00	412,25	187,50	348,00
cana-de-açúcar	162,50	25,21	-	-	-	-	-	329,00
REGIÃO (1)								
café	33.527,00	36.392,98	51.004,51	56.541,50	51.784,25	49.340,75	40.522,50	39.468,25
algodão	-	2.646,13	1.750,37	3.694,00	6.475,75	18.608,75	20.331,00	19.779,75
milho	14.682,75	9.557,45	9.781,62	10.561,25	10.604,50	6.296,25	5.074,75	8.679,00
arroz	741,00	5.784,55	2.461,09	3.039,62	2.431,00	2.711,75	1.746,50	3.008,75
feijão	6.299,80	3.284,13	3.486,93	3.675,00	3.783,75	5.250,25	4.210,25	5.639,25
cana-de-açúcar	689,25	366,34	-	-	-	-	-	1.192,00
ESTADO DE SÃO PAULO								
café	261.572,12	425.071,49	862.792,66	930.998,51	945.333,38	899.483,25	788.297,25	680.210,50
algodão	3.461,75	45.366,94	17.282,42	43.169,98	72.455,55	171.585,27	218.732,49	396.940,50
milho	140.383,05	233.198,35	362.073,59	469.372,42	484.322,84	419.812,97	372.627,74	445.501,75
arroz	27.641,00	90.298,35	129.741,43	184.371,03	171.331,00	185.275,43	143.828,97	161.045,00
feijão	64.792,37	77.971,90	159.508,45	173.958,35	169.623,70	146.525,92	131.134,59	154.742,25
cana-de-açúcar	20.131,32	12.487,19	-	-	-	-	-	48.765,25

(1) Araraquara, São Carlos, Dourados, Ribeirão Bonito, Ibitinga, Tabatinga, Matao e Boa Esperança

(2) Em 1931, 1935, 1936 e 1938, a área refere-se ao plantio das usinas.
Em 1938 as estatísticas atribuem uma área plantada de 269,0 alqueires para o município.

FONTES: 1905: Estatística Agrícola e Zootécnica
1920: Recenseamento de 1920
1931-1938: Estatística Agrícola e Zootécnica

do município vizinho (174).

Com uma presença marcante em Araraquara, a cana-de-açúcar reflete a nível regional a evolução da cultura no estado. Além do papel secundário que desempenha em todo período cafeeiro, ela ganharia peso crescente na década de vinte, antecipando - como o algodão - a importância que assumiria mais tarde. De Lorenzo aponta, neste sentido, a existência de um pequeno engenho antes de 1910 e a reativação de mais cinco na década seguinte, atribuindo seus desaparecimentos aos problemas causados pelo 'mosaico' no início dos anos vinte. A Secretaria de Agricultura indica o funcionamento de uma pequena usina em 1914 (Freitas) e a partir de 1917 a Usina Fortaleza. A elevação dos preços do açúcar, nos períodos de 1915 a 1920 e 1923 a 1925, concorreria também para a expansão da produção, acompanhando o crescimento da lavoura no estado. A introdução de variedades resistentes à doença, depois de 1926, acabaria por assegurar a elevação da produtividade e garantir o crescimento do cultivo, mesmo com preços já não tão elevados. Ao longo dos anos vinte, Araraquara ampliaria sua participação na produção sucroalcooleira do estado, adiantando a importância que o setor assumiria após 1930 (175).

O quadro 20 retrata as informações mais significativas sobre a evolução da cultura nestes anos. A Usina Tamoio já se apresenta como um dos mais importantes estabelecimentos do setor em São Paulo, antecipando a posição que chegaria a manter, anos depois, como a maior unidade açucareira do país. Organizada em 1918, a Usina fazia parte da Cia. Refinadora Paulista S.A., também proprietária da Usina Monte Alegre em Piracicaba e Porto Real em Rezende, no grupo controlado por Pedro Morganti. Isoladamente a Usina responderia por cerca de 12% da produção açucareira do estado durante os

(174) Para as leis municipais ver De Lorenzo, op. cit., p. 65; e as Atas da Câmara de Araraquara de 1/10/1917, 2/09/1918 e 1/05/1923. Sobre a evolução do cultivo na Cabuí, ver Casalecchi, J. E., op. cit., pp. 68 a 150. Devescovi comenta que a Cia. Fiação e Tecidos São Carlos organizada no fim da década de 1920 um empreendimento rural para explorar algodão e café. Anos mais tarde anunciava, em periódicos locais, a disposição de financiar culturas de algodão. Devescovi, op. cit., p. 75. O Beneficiamento aparece retratado no item 4.3. deste capítulo.

(175) De Lorenzo, op. cit., p. 58/59; Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio, Secretaria de Agricultura, 1917, p. 177/178 e 1918, p. 249/254; Sobre a evolução do açúcar ver Gnaccarini, J. C., 1975, p. 319 e ss.

QUADRO 20

Produção de Açúcar de Usina em Araraquara. Quantidade por Usina e Percentual da Produção em Relação ao total das Usinas do Estado de São Paulo 1920 - 1940

(em toneladas)

Safra	Usina ITAQUERE	Usina TAMOIO	total MUNICIPIO	% em relação AO ESTADO
1920/21	-	1.424	1.424	4,2%
1923/24	-	2.530	2.530	12,1%
1926/27	-	3.590	3.590	15,9%
1927/28	-	4.930	4.930	12,6%
1928/29	-	6.012	6.012	10,6%
1929/30	-	5.154	5.154	7,7%
1930/31	1.509	5.370	6.879	10,3%
1931/32	3.980	7.302	11.282	12,0%
1932/33	4.616	10.675	15.291	15,2%
1933/34	3.510	10.470	13.980	12,7%
1934/35	3.870	10.825	14.763	13,3%
1935/36	4.025	12.292	16.317	13,4%
1936/37	5.134	11.230	16.372	12,1%
1937/38	5.041	13.140	18.181	12,6%
1938/39	4.911	11.394	16.305	12,4%
1939/40	4.395	14.545	18.940	12,8%

FONTES: 1920/21, 1923/24 e 1926/27 - O Imparcial, 11/12/1932, e De Carli, 6, 1943, apud Negri, B., 1977, p. 7. A partir de 1927/28, Anuário Açucareiro, vários anos.

anos vinte, ampliando a fabricação de açúcar e álcool e incorporando uma parcela crescente das terras de Araraquara ao cultivo de cana-de-açúcar. Pelo quadro 19 podemos acompanhar a evolução da área plantada pelas usinas: entre 1920 e os anos iniciais da crise, esta cresceria mais de oito vezes, atingindo cerca de 1,7 mil alqueires, que seriam ampliados nos anos seguintes. Ao lado da Tamoió, em 1930, seria inaugurada outra usina importante para o município: Itaquerê, de propriedade de Bento de Abreu Sampaio Vidal. A produção conjunta das duas asseguraria papel de destaque para o município, ao nível do estado. O significado desta produção pode ser aferido pelo peso que assume comparativamente ao restante da transformação industrial do município. Os valores da produção sucroalcooleira seriam, nos anos em que estas informações são disponíveis (1933-1936), sistematicamente maiores que o dobro do valor correspondente da indústria de Araraquara, excluídas as chamadas indústrias rurais (beneficiamento de cereais, algodão, indústria de laticínios, etc) ⁽¹⁷⁶⁾.

Nestes anos, ao contrário das demais atividades primárias, a pecuária desempenharia papel mais importante em São Carlos que no município vizinho. Em que pese a maior presença de campos naturais em Araraquara, a substituição de cafezais decadentes favoreceria ali, a extensão dos pastos. Em 1930 seriam mais de 35 mil alqueires em São Carlos, contra cerca de 20 mil em Araraquara. Estes fatos, aliás, estariam na origem das Cooperativas de Laticínios fundadas ao longo da década de trinta no município. Assim mesmo, tanto a indústria de derivados, como a pecuária de engorda atingiriam Araraquara. Em 1911 instala-se no município uma usina de pasteurização, com participação da Câmara de Vereadores, ampliada mais tarde (1926) sob

(176) Imparcial, 11/12/32; Albúm de Araraquara de 1948, págs. 124 e 131; Araraquara em 1928, p. 6, 82 e 83. Sobre o papel de Morganti e da Refinadora Paulista em São Paulo, ver Gnaccarini, op. cit., p. 319 e ss. O valor da produção foi calculado com bases nas informações do quadro 20, os dados dos anuários açucareiros sobre a produção de álcool das usinas e os preços alcançados por seus produtos no mercado paulista. O valor da produção industrial é fornecido, de forma agregada, pelas Estatísticas Industriais do Estado. Assim, para os anos de 1933, 1934, 1935 e 1936, o valor da produção industrial, em mil contos, assume, respectivamente as seguintes expressões: 3,66; 4,68; 6,85 e 5,91. A produção sucroalcooleira corresponde, nas safras de 32/33, 33/34, 34/35 e 35/36, os valores de 10,3; 10,8; 13,2 e 12,8 mil contos. É interessante atentar, também, para a lei municipal de 20/10/1929 que isenta de impostos a produção das usinas e seus canaviais por um período de 15 anos. Ver Atas da Câmara de Araraquara, 20/10/1929.

pressão de pequenos produtores que não tinham acesso a seus serviços. Casalecchi relata, por outro lado, o interesse manifesto por capitais de origem estrangeira pela engorda na Cambuí, ainda nos anos da primeira guerra. O crescimento do rebanho desta propriedade é sintomático, também, das transformações que apresenta a pecuária paulista no período. De uma média de 1,4 mil cabeças no início dos anos dez, atingiria valores superiores a 9 mil em 1922. Como se sabe, com a guerra as exportações paulistas de carne ampliam-se significativamente, demanda que seria reforçada pela crescente urbanização da população do estado. A organização da atividade frigorífica abriria novas alternativas para a agricultura do interior, incentivando a utilização de campos e pastagens para a engorda. Retrato desta situação pode ser visto na abertura dos trabalhos da Câmara Municipal de Araraquara em 1930, por Bento de Abreu Sampaio Vidal: "Precisamos criar nos pastos e cocheiras o gado fino leiteiro, nos campos o zebú, a raça admirável e rústica que produz a carne, apreciada pelos ingleses, e que em nossos campos nascem com bezerros e crescem cento e um garrotes de beleza extraordinária e disputadas avidamente pelos frigoríficos"⁽¹⁷⁷⁾.

Mas essa diversificação atingiria, também, um conjunto de outras atividades: fruticultura, sericultura, reflorestamento e um número expressivo de outros cultivos (batata, mandioca, tomate, etc). Já fizemos referências a estas iniciativas e as informações disponíveis são esparças, mas permitem caracterizar um quadro similar ao desenhado anteriormente: a diversificação avança nos dois municípios, com intensidade maior em Araraquara. Vejamos esta situação no momento da crise cafeeira, utilizando as Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas da safra de 1930/31, da Secretaria de Agricultura. A produção de abacates é a única que não encontra paralelos no município vizinho, com São Carlos concentrando 9% dos pés do

(177) Campos e pastagens, em 1930/31, de acordo com as Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas desta safra. As informações, sobre a Cooperativa de São Carlos baseiam-se em Devescovi, op. cit., p. 75, em que a autora acrescenta à notícia da fundação da Cooperativa São Carlense, em 1939, a existência de relatos sobre outra Cooperativa em 1934. Ver, sobre o mesmo tema, Kerbauy, op. cit., p. 42. A usina de pasteurização de leite é apontada por De Lorenzo, op. cit., p. 59 a 61, ela seria organizada por agricultores locais, encabeçados por Sampaio Vidal, em 1926 a Câmara assume os custos de sua ampliação, aumentando, assim, a participação no capital da usina que possuía desde sua fundação; as informações da Cambuí estão em Casalecchi, op. cit., p. 65 e 66. O discurso de Bento de Abreu é reproduzido em O Popular de 16/01/1930.

estado. Os bananais e a produção de mangas são relativamente equivalentes: seriam 448 mil pés de bananas em São Carlos contra 401 mil em Araraquara; a produção de mangas corresponde a 2,5% do total estadual para cada município. A área ocupada com batatas seria de 45 alqueires em Araraquara, contra menos de 7 em São Carlos. O reflorestamento com eucaliptos cobre, respectivamente, 102 e 64 alqueires; o número de amoreiras (suporte da sericicultura) é de 259 e 63 mil; o de pés de abacaxi de 975 e 123 mil (totalizando 4,5% do estado); o de laranjas 70 e 52 mil, sempre na mesma ordem e retratando a diferenciação da base agrícola referida.

Ainda mais elucidativo das diferenças entre os municípios seriam as iniciativas da Câmara Municipal da Araraquara, que não encontram paralelo no município vizinho. Já mencionamos os inúmeros incentivos à produção de algodão (1908 a 1923), ao trigo (1918), as isenções fiscais às usinas e seus respectivos canais (1929) e a participação da Câmara na pasteurização de leite (1911, reforçada em 1926). Além destas, seria empreendimento seu a organização de um Posto Zootécnico para seleção de raças bovinas, que é registrado com destaque nas publicações de 1928. Imediatamente após a crise, em 1930, podemos encontrar depoimentos de outras ações municipais: "Na sede do município há diversas plantações de amoreiras, nem total de 42 mil pés, de propriedade da Câmara e destinadas a fornecer gratuitamente mudas em estacas a qualquer lavrador do município... Há atualmente em viveiros da municipalidade ... 1.350.000 mudas de laranja azeda, 50.000 de limão ... para cavalos de enxertos e 40.000 laranjas azedas para serem plantadas ... A Câmara tem atualmente 18 mil eucaliptos de sete anos, 72 mil de 2 anos e 20 mil de um ano ..." (178).

A diversificação agrícola avança nestas regiões ditadas sobretudo pelas condições específicas da lavoura cafeeira e das disponibilidades de terras adequadas. Este avanço, como dissemos, acabaria condicionando algumas das alternativas futuras e, em parte, é resultado da ação pública. Esta, no caso, potencializaria a diversificação da agricultura local, de forma similar às iniciativas do estado para o algodão e a cana-de-açúcar. Não custa repetir, contudo, as observações muito apropriadas de um relatório da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, escrito ainda em 1922, e reproduzido

(178) O Imparcial, 15/06/1930, artigo já mencionado de Joaquim Pedro Kiehl, sobre a policultura no município. As informações sobre o Posto Zootécnico estão baseadas na publicação Araraquara (o município, a cidade, o povo) de 1928, nas páginas 7 e 83. Todas as demais referências reproduzem fontes já mencionadas.

por Rui Albuquerque: "do que se tem exposto... conclui-se que dois fatores são suficientes para incrementar as plantações: preço remunerador e crédito. À rigor, poder-se-ia dizer um fator só, que é o preço, visto como o crédito é consequência dele. Que preço faz plantação é conceito acaciano. Entretanto, permita-se-nos escrevê-lo, porque pessoas há que atribuem o aumento que a lavoura, em geral, teve nos últimos anos à propaganda do Governo. Puro engano. O que determinou tal surto prometedor foi unicamente o preço convidativo dos produtos. Não se pense que a propaganda só de palavras move a enxada do roceiro desconfiado. Ele, para plantar algodão ou milho, procura ver se no mercado esses gêneros não alcançam menos que a batata. Daí a tendência de se lançarem todos os lavradores, a um só tempo, a este ou àquele produto, isto é, ao que na ocasião está valendo mais ... (179).

(179) Albuquerque, R. H. P. L., op. cit., pp. 117 e 118.



4.3. As Economias Urbanas entre 1910 e a Crise Cafeeira

Nos vinte anos que antecedem a crise 'de 1929' o crescimento urbano atestaria a forma diferenciada que assume a progressão da economia cafeeira na região. Em São Carlos, a decadência do café estabeleceria limites para as possibilidades da cidade, enquanto em Araraquara o desenvolvimento agrícola e a polarização da região ferroviária que leva seu nome garantiriam maiores oportunidades. Mesmo assim, tanto em São Carlos como em Araraquara, a intensidade da urbanização é um fato marcante. O quadro 21 apresenta uma síntese desse fenômeno. A ampliação do número de edificações revela o ritmo do processo. Em São Carlos, entre 1913 e 1932, o número de edificações cresce a uma taxa média de 3,5% ao ano, resultado de um pequeno aumento na década de 1910 e um significativo crescimento entre 1922 e 1932, quando essa taxa atinge 5,4% ao ano. Em Araraquara, a média do período de 1921 a 1936 indica uma taxa de 6,6%, com um crescimento acentuado em todo intervalo, mas que apresenta valores ainda mais expressivos nos anos vinte, sustentando taxas de 6,9% ao ano entre 1921 e 1927.

A evolução do comércio, dos serviços pessoais e de apoio à produção, a atividade de transformação, os melhoramentos e a própria diferenciação do espaço urbano são evidências - quando não causas - deste processo. Entre todas, o crescimento industrial talvez seja o melhor retrato destes anos. É, de um lado, a demonstração incontestável das possibilidades abertas pela acumulação cafeeira. De outro, aponta os limites ao desenvolvimento dos núcleos urbanos do interior paulista, submetidos a uma hierarquização crescente do sistema de cidades em formação. Acompanhando suas transformações esclarecem-se algumas das diferenças que marcariam a vida das cidades, ao mesmo tempo que compreende-se melhor a natureza do desenvolvimento econômico do interior do estado.

As condições que regem o crescimento da atividade industrial no interior são conhecidas. Nesta parte do 'oeste' paulista, elas estariam associadas, de várias formas, ao desenvolvimento da economia cafeeira. Em parte derivam diretamente das exigências da acumulação: beneficiamento; oficinas de estradas de ferro; bens de consumo necessários à reprodução da força de trabalho; ou mesmo a fabricação de implementos agrícolas, adubos e um conjunto de outras mercadorias demandadas pela lavoura. De resto, os estímulos ao crescimento industrial relacionam-se ao café também de forma

QUADRO 21

EVOLUCAO DO NUMERO DE EDIFICACOES

ARARAQUARA e SAO CARLOS - 1900-1940

	ARARAQUARA	SAO CARLOS
1900	-	1350
1913	-	1798
1921	1396	-
1922	-	2036
1926	1833	-
1927	2083	-
1932	-	3454
1936	3652	-
1940	4747	-
1942	-	4578

FONTES: Sao Carlos - Almanques e Albuns, apud. Devescovi, R.,
op. cit.; Araraquara - 1921, 1926, 1927, 1936 e 1940:
Prefeitura Municipal, Livros de Lancamento de Impostos
Prediais.

indireta. Máquinas de beneficiamento e ferrovias estariam na origem de pequenas fundições e oficinas de reparação. A fabricação de vagões e a necessidade de dormentes acarretariam o surgimento de serrarias e marcenarias. Estas, juntamente com olarias e outros estabelecimentos similares, teriam suas trajetórias ligadas ao movimento de construções. Um número expressivo de outros empreendimentos emergiriam ditados pelas possibilidades abertas a partir da acumulação cafeeira.

Mas as relações entre café e indústria iriam além destas, não se vinculando à constituição desse segmento industrial apenas pela organização de uma demanda por bens necessários à sua reprodução. O café, na sua expressão capitalista, legaria às cidades um contingente significativo de imigrantes. De um lado, trabalhadores livres à disposição do capital, aptos à sujeição do trabalho fabril. Por vezes, mesmo, indivíduos com algum conhecimento específico ou que acumularam um patrimônio e que se responsabilizariam por pequenos empreendimentos. Criam-se, nas cidades, as condições à valorização do capital que se encontram na raiz do crescimento industrial. Cabe, contudo, estabelecer desde já as diferenças que marcam a emergência do segmento industrial dos núcleos urbanos do interior paulista e a implantação da grande indústria, concentrada sobretudo na Capital.

Reproduzimos, páginas atrás, algumas das análises sobre as condições sociais da industrialização em São Paulo. Repetimos as razões que levam à constituição da grande indústria como alternativa de reprodução do capital dinheiro: na medida em que a capacidade de acumulação financeira sobrepassava as possibilidades de acumulação produtiva, este seria o espaço de valorização dos excedentes monetários. Processo que se materializa, num primeiro momento, na implantação da grande indústria têxtil. Importamos, nas palavras de Rui Albuquerque, "os trabalhadores livres, importamos também as expressões técnicas de sua dominação, as máquinas. Nesse sentido, a grande indústria têxtil esmaga, sem transição, o artesanato"⁽¹⁸⁰⁾.

(180) Albuquerque, R. H. P. L., op. cit., p. 90. Ver, também, a discussão efetuada ao longo do item 4.1. deste capítulo e as referências indicadas nesta parte do trabalho. A expressão utilizada, evidentemente, não pretende atribuir qualquer período artesanal ou manufatureiro na transição ao trabalho assalariado. Salienta, apenas, a concomitância do processo de transição e a instalação da grande indústria.

Mas esse seria um processo centrado, crescentemente, na cidade de São Paulo e seu entorno. Diferente seriam as condições do desenvolvimento da indústria no interior, sobretudo em núcleos em que a vida urbana assume dimensões restritas. Neste espaço particular também se manifestam os estímulos à diferenciação do trabalho, à especialização da produção e ao incremento da transformação industrial que estão por traz do crescimento do secundário paulista. Mas os limites à própria acumulação recriam as possibilidades de sobrevivência de uma atividade de transformação cujas bases técnicas não se assentam na grande indústria. Esta, pela exigência da valorização, implica necessariamente na subordinação do trabalho, mesmo que este processo só possa mostrar-se por completo a partir da internalização das bases materiais desse capitalismo, com a industrialização pesada.

Na origem desta incipiente atividade industrial dos núcleos urbanos do interior vamos encontrar uma participação significativa de uma pequena produção familiar, na maioria das vezes a cargo de imigrantes. Apenas paulatinamente assistiríamos a transformação desta estrutura no sentido da sujeição completa às regras do trabalho fabril da grande indústria. A ausência de um mercado de bens de consumo unificado, a existência de uma demanda regional, o incremento das rendas urbanas ampliam as oportunidades destes empreendimentos. Não que este seja um panorama exclusivo das cidades do interior. A questão reside em que os determinantes deste processo de crescimento da indústria não se encontram, aqui, na estruturação de alternativas de valorização do capital cafeeiro. Podemos repetir as palavras de Albuquerque acerca das diferenças entre a grande indústria e as 'manufaturas' têxteis do interior paulista no século XIX: "erram os que tentam mostrar que a lógica que orienta a instituição durante o século XIX nas cidades do interior paulista seja a mesma lógica que as concentra na capital..."(181)

Já nos referimos à forma como o desenvolvimento da economia cafeeira cria espaço para uma produção regional. Cabe perguntar sobre as possibilidades desses empreendimentos frente à concorrência crescente da grande indústria. As respostas se encontram, de um lado na extraordinária expansão dos mercados, de outro que estes ainda não se encontram unificados sob o controle da grande empresa. O acentuado crescimento da economia paulista nestes anos vê-se ampliado na região pelo ritmo que

(181) Idem, p. 90. Novamente é conveniente ter em vista a observação da nota anterior.

assume a expansão das rendas urbanas e pelo próprio processo de ocupação do oeste paulista. Multiplicam-se assim as oportunidades para uma participação, mesmo que intersticial, desses pequenos estabelecimentos. A inexistência de um mercado de consumo de massas unificado abre alternativas para uma produção de base regional. Quando as condições de concorrência se alterassem, assistiríamos o desaparecimento de um cem número de pequenas empresas no interior do estado, em particular dos ramos de produtos alimentares, calçados, vestuário e bebidas. Mesmo assim, como já enfatizamos, este novo quadro não corresponderia a um mero retrocesso econômico das cidades do interior paulista. Até porque parcela dessa indústria nascente alcançaria uma dimensão bem mais significativa durante esse período.

De Lorenzo chamaria atenção para a natureza da área de influência desta indústria, como mencionamos. Da mesma forma, outros autores chamariam atenção para o caráter que assume esta produção. Martinez Correa, referindo-se a Araraquara, aponta inicialmente as relações entre esse processo e a urbanização, para acrescentar: "Era o mercado consumidor em expansão que ao mesmo tempo abrigava em si os portadores das condições que facilitariam a instalação e o funcionamento de uma série de pequenas oficinas, criadas para atender as necessidades daquele consumo. Esses primeiros estabelecimentos teriam um caráter quase doméstico, reunindo pequeno número de trabalhadores, geralmente a própria família do proprietário. As instalações seriam em sua própria residência, utilizando-se de máquinas ainda muito rústicas, na maior parte das vezes, já usadas" (182).

Truzzi firmaria um conceito muito próximo sobre as origens da indústria em São Carlos. Com a excessão do beneficiamento, as demais atividades não contariam com a participação de capitais originários do café. Esse tipo de indústria seria "tributário do desdobramento das funções urbanas que se processou organicamente dependente do comércio do café. O próprio agente principal dessa empresa industrial - vale dizer artesanal, na maioria dos casos - não seria mais o fazendeiro do café, mas o imigrante interessado em se estabelecer com algum ofício, atraído para a cidade pelo florescimento de um mercado urbano mais desenvolvido". Esse mesmo autor acrescentaria, analisando as condições do crescimento destas atividades: "Pode-se afirmar também que a cidade se industrializou devido à importância

(182) Martinez Correa, op. cit., pg. 300.

de São Carlos no contexto regional"⁽¹⁸³⁾.

Estes textos nos remetem ao papel desempenhado pelo crescimento urbano prévio ao surgimento da indústria e ao significado que assume a ampliação da área de influência das cidades. A segunda questão foi, em parte, nosso objeto de consideração ao discutirmos o papel da ferrovia no desenvolvimento regional e ao comentarmos a hierarquização crescente dessa rede urbana, com a emergência de centros regionais. O fundamental é compreender que tanto o crescimento dos núcleos urbanos está condicionado às possibilidades de seu 'hinterland', como a própria área de influência é resultado da intensidade que assume a urbanização prévia. Vejamos melhor o significado da urbanização anterior ao crescimento industrial⁽¹⁸⁴⁾.

Enfatizamos, num contexto mais geral, a natureza da urbanização ensajada pelo café capitalista em São Paulo. A argumentação girava em torno do significado do segmento urbano necessário à própria reprodução do capital cafeeiro. Casas comissárias, bancos, escritórios de estrada de ferro e comercialização de bens de consumo fariam parte desse processo. Se sua manifestação maior é o crescimento da cidade de São Paulo, também implicaria no crescimento dos centros urbanos do interior paulista. A economia que se desenvolve no oeste exige e estimula uma urbanização sem precedentes. O incremento da divisão social do trabalho que se encontra na matriz desse sistema de cidades deriva, portanto, do caráter da expansão cafeeira em São Paulo. A circulação monetária que está implícita na massa de salários paga ao colonato é um de seus componentes, mas não o único. As cidades nascem e se desenvolvem em razão dos papéis que lhes são reservados na reprodução desta economia: as funções urbanas que dariam suporte e garantiriam o prosseguimento da acumulação.

A amplitude das rendas urbanas e os mercados regionais que se organizam em torno das cidades assegurariam espaço para o nascimento dessa pequena produção industrial. A dinâmica do complexo cafeeiro, ao redefinir constantemente a importância de seu segmento urbano, ratifica essas possibilidades. Elas mesmas partes constitutivas de urbanização em curso e estímulo ao seu desenvolvimento. A especialização da produção e a

(183) Truzzi, O., op. cit., pp. 166 a 170.

(184) Ver, também, as considerações feitas no capítulo I.

diferenciação do trabalho próprias desse desenvolvimento capitalista aparecem refletidas aqui nas atividades urbanas de apoio à acumulação cafeeira e nesta incipiente produção fabril. A generalização do assalariamento e a intensificação das trocas mercantis, que lhe é inerente, são seus fundamentos básicos.

Mesmo assim, insisto, auxilia muito pouco no entendimento dessa questão, derivar sua lógica da maior mercantilização implícita nos salários do colonato, e a partir desse ponto, centrar exclusivamente a análise no significado e nos níveis que assume a monetarização nesta relação social particular. Isto, até mesmo, por razões de natureza distinta. Pelo lado do significado do assalariamento, é preciso reter que por menor que fosse a importância dessas rendas monetárias para a urbanização e para os mercados dessa indústria nascente, trata-se de discutir não apenas os níveis dos salários, mas sua introdução. A circulação monetária não encontra precedentes nesta economia do oeste paulista.

Mas a hipótese de um suposto papel reduzido da mercantilização que resulta dos salários monetários do meio rural não é apenas uma questão duvidosa, ela também não é fundamental para o entendimento da urbanização. Agora por razões evidentemente opostas à anterior. Vimos como a reprodução cafeeira exige o avanço da urbanização. A ampliação das rendas e o crescente assalariamento nas cidades dariam suporte a essa atividade de transformação, independentemente da importância dos mercados rurais. As funções urbanas são partes constitutivas do conjunto do complexo cafeeiro e não derivam exclusivamente, sobretudo no seu momento inicial, da internalização das condições de reprodução da força de trabalho diretamente envolvida na lavoura. E ainda mais, em outro nível de abstração, porque esse processo está ditado pelo ritmo que assume a geração de excedentes nesta economia. E essa expansão cafeeira do oeste paulista se distingue porque está voltada para uma reiterada ampliação desses excedentes, num movimento que implica crescente diferenciação do trabalho social⁽¹⁸⁵⁾.

Vejamos as condições em que ocorre o nascimento e a evolução dessa produção industrial em São Carlos e Araraquara. Em conjunto com a

(185) Para essa discussão ver: Oliveira, M.C.F.A., 1987. Este artigo comporta uma interessante proposta de investigação da urbanização do interior paulista no período cafeeiro, embora exemplifique as dificuldades de associar seus determinantes ao problema do papel dos salários monetários no colonato. Ver, também, da mesma autora: "Questões Demográficas no Período Cafeeiro em São Paulo", 1985.

QUADRO 22

NUMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS SEGUNDO O GENERO DA ATIVIDADE PRINCIPAL

ARARAQUARA E SAO CARLOS - 1915

GENERO DA ATIVIDADE	NUMERO DE ESTABELECIMENTOS	
	Araraquara	Sao Carlos
Cortumes	1	3
Ceramica	15	4
Fundicao	1	1
Constr. e Reparos Carros e Carrocas	4	8
Tecelagem	-	1
Arreios e Selins	-	4
Serrarias e Carpintarias	8	3
Moveis e Decoracao	5	3
Massas Alimenticias	1	-
Biscoitos e Doces	2	1
Conservas	1	1
Cerveja	10	9
Bebidas	1	7
Farinhas e Polvijos	1	-
Moagem de Cereais	6	-
Refino de Acucar	1	2
Engenho de Acucar	1	-
Sabao	4	8
Velas	-	1
Produtos Quimicos	-	1
Fosforos	1	-
Explosivos e Polvora	-	3
Fumo	-	2
Diversas	-	12
TOTAL	63	74

FONTE: Boletim da Diretoria de Industria e Comercio,
no. 5, Maio, pp. 200-217, 1.916.

QUADRO 23

ESTATISTICA INDUSTRIAL: NUMERO DE ESTABELECIMENTOS,

OPERARIOS E CAPITAL SEGUNDO ATIVIDADE

ARARAQUARA - 1919

ATIVIDADES OU PRODUTOS	No. DE ESTABELECIMENTOS	No. DE OPERARIOS	CAPITAL (CONTOS DE REIS)
Cortumes	2	8	20
Ladrilhos	1	15	30
Fundicao	1	40	100
Movéis de Ferro	3	12	55
Constr. e Reparos Veiculos	7	72	110
Cotonifícios	3	34	400
Chapeus	2	10	55
Calcados	9	33	85
Arreios	8	58	145
Serrarias	6	77	220
Movéis de Madeira	12	104	272
Massas Alimentares	3	42	170
Laticínios	1	6	50
Padarias e Confeitarias	4	37	75
Bebidas	8	57	260
Farinhas	2	38	110
Refino de Acucar	1	6	50
Torrefaçao de Cafe	2	14	45
Beneficiamento de Cafe	7	76	560
Beneficiamento de Arroz	9	97	950
Sabao	5	27	100
Perfumarias	3	20	75
Tipografias	3	22	140
Gelo	1	10	60
TOTAL	103	915	4177

FONTE: Boletim Diretoria de Industria e Comercio, no. 9, 1920, pp. 132 a 134.

QUADRO 24

ESTATISTICA INDUSTRIAL: NUMERO DE ESTABELECIMENTOS,

OPERARIOS E CAPITAL SEGUNDO ATIVIDADE

SAO CARLOS - 1919

ATIVIDADES OU PRODUTOS	No. DE ESTABELECIMENTOS	No. DE OPERARIOS	CAPITAL (EM CONTOS DE REIS)
Ceramica	1	5	4
Fabrica de Peneiras	1	10	80
Fabr. Maquinas para Benef. Cafe	1	12	150
Tecelagem	1	400	1000
Fabr. Vassouras e Artigos Vime	1	45	40
Massas Alimentares	1	2	4
Fabrica de Doces	1	15	20
Bebidas	2	5	6
Fabrica de Sabao	3	8	31
Calçados	1	10	6
Aduos e Cola	1	60	240
Fabr. Gelo, Salsicha, etc.	1	30	200
TOTAL	15	602	1781

FONTE: Boletim da Diretoria de Industria e Comercio, no. 9, 1920, pg. 137.

pequena produção que emerge ainda nos fins do século passado, o beneficiamento seria a primeira manifestação significativa desse processo. Na realidade, é praticamente o único segmento em que a participação direta de capitais ligados ao café ocorreria com expressão. Já comentamos parcialmente o quadro 14 e 15, elaborados por De Lorenzo. Dos 16 estabelecimentos apontados para Araraquara em 1920, 14 seriam de iniciativas de fazendeiros de café. Em São Carlos, na mesma data, dez dos doze estabelecimentos refletem a mesma condição. Contudo, repetimos, as maiores unidades estariam a cargo de imigrantes ⁽¹⁸⁶⁾.

Em 1919 as estatísticas industriais apontam sete máquinas de beneficiar café em Araraquara e uma em São Carlos, esta última no Engenho Vitória, do imigrante italiano Alexandre Masci, com 12 operários e um capital declarado de 150 contos. O maior estabelecimento de Araraquara é de outro imigrante, Vicente Gravina, e conta com 20 operários e um capital de 120 contos de réis. Em conjunto o beneficiamento de café empregaria 76 operários e um capital de 560 contos, dos totais registrados de 915 operários e 4.177 contos de réis para Araraquara (quadro 23). O Censo de 1920 registraria 8 unidades de beneficiamento em Araraquara e novamente apenas o Engenho Vitória em São Carlos. É evidente que a reduzida dimensão desses estabelecimentos implica no agravamento dos problemas de cobertura dos levantamentos efetuados que, independentemente desse fato, já são acentuados para as estatísticas desse período ⁽¹⁸⁷⁾.

O Álbum de Araraquara para 1915 aponta mais de dez unidades de beneficiamento de café, seis delas localizadas no distrito sede. Por outro lado, Piza e Egas indicam 3 máquinas em São Carlos e 5 em Araraquara, e

(186) Ver item 3.3. do capítulo anterior, páginas 97 e 98, bem como as referências das notas 138 e 139, nessas mesmas páginas.

(187) As estatísticas estão retratadas nos quadros 23 e 24, seus problemas são evidentes, com o número total de operários e de estabelecimentos apontados para São Carlos menor que em Araraquara. Martinez Correa indica este problema, recorrendo ao trabalho de Bandeira Jr. que afirma que as Câmaras Municipais não poderiam organizar estatísticas nem efetuar cobranças de impostos dada a dimensão restrita desses empreendimentos. Ver Martinez Correa, op. cit., pp. 301 e 302. Os números indicados para o censo de 1920 refletem apenas os estabelecimentos voltados para o beneficiamento de café. O quadro 25 indica, para Araraquara e São Carlos, respectivamente 12 e 3 estabelecimentos envolvendo, também, o beneficiamento de cereais

acrescentam uma informação sobre a existência de outras 200 máquinas de beneficiar arroz e café espalhadas por esse último município. Um número demasiadamente elevado quando confrontado com outras informações disponíveis para o início dos anos vinte, mas que tem o mérito de chamar atenção para a persistência dessa atividade no meio rural. Este fato pode ser acompanhado, também, pela evolução do número de estabelecimentos apontados por De Lorenzo. Durante a década de vinte, cinco desses seriam desativados em Araraquara e outros quatro em São Carlos. Como aponta a autora, parte desse equipamento seria reinstalado no distrito de Nova Europa, ainda em Araraquara, mas agora distante do seu principal agrupamento urbano (188).

A ampliação e posterior redução do número desses estabelecimentos chama atenção para as condições que estão associadas na transferência ou não destas unidades para as cidades. Resumimos, em outra ocasião, as razões que implicaram no crescimento de seu número nos núcleos urbanos: o aumento da produção das pequenas propriedades cafeeiras; as transformações que sofre a estrutura de comercialização do café; e a implantação dos serviços de energia elétrica no meio urbano, ainda no início do século. Mas se estas razões são capazes de justificar os vinte e oito estabelecimentos apontados por De Lorenzo, outras seriam as explicações para a redução de seu número. Em primeiro lugar a evolução da própria lavoura cafeeira, cuja expansão estaria restrita a áreas muito específicas do município de Araraquara. Também concorre para este fato o aumento do tamanho médio dessas unidades de beneficiamento, como se depreende da diversificação de suas atividades.

As estatísticas de 1919 para Araraquara são esclarecedoras. Quatro proprietários de máquinas para café beneficiariam também arroz; um deles faria também moagem de milho; outro também produzia farinhas e agregava uma torrefadora de café e um cotonifício. Apenas os dois menores estariam restritos ao café. O censo de 1920 ratifica este processo. Em São Carlos, o Engenho Vitória aparece voltado para o processamento de café, arroz e algodão. Em Araraquara, dos doze estabelecimentos de beneficiamento (quadro 25), apenas dois eram exclusivos para o café, embora um deles pertencesse

(188) Album de Araraquara, 1915, p. 118 e ss. Piza, M., op. cit., pp. 19 e 236; Egas, E., op. cit., pp. 107 e 1799. Ver a evolução do número de estabelecimentos nos quadros 14 e 15; e De Lorenzo, op. cit., pg. 57.

QUADRO 25

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS SEGUNDO
O GÊNERO DA ATIVIDADE PRINCIPAL

ARARAQUARA E SÃO CARLOS - 1920

GENERO	ARARAQUARA	SÃO CARLOS
Águas Minerais	2	2
Cortumes	0	3
Cerâmicas e marmorarias	6	4
Metalúrgicas	2	1
Móveis de Ferro	1	1
Constr. e Reparação de Veículos	2	3
Fiação e Tecelagem	1	1
Vestuário	1	1
Calçados	0	1
Artefatos de Couro	1	2
Serrarias	1	3
Móveis de Madeira	3	2
Produtos Alimentares e Bebidas	8	5
Beneficiamento	12	3
Fabricação de Sabão	1	5
Adubos e Colas	0	1
Produtos Farmacêuticos	1	0
Fabricação de Explosivos	0	1
Lapidagem de Vidros e Espelhos	0	1
TOTAL	42	40

FONTE: Diretoria Geral de Estatística - Relação dos Estabelecimentos Industriais Recenseados, vol. II, RJ, 1925.

ao proprietário do cotonifício registrado em 1919⁽¹⁸⁹⁾.

Esta diversificação chama atenção para a dimensão crescente que assume o beneficiamento de outros produtos que não o café. Sintoma do próprio crescimento urbano, assiste-se à multiplicação de estabelecimentos para o processamento de produtos da agropecuária local. Máquinas de arroz, moagem de milho, fabricação e refino de açúcar, beneficiamento de algodão e mais tarde a produção de óleo, pasteurização de leite e produção de derivados, fábrica de salsichas e cortumes são exemplos deste incremento. Estas são evidências da maior dimensão que assume a vida urbana, além, é claro, de refletir a diversificação da agricultura na região.

O quadro 22 revela a existência em Araraquara de 6 estabelecimentos de moagem de cereais e uma fábrica de farinha e polvilho em 1915. Dois anos antes as Atas da Câmara indicam, também, a produção de farinha de milho e mandioca no município. Mas as estatísticas mais sistemáticas deste período seriam as reproduzidas nos quadros 23, 24 e 25. A partir delas, é possível visualizar como estes pequenos estabelecimentos diferenciam suas atividades. Das três torrefações indicadas para Araraquara uma é o estabelecimento de Gravina, outra confunde-se com uma refinadora de açúcar. Em São Carlos, dos três empreendimentos, um é a fábrica de gelo e carnes em conservas de Carlos Facchina, outra executa também moagem de milho. Beneficiamento de café, torrefação, moagem de cereais, por vezes o preparo do algodão, aparecem reunidos sob direção comum. No ano de 1919, seriam em conjunto 21 estabelecimentos em Araraquara, agregando um total de 231 operários, um quarto do emprego registrado. Infelizmente, para São Carlos, esse levantamento subestima essa atividade e não permite avaliar melhor o peso que assume na indústria local. As observações de Piza e Egas indicam, entre 1924 e 1925, a existência de três torrefações de café,

(189) Estas máquinas de beneficiamento estariam reunidas em estabelecimentos comuns sob o comando de seu proprietário, conforme atesta o censo de 1920, exceção feita ao cotonifício. As estatísticas de 1919, contudo, apontam estabelecimentos separados com seu correspondente número de operários e capital. Este procedimento pode induzir uma sobrecontagem desses números. A totalização aponta os seguintes valores: o estabelecimento de Gravina teria 58 operários e um capital de 280 contos de réis; o de Saíd Acard 42 operários e 220 contos; o de Naym Jorge 24 e 190, respectivamente; e o de Negrini & Bruno 18 operários e capital de 160 contos de réis. Ver Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio, nº 9, set. de 1920, pp. 132 a 134.

e duas máquinas de beneficiar arroz no município, não chegando à dimensão que assume em Araraquara, onde apontam 4 torrefações, 6 máquinas de arroz e duas fábricas de farinha de mandioca⁽¹⁹⁰⁾.

No que se refere à produção açucareira, em Araraquara, o quadro 20 retrata a evolução das Usinas Tamoio e Itaquerê a partir de 1920. Ao seu lado, a evolução dos pequenos engenhos reflete as oscilações da lavoura nestes anos. De Lorenzo aponta (quadro 14) 4 engenhos voltados para produção de açúcar, álcool e aguardente para Araraquara e 1 em São Carlos, no ano de 1910. Em 1920 estes estabelecimentos já seriam em número de 27 e 5, respectivamente. Reduzindo-se na década seguinte para 12 em Araraquara, enquanto se registra o desaparecimento desses estabelecimentos em São Carlos. Piza indica 4 engenhos em São Carlos em 1924 e outros 10 em Araraquara, além do Engenho Central em Fortaleza. Além desses, registra-se no meio urbano o refino de açúcar. Em 1915 são noticiados dois estabelecimentos em São Carlos e um em Araraquara (quadro 22). Em 1924, Marcelo Piza indica uma unidade de refino em São Carlos e duas em Araraquara, constituídos por pequenos empreendimentos voltados para o mercado local. Mesmo antes da crise, a Usina Tamoio já se apresenta como a principal unidade de transformação de Araraquara, antecipando a importância do setor na vida futura do município. Em São Carlos, em que pese menor presença do cultivo da cana-de-açúcar, as Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas registrariam, a partir de 1938, a Usina São Francisco, que em 1945 figuraria como o quarto maior estabelecimento empregador⁽¹⁹¹⁾.

(190) Tal como apontamos na nota anterior as estatísticas de 1919 podem acarretar problemas de dupla contagem. Os 21 estabelecimentos citados representam, quando reunidos por proprietários, apenas 12 empreendimentos. Sobre a referência das Atas da Câmara de Araraquara, ver Martinez Correa, op. cit., p. 303. Ver, também, Piza, M. op. cit., pp. 19 e 236; e Egas, E., op. cit., pp. 107 e 1799. As indicações efetuadas no texto tem como suporte as informações individualizadas de 1919 e 1920. Assim as torrefações indicadas para São Carlos e Araraquara reúnem as duas fontes, e por essa razão não coincidem com os números isolados dos quadros 22, 23 e 24.

(191) De Lorenzo indica que dois dos engenhos de açúcar reativados na década de 1910 seriam de propriedades de fazendeiros de café, que estariam expandindo essa lavoura em terras do oeste pioneiro e reestruturando suas antigas propriedades. A retração apresentada pela autora para os anos vinte deve ser encarada no contexto do crescimento das usinas, lembrando que a Itaquerê havia sido também um engenho, e que provavelmente o Engenho Central de Fortaleza tenha sido absorvido por Morganti na constituição da Tamoio, o que depreendemos de suas localizações, embora não pudéssemos confirmar. Ver De Lorenzo, op. cit., p. 58; Piza, M., op. cit., pp. 19 e 236.

QUADRO 26

INDUSTRIAS RURAIS - BENEFICIAMENTO DE ARROZ, ALGODAO E LEITE

ARARAQUARA E SAO CARLOS - 1930 a 1938

	BENEFICIAMENTO DE ARROZ		BENEFICIAMENTO DE ALGODAO		LEITE	
	No. Maquinas	Quantidade (tonel.)	No. Maquinas	Quantidade (ton. algodao caruco)	No. Usinas	Quantidade (leite recebido em mil litros)
ARARAQUARA						
1930/31	3	543	0	0	1	42
1931/32	2	359	1	4	1	220
1932/33	3	2607	2	61	1	243
1934/35	7	1520	11	41	1	187
1935/36	6	1584	12	72	1	230
1937/38	7	1420	5	72	1	253
SAO CARLOS						
1930/31	1	240	1	5	1	18
1931/32	1	480	1	10	1	730
1932/33	2	101	1	8	1	200
1934/35	5	190	3	8	1	420
1935/36	5	204	3	15	1	360
1937/38	5	209	2	17	1	548

FONTE: Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas do Estado de São Paulo - 1930/31 a 1937/38.

O beneficiamento de algodão acompanha o surto da lavoura entre 1916 e 1926. Atas da Câmara de Araraquara, em 1918, indicam um estabelecimento voltado para fabricação de óleo de mamona e algodão, de propriedade de Said Acar, e as estatísticas de 1919 indicam três cotonifícios no município. O Censo de 1920 aponta para Araraquara a Sociedade Anônima Cotonifício Brasil, produzindo tecidos e beneficiando algodão, o principal estabelecimento do gênero na cidade e propriedade de Otávio Whately. Em 1928, além do preparo do algodão envolveria o fabrico de óleo e sabão. Em São Carlos, o Censo de 1920 indica o beneficiamento realizado pelo Engenho Vitória. Mas para o fim da década, Devescovi descreve os esforços da Fiação e Tecidos São Carlos na produção própria de algodão, revelando como a retração da lavoura lhe acarretaria problemas de matéria prima. É sintomático da redução da importância da atividade algodoeira a indicação de apenas uma máquina de descaroçar, para toda a região, nas estatísticas agrícolas de 1930/31, enquanto em 1924 Piza faz referência à vários descaroçadores e imprensadores em Araraquara. A retomada da produção e do beneficiamento viriam com a crise cafeeira. Em 1934/35 as mesmas estatísticas apontam 11 máquinas em Araraquara e mais três em São Carlos (quadro 26) (192).

O beneficiamento de leite aparece em Araraquara ainda em 1911, com uma usina sob o patrocínio de cafeicultores locais e equipamentos importados da Argentina. A própria Câmara participaria como sua acionista, após uma ampliação em 1926. Em São Carlos o primeiro registro sobre estas atividades é fornecido pela Estatística Agrícola e Zootécnica de 1930, que identifica uma usina em operação. A partir dessa data, como pode ser confirmado pelo volume de leite recebido, esta seria uma atividade crescentemente importante para o município, que organizaria significativa bacia leiteira em torno da Cooperativa de Laticínios de São Carlos fundada

(192) Atas da Câmara, segundo Martinez Correa, op. cit., p. 303. Ver Devescovi, op. cit., p. 71. Piza, op. cit., p. 19. Há ainda referência de algumas fábricas de óleo para este período, (sem indicações da matéria-prima utilizada) pequenos estabelecimentos voltados para o mercado local. Diferentes são as fábricas instaladas na década de trinta: a Dianda Lopes, em 1936, e a Anderson Clayton, em 1937, ambas produtoras de óleo de caroço de algodão e dois dos maiores estabelecimentos industriais do município. Em 1945, empregariam, respectivamente, 334 e 232 operários. O Imparcial de 24/01/37 comenta as usinas como o maior empreendimento levado a efeito na cidade naqueles anos. Catálogo das Indústrias do Estado de São Paulo, 1945, p. 60. Truzzi também comenta a produção de óleo, farelo e ração efetuada pela Cia. Fiação e Tecidos São Carlos a partir do caroço do algodão na década de trinta. Truzzi, op. cit., pg. 195.

em 1939⁽¹⁹³⁾.

O processamento de produtos de origem animal também aparece em outros estabelecimentos voltados para abastecimento do mercado local: pequenos produtores de manteiga, queijo ou de derivados de carne, além dos matadouros municipais. Dois desses são mais significativos e apresentam trajetórias muito similares em Araraquara e São Carlos, associando o fabrico de gelo com a produção de carnes em conserva (embutidos): a fábrica Ao Polo Norte de Paulo Alimonda em Araraquara, com 10 operários em 1919, e a de Carlos Facchina em São Carlos que em conjunto com sua torrefação de café empregaria 24 operários. Este último associaria seu nome a outros empreendimentos em São Carlos em particular a uma fábrica de adubos que se insere entre os maiores empreendimentos deste período⁽¹⁹⁴⁾.

O processamento de produtos agrícolas marcaria diferença importante entre a indústria dos dois municípios. Com presença menor em São Carlos, que possui indústria mais diversificada, a agroindústria seria a base do secundário de Araraquara. Oleos vegetais, açúcar e álcool, processamento de leite e, mais recentemente, sucos cítricos constituiriam os segmentos mais importantes da indústria do município até a década de 1970, quando no contexto da 'descentralização industrial' outros setores ganhariam peso. Com seu desenvolvimento condicionado pela base agrícola regional, o crescimento dessa agroindústria incorporaria um conjunto de outros determinantes que marcam as transformações da agricultura paulista depois da quebra da hegemonia cafeeira. Mesmo assim, ainda antes de 1930, esse é um processo visível, trazendo implicações para as possibilidades de cada centro urbano e,

(193) Sobre as origens do beneficiamento em Araraquara ver De Lorenzo, op. cit., pp. 60 a 63. Sobre a Cooperativa de São Carlos ver Denescovi, op. cit., p. 75. Aos dois estabelecimentos mencionados seria agregado ainda a unidade da Nestlé de Araraquara, em 1946. Ver De Lorenzo, op. cit., p. 95 e Diagnóstico da 6ª Região Administrativa, SEP, 1972, pp. 4 e 11.

(194) De Lorenzo e Martinez Correa agregam outras informações sobre o estabelecimento de Paulo Alimonda, do qual seria sócio Américo Danielli. Sua instalação esteve associada à montagem da usina de leite, da qual era fornecedora; apresentam-na como representante da Cia. de Pesca de Santos e envolvia também a torrefação de café. De Lorenzo, op. cit., p. 71 e Martinez Correa, op. cit., p. 302. A trajetória de Carlos Facchina é retratada por Truzzi, op. cit., pp. 217, 222 e ss.

sobretudo, orientando respostas diferenciadas à crise, como veremos⁽¹⁹⁵⁾.

Os estímulos que a agricultura regional reservaria ao secundário das cidades não ficariam restritos ao beneficiamento e processamento de seus produtos. Suas articulações indiretas constituem mercado imediato para alguns empreendimentos fabris: algumas indústrias de implementos, construtores de máquinas de beneficiamento, produção de adubos orgânicos e pequenas oficinas e fundições cujas origens se encontram na própria atividade de reparação exigida pelos maquinismos empregados no meio rural. Algumas dessas empresas, pela importância que assumem, desempenhariam papel significativo na estruturação do secundário das cidades mesmo depois de 1930. Amparadas no mercado regional esses estabelecimentos enfrentariam melhor as dificuldades da crise cafeeira. Em São Carlos, duas delas estariam entre os maiores estabelecimentos fabris da cidade às vésperas da crise: a fábrica de pregos e peneiras de Miguel Giometti e a indústria de adubos e colas de Carlos Facchina. Em conjunto com um terceiro imigrante estes industriais organizariam uma sociedade com interesses variados: fábrica de peneiras, pregos, rastelos, fábrica de gelo, carnes em conserva, adubos, cola, sabão e mesmo uma torrefação de café.

Às vésperas da crise as estatísticas atestam o crescimento desses estabelecimentos. Separadas desde 1928, o de Giometti contaria com 25 operários e capital de 1.345 contos em 1929, produzindo pregos e peneiras. O de adubos, de Facchina, teria 80 operários e um capital de 1.800 contos de réis no mesmo ano. Em 1945, a indústria de Facchina teria 108 operários e a de Giometti 51⁽¹⁹⁶⁾.

A influência da lavoura cafeeira far-se-ia sentir também pela produção de peças e de alguns maquinismos de beneficiamento em pequenas oficinas locais, como a de Leonardo Botelho, em São Carlos, responsável em 1911 pela fabricação de ventiladores e fornalhas para o beneficiamento do

(195) Uma descrição da agroindústria regional pode ser encontrada em Costa, A. M. F., 1973. Ver, também, o relatório de pesquisa sobre o processo de urbanização nesta região e Campinas elaborado pelo autor e por Ulisses Semeghini, onde comenta-se as diferentes trajetórias regionais depois da crise cafeeira: Pacheco, C. A. & Semeghini, U. C., 1986, pp. 32 a 40, e 57 e ss.

(196) Cf. Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio, Censo de 1920 e estatísticas industriais de 1928 a 1937 (quadro 28). Sobre Facchina e Giometti ver o trabalho de Truzzi, op. cit., p. 217 e seguintes.

café. Ou a de Braz Ortiz em Araraquara, que realizava consertos em geral, aparelhava madeiras e dava concessão para a fabricação do descascador 'Ortiz' e outras máquinas. Mas essas seriam muito mais oficinas de reparação que propriamente produtores de máquinas de beneficiamento. Outro exemplo é o de Antonio Blundi, incapaz de dar sequência à produção de um descascador de café de sua invenção, vendendo sua patente para a Cia MacHardy. Só depois da crise cafeeira surgiriam alguns empreendimentos maiores neste setor. Em Araraquara, Mário Gaiana inauguraria sua Oficina Construtora de Máquinas Agrícolas e Industriais em 1933, produzindo máquinas de beneficiar arroz e Jorge Preeg abriria uma para a produção de máquinas de picar cana-de-açúcar em 1935⁽¹⁹⁷⁾.

Uma série de pequenas oficinas e fundições também marcariam a paisagem urbana deste período. As estatísticas de 1915 indicam 8 oficinas de construção e reparação de carros e carroças em São Carlos e outras 4 em Araraquara, bem como uma fundição em cada cidade. Pelo levantamento de 1919 os sete fabricantes de carroças e trollys de Araraquara empregariam 12 operários num total de 915. Em São Carlos o Censo registra 3 estabelecimentos do mesmo gênero. As estatísticas Industriais do final da década permitem anteciper as mudanças em curso. Subsistem algumas oficinas maiores, voltadas ainda para a fabricação e reparo de carroças e trollys, mas é o automóvel que deriva crescentemente esta sorte de empreendimento. As oficinas de reparação de veículos automotores crescem em número, substituindo em importância aquelas antigos estabelecimentos⁽¹⁹⁸⁾.

Fundições, serralherias e ferrarias confundem-se, por vezes, com estas oficinas de reparação. Em seu conjunto refletem a dinâmica da

(197) O empreendimento de Leonardo Botelho envolveria também fábrica de móveis, serralheria, ferraria, oficina de marcenaria e carpintaria, além da fundição. Ver Devescovi, op. cit., p. 59; Damiano, op. cit., p. 9; e De Lorenzo, op. cit., p. 72. O estabelecimento de Braz Ortiz aparece retratado no Album de Araraquara de 1915, p. 3, 3ª parte; em Martínez Correa, op. cit., p. 303; e em De Lorenzo, op. cit., p. 68. A Companhia Brasileira de Tratores (CBT), do grupo Ferreira Lopes, é atualmente a principal representante do setor de máquinas e equipamentos para a agricultura da região, mas sua instalação em São Carlos remonta a um período posterior.

(198) As informações baseiam nas fontes utilizadas para a construção dos quadros 22, 23, 24, 25 e 28, bem como nos trabalhos de Egas e Piza mencionados.

economia cafeeira local, bem como o ritmo de crescimento das cidades. O levantamento de Egas e Piza aponta 5 oficinas mecânicas em São Carlos e 2 em Araraquara, 6 oficinas de artefato de folhas na primeira cidade e 3 na segunda, bem como 4 ferrarias em cada um dos municípios. No início dos anos vinte o principal estabelecimento dessa natureza em Araraquara parece ter sido a fundição de Cypriano Martinez. Em 1915 aparece descrita como oficina de automóveis, e, em 1919, com 40 operários, realizava concertos de máquinas em geral, fundição de ferro e bronze, incluindo a produção de móveis. Em São Carlos o Censo de 1920 aponta um estabelecimento produzindo fogões, caixas d'água, grades, portas, etc. As Estatísticas Industriais também registram duas outras serralherias e a fundição de José Masci que empregaria 21 operários no levantamento de 1945. Entre 1928 e 1929, em Araraquara, essas oficinas aparecem retratadas nas estatísticas pelo estabelecimento de Alfredo Rebuglio pela serralheria dos Irmãos Luppi, e pelo empreendimento de Edgard Machado que emprega 23 operários na produção de faqueiros e outros artefatos de metal⁽¹⁹⁹⁾.

Entre as oficinas, papel especial é desempenhado pelas Cias de Estrada de Ferro. Embora não assumindo as proporções que adquiriram em cidades como Campinas e Rio Claro, a ferrovia desempenhou uma função importante na estruturação do secundário local, influenciando uma série de atividades: oficinas de reparação, serrarias, alfaiatarias e marcenarias, nos exemplos mais diretos. O incremento das rendas urbanas derivadas diretamente da presença das estradas compunha o ambiente de crescimento da demanda por serviços e bens de consumo que acelerava a diferenciação da atividade de transformação nos municípios. A exemplo disso, com base nos períodos locais, Devescovi aponta que a Cia Paulista situava-se entre os maiores empregadores de São Carlos por volta de 1915. No município vizinho, a Estrada de Ferro Araraquarense também assumiria papel destacado⁽²⁰⁰⁾.

A Cia Paulista de Estrada de Ferro manteria pequena oficina de reparação em São Carlos. Ausente das Estatísticas Industriais de 1928 a 1934, aparece registrada nos anos seguintes (quadro 27). Em Araraquara, sede dos escritórios centrais da Araraquarense, a trajetória da oficina da estrada traduz o desenvolvimento da companhia. Martinez Correa aponta sua presença nos anos iniciais do século, pela construção de miniaturas para exposições ferroviárias. Após a encampação da estrada pelo Governo do

(199) Ver também as indicações de Truzzi, op. cit., p. 214.

(200) Devescovi, op. cit., p. 63.

Estado, em 1919, suas instalações sofreriam várias reformas. Já em 1922 a oficina montaria uma locomotiva, com confecção própria de pequenas peças. Conforme o quadro 28, em 1928 cerca de 19 operários trabalhariam em suas instalações de reparação. E apenas a partir de 1935 os levantamentos estatísticos refletem a sua nova dimensão. Nos três últimos anos dessa série industrial, a oficina aparece como o maior empregador do município: 390 operários em 1935, 411 e 432 nos anos seguintes⁽²⁰¹⁾.

A ferrovia também estaria na origem de um dos maiores estabelecimentos de São Carlos na indústria da madeira: a serraria Santa Rosa, propriedade de imigrantes portugueses, que fornecendo dormentes para ela e madeira aparelhada para construções nas cidades e fazendas, empregava por volta de 1915 cerca de 60 trabalhadores na cidade e outros 100 na extração e transporte da matéria prima. Havendo ainda um conjunto de outras serrarias, resultado em grande parte da intensidade do crescimento físico das cidades e do desenvolvimento da indústria moveleira local. Em 1928, os três estabelecimentos apontados empregariam 77 operários. Em Araraquara o principal empreendimento desse gênero seria a Serraria Luzitana de Virgílio Rodrigues que empregava 20 operários em 1919. Nesta data, as seis serrarias do município respondiam por 77 trabalhadores. Em 1928, reduzidas a três estabelecimentos, empregariam 46 operários de um total de 402 registrados pelo levantamento industrial deste ano. Viabilizadas pela existência de matas naturais e por uma incipiente atividade de reflorestamento, essas serrarias compõe o quadro de intensa urbanização e ampliação das edificações do período⁽²⁰²⁾.

A indústria de construção situava-se entre as principais do secundário local nesta data, em que pese as reduzidas informações disponíveis. Devescovi afirma que as sete empresas de construção em 1915 eram dos maiores empregadores da cidade. Para Araraquara, as informações diretas sobre o emprego são obtidas apenas pelo Catálogo Industrial de

(201) Martinez Correa, op. cit., p. 306. Ver Relatório da Agricultura, 1922, São Paulo, 1923, p. 217. Os demais levantamentos baseiam-se nas fontes mencionadas nas notas anteriores.

(202) Sobre a Serraria Santa Rosa ver Truzzi, op. cit., p. 168 e Devescovi, op. cit., p. 63. Os outros empreendimentos apontados para São Carlos são devidos a dois imigrantes italianos: Abel Giongo, ex-empregado da Paulista e Antonio Basso, responsável pela fábrica de balaios e cestos apontada na estatística de 1919 com 45 operários. Sobre Giongo e Basso ver Truzzi, op. cit., pp. 214 e 219.

1945, quando as oito empreiteiras mencionadas são responsáveis por cerca de 18% do emprego industrial, que é de 2.448 operários. De forma indireta é possível estimar a presença deste setor pelos inúmeros pequenos estabelecimentos voltados para a fabricação de tijolos, manilhas, canos, ladrilhos e peças de mármore, além do mencionado ritmo de crescimento das edificações. Nos levantamentos de Egas e Piza são apontadas 3 fábricas de ladrilhos em São Carlos e outras 4 em Araraquara, o número de olarias é respectivamente de 4 e 20 nos dois municípios. Há registro, em 1915, de 4 produtores de tijolos, canos e ladrilhos em São Carlos e 15 no município vizinho, presença que é referendada em 1919 e pelo Censo de 1920. Sob a forma de pequenos empreendimentos espalhados muitas vezes na zona rural dos municípios, esses produtores de material de construção aparecem subestimados nas estatísticas. Organizadas de forma rudimentar, atendendo uma demanda local, seu crescimento é resultado desse processo, tal como as serrarias (203).

A importância da produção moveleira pode ser avaliada pela sua significativa presença: em 1915 são registrados 3 estabelecimentos em São Carlos e 5 em Araraquara (quadro 22). Em 1919 indica-se a existência de 12 empresas produtoras de móveis de madeira em Araraquara empregando 104 operários, além de três pequenos estabelecimentos fabricando móveis de ferro. Entre 1928, 1929 e 1930 cerca de 10 empresas distintas são assinaladas em São Carlos pelas estatísticas industriais, outras 3 são registradas em Araraquara. Muito embora esses dados subestimem a presença deste segmento da indústria local, é expressivo seu peso no conjunto do emprego industrial dos municípios. Em São Carlos, como retrata o quadro 28, estas empresas responderiam por cerca de 10 a 15% do total dessas ocupações na década de trinta, quando o setor moveleiro se apresenta como o segundo principal empregador da cidade, atrás apenas do têxtil. Em Araraquara, em que pesem as maiores dificuldades advindas das falhas dessa estatística, o emprego gerado no setor provavelmente só tenha sido menor, nestes anos, do que o encontrado na indústria alimentar e nas indústrias 'rurais' excluídas desse levantamento. De Lorenzo, por sua vez indica a

(203) Devescovi, R., op. cit., p. 63. Entre os maiores estabelecimentos registrados nos municípios os destaques ficam para as marmorarias de Manoel Sanchez em São Carlos e José Paolino em Araraquara, bem como a fábrica de ladrilhos de Germano Fehr (fundada em 1912). O Censo de 1920 indica que o emprego no setor de edificações corresponde a 16,3% do total em Araraquara e 13,8% em São Carlos, excluindo-se as pessoas ocupadas na agricultura e setores extrativos.

existência de 30 marcenarias, carpintarias e fábricas de móveis em São Carlos e cerca de 25 estabelecimentos do mesmo gênero para Araraquara, no ano de 1930 (quadro 14).

O significado dessa indústria para a região pode ser avaliado também por outras indicações. O gradativo crescimento da produção acabaria por transformar São Carlos, nas palavras de Truzzi, "num centro moveleiro de reconhecida importância no cenário paulista". Como retrata um pequeno histórico da indústria local, foram muitas as empresas do município que participaram da chamada 'febre das camas' no final da década de trinta. "Cerca de 17 fábricas produziam camas em São Carlos e, todas, o mesmo 'modelo patente', de pau roliço". Processo similar, em menor escala, ocorreria em Araraquara. Alguns de seus estabelecimentos se notabilizariam pela produção de móveis de luxo, atingindo mercados que ultrapassavam a dimensão regional, disputando com as indústrias da Capital mercados do interior do Estado, do sul de Minas Gerais e mesmo do Rio de Janeiro (204).

Em São Carlos o principal estabelecimento estaria a cargo de Germano Fehr, industrial de origem suíça que associaria seu nome com alguns dos maiores empreendimentos da cidade. Fundada em 1912, a fábrica de Fehr se apresenta como das maiores empregadoras: em 1928, com 65 operários, situa-se entre as maiores empresas do setor em todo interior paulista. Nos dois anos seguintes, sob os efeitos da crise, esse número reduz-se para 50 e 40, e, ao seu lado, apenas a carpintaria de Silvio Marzari assumia uma dimensão similar, empregando nestes últimos dois anos 40 e 37 operários (205).

Em Araraquara os principais estabelecimentos também estariam a cargo de imigrantes. As fábricas de cadeiras de Caetano Cortese e Joaquim Pagliarini aparecem como os maiores empregadores do setor nas estatísticas de 1919 e, em 1928, esta seria a condição das empresas de Luiz Cherkassky e de Guilherme Gomes Santiago. Outros empreendimentos são reiteradamente destacados pelos relatos do período, muito embora presentes nas estatísticas com reduzido número de operários. De todos, é sobre o estabelecimento de Celso Martinez Correa que se reúnem maiores

(204) Truzzi, O. op. cit., p. 192; sobre a 'febre das camas' ver Indústria e Desenvolvimento, Jan. de 1984, p. 41.

(205) Ver Estatísticas Industriais do Estado de São Paulo, 1928 a 1930



informações. Registrada em 1915 pelo Album do município, essa seria uma das principais empresas moveleiras da cidade. Com base nos mercados regionais, alcançaria dimensão significativa produzindo artigos para escritório e móveis de luxo para residência, recebendo inclusive encomendas da Capital. Em 1928 é relacionada entre os maiores empreendimentos locais, como uma 'grande fábrica de móveis de luxo', condição com que se apresenta na Exposição Regional de Araraquara de 1932⁽²⁰⁶⁾.

Outra articulação direta seria encontrada, em menor escala, também para curtumes e a fabricação de artigos de couro. Um conjunto expressivo de pequenos estabelecimentos atenderia as demandas regionais de artefatos de selaria, arreios, malas e sapatos, por vezes mesmo intercalando essas atividades com as funções de oficina de reparação próprias dos serviços urbanos. Em 1915 são indicados 4 estabelecimentos desse gênero em São Carlos e, em 1919 se apontam 9 oficinas e fábricas de calçados empregando 33 operários em Araraquara, enquanto a produção de arreios e artigos similares envolveria 8 estabelecimentos com 58 operários. No início dos anos vinte Egas e Piza registram 8 selarias e 4 fábricas de malas e arreios em São Carlos, e em Araraquara 4 empreendimentos do primeiro tipo e 2 do segundo; notificam ainda cerca de 30 oficinas de sapateiros na primeira cidade e 15 na segunda. No Censo de 1920 e nas estatísticas do final da década esses registros aparecem em menor escala, atestando a provável dimensão restrita da maior parte dessas unidades.

Em Araraquara, em 1919, o maior desses pertenceria a Felisberto Faresi que empregava 19 operários entre o curtimento e a produção de arreios e demais pertences. Em São Carlos, transferido de Ribeirão Bonito onde teria iniciado suas atividades, Hugo Dornfeld montaria estabelecimento similar. Em 1928, trabalhariam na preparação do couro e na confecção de calçados cerca de 34 operários, número que se elevaria a 56 no ano de 1931 e que seria capaz de caracterizar o empreendimento de Dornfeld como um dos maiores empregadores da cidade, fato confirmado pelo cadastro de 1945, quando novamente aparece entre os principais estabelecimentos do município.

(206) As informações sobre os estabelecimentos baseiam nas estatísticas já mencionadas. Além dessas são feitas menções nos trabalhos de De Lorenzo, op. cit., p. 69 e Martinez Correa, op. cit., pp. 301 a 304; bem como na monografia de Araraquara de 1928, de onde é retirada a descrição da fábrica de Celso Martinez Correa, e no jornal 'O Imparcial' de 19/06/32 onde descreve-se a Exposição Regional referida.

Do seu lado três outros curtumes atestam a importância dessa atividade para São Carlos. Em 1931, exclusivamente na atividade de curtimento, esses quatro estabelecimentos de São Carlos chegariam a empregar 56 operários (207).

A expressão mais evidente dos nexos entre o incremento da vida urbana, a crescente área de influência das cidades e a emergência da atividade de transformação nos municípios seria retratada nestes anos pela produção de bens de consumo de âmbito regional, mesmo levando-se em conta que a dimensão fabril é mais significativa em outros segmentos da indústria, em particular, na têxtil. Tal como parte das indústrias moveleira e de artigos de couro, a multiplicação do número de pequenos estabelecimentos voltados para a fabricação de produtos alimentares, sabão, artigos de vestuário e uma série de outros gêneros similares atesta a ampliação das rendas urbanas, além de constituir novo estímulo para a intensificação desse processo. Fundadas sobre a inexistência de uma produção em escala capaz de atender as demandas derivadas da urbanização em curso, estes seriam os empreendimentos mais suscetíveis aos impactos posteriores da unificação dos mercados a partir da concentração industrial na Capital. Com típica estrutura de empresa familiar, condicionadas pelas possibilidades abertas pela acumulação cafeeira e pela urbanização, aqui estariam sintetizadas tanto o dinamismo desse processo, quanto sua própria fragilidade.

O segmento de produtos alimentares e bebidas é expressão nítida desses fatos, onde figuram, pastificios, pequenas fábricas de doces, balas biscoitos, padarias, a produção de cervejas, licores ou gasosas. Em todos os levantamentos é significativo o número de pequenos empreendimentos voltados para estes produtos. Mais ilustrativa ainda é a inconstância com que aparecem nestas estatísticas; sua representação varia na mesma intensidade com que se alteram o nome dos proprietários e dos estabelecimentos registrados, tanto pelo incesante movimento de incorporação de novos produtores, como pelo recorrente subregistro que deriva da reduzida dimensão de cada uma destas unidades.

Em 1915 são apontados apenas 2 e 4 estabelecimentos na produção alimentar, respectivamente em São Carlos e em Araraquara, registrando

(207) Ver as estatísticas apontadas nas notas anteriores e o trabalho de Truzzi já referido, pp. 171 e 220. Os dois outros curtumes mais significativos de São Carlos seriam de responsabilidade de Júlio Rocha, imigrante português, e os Irmãos Crncovich de origem yugoslava.

também 9 e 10 cervejarias, e "outras fábricas de bebidas". Em 1919, a informação para São Carlos salienta os problemas dessa estatística com apenas dois estabelecimentos na alimentar e dois na produção de bebidas. Para Araraquara, tínhamos 7 pastificios e padarias empregando 79 operários, bem como 8 fábricas de bebidas com 57 operários (quadro 23). O Censo indica 8 empreendimentos desses gêneros para São Carlos e 5 em Araraquara. O acompanhamento por empresa do levantamento industrial de 1928 a 1937 confirma as dificuldades das fontes de informação deste período, com um grau de cobertura que varia ano a ano. Mesmo assim, em 1929, os 14 estabelecimentos do setor em Araraquara empregariam 110 operários, cerca de um quarto do total registrado pela estatística deste ano. Em São Carlos nos 11 empreendimentos indicados trabalhariam 53 operários, sobre um total bem maior de empregados na indústria.

A melhor indicação da dimensão desse setor nos é fornecida pelos registros dos livros de impostos municipais organizados por De Lorenzo. Respectivamente em 1920 e 1930 tínhamos em Araraquara 12 e 11 estabelecimentos na fabricação de massas, pães e doces. Em São Carlos estes mesmos números seriam de 18 e 19 estabelecimentos. Na produção de bebidas o número de produtores da primeira cidade situaria-se em 9 e 12 nos mesmos anos, enquanto para São Carlos atinge 14 e 16. Todos estes números apresentariam acentuado declínio na década seguinte, e ainda mais ilustrativo, são resultado de um recorrente processo de entrada de novos produtores e desaparecimento de antigos. A exemplo, na década de 1910, em Araraquara, 20 novos empreendimentos são estruturados no segmento alimentar enquanto 12 deixam de ser apontados pelos livros de impostos. Nos dez anos seguintes 9 novos estabelecimentos surgem e ocorre o encerramento de 10 antigos (208).

Poucos destes estabelecimentos adquiririam porte mais significativo. Em São Carlos foi o caso de Guelfi & Dotto responsável pela fábrica São-carlense de balas, biscoitos e licores, que empregava em 1928 cerca de 15 operários e que em 1945 se apresentaria como um dos maiores estabelecimentos do secundário local com 37 empregados. Em Araraquara dois pastificios seriam destacados no levantamento de 1919: o de Francisco Gravina com 18 trabalhadores e o de David Coury empregando 16. Ambos voltariam a ser registrados nas estatísticas do final da década de vinte.

(208) De Lorenzo, op. cit., pp. 147 e 148, informações sintetizadas neste trabalho no quadro 14. Ver também os trabalhos já mencionados de Eugênio Egas e Marcelo Piza.

mas a própria paralização do pastificio de Gravina, em função da crise, seria demonstração do redimensionamento destas atividades. Ao lado desses, os maiores empreendimentos locais ficariam por conta da fábrica de babas e biscoitos de Henrique Dall'Acqua que empregava 29 operários às vésperas da crise; do estabelecimento de José Palamone Lepre em que trabalhavam cerca de 14 operários também reduzindo balas e biscoitos; e da fábrica de bebidas D. da Valle com 11 operários em 1928. Esses três últimos empreendimentos estariam novamente entre os maiores empregadores do município quando do levantamento de 1945, cada um deles empregando aproximadamente trinta trabalhadores (209).

Estrutura similar prevalece para a produção de sabão, velas e perfumes nos municípios. Novamente é apontado um número expressivo de estabelecimentos, marcados pela descontinuidade do registro de cada unidade particular. Os quadros 22 a 25 retratam essa situação, no que são complementados pelas estatísticas do final dos anos vinte (quadro 28). Em São Carlos, os principais fabricantes seriam José Harvaez, também proprietário de uma fábrica de nastelos, e o imigrante italiano Cerri. Em Araraquara ganharia destaque especial a fábrica de João Masiero, também italiano. Fundada em 1888, quando o próprio proprietário produzia sabão de cinzas e vendia-os em viagens de carroça pelo interior, adquiriria expressão bem maior no período anterior à crise, com a produção de sabonetes de luxo, marca "Yolanda". Este produto começaria a ser exportado a partir de 1914, ano em que conseguiria o primeiro prêmio na "Exposition du Progrés Moderne", de Paris. As vésperas da crise tinha 28 operários, entre a perfumaria e a produção de sabão. A trajetória da empresa é exemplar das dificuldades enfrentadas a partir da unificação dos mercados e da produção em escala. Já em 1945, apenas 13 operários se dividiam entre o fabrico de sabão e a perfumaria. Anos mais tarde, sob a direção de seus herdeiros, a empresa estaria circunscrita à fabricação de sabão em pedra, distribuindo

(209) Além das estatísticas já mencionadas, ver o Catálogo das Indústrias de 1945, Departamento Estadual de Estatística, 1947. Examinando essas fontes e confrontando com periódicos locais depreende-se que o estabelecimento de Dall'Acqua apontado para esta data é a Casa Bologna que é registrada no Censo de 1920 sob a direção de Luiz Selleri. A partir de 1935 Dall'Acqua organizaria a fábrica de balas 'A Mantovana' e a Casa Bologna passaria a ser dirigida por Oddone Marsili.

seus produtos pelo interior de São Paulo, Minas e Goiás (210).

A indústria de vestuário é outro exemplo de uma estrutura onde confundem-se a produção fabril e os serviços de reparação de natureza artesanal. Egas e Piza apontam apenas duas fábricas de roupas para São Carlos, já no início da década de vinte; mencionam ainda 20 alfaiates em São Carlos e outros 14 em Araraquara, 6 oficinas de costura na primeira cidade e 10 na segunda, bem como duas oficinas de chapéus em São Carlos e uma em Araraquara. De todas, apenas a fábrica de enxovais de criança, de Angrisani & Pila em São Carlos alcançaria dimensão maior, empregando cerca de 47 operários em 1929 e mantendo-se como um dos maiores estabelecimentos da cidade durante a década de trinta (211).

Outras pequenas unidades, produzindo artigos dos mais diversos marcariam também a paisagem urbana deste período. Tipografias, fábricas de brinquedos, fósforos, explosivos, vassouras, anis e tintas, graxas, produtos farmacêuticos, espelhos ou a preparação de fumo estariam entre estas. Poucas adquiririam maior expressão. Em sua grande maioria concorrem mais para configurar a natureza da urbanização em curso, do que para exemplificar o desenvolvimento da indústria local. Em Araraquara um único destaque ficaria por conta do estabelecimento gráfico dos Irmãos Lia. Fundada em 1927, empregaria cerca de 16 operários em 1930 e se transformaria num dos maiores empreendimentos do município nos anos seguintes. Mesmo assim, este papel passaria a depender crescentemente da diferenciação de suas atividades, voltadas também para a produção de meias de algodão, do que propriamente da tipografia... Este ramo de seus negócios estaria encerrado já em 1945, quando a empresa empregava 215 operários.

Estas empresas também seriam em grande parte iniciativas de imigrantes e igualmente tributárias do incremento das rendas urbanas e do papel regional das cidades. Em parte atestam a natureza familiar da maioria dos estabelecimentos, bem como a forma incipiente que assumem. Organizadas muitas vezes nas residências de seus proprietários e sem registro junto à

(210) Sobre a fábrica de Masiero ver: Indústria e Desenvolvimento, FIESP, agosto de 1983, pp. 42 a 44.

(211) Comentando o expressivo número de alfaiates presentes no Catálogo Industrial de 1945 em São Carlos, Truzzi apresenta uma tese corrente no município que atribui esse desenvolvimento à produção de uniformes para as Cooperativas da Estrada de Ferro Paulista no interior do estado. Ver Truzzi, op. cit., pp. 192 e 193.

prefeitura local acabariam por ampliar os problemas de cobertura das fontes de informação disponíveis para esses anos. Martinez Correa reforça esta consideração ao analisar 48 pedidos de instalação de indústrias em Araraquara, no período de 1910 a 1929: "Dessa relação constam os estabelecimentos registrados devendo-se lembrar ainda os estabelecimentos menores, que não eram registrados e que funcionavam mais ou menos clandestinamente, nos quintais ou porões das residências⁽²¹²⁾."

Condição radicalmente diferente seria a dos estabelecimentos que completam o quadro da indústria local deste período: a fábrica de lápis de Germano Fehr em São Carlos e o segmento têxtil, em particular a Cia. Fiação e Tecidos São Carlos e a indústria de meias Lупpo em Araraquara. Estas, mesmo quando organizadas inicialmente com base nos mercados regionais, ganhariam dimensão bem mais significativa, sobretudo no contexto do crescimento econômico dos anos vinte. Diferentemente da pequena indústria tributária da evolução das rendas urbanas e da área de influência das cidades, esses estabelecimentos exprimem neles mesmos os condicionantes da urbanização em curso. Seus nexos com este processo adquirem outro sentido a partir do próprio crescimento da atividade fabril. Em parte, como nas origens da indústria de meias, retratam a complexidade que assume o desenvolvimento de uma produção interiorizada circunscrita pelo crescimento anterior dos núcleos urbanos. De outro lado atestam os novos determinantes desse processo ao enfatizar a dimensão que alcançam as rendas geradas no secundário e os estímulos à intensificação da divisão do trabalho social decorrentes do seu desenvolvimento. Em seu conjunto chamam a atenção para uma relação entre urbanização e crescimento industrial que embora presente nos pequenos estabelecimentos não se evidenciam nesses com clareza: a cidade expressa também um mercado de trabalho, de trabalhadores livres a disposição do capital, aptos à sujeição do regime fabril.

Os novos determinantes do processo de urbanização se explicitam de forma inequívoca. O exemplo da Cia. Fiação e Tecidos São Carlos é marcante. Em 1928, mais da metade do emprego fabril registrado no município pelas estatísticas do período está concentrado na empresa. A proporção do número de operários da companhia é de tal ordem que as oscilações em seu nível de emprego tem impacto direto no total do pessoal ocupado na indústria do município. Neste particular, a retração do setor têxtil paulista

(212) De Lorenzo, op. cit., p. 70 e Martinez Correa, op. cit., p. 302.

que antecede o deflagrar da crise do final da década de vinte acabaria por implicar na redução do emprego industrial registrado na cidade nestes anos. O quadro 28 descreve uma queda de quase 10% do pessoal ocupado na indústria do município e as condições que regem o desempenho da atividade industrial passam também a regular as possibilidades do avanço da urbanização na região (213).

Vejamos as circunstâncias que levam à organização do estabelecimento de Germano Fehr. Este imigrante suíço associaria seu nome a alguns dos principais empreendimentos industriais de São Carlos. Empreiteiro de obras de construção civil, Fehr seria responsável por grande número de edificações na cidade, ao fim do século. Com interesses diversificados, como relata Truzzi, emprestaria recursos para a Companhia Paulista de Eletricidade, operadora do serviço de energia do município. Em 1911, com outros empresários, participaria da montagem da Cia. Fiação e Tecidos Santa Magdalena, da qual se desvincularia anos depois quando da falência da empresa e sua reestruturação como Fiação e Tecidos São Carlos. Em 1912, estrutura a fábrica de móveis já mencionada e também um estabelecimento voltado para a produção de ladrilhos e artigos de cantaria. A partir de seu empreendimento no ramo moveleiro estabeleceria as bases da indústria de lápis inaugurada em 1926. Suas também seriam as iniciativas de organizar nova tecelagem em 1937, uma indústria de fios de seda em 1941, além de ser responsável pela agência de automóveis Ford na cidade (214).

A estruturação da indústria de lápis é exemplo interessante da origem desses estabelecimentos do período. Em 1925, Germano Fehr enviaria à Europa seu cunhado Fritz Johannsen com o objetivo de apreender o processo de fabricação. Este mecânico dinamarquês desenharia as principais máquinas e as reproduziria em São Carlos. No ano seguinte iniciava a produção da H. Fehr Ltda. com 60 operários, a primeira indústria do gênero na América Latina. A partir de 1930, com o interesse da empresa Bleisftabrik Vorm Johann Faber de se instalar no mercado nacional, Fehr se associa ao grupo alemão que passa a controlar a empresa, reestruturada sob o nome de

(213) Sobre a retração na Têxtil ver: Cano, W. op. cit., p. 184; Suzigan, W., op. cit., p. 109 e Albuquerque, R. op. cit., p. 131.

(214) Sobre a trajetória de Germano Fehr ver o trabalho de Truzzi, pp. 226 e ss. Algumas das informações utilizadas aqui também tem como suporte os levantamentos estatísticos do período, bem como a tese de Devescovi, op. cit., pp. 61, 87 e 162.

Lápis Johann Faber e que atenderia quase com exclusividade toda a demanda nacional. Organizada às vésperas da crise, é sintomático que continuasse crescendo em todo período, em que pese a retração da atividade industrial no estado. Em 1930 teria cerca de 80 operários (quadro 28); em 1937 seriam 137 operários na produção, enquanto no catálogo industrial de 1945 registra-se o emprego de 181 trabalhadores⁽²¹⁵⁾.

Quanto ao segmento têxtil, este sem dúvida seria a expressão mais importante do crescimento industrial do período, como de resto para o conjunto da produção estadual. Entre os estabelecimentos da região, o pioneiro e mais significativo foi a Fiação e Tecidos São Carlos já mencionada. Fundada em 1911 por Fehr, em sociedade com Argeu Vinhas e o imigrante italiano Silvério Ignarra Sobrinho, 'capitalista' e um dos proprietários da Companhia Paulista de Eletricidade, a empresa seria reestruturada a partir de sua falência em 1916. Sob o controle do Cel. Py, proprietário de lanifícios e da companhia de bondes de Porto Alegre, a tecelagem adquiriria depois desta data uma importância crescente para o município. Em 1917, segundo Devescovi, empregava 220 operários; em 1919, são registrados 400 empregados e um capital de 1.000 contos de réis. Em 1928 seriam 650 operários, caracterizando um dos maiores estabelecimentos do setor no interior paulista. Produzindo e beneficiando algodão e mamona, a empresa iria crescentemente diferenciar sua linha de produtos, incluindo óleo comestível, rícino e farelo, da mesma forma que expandiria as atividades de sua oficina de fundição produzindo artefatos de alumínio. Em 1935 a Tecelagem aparece nas estatísticas industriais com mais de mil operários, tal como revela o quadro 28. No ano anterior, esse levantamento passa a registrar um estabelecimento produtor de óleos vegetais a cargo da empresa, bem como em 1936 aponta o emprego de 22 operários na unidade responsável pelo processamento do alumínio.

(215) As informações baseiam-se nos trabalhos citados na nota anterior. Ver, também, Indústria e Desenvolvimento, FIESP, fev. 1981, pp. 38 a 41, e Jan. de 1984, pp. 40 a 42. Nesta publicação acrescenta-se uma descrição das condições atuais de operação da empresa, responsável por 90% do mercado nacional e um dos maiores estabelecimentos do gênero no mundo. Um fato curioso relacionado com Fritz Johannsen é relato relatado por Truzzi. Diante das pequenas possibilidades que teria na empresa estruturada em São Carlos, Johannsen montaria outro estabelecimento em São Paulo. Para tanto ofereceu parcela do capital da empresa a um descendente alemão de sobrenome Faber, com a condição de comercializar o nome Fritz Johannsen Faber, atitude que proporcionaria uma ação judicial da empresa alemã. Ver Truzzi, op. cit., p. 249.

Em Araraquara a mais importante unidade têxtil viria ser a fábrica de meias de Henrique Luppo, neste momento de dimensões bem mais restritas que a tecelagem de São Carlos. Fundada em 1919, sua trajetória confunde-se com a história desta família de imigrantes italianos que desde o final do século anterior haviam estabelecido uma oficina de consertos de relógio no município. Com base nas habilidades técnicas de sua ocupação, Luppo e seus filhos adquiriram e colocariam em funcionamento em sua residência um conjunto de maquinismos já fora de uso. Em 1928 seu empreendimento empregaria cerca de 88 operários, na condição do maior estabelecimento registrado pela estatística deste ano em Araraquara. Passadas as restrições derivadas da retração industrial do início dos anos trinta, a fábrica de meias retornaria seu ritmo de crescimento abandonando definitivamente qualquer dimensão regional. Em 1945, segundo o catálogo industrial trabalharia na empresa mais de 180 operários⁽²¹⁶⁾.

Outros estabelecimentos menores comporiam o restante da estrutura da indústria têxtil local. Em 1919 três pequenos cotonifícios são registrados em Araraquara e o Censo de 1920 também apontaria as atividades da Sociedade Anônima Cotonifício Brasil, produzindo fios e tecidos e beneficiando algodão. Uma monografia de 1928 sobre a cidade daria grande destaque a uma Fábrica de Tecidos de Linho de propriedade do então prefeito e deputado Plínio de Carvalho. De Lorenzo e Martinez Correa, por outro lado, indicam uma segunda pequena fábrica de meias funcionando no município em alguns anos da década de vinte. Mesmo assim, nenhum destes empreendimentos seria assinalado pelas Estatísticas Industriais do Estado, disponíveis para o período 1928 a 1937. Nestas, afora dois pequenos empreendimentos apontados para o fim do período, o único estabelecimento registrado do setor seria a fábrica de meias dos imigrantes libaneses Saba e Nicola Sallum, fundada em 1933 e precursora das indústrias William Sallum S/A em São Carlos⁽²¹⁷⁾.

(216) Além das estatísticas mencionadas, ver: Martinez Correa, op. cit., pp. 300 e 301; 'O Imparcial', 25/12/33 e Indústria e Desenvolvimento, FIESP, ago. de 1983, pp. 42 a 44. Sobre a multiplicação dos pequenos estabelecimentos têxteis pelo interior do estado neste período ver Stein, S., 1979, pp. 108-113, e Albuquerque, R., op. cit., pp. 131 e 132.

(217) De Lorenzo, op. cit., p. 69; Martinez Correa, op. cit., p. 303; Truzzi, op. cit., p. 171 e Araraquara em 1928, op. cit., p. 8. Quanto ao estabelecimento das Sallum, as estatísticas indicam 24 operários em 1934. Em 1945, segundo o catálogo deste ano, este número seria de 56 operários.

Mas a história do setor têxtil na região envolve outros aspectos de interesse. Identificado como expressão maior da indústria do período, nele estariam concentrados os incentivos que a Câmara de Vereadores de Araraquara atribuiria à atividade de transformação com o objetivo de acelerar o desenvolvimento do município. Em quase sua totalidade frustrados, estes estímulos contrastariam com o progresso alcançado pela indústria na cidade vizinha, onde seriam maiores suas possibilidades e inexisteriam instrumentos desta natureza para favorecer seu crescimento. De acordo com De Lorenzo, seis leis seriam votadas neste período procurando beneficiar o plantio de algodão e a instalação de fábricas de tecidos em Araraquara. Em 1910, a Câmara aprovaria a isenção de impostos e criaria uma subvenção anual de dez contos para a empresa que se organizasse com pelo menos vinte e cinco teares. O interesse manifesto por Carlos Leôncio Magalhães, 'capitalista' e proprietário da Cambuí, e a carência de matéria prima na região levariam a se estabelecer prêmios em dinheiro para os maiores plantadores de algodão do município. Mas a impraticabilidade deste empreendimento conduziria à desistência de Carlos Leôncio. No ano seguinte ampliam-se estas facilidades prevendo-se a doação de um terreno provido de melhoramentos urbanos. Mas as negociações efetuadas agora com Frederico Abranches também não teriam resultado. Em 1917, reafirma-se uma legislação de incentivo estendendo o prazo de isenção de impostos e mantendo-se a subvenção anual, agora para um estabelecimento de no mínimo 120 teares. Ao seu lado aprova-se um subsídio por alqueire plantado de algodão. Proprietária de um cotonifácio no município, a empresa Monteiro & Cia. se habilitaria para a estruturação da tecelagem sem resultados concretos. Em 1923, Diogenes Arruda Castanho e Ferruccio Formosari se propõem a organizar esse empreendimento em troca da isenção de impostos por dez anos, da doação de terrenos para a fábrica e casas de operários e da subscrição de ações pela Câmara até o montante de 100 contos de réis, conforme estabelecia o primeiro projeto aprovado em 1910 e depois revogado. Nestas condições a Câmara acabaria por concluir pela impossibilidade de levar adiante essa iniciativa (218).

Ações similares da Câmara de Araraquara também se voltariam para a indústria da seda. Como vimos, inúmeras formas de consolidar a sericicultura no município seriam levadas a cabo pela administração local, além dos estímulos já concedidos neste período pelo próprio governo

(218) Conforme as Atas da Câmara de 15/06/1910; 15/07/1910; 11/08/1910; 15/12/1910 e 01/10/1917, Martinez Correa, op. cit., pp. 304 e 305; e De Lorenzo, op. cit., pp. 62 e ss.

estadual. Mas, como retrata em 1931 um articulista de um periódico da cidade, essas iniciativas não teriam aplicação prática, em que pese a presença constante de alguma produção primária. Somente em 1942 assistir-se-ia a estruturação de empresas no setor, voltadas para a produção de fios: a Indústria de Seda de Araraquara e a Sedafil⁽²¹⁹⁾.

São evidentes as dificuldades para a organização de empreendimentos fabris de maior envergadura em Araraquara, no período anterior à 1930. Mesmo depois desta data, e apesar do acentuado crescimento experimentado pela cidade, a base da atividade de transformação do município permaneceria condicionada à evolução do beneficiamento e processamento de produtos agrícolas. Diferente seria a situação de São Carlos, que se coloca mesmo antes da crise como um importante centro fabril do interior do estado. No início dos anos trinta, o valor da produção industrial do município registrado pela estatística desses períodos lhe conferiria a condição da nona produção do estado. Em Araraquara, a exclusão das chamadas indústrias rurais desse levantamento resultaria num valor da produção inferior à terça parte do apresentado na cidade vizinha. O peso da agroindústria local seria tal que apenas a produção de suas usinas de açúcar superaria em mais de duas vezes o valor apontado para o município. Além de indicar os limites ao desenvolvimento da indústria local, estes resultados permitem adiantar as trajetórias distintas que marcariam o desenvolvimento urbano posterior à crise da economia cafeeira⁽²²⁰⁾.

É interessante que essas diferenças não tenham escapado aos articulistas do período. Oswaldo Truzzi reproduz em seu trabalho uma curiosa comparação entre as duas cidades, expressa em um exemplar do Correio de São Carlos de 1939. Seu autor preocupado em estabelecer as distinções entre 'personalidade' desses urbanos socorre-se do contraponto

(219) Martinez Correa, op. cit., p. 305; De Lorenzo, op. cit., p. 65; 'O Imparcial', 24/12/1931. Sobre as indústrias consultar o catálogo de 1945.

(220) As estatísticas industriais de 1933 a 1936 incorporam uma estimativa do valor da produção dos municípios. Utilizando os valores indicados para 1934, quando a cobertura do levantamento é melhor, temos um valor da produção para São Carlos de 14.287 contos de réis, enquanto em Araraquara este mesmo número é de 4.675 contos. Neste mesmo ano o valor da produção das usinas de açúcar alcançaria 10.811 contos, segundo nossas estimativas e utilizando os valores da produção de açúcar e álcool da safra 1933/34.

não menos problemático entre cidades 'femininas' e 'masculinas'. E acrescenta:

"Araraquara ...com suas ruas bem calçadas, estreitas, ornadas quase todas de árvores copadas, tem um aspecto duma cidade Jardim... dá idéia duma cidade tipicamente provinciana, onde o fator distância não existe ...É como se toda a urbs não passasse duma sala de visitas enfeitada".

"Já o mesmo não se dá com São Carlos... Não lhe faltam jardins... Mas, o viajor que salta na gare da C. P. e espia a cidade do alto da escadaria, tem a impressão de masculinidade, de uma cidade entregue à faina das fábricas, do comércio, das escolas".

"...os bondes, os ônibus, as ruas longas e amplas cortando a cidade em diagonais... os bairros onde se aninham as residências, as fábricas, etc, tudo isso confere à 'cidade sorriso' um ar de cidade-metropolitana... a cidade é masculina: bondes apinhados de operários em trânsito, apitos de fábricas, tudo dá à cidade um compasso febril..."(221).

Por certo este poderia não ser o ponto de vista de articulista do mesmo gênero em um periódico araraquarense. Mas pouco importa, mesmo considerando-se que o ritmo do crescimento urbano apresentado em Araraquara igualaria o tamanho das cidades ao longo da década de trinta. O que nos interessa é que persistem algumas diferenças importantes entre esses urbanos. Por traz, aliás, da rearticulação mais rápida da base agrícola desse município e da dependência manifesta em São Carlos dos destinos de sua indústria, que estão longe do retrocesso mas que passam a ser problematizados pelo progresso industrial da Capital e de outras cidades do interior, é que poderíamos encontrar respostas para os rumos que assume a urbanização e o desenvolvimento das cidades. Mas antes de nos adiantarmos nas consequências da crise sobre as alternativas regionais é necessário examinar melhor a natureza da urbanização no período cafeeiro.

Ao mesmo tempo em que implica no crescimento e diversificação do secundário local, a urbanização em curso progressivamente também passa a ser determinada por esses fenômenos. Nesse sentido, a evolução do comércio, os serviços pessoais e de apoio à produção, os melhoramentos e a

(221) Correio de São Carlos, 15/01/1939 apud Truzzi, op. cit., pp. 202 a 204.

diferenciação do espaço urbano compõe o conjunto das transformações do período. Em parte, precedem o desenvolvimento da indústria e são expressões mais acabadas das relações entre cada centro urbano e seu 'hinterland'. Tal como a produção fabril e a incipiente atividade de transformação que emerge na região, estas são resultado das possibilidades abertas pela economia cafeeira e simultaneamente requisitos à continuidade da acumulação. Mediatizados pela forma de avanço no espaço dessa economia, o urbano e suas manifestações traduzem de maneira concreta os padrões de divisão do trabalho que imperam entre campo e cidade, ou mesmo entre cidades. Ao incorporar estes aspectos à análise, cada núcleo urbano se configura ainda mais como realidade particular, com as características específicas que assume ao longo do território.

Este é caso das chamadas funções comerciais da vida urbana do período. Impulsionada pelo incremento das rendas geradas na atividade cafeeira e em seu próprio segmento urbano, a intensificação das trocas se apresenta em relação direta com a área de influência das cidades. Diferenciam-se os núcleos e suas vocações regionais, condicionados pela forma de progressão da economia cafeeira e pelo significado da ferrovia em cada localidade. Internamente à cidade reforça-se um primeiro movimento de especialização do uso do solo. Ao lado da matriz, da estação, das funções públicas, emergem ruas de comércio, formas ainda primitivas de diferenciação do espaço intra-urbano. Concentrados sobretudo na comercialização de bens de consumo, contribuem para uma paisagem urbana singular. São estabelecimentos onde vende-se produtos dos mais diversos, sem a especialização que caracterizaria o desenvolvimento do setor nas décadas seguintes. Apenas circunstancialmente, em função do papel regional que desempenham ao longo da estrada de ferro, surgiriam empreendimentos maiores, alguns voltados para mercados atacadistas. O Censo de 1920 atesta com precisão a forma descentralizada desse setor. Enquanto o emprego nas fábricas da Capital já corresponde a cerca da metade dos operários da indústria de transformação do estado, aproximadamente dois terços do comércio de mercadorias ainda se encontra distribuído pelas demais cidades do interior⁽²²²⁾.

Em São Carlos e Araraquara repete-se esse fenômeno. Uma multiplicidade de pequenos estabelecimentos atendem uma demanda

(222) Sobre a concentração ao nível do estado ver: SEADE, op. cit., 1988, pp. 9 e ss., sobretudo a tabela 1, na p. 15.

diversificada. São em maior número 'armazens de secos e molhados' ou 'lojas de fazendas e armarinho', vendendo desde tecidos, ferragens, louças até gêneros alimentícios, uma série destes, importados. No início dos anos vinte seriam mais de 450 estabelecimentos comerciais em São Carlos e outros 760 em Araraquara. Em 1933, Queiroz e Arantes dariam uma indicação mais precisa de seu significado. Teríamos cerca de 120 armazens de secos e molhados em Araraquara e 130 em São Carlos, 120 de fazendas e armarinho na primeira e 60 na segunda, aproximadamente 30 açougues e vinte farmácias em cada municipalidade, além de lojas de calçados e chapéus, ferragens, postos de serviço, bombas de gasolina, papelarias, lojas de artigos para automóveis, etc. Com uma estrutura desconcentrada, onde poucos estabelecimentos adquiririam expressão maior, essa função comercial atestaria nesta região as diferenças que se originam nos distintos papéis da ferrovia em cada cidade. Araraquara, ponto inicial da estrada que leva seu nome, polarizaria uma região que se estende até São José do Rio Preto. Por esta razão assistiria um desenvolvimento de seu comércio que não encontra paralelo no município vizinho e que teria prosseguimento nas décadas posteriores.⁽²²³⁾

Ao lado desses pequenos estabelecimentos voltados em sua maioria para o atendimento da demanda por bens de consumo, a comercialização de produtos agrícolas confunde-se com as atividades de beneficiamento, transporte e armazenagem. A exemplo, um dos maiores estabelecimentos de São Carlos, o Engenho Vitória já descrito, não contaria apenas com máquinas de beneficiamento, mas também armazens para depósito e ligação própria com a Estrada de Ferro Paulista, em bitola larga e estreita. Sintomático da reestruturação da comercialização do café é o desaparecimento das casas comissárias e a instalação em São Carlos de uma representação da Cia. Paulista dos Armazéns Gerais, tal como no município vizinho, onde se organiza a Cia. dos Armazéns Gerais de Araraquara. Com as políticas de valorização e posteriormente a crise, um papel especial seria reservado ao Estado através dos Armazens Reguladores. As próprias estradas de ferro manteriam uma

(223) Arantes Jr., L. & Queiroz, U., 1933, pp. 23 e 409. Os dados apontados para o início dos anos vinte seguem as informações dos trabalhos de Eugênio Egas e Marcelo Piza, já apontados. Embora problemáticos, sobretudo quando comparados com os demais números disponíveis, são uma das poucas fontes que sistematizam informações para vários municípios. Entre os empreendimentos mais importantes deste período, temos em São Carlos a Casa Zambrano e em Araraquara o estabelecimento dos irmãos Barbieri.

rede de armazéns espalhados pelo interior, muito embora a reestruturação do comércio cafeeiro implicasse sobretudo uma concentração do segmento exportador na Capital e no porto⁽²²⁴⁾.

O significado e os desdobramentos dos distintos papéis regionais de cada núcleo são analisados mais à frente. Desde já, contudo, cabe deixar claro suas consequências sobre o desenvolvimento do comércio local. Em Araraquara, o papel privilegiado que a cidade desempenha na ferrovia asseguraria possibilidades muito maiores, mesmo considerando-se as dificuldades que atravessam a ocupação da Araraquarense e o crescimento da cidade de Rio Preto, desde 1912 ponto terminal da estrada. Esta situação particular é clara, por exemplo, ao articulista que analisa o desenvolvimento de São Carlos após a crise cafeeira:

"Rigorosamente, jamais foi esta cidade um centro comercial de grande projeção, e isto explica-se pelo fato de São Carlos nunca ter sido 'boca de sertão'. Nos primórdios de seu povoamento, Araraquara já era uma cidade florescente, servidora comercial de toda esta parte da província... Com a crise, São Carlos passou da economia agrícola para a de tipo industrial... ao mesmo tempo em que se caracterizava como centro escolar e estudantil, possuindo mais de uma dúzia de repartições públicas"⁽²²⁵⁾.

As informações censitárias auxiliam a entender as transformações do período. Em 1920 a classificação segundo profissões adotada pelo levantamento deste ano aponta 776 trabalhadores no comércio em Araraquara e 915 em São Carlos. Números que em função da elevada participação do emprego rural representam apenas pouco mais de cinco por cento do total das ocupações nos dois municípios, mas que mesmo assim são expressivos para as profissões urbanas. Em Araraquara corresponderiam a quase 19% do total urbano, enquanto em São Carlos perfazem 14%. Percentuais que são suplantados ou equiparados apenas por aqueles revelados pela indústria, transportes ou pela atividade da construção civil, como revela o quadro 27.

(224) Sobre o Engenho Vitória ver Truzzi, op. cit., p. 164; acerca das Companhias de Armazéns ver Casalecchi, op. cit., p. 137 e 'O Imparcial', de 20/08/30. As transformações no comércio do café são tratadas também por Monbeig, op. cit., pp. 109 e ss.

(225) Camargo, E., in Correio de São Carlos, 28/09/1941, apud Devescovi, op. cit., p. 93.

Passadas duas décadas, o Censo de 1940 revelaria as alterações da estrutura do emprego. Em que pese os novos números não serem diretamente comparáveis com os definidos para as profissões do Censo anterior, permitem compreender as distintas trajetórias das cidades. A maior intensidade do crescimento populacional de Araraquara acabaria se traduzindo em quase todos os setores de atividade. Para o comércio invertem-se as posições encontradas em 1920. Seriam, agora, aproximadamente 1.600 trabalhadores no município e 1.070 em São Carlos. Cerca de 15% do emprego urbano em Araraquara e 14% na cidade vizinha, percentuais muito próximos da média estadual mas que deixam perceber diferenças entre estes urbanos. Distinções, aliás, que seriam bem melhor traduzidas pelo Censo Econômico deste ano. Neste, tal como no levantamento demográfico, o emprego nos estabelecimentos comerciais se apresentaria maior em Araraquara, mesmo com um número de unidades recenseadas da mesma ordem de grandeza. Seriam 859 empregados nesta cidade e 593 em São Carlos. Ainda mais revelador seria o valor das vendas no ano. Este é 1,75 vezes maior em Araraquara, no que diz respeito ao comércio varejista, e cerca de 2,2 vezes para os mercados atacadistas⁽²²⁶⁾.

A própria presença diferenciada da ferrovia reflete-se nos dados censitários. O emprego no setor de transportes e comunicações também segue a tendência apresentada pelo comércio. Em 1920 seria duas vezes maior em São Carlos, em 1940 é significativamente menor neste município. Revelador ainda da importância da ferrovia é a dimensão que assume nestes anos. Cerca de 1951 pessoas trabalhariam neste setor em São Carlos e outros 620 em Araraquara, quando do primeiro destes levantamentos, números que correspondem a aproximadamente 19% e 15% de todas as ocupações urbanas do período. Em 1940 seriam 2.505 empregados em Araraquara e 1.478 em São Carlos, respectivamente 23% e 19% do total urbano.

Entre estas datas é certo que estes números reflitam também as alterações internas da estrutura dos transportes. Além da ferrovia ganham outra dimensão os transportes urbanos e as ligações rodoviárias entre os próprios municípios. A exemplo, em 1914 a Companhia Paulista de Eletricidade inauguraria o serviço de bondes elétricos em São Carlos. No ano anterior as

(226) Ver os Censos Demográfico e Econômico de 1940, onde notificam-se 303 estabelecimentos comerciais para Araraquara e 281 em São Carlos. Sobre os problemas da comparabilidade dos Censos, ver: Faria, V. 1976, pp. 147 e ss.

QUADRO 27

DISTRIBUICAO SETORIAL DAS OCUPACOES

ARARAQUARA E SAO CARLOS - 1920

SETORES	ARARAQUARA		SAO CARLOS	
	(%)	(Abs.)	(%)	(Abs.)
Total Primario	72,2	10.791	58,1	9.673
Extracao Mineral	0,4	60	3,1	510
Ind. Transformacao	7,5	1.123	11,9	1.905
Construcao Civil	4,5	670	5,4	891
Total Secundario	12,4	1.853	20,3	3.386
Transporte e Comunicacao	4,1	620	7,5	1.251
Com. de Mercadorias e Valores	5,3	792	5,7	951
Adm. Publica e Seg. Nacional	0,8	123	1,1	181
Profissionais Liberais	2,6	395	3,0	424
Servico Domestico	2,6	384	3,5	584
Total Terciarario	15,4	2.304	21,6	3.591
TOTAL	100,0	14.948	100	16.650

FONTE: Censo Demografico de 1920.

Atas da Câmara de Araraquara noticiam a concessão para exploração de serviços de transporte urbano no município. No mesmo período é retratado o surgimento dos serviços de carros de aluguel nas cidades, concomitante com a gradativa importância que assumiriam as oficinas de veículos. As próprias ligações intermunicipais ganhariam outro sentido com a rodovia: em 1933, São Carlos estaria ligada por 'auto onibus' à Descalvado e Pirassununga, além das linhas que alcançam seus distritos; Araraquara também manteria quatro linhas diárias, alcançando Taquaritinga, Itápolis, Ribeirão Preto e Novo Horizonte. Em 1940, quando do levantamento censitário, cerca de 17 empresas de ônibus operariam no município, doze destas com sede na cidade (227).

Mesmo assim é na atividade ferroviária que deve-se procurar as explicações para as alterações em curso. Nelas ainda estariam concentradas as funções de transporte neste período. São Carlos, servida pela Paulista, reúne em suas terras 19 estações da estrada. Em Araraquara seriam 8 estações dessa companhia, 2 da Douradense e 3 da Estrada de Ferro Araraquara. Apesar das oficinas das estradas não terem desempenhado nestes municípios o papel que assumiriam em outras cidades do estado, e serem significativas apenas para Araraquara no final da década de trinta, a ferrovia se constituiria como um dos maiores empregadores das cidades. Esta é a conclusão de Devescovi para São Carlos, com base em periódicos locais dos anos dez. Em Araraquara a reestruturação da estrada que leva seu nome, após a encampação pelo governo do estado em 1919, e a intensificação da ocupação da 'Araraquarense' levariam a um grande aumento das atividades locais da companhia. Na cidade se localizavam a Diretoria e os escritórios centrais da empresa. O próprio prédio da Contadoria aparece entre os principais edifícios urbanos do período e seu Núcleo de Ensino Profissional estaria entre os maiores estabelecimentos escolares de Araraquara. Armazéns, oficinas, escritórios, estações, escola profissional e posto de reflorestamento contam-se entre as iniciativas da companhia que mais repercutem no município (228).

(227) Ver Atas da Câmara de Araraquara de 01/05/1913; Martinez Correa, op. cit., p. 395; as informações sobre as linhas de ônibus seguem o trabalho de Arantes e Queiroz citado e a publicação 'Estatística e Arquivo' da Prefeitura Municipal de Araraquara, sem data.

(228) Sobre São Carlos ver Devescovi, op. cit., p. 63. Para as atividades de Estrada de Ferro Araraquara, ver: Martins, J., "Estrada de Ferro Araraquara", in Album de Araraquara, 1948; Revista da Estrada de Ferro Araraquara, vários números; e "Estatísticas e Arquivo", op. cit.

A estruturação do segmento bancário também reflete o ritmo diferenciado do desenvolvimento das economias regionais. Ao final do século, como vimos, São Carlos contaria com três casas bancárias organizadas a partir do capital cafeeiro. Em Araraquara um banco local surgiria apenas ao fim da primeira década deste século, tendo como acionistas os principais cafeicultores da região e dirigido por Carlos Batista Magalhães, até então presidente da Cia. Estrada de Ferro Araraquara. Mesmo assim, nos anos que antecedem a crise, este setor estaria representado exclusivamente por bancos com sede na Capital, centro financeiro e de comercialização do café. Seriam 4 agências em cada cidade, a que se somaria em 1933 a representação do Banco do Brasil em Araraquara. Com uma presença reduzida no conjunto do emprego urbano, mas que novamente atesta a inversão da situação destes municípios entre 1920 e 1940, estas agências estariam intimamente relacionadas ao negócios cafeeiros, como se depreende dos relatos da própria Prefeitura de Araraquara:

"Apenas o Banco do Brasil opera com penhor agrícola. Nota-se no aparelhamento bancário, o defeito geral; o crédito é dado somente a firmas que ofereçam garantias reais, de imóveis, e os bancos, em geral, estão ligados às casas comissárias de café, negócios esses que constituem a principal atividade dos mesmos"(229).

Comércio, ferrovias e bancos constituem os segmentos essenciais do que se poderia caracterizar neste período como serviços de apoio à produção. Seu desenvolvimento reflete com precisão o ritmo da economia em cada região, ao mesmo tempo em que expressam a urbanização em curso. Juntos representam mais de um terço das ocupações urbanas, tanto em 1920 como em 1940. Sua dependência com relação à atividade cafeeira manifesta-se ao longo dos ciclos, sobretudo nas crises. Este é o caso do fechamento de casas comerciais em Araraquara, no início do século, e do encerramento das

(229) Prefeitura Municipal de Araraquara, "Estatística e Arquivo", sem data. Sobre a atividade bancária na região ver, também, Martinez Correa, op. cit., p. 290; Devescovi, op. cit., pp. 53 e 57; Araraquara em 1928, op. cit., 46; "O Imparcial", 29/01/1933; Atas da Câmara Municipal de Araraquara, 17/12/1912. Os bancos em operação nos municípios ao fim da década de 1920 são: em São Carlos, Banco Francês e Italiano, Banco de Crédito Internacional, Banco de São Paulo e Liberato de Mattos & Cia.; em Araraquara, Banco Francês e Italiano, Banco Comercial, Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e Banco de São Paulo.

atividades do Banco União de São Carlos em 1903. Novamente esta seria a situação encontrada no início dos anos trinta, como atesta o depoimento de José Zambrano reproduzido por Truzzi. Co-proprietário do principal estabelecimento de comércio de bens de consumo destes anos em São Carlos, que operava com cadernetas, vendendo aos colonos da região sob fiança dos fazendeiros, este empresário recordava-se do período pela relação de devedores duvidosos que ainda carregava consigo (230).

Ao lado destes setores, a estrutura do terciário reflete o desenvolvimento das demais funções urbanas. Escolas, atividades públicas, religiosas, a área de saúde e outros serviços pessoais encontram-se entre estas. Resultado do papel de centralidade desempenhado pelas cidades, manifestações que são da concentração da infraestrutura de apoio à economia cafeeira, esta parcela do terciário local chegaria a reunir um quarto das ocupações urbanas em 1940. São profissionais liberais, funcionários dos serviços públicos, ocupações relacionadas com a segurança ou atividades sociais. Retratam, em parte, a extraordinária capacidade de gerar excedentes desta economia, e que se materializa numa série de melhoramentos urbanos. Entre todas sobressaem os serviços de ensino e saúde, pela dimensão que alcançam e pelo reforço que representam aos papéis regionais das cidades.

As funções escolares confirmam a hierarquia que se estabelece nesta incipiente rede urbana. Atraindo jovens oriundos das classes médias e das elites da região, auxiliam a configurar as áreas de influências e o ritmo de desenvolvimento das cidades. Assim é que São Carlos contava desde 1908 com a instalação de sua Escola Normal, enquanto em Araraquara o primeiro Ginásio Oficial seria inaugurado apenas em 1932. Sob a responsabilidade do Estado também estaria o ensino fundamental: no início dos anos vinte, contam-se três grupos escolares em São Carlos e outros dois em Araraquara, além de uma série de escolas isoladas espalhadas pelos municípios. Ao seu lado o ensino particular reúne 19 estabelecimentos no primeiro município e 18 no segundo. Estes últimos, concentrados nas sedes dos municípios, acabariam respondendo por uma parcela significativa das vagas, sobretudo do ensino secundário. Entre eles algumas instituições marcariam a vida das cidades, como o Colégio Progresso, o Ginásio Mackenzie ou a Escola de Farmácia e Odontologia em Araraquara e o Colégio Diocesano

(230) Truzzi, op. cit., p. 184. Sobre as consequências da crise do início do século em Araraquara, ver Martinez Correa, op. cit., p. 287.

em São Carlos⁽²³¹⁾.

Em 1933 o levantamento de Lourenço Arantes e Uitorino Queiroz fornece um quadro da instrução pública e privada nos municípios. O ensino primário agregaria cerca de 3,2 mil alunos em São Carlos e 3,5 mil em Araraquara, distribuídos entre 5 grupos escolares no primeiro município e 3 no segundo, além de uma série de escolas públicas isoladas e outras privadas. Os três estabelecimentos de ensino secundário em Araraquara, todos privados, reuniam cerca de 350 alunos, número equivalente ao apresentado pelos dois colégios particulares de São Carlos. Nesta cidade, ainda funcionariam duas escolas de comércio e uma de Artes e Ofício, num total de cerca de 420 alunos, enquanto em Araraquara duas escolas de comércio somam 100 estudantes. O ensino superior estaria representado pela Escola de Direito de São Carlos com 380 alunos e pela Escola de Farmácia e Odontologia de Araraquara com 60. A grande diferença, contudo, que corrobora o papel de centro escolar e estudantil de São Carlos, estaria por conta da Escola Normal. Instalada na cidade ao mesmo tempo das escolas de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto, representava reivindicação que poucos municípios alcançariam. Em seus bancos estudavam mais de mil alunos, em 1933, estabelecendo uma articulação regional que se faria presente em Araraquara apenas depois desta data⁽²³²⁾.

Médicos, casas de saúde e hospitais também ratificam esses papéis regionais dos núcleos urbanos. Em São Carlos estão presentes desde o fim do século passado, com a construção da Santa Casa de Misericórdia e de uma Casa de Caridade, iniciadas em 1894. Em Araraquara, o hospital da Santa Casa de Misericórdia seria fundado em 1902, a que se seguiriam o Asilo de Mendicidade em 1917 e a Gota de Leite (Maternidade) alguns anos mais tarde. Ao lado dessas, os municípios ainda contariam com as sociedades beneficentes organizadas pelas colônias de imigrantes, com outras, como a Sociedade São Vicente de Paulo em Araraquara ou a Proteção aos Morféticos em São Carlos e com iniciativas como a Delegacia de Saúde neste último

(231) Ver Martinez Correa, op. cit., pp. 316 e ss.; Araraquara em 1928, op. cit., pp. 14 e ss.; Truzzi, op. cit., p. 130; Devescovi, op. cit., p. 95; "O Imparcial", 29/04/1932; e os trabalhos de Egas e Piza citados. A estruturação inicial desse aparelho escolar está retratada no capítulo III.

(232) Ver Arantes Jr. e Queiroz, op. cit., pp. 23 e 409; bem como as referências da nota anterior.

município ou o Hospital de Isolamento em Araraquara. Uma série de pequenas clínicas e consultórios particulares comporiam o restante do sistema médico-hospitalar que atende às regiões. No início dos anos trinta, na condição de profissionais liberais, pouco mais de 50 médicos e dentistas trabalhariam em Araraquara e outros quarenta em São Carlos⁽²³³⁾.

Um conjunto de outros melhoramentos urbanos atestam a capacidade de gerar excedentes dessa economia. Entre o fim do século passado e o início deste, as cidades passariam a contar com iluminação elétrica, telefonia, e parte delas estariam servidas por redes de água e de esgotos. Em São Carlos, as primeiras linhas telefônicas são instaladas ainda em 1889 e em 1894 o município já conta com iluminação elétrica e com serviço de água encanada. Na primeira década deste século a extensão das redes de água e saneamento atingiriam a maioria dos edifícios urbanos. Em 1914, a companhia Paulista de Eletricidade passa a operar o sistema de bondes elétricos substituindo os de tração animal, em funcionamento desde 1895. Com a defasagem de alguns anos, Araraquara também assistiria a implantação de serviços similares. Em 1898 começa a operar o primeiro sistema de água e esgotos, em 1909 é instalada a iluminação pública elétrica e em 1912 a Cia. Rede Telefônica Bragantina encampa concessionária desse

(233) Ver Truzzi, op. cit., p. 130; Devescovi, op. cit., p. 56; Araraquara em 1928, op. cit., pp. 50 e ss.; Arantes Jr. e Queiroz, op. cit., pp. 23 e 409; Embora não tratamos aqui das condições sanitárias e de vida prevalentes no período, é interessante avaliar a dimensão que assume nos municípios a questão assistencial. Estes empreendimentos, em conjunto com a significativa cobertura do saneamento e do abastecimento de água que são encontradas nas décadas iniciais do século, parecem derivar de um esforço acentuado para superar as péssimas condições sanitárias do final do século anterior, expressas inclusive nos surtos de febre amarela destes anos. Mesmo assim, os relatos sobre a situação dos primeiros bairros populares, com acentuada população de negros libertos, ao início desse século em São Carlos, e a descrição das atividades do asilo de Araraquara induzem à compreensão de que a indigência e a mendicidade tenham sido elevadas nas cidades, sobretudo nos momentos de crise da atividade cafeeira. Assim seria, como veremos, para o período posterior a 1930, quando a Câmara Municipal de Araraquara chegaria a aprovar uma lei regulando a inscrição de mendigos: "A cidade está cheia de pedintes, homens, mulheres e crianças ... e exige-se um fim para isso... regulando no interesse dos verdadeiros necessitados ..." (sic). Ver "O Imparcial", 08/02/1931; e Devescovi, op. cit., p. 57.

serviço, responsável por sua introdução na cidade alguns anos antes (234).

Ao lado desses serviços, outros equipamentos caracterizariam uma infraestrutura urbana muito significativa frente às dimensões das cidades. Teatros, cinematógrafos, uma série de obras públicas, como cadeias, matadouros, cemitérios ou mercados, convivem com a ampliação constante do calçamento e dos logradouros dos municípios. As Atas da Câmara de Vereadores de Araraquara refletem, nesse sentido, uma preocupação permanente em estabelecer códigos de posturas, pavimentar ruas, arborizar e redefinir a urbanização das áreas centrais da cidade. Ao final da primeira década e início dos anos vinte esses municípios contariam com tal quantidade de recursos, que assinalariam com precisão o significado urbano de seu auge cafeeiro, reproduzindo fenômeno corrente em várias cidades do interior paulista neste período. Em 1922, por exemplo, os livros de impostos municipais de São Carlos registram que cerca de 88% de suas 2.036 edificações urbanas estariam servidas por rede de água e esgoto. Os periódicos, almanaques e albuns destes anos estariam repletos de expressões de desvanecimento pelas suas cidades (235).

Mesmo assim, a intensidade da urbanização em curso e a crescente decadência cafeeira, sobretudo em São Carlos, problematizariam permanentemente a infraestrutura urbana construída. É sintomático que a cobertura da rede de saneamento e água de São Carlos caia sistematicamente a partir da década de vinte, conforme o levantamento de Devescovi. Em 1927 cerca de 77% dos imóveis estariam ligados às redes de serviço público, enquanto em 1942 um terço de todas as edificações não mais

(234) Em 1933, a exemplo, São Carlos e Araraquara contariam com cerca de 700 e 600 telefones, respectivamente. Ver acerca destes melhoramentos as referências da nota anterior, bem como o trabalho de Martinez Correa, já citado.

(235) O levantamento das edificações de São Carlos servidas pelas redes de água e esgoto encontra-se em Devescovi, op. cit., pp. 57 e 98. Quanto às cidades, é curioso observar os epítetos que recebem. Nestes anos São Carlos seria a "Princesa do Oeste", que a decadência cafeeira se encarregaria de substituir por "Cidade Clima", como espirituosamente mostra Oswaldo Truzzi. No município vizinho, a responsabilidade pelo cognome da cidade recairia na paisagem urbana: "Araraquara... chegou ao cume de seu progresso material. Ruas largas, cuidadosamente calçadas, quase todas com uma arborização que lhe valeu de Coelho Neto o epíteto de "Cidade-Jardim". Conforme "O Imparcial", de 26/11/1933. Ver, também, Truzzi, op. cit., pp. 149 e ss.

seriam atendidas. Bento de Abreu Sampaio Vidal estabelece um juízo muito esclarecedor da situação de Araraquara em 1937:

"Com o crescimento espantoso de nossa cidade, durante os últimos anos, temos obras urgentes a executar que não admitem mais protelação. Em primeiro lugar, figuram o aumento do abastecimento de água e canalização de esgotos. Temos mais de cinco mil prédios, somente na área urbana. Destes apenas três mil são servidos pela rede de água e esgotos..."⁽²³⁶⁾

O acentuado crescimento da área urbanizada pode ser avaliado pelo número de edificações (quadro 21), revelando a forma diferenciada que esse processo assume na região e a intensidade que adquire na década de vinte, nas duas cidades, ou mesmo depois desta data, em Araraquara. As construídas em São Carlos ao longo dos vinte anos iniciais deste século representariam menos da metade dos lançamentos prediais registrados pela Prefeitura Municipal entre 1922 e 1932. Em Araraquara, a partir de 1920, o número de edifícios praticamente dobra a cada dez anos. É sintomática a dimensão que atingem as ocupações da construção civil no Censo de 1920: 16,3% do emprego urbano em Araraquara e 13,8% em São Carlos. Muito embora os registros municipais subestimem o total de edificações, como se depreende das informações censitárias, eles identificam os distintos ritmos do crescimento físico das cidades. Em São Carlos, como já adiantamos, as taxas de crescimento do número de edificações que são em média 1,9% ao ano nas duas primeiras décadas do século, sobem para 5,4% nos anos vinte e voltam a cair para cerca de 2,9% entre 1932 e 1942. Em Araraquara, a média do período 1921 a 1940 é de 6,7%, com ritmos ainda mais acentuados nos anos finais da década de vinte.⁽²³⁷⁾

Mas os distintos ritmos de crescimento das cidades podem ser avaliados de outras formas. São Carlos viveria seu apogeu cafeeiro logo aos anos iniciais deste século, quando o número de lançamentos prediais registrados na cidade é equivalente ao encontrado para Araraquara passados

 (236) Sampaio Vidal, B.A., "Água, esgoto e calçamento em Araraquara", in: "O Imparcial", 05/09/1937.

(237) Os Censos de 1920 e 1940 incluem estatísticas prediais dos municípios que apontam números de edifícios bem superiores aos registrados nos livros de impostos municipais. Em 1920 as residências ocupadas nos distritos sedes seriam, respectivamente, 1.995 e 2.821 para Araraquara e São Carlos. Em 1940 os domicílios particulares seriam em número de 5.643 e 4.456 na área urbana dos mesmos municípios.

vinte anos. Nesta, a dimensão física da cidade só adquire maior expressão a partir da segunda década. Nesse caso, a reurbanização das áreas centrais e a ampliação do número de ruas são concomitantes com a eliminação dos incentivos até então existentes para as edificações, o tabelamento dos preços e a criação de impostos para terrenos ociosos.

São reveladoras as próprias justificativas da Câmara Municipal de Araraquara para as medidas adotadas em 1912 neste sentido. Elas evidenciam tanto o limitado crescimento registrado até então, como a maior intensidade que esse movimento adquiriria no período seguinte e que aparece refletido no conjunto de melhoramentos em curso: "Considerando-se que o progresso e a população tem aumentado muito e a construção não tem correspondido... estabelece tabelas de preços para terrenos e prédios". Curiosamente estas medidas antecipam-se em muito aos processos de valorização imobiliária das décadas seguintes, quando - provavelmente em função da maior influência dos capitais mercantis locais - não mais prevaleceriam instrumentos de desestímulo à retenção especulativa do solo urbano. O diagnóstico dos vereadores continua: "... proprietários não constroem, nem cedem, obrigando a estender a área da cidade que já é enorme, não haverá dinheiro que chegue para fazer Araraquara uma bela cidade. É justo que quem embaraça o progresso da cidade tenha os seus terrenos valorizados com o produto de impostos que todos pagam e concorra também com um imposto razoável para compensar essa despesa"⁽²³⁸⁾.

Diferente seria a situação ao início dos anos trinta: "... há vinte e dois anos tínhamos mil e quinhentos prédios, desses foram demolidos seiscentos e hoje temos mais de três mil e quinhentos ...". Nesta data, o acentuado crescimento da cidade já alterara significativamente sua fisionomia. Mesmo nos anos seguintes, sujeita aos efeitos da crise, seria favorecida pelo papel de centro regional de uma extensa área de expansão na 'Araraquarense'. São Carlos, inversamente, amargaria de forma mais intensa os efeitos da crise, acentuando os problemas derivados da decadência cafeeira. A partir dos anos vinte, seu dinamismo urbano estaria crescentemente sujeito aos desígnios da indústria. É exemplar que poucos anos após a eliminação dos incentivos para as edificações em Araraquara, este procedimento tivesse sido adotado em São Carlos, em função da intensidade que ganha a imigração de origem rural e o agravamento da

(238) Atas da Câmara Municipal de Araraquara, 10/10/1912 e 17/11/1912.

questão habitacional no meio urbano (239).

A dinâmica demográfica revela outra faceta desse processo. Entre o início do século e a crise cafeeira, as populações urbanas passariam de valores extremamente baixos para cerca de 20 mil habitantes em cada cidade. Em 1940, pela primeira vez, esses números se equiparariam à população rural dos municípios. Como retrata o quadro 13, o ritmo e a forma desse processo traduzem novamente as diferenças regionais. Em São Carlos a precoce decadência cafeeira se expressa na contínua redução absoluta da população do campo, só em parte absorvida pelo crescimento urbano. Enfrentando a concorrência das zonas de expansão mais ao 'oeste' e mesmo do mundo urbano, tendo de deparar-se com as dificuldades de sua lavoura, cujo estoque cafeeiro reduz-se acentuadamente nos anos anteriores à crise, São Carlos vivencia com antecedência a problemática do êxodo rural. Em 1934, sua população rural corresponderia a cerca de dois terços do mesmo contingente do início do século. Diversa seria a situação de Araraquara. Contando ainda com áreas de expansão cafeeira, com crescimento de seus núcleos coloniais e com o desenvolvimento mais pronunciado de outras culturas, sua população rural seguiria crescendo até as vésperas da crise (240).

O colapso cafeeiro agravaria sobremodo esse quadro. A erradicação e a retração das rendas da agricultura ampliariam significativamente o êxodo, mesmo considerando a reestruturação da produção agrária com o algodão, a cana-de-açúcar e a pecuária. Entre 1934 e 1940, cerca de um quarto a um quinto da população rural deixaria o campo. Em São Carlos, onde a problemática crônica do esvaziamento do campo havia sido compensada pelo desempenho da indústria, a crise recolocaria essas questões com maior intensidade. Em que pese a rápida recuperação industrial, seriam evidentes as dificuldades derivadas da base agrícola local, que substituiria o café preponderantemente pela pecuária. A imprensa local registraria

(239) Sampaio Vidal, B. A., In: Atas da Câmara de Araraquara, 15/01/1930, sobre os incentivos à construção em São Carlos e o problema habitacional, ver Devescovi, op. cit., pp. 200 e ss.

(240) A redução da população rural de São Carlos, simultaneamente à continuidade de um pequeno fluxo de imigrantes chegados à região, como revela o quadro 9, salienta o permanente movimento dos colonos pelas fazendas de café. Para estes, cabe acrescentar, estariam colocadas também as alternativas de imigração de retorno, ou mesmo para outros espaços nacionais.

"o despovoamento do campo e a super-lotação das cidades". Em São Carlos se observaria "essa coisa espantosa: as zonas urbanas e suburbanas têm cerca de 3.000 pessoas a mais que a zona rural, onde a diminuição dos cafeeiros... afugentou igualmente os colonos... Os próprios fazendeiros, com suas famílias, em muitos casos não mais residem em suas propriedades. Até eles foram atraídos para as cidades" (241).

O próprio ritmo de crescimento das populações urbanas dos municípios seria suficiente para chamar atenção para as diferenças dos processos em curso. Entre 1900 e 1934, quando as cidades adquirem maior expressão, as taxas de crescimento da população urbana seriam em média 5,3% ao ano para Araraquara e 2,4% para São Carlos, com os municípios assumindo dimensões similares ao fim do período. No momento seguinte, é sintomático que o acentuado declínio da população rural seja acompanhado por um crescimento ainda mais rápido da população urbana. Entre 1934 e 1940, essas mesmas taxas atingiriam um valor médio de 5,9% ao ano em Araraquara e 3,6% em São Carlos, para uma média estadual de 5,0%. São deste intervalo as referências feitas sobre a mendicância em Araraquara, com a aprovação da matrícula de pedintes pela Câmara Municipal. Devescovi, no mesmo sentido, recolhe impressões quase idênticas na imprensa de São Carlos: "... aumentou consideravelmente o número de mendigos, que vindos não se sabe de onde, percorrem as ruas de nossa cidade... Quanto aos verdadeiros necessitados é comum ouvir-se dizer: 'por que não mandam para o asilo esses pobres?' O certo porém é que nosso asilo está superlotado..." (242).

Antes de nos atermos sobre a crise e o momento seguinte, vejamos outro aspecto do crescimento das cidades, ainda nos marcos da economia cafeeira: a diferenciação interna do espaço urbano. Já fizemos menção das implicações que o desenvolvimento do comércio teria nesse sentido. Indústria e estrada de ferro também contribuem para um desenho particular desse espaço. Ao seu lado, o alargamento da área urbanizada e do número de edificações é simultâneo ao avanço das formas de segregação espacial que crescentemente distinguem os bairros populares dos outros. Monbeig chamaria atenção para estes aspectos nas cidades da frente pioneira:

(241) Camargo, E., in: "Correio de São Carlos", 07/10/1941, apud Devescovi, op. cit., p. 78.

(242) "Mendicância", "Correio de São Carlos", 03/07/1941, apud Devescovi, op. cit., p. 81. Sobre Araraquara ver nota 233.

"... contribuem as primeiras indústrias para a criação de uma paisagem urbana, favorecendo uma primeira tendência à formação de bairros". Ao procurarem os terrenos menos valorizados, ao longo da ferrovia ou próximos da estação, estes estabelecimentos acabariam se localizando do lado oposto da estrada, em áreas até então pouco urbanizadas, ou mesmo ao longo da linha. Com estas viriam as vilas operárias, próximas das indústrias e com custos de terrenos e aluguéis mais baixos que na cidade. Uma zona comercial também ganharia destaque próxima da estação. Nas artérias principais um segmento mais especializado e sofisticado deste comércio teria assento. "Funções e necessidades são, portanto, nitidamente caracterizadas". Mesmo que a forma incipiente desse processo ainda não houvesse estabelecido com precisão "uma cartografia social do habitat citadino" (243).

Com ritmos particulares de crescimento, seguindo as especificidades de cada topografia, comércio, indústria e estrada de ferro derivariam traçados muito próximos uns dos outros, tanto em Araraquara como em São Carlos. O primitivo sítio urbano, no Largo da Matriz, teria sequência com a estação da estrada de ferro. No lado oposto desta acabariam se estruturando os bairros nitidamente operários: Vila Xavier em Araraquara e Vila Prado em São Carlos. Geografia solidária da localização industrial. Em São Carlos, a Vila Prado reuniria a fábrica de fiação e tecelagem, a produção de móveis de Fehr, as principais serrarias, parte do beneficiamento. Em Araraquara, na Vila Xavier estariam as indústrias mais importantes, como o Cotonifício Brasil, ou mais tarde a Dianda Lopes e a Anderson Clayton, e os maiores depósitos de mercadorias. Nas ruas centrais, o comércio de mercadorias ganha espaço próprio, distinguindo-se das antigas residências de luxo, inicialmente próximas da matriz (244).

Devescovi reconstrói os caminhos da ocupação físico-territorial de São Carlos. Ao fim do século, com pouco mais de mil edificações, a cidade contaria com três bairros. Para o da Matriz estariam reservadas as zonas residenciais mais ricas e o comércio e o comércio de luxo. Ao longo da primeira década a expansão industrial iria lentamente incorporando áreas vazias além da ferrovia. Por volta de 1915, a Vila Prado já se constituiria como principal centro operário e de localização de indústrias. O crescimento físico da cidade depois desta data especializaria ainda mais os bairros,

(243) Monbeig, op. cit., pp. 360 e 361.

(244) Ver Devescovi, op. cit., pp. 64 e 65; "O Imparcial", 24/01/1937; Azzoni, 1967, p. 3; Martinez Correa, op. cit., p. 310.

condicionando-os à maior complexidade da vida urbana. Na década de trinta, outras distinções: bairros operários e zonas industriais, uma periferia ainda mais pobre além dos primeiros, residências de luxo nas áreas centrais e mesmo em bairros próprios, áreas específicas do comércio varejista, etc. (245).

Em Araraquara, com a defasagem de alguns anos, a diferenciação do espaço caminharía no mesmo sentido. A reurbanização das áreas centrais ao fim da primeira década do século atesta as funções básicas do sítio urbano primitivo. A extensão do calçamento e a arborização estariam associadas, neste momento, com a preocupação permanente de solucionar as ligações entre o largo da Matriz e a Estação, divididas por um córrego. Um problema recorrente na medida em que a indústria e as vilas operárias incorporariam as parcelas não urbanizadas além dos trilhos da estrada. Nas áreas centrais, o crescimento da cidade dá origem à Rua do Comércio, transversal à ligação entre Matriz e Estação. Os limites físicos à expansão no lado oposto da estrada, orientariam a localização dos bairros residenciais de alta renda, do comércio e de praticamente quase todas as demais funções urbanas para a colina onde se encontra a Matriz. Na Vila Xavier, quase exclusivamente, estariam indústrias e casas de operários. Nela, a Cia. Metropolitana edificaria casas populares, e se empreenderia um dos primeiros loteamentos da cidade: a Fundação Casa Popular. (246).

A estruturação do espaço físico das cidades indica, desde já, os traços básicos do desenho urbano que prevaleceriam nas décadas seguintes: localização industrial, bairros operários, ruas de comércio, etc. Mesmo assim, a intensidade da urbanização que se segue redefine constantemente o espaço reservado a estas funções. Isto é particularmente claro para a especialização dos bairros residenciais. A incorporação de novas áreas, com a intensificação dos loteamentos e a extensão da infraestrutura urbana reorienta a localização dos bairros populares e das áreas mais valorizadas. O incorporador ou o loteador, como expressões desse movimento, não assumem ainda a dimensão que ganhariam mais à frente. É sintomático o

(245) Devescovi, op. cit., pp. 64, 97 e 182.

(246) Ver Martinez Correa, op. cit., pp. 308 e ss.; "O Imparcial", 23/07/1933 e 05/05/1932; Azzoni, op. cit.; Prefeitura Municipal de Araraquara, relação de loteamentos aprovados, s/d. A Rua do Comércio é a designação dada em 1912 para a Rua no. 2 de Araraquara.

acompanhamento das relações de loteamentos das Prefeituras Municipais. As áreas e os vazios urbanos ampliam-se constantemente a partir desta data, mas ganham significado apenas nos anos quarenta, impulsionadas pelo crescimento urbano deste período. É possível, em menor escala, reproduzir o raciocínio de Monbeig para as cidades pioneiras. Neste momento é muito menos evidente a função social dos bairros. A evolução rápida da urbanização não permite estabelecer por definitivo aquela cartografia social da cidade.

Mas se a diferenciação do espaço físico das cidades é uma demonstração inequívoca do seu crescimento e do desenvolvimento de maior especialização das funções urbanas, os determinantes desse processo devem ser procurados nas questões extra-urbanas: no significado de cada centro para a economia cafeeira, no seu papel regional e na sua forma de inserção no conjunto da rede urbana. Aqui, em síntese, estão refletidas as possibilidades que o desenvolvimento econômico abre para a diversificação do trabalho social e a forma que esse processo assume no espaço. As cidades do interior paulista, em particular no contexto da expansão cafeeira capitalista, expressariam de forma concreta a natureza progressiva dessa economia, que implica numa recorrente intensificação da divisão do trabalho. Em sua marcha para o 'oeste', o café requisita uma infraestrutura urbana de suporte à acumulação. Mas, esse movimento não se restringe apenas às áreas de fronteiras. Ganham relevância os antigos centros urbanos do leste do estado, inseridos na reprodução do complexo cafeeiro.

Este é o caso particular da Capital, centro financeiro e de comercialização do café. Beneficiária da centralização progressiva dos negócios cafeeiros, acabaria por ser a expressão maior do crescimento industrial que resulta da própria reprodução ampliada desta economia. Mesmo assim, os estímulos ao avanço da urbanização não estariam restritos à cidade de São Paulo, por mais que seu desenvolvimento submetesse os demais núcleos a uma gradual hierarquização. Nas áreas de fronteira ou nas regiões cafeeiras maduras, o café capitalista organizaria uma significativa rede de cidades. Na raiz desse processo encontram-se o segmento urbano imprescindível à reprodução econômica e o movimento de diferenciação do trabalho que deriva do caráter dessa acumulação capitalista.

Ao expandir-se rumo ao 'oeste', numa lógica determinada pela própria acumulação, essa economia exigiria de tempos em tempos, ao longo das estradas, a materialização de uma infraestrutura mínima: estações, escritórios da estrada de ferro, oficinas, comércio, bancos, uma série de

serviços pessoais. A natureza progressiva das relações sociais sobre as quais se assenta esta economia redimensionaria recorrentemente as possibilidades destes núcleos urbanos. Agora um papel central estaria dado pela articulação regional de cada cidade, pelo dinamismo particular de seu 'hinterland'. Ao ampliar-se as funções urbanas e suas áreas de influência, abre-se espaço para a diferenciação do trabalho interna à cidade. É neste contexto que ganha expressão a pequena indústria nascente. Novos determinantes se sobrepõe às condições anteriormente colocadas para o desenvolvimento urbano. Entre estas, o próprio papel de cada centro numa rede de cidades crescentemente complexa e polarizada pela Capital.

Nos distintos raios de ação de cada cidade é que Monbeig procuraria os elementos para explicar o desenvolvimento das capitais regionais na frente pioneira. "Entre estas grandes cidades e as grandes vilas, são consideráveis as diferenças, que provêm mais dos aspectos exteriores e de uma urbanização mais acabada que das funções, as quais, em essência, não passam por transformações radicais, de um caso para outro". Os maiores centros seriam fundamentalmente nós de comunicação. Em Araraquara, a expansão cafeeira que se inicia no século anterior seria uma condição fundamental da urbanização, expressa pelo papel da cidade como ponto de partida para a ocupação dos sertões de Rio Preto. Para os centros urbanos do leste, já enfatizamos, o avanço da frente pioneira não representaria a decadência obrigatória. Ao lado da ampliação e diversificação de suas áreas de influência, a própria marcha cafeeira criaria novas exigências. A diferenciação anterior de suas economias asseguraria a estas um papel específico na reprodução do complexo cafeeiro⁽²⁴⁷⁾.

No contexto da dimensão regional, o desenvolvimento das cidades estabeleceria um condicionante adicional para cada núcleo urbano. Estrutura-se não apenas uma divisão territorial do trabalho, expressa inicialmente pela idéia de uma 'economia em três tempos', mas também e progressivamente uma certa divisão do trabalho entre cidades. As possibilidades de cada centro estariam, nesse sentido, condicionadas pelo próprio desenvolvimento de uma rede urbana. Em particular pelo papel da Capital, como ressaltam Flávio Saes e Zélia Cardoso de Mello, ao enfatizar os limites aos demais núcleos urbanos que decorrem da evolução da cidade

(247) Monbeig, P., op. cit., pp. 363 e 364.

de São Paulo (248).

São evidentes as implicações mútuas do incremento das funções urbanas de cada núcleo, sobretudo naquelas em que a proximidade física restringe as áreas de influência. Este seria o sentido da indicação dos autores citados sobre as restrições que o crescimento da Capital colocaria ao porto, ou ainda ao conjunto das cidades do interior, a começar por Campinas. "O sentido geral da observação possível de ser realizada é de que não houve nas cidades do interior qualquer desenvolvimento paralelo ao da Capital. Pelo contrário, a concentração dos elementos comerciais, financeiros e industriais na Capital acabou por inibir a transformação das experiências locais em empresas de maior porte. Desse modo, (e salvo exceções bem determinadas), o comércio, os bancos e as fábricas das cidades do interior têm âmbito puramente local, não conseguindo, dessa forma, concorrer com as empresas sediadas na Capital" (249).

As dimensões do crescimento industrial e demográfico da Capital, bem como de outros serviços, não deixam margem de dúvida acerca dos condicionantes que impõe ao restante do embrionário sistema urbano paulista. Mesmo assim, é conveniente estabelecer um comentário adicional à formulação desses autores, em função da visão subjacente das transformações em curso no interior do estado. Analisando os resultados do Censo de 1920 e um conjunto de almanaques do período, afirmariam: "Em suma, podemos concluir que mesmo em 1920 não há estruturas urbanas particularmente diferenciadas nas cidades do interior do estado apesar das variadas dimensões dessas cidades e das diversas atividades agrícolas que as cercam" (250).

Os problemas dessa formulação têm origem na concepção de quais são os determinantes da urbanização em andamento: "a hipótese proposta é de que até 1900 a organização dos centros urbanos se dá em função das atividades de apoio à agroexportação (comércio, transporte, financiamento, comércio de importação para a economia agroexportadora), ao passo que após

(248) Mello, Z. M. C. & Seas, F. A. M., 1985.

(249) Idem, p. 326.

(250) Idem, p. 328. Os autores mencionam, ao fim de seus artigos, uma possível alteração desse quadro na década de 1920, com uma maior especialização e diferenciação das economias urbanas do interior.

1900 o elemento central no definir dessa organização dos centros urbanos é a expansão da grande indústria concentrada na Capital do estado". A data, como salientam, é tomada como um marco cronológico genérico. As dificuldades não residem neste aspecto. Há duas sortes de questões duvidosas neste juízo. Uma primeira ligada à concepção mais geral da urbanização no período. Outra relacionada à natureza do crescimento industrial do interior e aos limites impostos pela concentração na Capital (251).

Quanto à primeira, o importante é reter que enquanto manifestação da divisão do trabalho entre campo e cidade, a urbanização se apresenta com múltiplos determinantes, mesmo quando o crescimento industrial já é capaz de afirmar dinâmica própria. A indústria, sobretudo a grande empresa que se concentra na Capital, pode ser a expressão mais acabada dos estímulos à diferenciação do trabalho social que derivam da própria acumulação cafeeira, mas não é a única. É nesse sentido que a acumulação cafeeira é preponderantemente urbana. Nesta última é que devemos fundar as determinações mais gerais da urbanização em curso. O segmento urbano necessário à reprodução desta economia, incluindo aqui a produção de bens de consumo, é resultado da natureza progressiva desta economia quer na Capital ou no interior, mediatizada evidentemente pela forma específica que assume sua progressão no espaço (252).

O significado da urbanização nos marcos da economia cafeeira pode ser apreendido, como fazem os autores, pelas informações do Censo de 1920.

(251) Idem, p. 320.

(252) A natureza da urbanização como processo específico, que não confunde-se com a acumulação, pode ser apreendido com maior facilidade no momento em que a industrialização conforma as bases materiais do capitalismo brasileiro. A autonomia da acumulação, expressa nos ciclos e na liderança dos segmentos de bens de produção e consumo duráveis, contrasta com a natureza da reprodução social. As dinâmicas demográficas, o emprego e as condições de vida são expressões mais acabadas das distintas determinações da urbanização e da acumulação de capital. A vasta literatura sobre marginalidade e as especificidades do mercado de trabalho, independentemente dos seus problemas, tem aqui suas origens. Mesmo no período cafeeiro, onde estas diferenças são menos pronunciadas, estão expressas no terciário, nas condições de vida, na emergência de uma questão urbana. Ver do autor, "O Desenvolvimento...", 1985; onde remete-se a uma bibliografia específica sobre estas questões.

Em que pese esse levantamento "classificar como emprego industrial uma gama de ocupações que nos censos mais recentes estariam no setor serviços, como é o caso das múltiplas ocupações ligadas aos serviços de reparação", é muito significativa a dimensão do terciário das cidades. Mesmo em São Paulo, principal centro fabril e responsável por mais da metade da produção industrial do estado, as ocupações do terciário respondem por quase 50% do emprego urbano. Em cidades como Araraquara e São Carlos, de dimensões muito menores que a Capital, ou para a quase totalidade dos demais centros do interior essas proporções seriam ainda maiores. Essas funções, aliás, é que estariam por trás da "pré-existência de uma base populacional urbana relativamente ampla sobre a qual se assenta a moderna economia industrial"(253).

Assim, as dificuldades em estabelecer os determinantes do processo em curso derivam dos obstáculos que se colocam ao entendimento do terciário desta economia. "Todo o problema está em saber qual foi a dinâmica desta economia urbana não industrial, na medida em que ela se acoplou, subordinando-se à moderna economia urbano-industrial". E isto revela-se ainda mais problemático para a incipiente rede de cidades do interior, na medida que estas incorporam as questões relacionadas à progressão desta economia no espaço. De qualquer modo, é duvidoso concluir sobre a inexistência de estruturas urbanas diferenciadas nestas cidades. Este julgamento contrasta tanto com a dinâmica demográfica do período cafeeiro, que se expressa não apenas no acentuado crescimento populacional da Capital, mas também com a significativa materialização de uma infraestrutura urbana no interior que não tem paralelo com o período anterior, porque praticamente inexistente, e que seria suporte para a estruturação do sistema paulista de cidades(254).

Há também um segundo problema nos pressupostos dos autores. Ao estabelecer os limites que o crescimento da Capital coloca para o desenvolvimento da indústria no interior é necessário salientar as distintas determinações que se encontram na origem da grande indústria centrada na cidade de São Paulo e da esmagadora maioria de pequenos estabelecimentos que configuram o secundário daquelas cidades. Assim, é possível compreender que os efeitos da concentração na Capital não se restringem na imposição de

(253) Faria, U., "Sistema Urbano, Estrutura Urbana e Marginalidade - O Caso de Salvador", s.d., p. 9.

(254) Idem, pg. 9.

limites à indústria do interior. A década de vinte espelha com perfeição esta questão. Mais que em qualquer outro momento, crescem simultaneamente as indústrias da Capital e do interior. Mesmo após 1930, quando avança significativamente a unificação dos mercados, tendo como base a grande indústria, e a repercussão desse processo se manifesta no fechamento de uma série de pequenos estabelecimentos pelo interior do estado, ainda assim, o implante interiorizado da indústria paulista segue crescendo. E cresce a taxas mais elevadas que a média nacional, embora menores que as apresentadas pela base fabril de São Paulo e seus arredores ⁽²⁵⁵⁾.

Isto é compreensível, como vimos para Araraquara e São Carlos, não apenas porque avança a agroindústria de processamento ou porque a ocupação do extremo oeste reforça a indústria de insumos e material para construção. Mas, sobretudo, porque a indústria local adquire outra dimensão. A unificação dos mercados não representa um mero retrocesso para o interior paulista. "Ao integrar-se no mercado ... pode-se ganhar na competição de determinados produtos, mas não na de todos; participar do 'mercado nacional aberto' significa também 'abrir o mercado regional'. Desta forma, a integração proporcionaria efeitos de estímulo, de inibição ou bloqueio e, até mesmo, de destruição ⁽²⁵⁶⁾. Este é um aspecto ainda mais importante quando consideramos que não há um interior paulista, enquanto espaço econômico homogêneo. Mas que a diferenciação já havia progredido razoavelmente, mesmo em 1920. Até mesmo pelo sentido da ocupação do território: as regiões do antigo café escravista; as regiões cafeeiras maduras; as áreas de fronteira e as zonas ferroviárias. O exemplo de Araraquara e São Carlos não poderia ser mais ilustrativo. No mesmo eixo ferroviário, a poucos quilômetros, seus urbanos marcariam diferenças fundamentais ⁽²⁵⁶⁾.

Já salientamos o quanto essas diferenças seriam tributárias dos distintos ritmos de progressão do café e das implicações da estrada de ferro para as funções urbanas de cada cidade. Este é o sentido da observação de Deffontaines sobre as regiões cafeeiras do planalto paulista, na primeira tentativa de estabelecer uma divisão regional do estado: "As

(255) Entre 1928 e 1937, inclusive, o número de operários expresso pelas estatísticas industriais apresenta taxas mais elevadas no interior que na Capital. Ver: SEADE, op. cit., p. 47 e Negri, B., 1987.

(256) Cano, W. 1985, p. 191, grifados no original.

diferenças nas paisagens humanas destas regiões provém do grau de antiguidade dos desbravamentos; é preciso distinguir a zona de exploração mais antiga, anterior a 1900 e a zona atualmente pioneira". A idade dos cafeeiros ou a possibilidade de estender o plantio em terras ainda virgens abririam alternativas novas para as economias de cada região. As condições particulares que a estrada assegurava a cada localidade, como ponto de partida para a ocupação de uma região ou como estação terminal, também condicionariam esses urbanos. "É o homem, mais que a natureza, que cria a paisagem, é ele quem constitui sobre a terra estas vestimentas particulares que fazem nascer os nomes das regiões"⁽²⁵⁷⁾.

Estas diferentes articulações regionais estão expressas nas menções que fizemos ao comércio, aos mercados da pequena indústria local, à extensão dos serviços médico-hospitalar ou das escolas. É sintomático que além das ligações pela ferrovia, as primeiras linhas de 'auto-ônibus' definam as direções que assumem as áreas de influência das cidades. Araraquara polarizaria municípios mais ao oeste, na direção em que avançam os trilhos da Araraquarense. São Carlos organizaria em torno de si uma área de influência bem menor, voltada para as cidades que lhe fazem fronteira a leste. Neste caso, as possibilidades estariam progressivamente condicionadas ao desempenho da indústria local. Em Araraquara esta função seria sobretudo da ferrovia, como exemplifica a situação dos núcleos coloniais ligados inicialmente mais a São Carlos, pela Douradense e o ramal da Paulista. A progressão da ferrovia, que em 1912 atinge Rio Preto, e a intensificação da ocupação desta região assegurariam ao município um papel destacado, sobretudo a partir da década de vinte.

Aliás, seria a ferrovia, complementada aos poucos pelas incipientes ligações rodoviárias, que daria forma a este esboço de divisão territorial do estado. Seriam mais zonas ferroviárias que propriamente regiões econômicas, na expressão de Monbeig. A instabilidade permanente de áreas ainda em ocupação, em que "as paisagens não estão acabadas", estaria na origem de todas as dificuldades em demarcar com clareza uma divisão regional. Mesmo anos mais tarde, este é um fato presente na proposta de regionalização efetuada pelo Conselho Nacional de Geografia e na crítica que lhe é dirigida pelos geógrafos paulistas. É interessante observar a inserção de São Carlos

(257) Deffontaines, P., 1945, Boletim Geográfico n.º 24, p. 1837 e Boletim Geográfico n.º 25, p. 22.

e Araraquara nestes trabalhos. Podemos acompanhá-la através dos reparos feitos à caracterização de uma única zona envolvendo estas cidades (258).

"Dir-se-á que multiplicamos as zonas em todo este planalto ocidental. Lá onde o C. N. S., por exemplo, admitiu uma única zona - a de Araraquara, os paulistas colocam nada menos que três! Assim procedendo, curvamo-nos ante os fatos observados, mantendo toda fidelidade ao conceito de zona. O interior do Estado oferece a característica de possuir numerosas cidades, em torno das quais gravita um verdadeiro 'sistema' de pequenos centros urbanos, submersos numa espécie de 'nebulosa' rural. Assim, Jaú tem seu cortejo de cidades e não possui a menor relação com Araraquara e sua clientela; a mesma coisa acontece com São Carlos. Estendemos a zona de Araraquara para o interior, mais do que havia feito o C. N. S., retirando da zona de Rio Preto cidades como Jaboticabal, que lhe são radicalmente estranhas" (259).

Ainda que formulado em 1945, este texto revela a estruturação de áreas próprias de influência das cidades, estendendo-se a de Araraquara para o interior. Aliás, bem mais em 1930 que quinze anos depois, quando Catanduva e Rio Preto já assumiam papéis mais destacados. Na sua instabilidade, essas zonas são manifestação de quanto havia avançado a diferenciação do interior e de suas cidades. Dimensão regional que decorre do próprio desenvolvimento urbano, enquanto manifestação da concentração no espaço de uma certa infraestrutura. As cidades teriam seus destinos ditados pelas possibilidades das economias regionais, pela forma como estas se inserem nas alterações que ocorreriam no conjunto da economia paulista, e pelo significado do urbano que se estrutura no período cafeeiro.

(258) Ver Monbeig, op. cit., p. 385; a citação é de Deffontaines, op. cit., p. 1837.

(259) Monbeig, P. 1945/1956, p. 30.

4.4. Crise e Alternativas: As Economias Urbanas após 1930

Enunciamos, páginas atrás, o significado mais geral da ruptura sintetizada pela crise do início dos anos trinta, momento particular de agravamento da crise de acumulação da economia cafeeira, pela detonação da crise internacional. Chamávamos atenção para as implicações da nova dinâmica econômica sobre a reestruturação do urbano em São Paulo. A partir desta data, assistiríamos a rápida ocupação das últimas fronteiras do 'oeste' paulista e a redefinição da hierarquia básica desse sistema de cidades, com a concentração ainda maior da indústria na Capital e com a metropolização. Nas antigas regiões cafeeiras, onde as consequências da crise são mais evidentes, por esta mesma razão seriam ainda mais expressivas as transformações decorrentes da industrialização restringida e da forma concreta com que este padrão de acumulação se manifesta no espaço. Nesta parte do território paulista, em especial onde mais houvera progredido a economia cafeeira capitalista, estariam localizadas as parcelas mais importantes da rede urbana e da indústria do interior do estado, da mesma forma que se organiza a mais avançada agricultura do país.

A crise, neste sentido, demarca um momento muito particular do processo de estruturação de uma sociedade urbano-industrial. Na Capital, a metropolização passaria a ser sua expressão mais evidente. No interior, o sistema de cidades paulista adquire feições mais atuais, consolidando-se as capitais regionais e sofrendo as consequências da polarização em torno da região metropolitana. Ao longo dos eixos ferroviários - referendados mais tarde pelas auto-estradas - as cidades evidenciarão os resultados da concentração industrial e da reestruturação do mundo rural. Mais do que em qualquer momento, manifestam-se com clareza os efeitos de estímulo e contenção do crescimento da indústria da Capital. A erradicação cafeeira, a substituição de culturas e as alterações nas relações de trabalho no campo implicariam numa intensa migração com destino às cidades. A impossibilidade das economias urbanas do interior de absorver a totalidade dos migrantes transforma essas regiões em expulsadoras líquidas. Mas os centros urbanos continuariam crescendo, por certo em ritmos menores que a região metropolitana. Com a ocupação definitiva das últimas áreas de fronteira do estado, inverte-se a direção dos movimentos populacionais. O extremo oeste crescentemente se transformaria em área de evasão, com os núcleos urbanos do leste do estado progressivamente assumindo papéis mais importantes. Transita-se, definitivamente, para uma sociedade eminentemente

urbana.

Mas não cabe aqui discutirmos a natureza do progresso em curso após a crise. Vejamos apenas algumas de suas consequências mais imediatas, numa região em que o passado cafeeiro foi fundamental na determinação das origens das cidades. Em particular, importante é salientar as alternativas distintas que se abrem a cada urbano, submetidos todos a um intenso rearranjo de suas economias. Ou ainda, observar a natureza contraditória desse processo. De um lado a decadência cafeeira e os limites decorrentes da concentração econômica na metrópole. De outro as novas alternativas, fundadas na intensificação do desenvolvimento capitalista em São Paulo e na própria herança cafeeira, por tudo que representou para a diferenciação e especialização das economias urbanas antes de 1930⁽²⁵⁹⁾.

Os quadros 28 e 29 auxiliam o entendimento da expressiva reestruturação das economias regionais na década de trinta. O crescimento da indústria local encontraria equivalência na intensidade da erradicação cafeeira e na substituição de cultivos. Ao seu lado, uma série de outros indicadores são capazes de apontar o significado destes anos. Apesar do crescimento industrial, um número elevado de pequenos estabelecimentos vê suas atividades encerradas com a crise, elevando o tamanho médio das unidades fabris. A intensificação do êxodo rural repercute ampliando o ritmo de crescimento da população urbana, mas o conjunto da região passa a se caracterizar por saldos migratórios negativos. A ocupação das novas fronteiras do 'oeste' salienta ainda mais as diferenças entre os papéis regionais das cidades, abrindo maiores alternativas para Araraquara.

As particularidades que marcam cada urbano na década de vinte tornam-se ainda mais evidentes. A natureza do crescimento industrial de São Carlos no período anterior acentuaria os efeitos depressivos da crise sobre o emprego urbano. Já em 1929, a evolução do número de operários da indústria mostra a retração da têxtil que antecede o deflagrar da crise, em virtude das condições de concorrência que imperam no segmento algodoeiro do estado. Em 1930, o volume do emprego atinge apenas 80% do registrado dois anos antes. Mesmo assim, em 1933 são nítidos os sinais de recuperação, acompanhando o desempenho do restante da indústria estadual. Nos anos

(259) Uma avaliação do curso da urbanização na região, nos anos seguintes, pode ser encontrada no Relatório de Pesquisa citado: Pacheco, C. A. & Semeghini, U. C., 1986.

QUADRO 28

ESTATÍSTICA INDUSTRIAL: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E OPERÁRIOS SEGUNDO ATIVIDADE PRINCIPAL

ARARAQUARA E SÃO CARLOS - 1.928 a 1.937

	1928		1929		1930		1931		1932		1933		1934		1935		1936		1937		
	N.O.	N.E.	N.O.	N.E.	N.O.	N.E.	N.O.	N.E.	N.O.	N.E.	N.O.	N.E.	N.O.	N.E.	N.O.	N.E.	N.O.	N.E.	N.O.	N.E.	
ARARAQUARA																					
Fundição e serrarias	16	1	30	2	17	2	4	1	5	1	8	1	17	3	19	2	23	3	7	2	
Const. e Repar. Veículos	0	0	5	1	14	2	3	1	2	1	2	1	33	9	30	10	56	8	32	5	
Malharias	0	0	88	1	0	0	52	1	63	1	74	1	74	1	82	1	92	1	169	1	
Serrarias	16	1	46	3	29	3	30	3	33	3	33	3	38	3	38	3	40	3	42	3	
Moveis de Madeira	53	2	39	2	36	3	51	5	25	6	27	6	75	11	83	11	98	8	77	7	
Produtos Alimentares	66	7	110	14	77	14	90	16	68	14	65	12	71	11	65	12	87	9	109	10	
Oleos Vegetais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	325	1	
Sabão e Perfumarias	43	5	24	6	24	6	24	6	21	6	21	6	19	5	24	5	18	4	25	4	
Oficina Estrada de Ferro	19	1	19	1	20	1	20	1	19	1	20	1	20	1	390	1	411	1	432	1	
Artefatos para Lavoura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	1	18	1	10	1	18	1	
Artes Graficas	5	1	3	1	21	2	7	1	9	2	16	2	11	2	74	3	80	3	70	2	
Diversas	20	4	38	8	41	9	35	8	47	12	46	13	56	18	40	12	26	8	28	6	
TOTAL	232	22	402	39	279	42	326	43	292	47	312	46	439	65	663	61	949	47	1.273	43	
SÃO CARLOS																					
Cortumes	41	3	30	3	25	3	56	4	55	3	51	3	52	3	53	3	54	3	51	3	
Fundição e Serrarias	42	4	23	6	54	6	23	5	22	5	28	6	21	3	21	4	38	4	19	4	
Const. e Rep. Veículos	39	3	31	3	25	2	25	3	26	6	26	5	37	10	66	9	66	19	78	10	
Tecelagem	450	1	450	1	356	1	417	1	416	1	581	1	995	2	1.036	1	770	3	770	1	
Malharias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24	1	25	1	32	1	57	1	
Vestuario	0	0	47	1	40	1	41	2	7	1	42	2	51	3	54	3	45	2	50	2	
Calçados e Art. Couro	14	1	16	2	22	2	31	1	33	2	33	2	33	2	43	2	49	4	52	2	
Serrarias	77	3	76	3	50	3	56	4	53	4	64	4	75	4	67	3	91	3	70	2	
Moveis de Madeira	144	5	123	6	117	8	123	9	153	8	168	9	176	9	193	10	243	8	283	8	
Produtos Alimentares	45	10	53	11	43	9	45	10	41	11	55	13	47	11	45	12	59	10	80	11	
Oleos Vegetais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	1	35	1	65	1	60	1	
Adubos e Colas	80	1	80	1	80	1	61	1	69	1	58	1	84	1	80	2	101	1	81	1	
Artefatos para Lavoura	0	0	32	3	40	3	17	2	21	4	32	3	28	3	28	2	32	1	22	2	
Fabr. Lapis e Canetas	69	1	71	1	80	1	85	1	90	1	100	1	100	1	100	1	136	1	137	1	
Diversas	27	8	72	14	28	15	63	13	55	18	49	18	76	26	95	17	140	19	86	14	
TOTAL	1.488	40	1.104	55	960	55	1.043	56	1.041	65	1.287	68	1.834	80	1.951	71	1.919	71	1.876	63	

Obs.: Esta estatística não inclui as chamadas indústrias rurais, ou seja: Usinas de Açúcar, Beneficiamentos, Laticínios, etc. Por outro lado, ocorrem problemas com relação a cobertura da pesquisa, a exemplo do ano de 1.928 e 1.930, quando omite-se a Indústria de Meias de Henrique Lupo em Araraquara (Malharia). Estes problemas são maiores para 1.928, 1.936 e 1.937, e no segmento da Indústria Alimentar, Diárias e Pequenas Oficinas.

FONTE: Estatísticas Industriais do Estado de São Paulo, 1.928 a 1.937.

QUADRO 29

ERRADICACAO CAFEIEIRA - NUMERO DE PES DE CAFE
ARARAQUARA e SAO CARLOS - 1933 a 1942

(em mil pes)

	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	Reducao dos cafeeiros em producao
ARARAQUARA											
Novos	36	0	0	0	0	0	2	0	0	0	
Produzindo	27.264	27.264	25.433	22.009	20.945	20.294	17.911	17.329	17.136	16.144	11.119
Replantados	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	
Abandonados	0	1.268	2.878	0	0	0	0	0	0	0	
Eliminados	0	623	547	1.064	651	2.365	582	193	992	0	
SAO CARLOS											
Novos	0	0	517	0	219	207	131	0	0	0	
Produzindo	20.632	20.567	19.007	16.587	16.622	15.634	15.009	13.931	13.128	12.851	7.781
Replantados	219	207	131	0	0	0	0	0	0	0	
Abandonados	0	799	1.467	0	0	0	0	0	0	0	
Eliminados	65	1.277	952	185	1.195	756	1.078	803	277	0	

LEGENDA: Novos: Quantidade replantada quatro anos antes e que entra em producao;
 Produzindo: em producao, incluindo quantidade replantada;
 Replantada: quantidade que entrara em producao quatro anos apos;
 Abandonados: ocorrencia do ano de registro;
 Eliminados: ocorrencia do ano de registro.

OBS.: Produzindo Ano t = Produzindo ano (t - 1) menos Abandonados e Eliminados em (t - 1), mais Novos do ano t.

FORTE: Anuario Estatistico do cafe, Secretaria da Fazenda do Estado de Sao Paulo, 1943.

seguintes reafirma-se a retomada do crescimento. Entre 1934 e 1935 o volume do emprego registrado é duas vezes maior do que o encontrado em 1930 (quadro 28).

Em Araraquara os efeitos da crise industrial situam-se em proporções similares, embora sejam menos evidentes em função das restritas dimensões do secundário local. Corrigindo os valores apresentados no quadro 29 é possível estimar uma redução do emprego da ordem de 20% entre 1929 e 1930. Novamente a recuperação é exemplar da situação encontrada para o estado. Mais significativo, ainda, seria o crescimento apresentado ao final dos anos trinta, impulsionado sobretudo pelas atividades da ferrovia e pela produção de óleo de caroço de algodão. Em 1937, último ano da série disponível, o emprego industrial é três vezes maior do verificado às vésperas da crise (260).

Em condições de concorrência cada vez mais acentuadas, crise e recuperação implicariam também no fechamento de uma série de pequenos estabelecimentos nos municípios. O levantamento do número de registros nas prefeituras apreende este fato que não é captado pelas estatísticas industriais. Em 1930 seriam cerca de 140 empresas em cada cidade, dez anos depois este número estaria reduzido a 120 (quadro 15). Sobretudo, são pequenos fabricantes de bebidas, calçados, sabão, produtos alimentares ou oficinas de reparação e carpintarias. O aumento do tamanho médio e as alterações na estrutura da indústria local antecipam um fenômeno que ficaria mais evidente nas décadas seguintes. A concentração industrial na área metropolitana não representa uma restrição absoluta ao crescimento da indústria local. A unificação dos mercados de bens de consumo teria impactos mais acentuados, dada a natureza da produção regional no período cafeeiro, que o crescimento dos demais segmentos. A produção industrial seguiria ampliando-se nestas cidades, embora a ritmos menores que o da Grande São Paulo e sujeita a um recorrente redimensionamento, em função da unificação dos mercados.

Um exame dos principais estabelecimentos industriais salienta as diferenças entre os municípios. Em Araraquara, ao fim da década de trinta,

(260) A unidade produtora de óleo de caroço de algodão registrada em 1937 é a Dianda Lopes, sendo que a Anderson Clayton instala-se neste ano. Quanto aos problemas das estatísticas, é conveniente ter em vista a ausência de algumas empresas nos levantamentos para certos anos, como chamamos atenção nas observações do quadro 28.



os maiores empreendimentos seriam as duas produtoras de óleo de algodão - Dianda Lopes e Anderson Clayton, as usinas de açúcar - Tamoio e Itaqueré, e a oficina da estrada de ferro. Ao lado destas, em dimensões mais restritas estariam as fábricas de meias de Henrique Luppó e dos Irmãos Lia. Nas décadas seguintes, com a progressiva redução das atividades ferroviárias, a transformação industrial concentrar-se-ia na agroindústria. Na metade dos anos quarenta, às unidades existentes seriam acrescentadas a Nestlé, no processamento de leite, e outras três usinas de açúcar (Maringá, Storani e Santa Cruz). Mais de dois terços da produção local diria respeito ao processamento de matérias primas de origem na agropecuária regional. Mesmo com o declínio da lavoura algodoeira, esta concentração não seria alterada, em virtude da crescente importância da laranja e da produção de sucos cítricos. Apenas na última década, no contexto da "descentralização industrial", assiste-se uma diversificação da estrutura dessa indústria, com a maior participação de segmentos da metal-mecânica⁽²⁶¹⁾.

Em São Carlos, a diversificação da produção fabril fez-se presente bem antes. Ao fim dos anos trinta, além da têxtil, representada pela Cia. Fiação e Tecidos São Carlos, tem-se uma significativa produção moveleira, as indústrias de lápis, adubos, pregos, que mesmo retratados por estabelecimentos de médio porte, configuram uma estrutura bem mais diversificada que a de Araraquara. Ao longo da década seguinte, o segmento têxtil seria reforçado por duas fiações de seda, uma fábrica de meias e outra de toalhas; a indústria moveleira adquiriria maior expressão, com dois novos estabelecimentos de porte médio; monta-se uma fábrica de teares no município, e instala-se o grupo Pereira Lopes, que ao fim da guerra produziria fogões e alguns anos depois geladeiras. É sintomático que a concentração do valor da produção industrial se desloque crescentemente para os setores da metal-mecânica. Em 1970, antes mesmo que se caracterizasse o intenso desenvolvimento desses segmentos no interior do estado, quase metade da transformação industrial do município seria de sua responsabilidade⁽²⁶²⁾.

Mas os efeitos da crise sobre a reestruturação das economias regionais podem ser melhor avaliados pela intensidade da erradicação do

(261) Duas das usinas de açúcar instaladas na década de quarenta estão localizadas no município de Américo Brasiliense, então pertencente a Araraquara

(262) Ver o Catálogo das Indústrias de 1945 e os censos industriais.

café. Em Araraquara cerca de 4 milhões de pés seriam abandonados entre 1933 e 1934, em São Carlos seriam aproximadamente dois milhões. Desta data até o início da década de quarenta, o número de cafeeiros produtivos é reduzido de 11 milhões em Araraquara e de 7,8 milhões em São Carlos (quadro 29). Mesmo mantendo uma presença significativa nas estruturas agrárias dos municípios, o café seria progressivamente substituído por outras culturas ou pastagens. O avanço do algodão e cana-de-açúcar em Araraquara e da pecuária em São Carlos são seus exemplos maiores. Na metade dos anos trinta, sob os efeitos da queda das cotações, o café representaria menos de um terço do valor da produção agrícola de Araraquara, embora ainda sustentasse um papel importante em São Carlos, onde daria origem sobretudo a pastagens⁽²⁶³⁾.

Nestes anos, intensifica-se a diversificação da base agrícola regional, em curso desde o período cafeeiro. De forma imediata, a alteração radical das rentabilidades relativas das culturas incentivaria uma intensa substituição do café. Ao seu lado avança o fracionamento da antiga propriedade cafeeira e o arrendamento ganha uma dimensão que não tinha no período anterior. Assiste-se um movimento de desconcentração das estruturas de propriedade e uso da terra, muito embora a rápida evolução do cultivo da cana-de-açúcar pelas usinas, em Araraquara, e da pecuária, sobretudo em São Carlos, patrocinasse um rápido processo de reconcentração das propriedades. Na erradicação cafeeira, na queda das rendas geradas pela agricultura e na substituição das culturas podem ser encontradas as razões da redução absoluta da população rural⁽²⁶⁴⁾.

Esse deslocamento drástico e definitivo em direção a uma sociedade eminentemente urbana se expressa com clareza nos movimentos populacionais. A intensidade que assume a reestruturação da agropecuária local acaba por tornar as regiões expulsadoras, em que pese o dinamismo das cidades, que seguem crescendo, embora evidentemente menos que a região metropolitana. O acentuado desenvolvimento das economias urbanas depois de 1933 seria incapaz de absorver o excedente populacional que deixa o campo. Seu sintoma imediato são as menções que fizemos sobre a pobreza e a mendicância no

(263) Lavoura de São Paulo, 1937, pp. 22 e 430.

(264) O fracionamento da propriedade cafeeira pode ser acompanhado, para Araraquara, pelo quadro 16; por outro lado, os censos, e as informações disponíveis sobre as usinas indicam a reconcentração das propriedades.

período imediatamente posterior à crise, num quadro que se generaliza pelas antigas regiões cafeeiras. As cidades ratificam suas condições de centros regionais, absorvendo parcela da migração rural e das populações dos núcleos urbanos menores do seu entorno. A população do estado concentra-se progressivamente no leste e nos maiores centros urbanos. Um processo que teria sequência com a modernização da base técnica da agricultura e as transformações das relações de trabalho no campo, nas décadas seguintes.

Nestes anos, as cidades sintetizam as contradições entre a decadência cafeeira, as possibilidades abertas a suas economias e os limites que a natureza metropolitana da urbanização impõe a cada uma delas. Dispondo de uma significativa infraestrutura material herdada do período anterior, elas assistiriam uma deterioração imediata das condições de vida urbana, que só voltariam a encontrar paralelo quando a 'industrialização do interior' problematizasse a capacidade de atendimento das demandas sociais. A derrocada do café, a reestruturação do campo e o crescimento industrial refletem-se com dubiedade nos periódicos locais, revelando tanto a superação dos anos de auge cafeeiro, como os novos tempos. Os articulistas novamente retomam a problemática permanente das diferenças entre São Carlos e Araraquara, submetidas a ajustamentos distintos em função da crise. E são inevitáveis estas comparações, não apenas porque permitem compreender melhor as alternativas diversas que colocam em função dos papéis regionais, mas sobretudo porque estes são os termos em que o localismo situaria recorrentemente a rivalidade entre as cidades.

Em São Carlos, onde os sinais da decadência cafeeira colocam-se com maior evidência, a consciência desses dilemas ganha expressão mais significativa: "Ressalta desde logo a decadência da nossa lavoura cafeeira que há 25 anos era a terceira do Estado, logo depois de Campinas e Ribeirão Preto. E essa decadência não tem compensação na indústria do açúcar e do álcool, como em Araraquara, na viticultura, como em Jundiá, na citricultura, como em Limeira. São Carlos não é grande produtor de algodão nem de cereais. Nossa indústria pecuária também é pequena, embora mais da metade do território sancarlense seja de campos que, melhorados, poderiam ser aproveitados em criação e engorda. É verdade que, industrialmente, São Carlos vale mais que as cidades vizinhas postas em comparação. Mas ainda a este respeito estamos longe de São Bernardo, Sorocaba, Campinas, Ribeirão

Preto e outros centros industriais do Estado..."(265).

Em Araraquara, onde "o progresso se apresenta sob todas as modalidades" (sic), as consequências da crise cafeeira estariam atenuadas pela intensidade que assume a reestruturação da lavoura e pelos estímulos derivados da ocupação da Araraquarense. É sobre este papel regional que repousam os atributos que a imprensa local dispensaria à cidade: "... uma das principais do Estado, centro comercial e industrial da zona rica..." No município, os sinais da decadência cafeeira e os limites impostos pelo crescimento da Capital só viriam a se manifestar quando o avanço da frente pioneira deslocasse, definitivamente, estas funções regionais para Rio Preto. Até lá, a cidade seguiria como "metrópole incontestável" da Araraquarense (sic)(266).

(265) Camargo, E., in: Conceito de São Carlos, 08/03/1938, apud Devescovi, op. cit., p. 76. Ver também Truzzi, op. cit., pp. 145 e ss.

(266) "O Imparcial", 05/01/1936; 24/11/1937 e 19/01/1936.

CONCLUSões

Os resultados provavelmente mais interessantes deste trabalho estão associados aos subsídios que as análises particulares e os estudos de caso podem trazer ao entendimento da urbanização em São Paulo. Ou melhor, são as questões passíveis de generalização que efetivamente ganham importância. Neste nível, três sortes de problemas perpassam o conjunto do texto: o real significado da economia cafeeira para a estruturação das bases do sistema paulista de cidades; as distintas determinações deste processo ao longo dos espaços 'regionais'; e a diversidade de situações concretas que marcam as histórias específicas dos núcleos urbanos, mesmo sujeitos a determinações comuns. Não convém repetir os argumentos desenvolvidos. Apenas sintetizamos as respostas que podem ser dadas a estas questões, a partir do exame de um processo particular de urbanização.

A importância do período cafeeiro na estruturação do urbano no interior do Estado é uma afirmação recorrente ao longo deste trabalho. Embora não sejam muitos os estudos sobre este processo - sobretudo quando comparados aos clássicos sobre ferrovias ou a marcha cafeeira - esta tem sido uma questão reiterada, na medida em que a 'interiorização' do desenvolvimento chama atenção para esta parte do território paulista e procura-se determinar as origens deste sistema de cidades. Este é um aspecto que enfatizamos no texto. Em resumo, se é notório o crescimento da cidade de São Paulo, não é desprezível o mundo urbano que emerge no interior. O café planta cidades. A natureza desta economia, com a ampliação progressiva do plantio, implica necessariamente no crescimento dos núcleos do interior, ao requerer um segmento urbano para sua reprodução. Mais ainda, o café não deixa atrás de si uma paisagem desolada, em particular no oeste paulista, onde avança já nos marcos da transição ao trabalho assalariado. Em simultâneo à consolidação do papel reservado à Capital, tanto os antigos centros cafeeiros quanto as novas capitais regionais ganham expressão. Materializados num conjunto significativo de equipamentos urbanos, outra demonstração da capacidade de gerar excedentes desta economia, aqui se encontram as origens da rede urbana paulista. Torna-se claro que os estímulos à diferenciação do trabalho e à especialização não são exclusivos da futura metrópole, por mais que esta seja sua manifestação por excelência.

Mas, se o café é fundamental para explicar as economias urbanas do Estado no período anterior a 1930, não é possível derivar a compreensão de suas formas específicas recorrendo apenas às determinações mais gerais que derivam da dinâmica cafeeira. As condições que assumem a progressão no espaço e a ocupação do interior paulista acabam por dar origem a urbanos diferenciados e uma incipiente regionalização econômica do território. São distintas as justificativas que se encontram por trás da explicação de fenômenos como o crescimento da Capital, ou de cada uma das capitais regionais do interior. Todas estariam sujeitas aos movimentos que decorrem da natureza progressiva desta economia, mas incorporam o caráter particular que adquire a marcha cafeeira no espaço. Aqui, também, estão as origens da diferenciação crescente do território. São eixos e zonas ferroviárias, cada qual segmentado pela época de avanço da cultura. As economias urbanas aparecem mediatizadas pelo avanço da frente pioneira e o modo concreto de ocupação do 'hinterland' paulista.

Por fim, é evidente a diversidade de situações que caracterizam a história de cada cidade. Mesmo submetidas a determinações comuns, crescentemente condicionadas pelo próprio desenvolvimento da rede urbana e da Capital, estes centros espelhariam as trajetórias particulares que marcam a vida concreta de cada localidade. Nas suas semelhanças, oriundas quase todas do café e em condições geográficas similares, sobretudo no planalto paulista, elas não repetiriam monotonamente os mesmos movimentos de suas antecessoras. Progressivamente seriam reflexos da maior complexidade da diferenciação do território e dos papéis reservados aos centros urbanos. Fenômeno que se tornaria ainda mais nítido com a redefinição dos padrões de divisão regional do Estado, a partir da crise cafeeira. Nesse momento, anunciam-se as distintas alternativas que estão na raiz da natureza recente do desenvolvimento desta parte do sistema paulista de cidades.

BIBLIOGRAFIA REFERIDA

- ALBUM de Araraquara. Antonio França (org.), São Paulo, 1915.
- ALBUM de Araraquara. Nelson Martins de Almeida (org.), Araraquara, 1948.
- ALBUQUERQUE, Rui Henrique P.L. Capital Comercial, Indústria Textil e Produção Agrícola. São Paulo, Ed. Hucitec - CNPQ, 1983.
- ALMANACH da Província de São Paulo para 1873. Antonio J.B. Luné e Paulo. D. Fonseca (org.), Typografia Americana, São Paulo, 1873.
- ALMANACH Administrativo Comercial e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1886. Jorge Seckler e Cia., São Paulo, 1886.
- ALMANACH do Estado de São Paulo para 1891. Jorge Seckler e Cia., São Paulo, 1891.
- ANUÁRIO Açucareiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro, vários anos.
- ANUÁRIO Estatístico do Brasil. IBGE, Rio de Janeiro, 1939/1940.
- ARANTES Jr, Lourenço e QUEIROZ, Vitorino. Os Municípios do Estado de São Paulo. Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. São Paulo, 1933. *
- ARARAQUARA (O município, a cidade e o povo). Assis Cintra (ed.), Casa Duprat e Mayença, São Paulo, 1928.
- ATAS da Câmara Municipal de Araraquara, Araraquara, vários anos.
- AURELIANO, Liana Maria. No Limiar da Industrialização, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
- AZEVEDO, Arnoldo de (org.). A cidade de São Paulo, São Paulo, Cia. Editora Nacional e Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Regional de São Paulo, 4 v., 1958.
- AZZONI, Alcyr. Situação Geográfica e Sítio Urbano de Araraquara. In: Boletim da Cadeia de Política, Araraquara, F.F.C.L.A., 1967.

- AZZONI, Alcyr et alii. Alguns Problemas da Propriedade Cafeeira em Araraquara. In: O Café Anais do II Congresso de História de São Paulo. São Paulo, 1975.
- BEIGUELMAN, Paula. A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos. São Paulo, Livreria Pioneira Editora, 1977, 2ª edição. *
- BRASIL - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Questionário sobre as condições da Agricultura dos 173 Municípios do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 1913. *
- CALDEIRA, Nelson Mendes. Aspectos da Evolução Urbana de São Paulo. In: Boletim do DEESP, São Paulo, junho de 1939, nº 6. *
- CAMARGO, José Francisco. Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos. Boletim da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, USP, São Paulo, nº 153, 1953. *
- CAND, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, T.A. Queiroz, 1981, 2ª edição.
- Dinâmica da Economia Urbana de São Paulo: uma Proposta de Investiação. Campinas, DEFE/UNICAMP, 1984, mimeo.
- Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970. Ed. Global/Ed. UNICAMP, 1985.
- CAPRI, Roberto. Os Municípios do Estado de São Paulo. In: O Estado de São Paulo e o Centenário da Independência. São Paulo, Gráfica Pocaí, 1922.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Autocitarismo e Democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Lardio. Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984, 3ª edição.
- CARNEIRO, Honório de Souza. A C.A.I.C. (Companhia de Agricultura, Irrigação e Colonização: 1938-1961). F.E.S.P.S.P., Tese de Mestrado, São Paulo, mimeo.

1985.

- CASALECCHI, José Enio. Da Companhia Industrial, Agrícola e Pastoral D'Oeste de São Paulo à Cambuhy Coffee and Cotton Estates: 1912-1933. F.F.C.L.A., Tese de Doutorado, Araraquara, mimeo, 1973.
- O Partido Republicano Paulista. Política e Poder (1889-1926). São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- CASTRO, Antonio Barros de. Sete Ensaios sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1971. v.2.
- CATÁLOGO das Indústrias do Estado de São Paulo. (1945) Departamento Estadual de Estatística. São Paulo, 1947.
- CENTRO INDUSTRIAL do Brasil. O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias (Censo de 1907). Vol. 3. Rio de Janeiro, 1908.
- COSTA, Antonio Márcio Fernandes da. Agroindústria na Região da Sibairão Preto: O Caso de Araraquara. F.F.C.L.A., Tese de Doutorado, Araraquara, mimeo, 1973.
- DAMIANO, Octávio C. O Café e os Italianos no Desenvolvimento da Sociedade São-carlense. São Carlos, mimeo, 1975.
- DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1920-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- DEFFONTAINES, Pierre. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo (Primeiro esboço da divisão regional). Boletim Geográfico (24 e 25), 1945.
- DE LORENZO, Helena Carvalho. Origem e Crescimento da Indústria na Região "Araraquara - São Carlos" (1900-1970). F.F.L.C.H./USP, Tese de Mestrado, São Paulo, mimeo, 1979.
- DEUESCOVI, Regina de Campos Balieiro. O Processo de Produção do Espaço Urbano e da Segregação Sócio-Espacial: Um Estudo sobre a Cidade de São Carlos. E.A.E.S.P./F.G.U., Tese de Mestrado, São Paulo, mimeo, 1985.

DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses: Um Estudo sobre a Constituição do Estado e as Alternativas da Industrialização no Brasil, 1930-1960. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1985.

EGAS, Eugênio. Os Municípios Paulistas. Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1925.

ELLIS Jr., Alfredo. Um Parlamentar Paulista da República: Subsídios para a História da República em São Paulo e subsídios para uma História Econômica de São Paulo. São Paulo, Ed. João Bentivegna, 1950.

----- O Café e a Paulistânea. F.F.C.L./USP, Boletim 141, História da Civilização Brasileira, nº 13, São Paulo, 1951.

ESTATÍSTICA Agrícola do Município de São Carlos do Pinhal. Organizada pelo Club da Lavoura, 1899. Revista do Instituto do Café do Estado de São Paulo, 15(161): 1017-28, São Paulo, jul. de 1940.

FARIA, Vilmar Evangelista. Occupational Marginality, Employment and Poverty in Urban Brazil. Harvard University, Tese de Doutorado, Cambridge, mimeo, 1976.

----- O processo de urbanização no Brasil algumas notas para seu estudo e interpretação. In: Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campos do Jordão - 1978. ABEP, s.d.

----- Sistema Urbano, Estrutura Urbana e Marginalidade. O caso de Salvador. Relatório de Pesquisa/PISFAL, São Paulo, CEBRAP, sem data.

FERRARI, Nivaldo Messias. Os núcleos coloniais do Cambuhy. (Uma tentativa de solução do problema da mão-de-obra na lavoura cafeeira). F.F.L.C.H./USP, Tese de Mestrado, São Paulo, mimeo, 1976.

FIESP/CIESP, Revista Indústria e Desenvolvimento, São Paulo, fev. de 1981, ago. de 1983 e Jan. de 1984.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata, São Paulo, Ed. Atica, 1974.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1977.
15ª edição.

GNACCARINI, José Carlos. A Economia do Açúcar. Processo de Trabalho e Processo de Acumulação. In: História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, 1º volume, pgs. 309 a 344, 1985.

GONÇALVES Ohtake, Maria Flora. O Processo de Urbanização em São Paulo: Dois Momentos, Duas Faces. PUC/SP, Tese de Mestrado, São Paulo, mimeo, 1982.

BRANZIEIRA, Rui Guilherme. A Guerra do Paraguaí e o Capitalismo no Brasil. São Paulo, Ed. Hucitec, 1979.

HOLLOWAY, Thomaz H. Imigrantes para o Café. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1984. *

IBGE, Recenseamento Econômico e Demográfico de 1940.

O IMPARCIAL, Araraquara, vários números, 1930-1937.

KABEYAMA, Angela A. Crise e Estrutura Agrária. A Agricultura Paulista na Década de 30. E.S.A.L.Q./USP, Tese de Mestrado, Piracicaba, mimeo, 1979. *

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Poder Político Local: do Coronelismo ao Populismo (um estudo de caso): São Carlos. FFCL/PUC-SP, Tese de Mestrado, São Paulo, mimeo, 1979.

LAUDURA DE SÃO PAULO, Publicação Anual de Estatística Geral e Agrícola dos Municípios do Estado de São Paulo, São Paulo, Sociedade Imprensora Paulista, 1937.

EAL DINIZ, Diana Maria de Faro. Rio Claro e o Café: Desenvolvimento, Arrequecimento e Crise (1850-1900). F.F.C.L. de Rio Claro, Tese de Doutorado, Rio Claro, mimeo, 1973.

EMOS, Alberto. História de Araraquara. Araraquara, Museu História e Pedagógico Voluntários da Pátria e Prefeitura Municipal de Araraquara, sem data.

MARQUES, Moacir. A Estruturação da Rede Viária Terrestre do Estado de São Paulo. In: Boletim Paulista de Geografia, nº 55, p. 47-73, nov. 1978.

MARTINEZ CORREA, Anna Maria. História Social de Araraquara (1817 a 1930). F.F.L.C.H./USP, Tese de Mestrado, São Paulo, mimeo, 1967.

MARTINS, Jacob. Estrada de Ferro Araraquara. In: Album de Araraquara (1948), p. 114-118, Araraquara, 1948.

MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. Estudo sobre as Contradições da Sociedade Açucária no Brasil. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975. *

MATOS, Odilon Nogueira de. Café e Ferrovias: a Evolução Ferroviária em São Paulo e o Desenvolvimento da Economia Cafeeira. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1974.

MAEYAMA, Takashi. Familiarization of the Unfamiliar World. The Family Networks and Groups in a Brazilian City. Cornell University, Tese de Doutorado, 1975.

MELLO, Vilmo Guimarães. A Implantação Italiana e a Transformação da Estrutura Econômico-social do Município de São Carlos. FFCL de Marília, Tese de Doutorado, mimeo, 1975.

MILLIET, Sérgio - Rotaire do Café: Análise Histórica-Demográfica da Expansão Cafeeira no Estado de São Paulo, São Paulo, 1938. *

MELLO, Zélia Maria Cardoso de e SAES, Flávio A. M. de. Características dos Núcleos Urbanos em São Paulo. Rev. Estudos Econômicos, FIPE/USP, 15(2), São Paulo, Maio/Ago., 1985.

MINISTÉRIO da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento Geral do Brasil (1º setembro de 1920), Rio de Janeiro, 1930.

MONBEIG, Pierre. A Divisão Regional do Estado de São Paulo. In: ANAIS DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, 1945-1946, v.1. *

----- Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo, HUCITEC/Polis, 1984. *

MORSE, Richard M. Formação Histórica de São Paulo (da Comunidade à Metrópole). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

NEGRI, Barjas. Um Estudo de Caso da Indústria Nacional de Equipamentos: Análise do Grupo Dedini (1920-1975). DEPE/UNICAMP, Tese de Mestrado, mimeo, 1977.

----- A Indústria de São Paulo no Período 1920-1977. IE/UNICAMP, Campinas, mimeo, 1987.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. Questões Demográficas no Período Cafeeiro em São Paulo. UNICAMP, textos NEPO n° 1, Campinas, 1986.

----- Mercantilização e Urbanização em São Paulo. NEPO/UNICAMP, Campinas, mimeo, 1987.

PACHECO, Carlos Américo. O Desenvolvimento do Estado de São Paulo e a Urbanização: o caso da região de Araraquara (1930-1980). Relatório Parcial. ILCSE/UNESP, Araraquara, mimeo, 1985.

PACHECO, Carlos Américo. Análise Demográfica. In: "A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo, 1920/1980". Convênio FECAMP/SEPLAN, 1º Relatório Parcial, Campinas, mimeo, 1986.

PACHECO, Carlos Américo e SEMEGHINI, Ulisses Cidade. Estudo de Caso de Urbanização: Campinas e Araraquara. Relatório Parcial da Pesquisa "A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo", Convênio FECAMP/SEPLAN, Campinas, mimeo, 1986.

PINTO, Adolfo Augusto. História da Viação Pública Paulista. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977. *

PIZA, Marcelo. Os Municípios do Estado de São Paulo - 1924. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, 1924. *

O POPULAR, Araraquara, vários números, 1906-1930.

PREFEITURA Municipal de Araraquara, Livros de Impostos Municipais, vários anos.

-----, Estatística e Arquivo, Araraquara, mimeo, sem data.

RELATÓRIO da Comissão Central de Estatística, São Paulo, 1888.

RELATÓRIO APESP, vários anos.

REVISTA da Estrada de Ferro Araraquara, Araraquara, nº 1 a 7, 1939/1940.

SAES, Flávio A. M. As Ferrovias de São Paulo 1870-1940. São Paulo, Ed. HUCITEC/INL, 1981. *

SÃO PAULO (Estado), Anuário Estatístico de São Paulo, vários anos.

-----, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas de 1904/1905.

-----, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O café. Estatísticas de Produção e Comércio 1917-1937.

-----, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio, 1911-1928.

-----, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Almanaque para o ano de 1917.

-----, Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Relatório de 1922.

-----, DEESP. Estatística Industriais do Estado de São Paulo, 1928 a 1937.

-----, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas, 1930/1931; 1931/32; 1932/1933; 1934/35; 1935/1936 e 1937/1938.

-----, Secretaria da Fazenda. A Cafeicultura no Estado de São Paulo. Ocorrências Verificadas nos 248 Municípios no Decênio 1933-1942. In: Anuário Estatístico do Café de 1943.

- Instituto de Economia e Planejamento. Diagnóstico da Região Administrativa de Ribeirão Preto, 1972.
- SEADE, Informe Demográfico nº 1, São Paulo, 1981.
- SEADE, A Interiorização do Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, 1930-1980. Convênio FECAMP/SEPLAN, S.Paulo, 1988.
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1981, 5ª edição.
- SINGER, Paul I. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: Análise da Evolução Econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo, Ed. Nacional, 1977, 2ª edição.
- SPINDEL, Chewva R. Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. *
- STEIN, Stanley J. Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850/1950. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.
- STOLCKE, Verena. Cafeicultura, Homens, Mulheres e Capital (1850-1980). São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- TAUNAY, Affonso de E. História do Café no Brasil. Departamento Nacional do Café, Rio de Janeiro, 14 v., 1939-1943.
- TELAROLLI, Rodolpho. Podar Local na República Velha. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977.
- TRUZZI, Oswaldo M.S. Café e Indústria no Interior do Estado. (O caso de São Carlos) EAESP/FBV, Tese de Mestrado, São Paulo, mimeo, 1985. *
- Von TSCHUDI, J.T. Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1976.

MILLELA, A. V. e SUZIGAN, W. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945. Série Monográfica, 10. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

MOTTI DA COSTA, Emília. Da Senzala à Colônia. São Paulo, Difel, 1966.

-----, Da Monarquia à República - Momentos Decisivos. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1979.